

Revista extensão

PROEXT
Pró-Reitoria de Extensão/UFRB

UF^{BA}B
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

Trabalho

Produção

Educação

Saúde

Tecnologia

Cultura e arte

JULHO 2018
14º VOLUME

Revista Extensão. Vol. 14 n. 1 (julho, 2018- Cruz das Almas, BA):

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, 2018

Semestral

ISSN: 2236-6784

1. Extensão Universitária - Periódicos. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão.

CDD 378.81

Permite-se a reprodução das informações publicadas, desde que sejam citadas as fontes.

Allows reproduction in published information, provided that sources are cited.

Pede-se permuta./ We ask for exchange.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

Reitor/ Rector Sílvio Luiz de Oliveira Soglia

Vice-Reitora/Vice-Rector Georgina Gonçalves dos Santos

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitora/Pro-Rector Tatiana Ribeiro Velloso

EDITORES CIENTÍFICOS/SCIENTIFIC EDITORS

Ana Rita Santiago, Dra. (UFRB)

Marli Teresinha Gimenez Galvão, Pós. Dr. (UFC)

Silvana Lúcia da Silva Lima, Dra. (UFRB)

EDITORES EXECUTIVOS/EXECUTIVE EDITORS

Adriele de Jesus Sousa (UFRB)

COMITÊ EDITORIAL/EDITORIAL BOARD

Tatiana Ribeiro Velloso, Dra. (UFRB/Brasil)

Custódia Martins, Dra. (U. Minho/Portugal)

Juan A. C. Rodriguez, Dr. (UACH/México)

José Alberto Pereira, Dr. (IPB/Portugal)

Franceli da Silva, Dra. (UFRB)

ENDEREÇO/ADDRESS

Rua Rui Barbosa, 710, PROEXT/UFRB 44380-000, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Fone: + 55 75 3621-4315

Website: www.revistaextensao.ufrb.edu.br

E-mail: revistaextensao@ufrb.edu.br

COMPROMISSO

A Revista Extensão, com periodicidade semestral, tem como compromisso consolidar a indissociabilidade do conhecimento, por meio de ações extensionistas publicadas em artigos científicos, resenhas, relatos de experiências, entrevistas, validando o conhecimento tradicional associado ao científico.

COMMITMENT

Extension Magazine, every six months, is committed to consolidating the inseparability of knowledge through extension activities published in scientific articles, reviews, case studies and interviews, validating traditional knowledge as sociated with science.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adrielle de Jesus Sousa

Tamires de Jesus Silva

ENDEREÇO/ADDRESS

Rua Rui Barbosa, 710, PROEXT/UFRB 44380-000, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Fone: + 55 75 3621-4315

Website: www.ufrb.edu.br/revistaextensao

E-mail: revistaextensao@ufrb.edu.br

A Revista Extensão da PROEXT/UFRB está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da UFRB

AVALIADORES/REFEREES

Dra. Ana Beatriz Souza de Deus Brusa

Dra. Andrea Sousa Fontes

Dra. Célia Regina Ferrari Faganello

Dr. Daniel Melo Castro

Dra. Darcy Santos de Almeida

Dra. Efigenia Ferreira e Ferreira

Dr. José Marcio Barros

Dra. Kássia Aguiar Norberto Rios

Dr. Marcio Campos Oliveira

Dra. Tatiana Ribeiro Velloso

Dr. Rebeca Lenize Stumm

Dra. Valeria Macedo Almeida Camilo

Dra. Sarah Roberta Carneiro

Dr. Luciano Simões de Souza

Me. Ana Lúcia Marran

Me. Francisco Henrique da Costa Rozendo

Me. Jamile Guerra Fonseca

Me. Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

Me. Tábata Figueiredo Dourado

ÍNDICE

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

CORPOS DINÂMICOS: UMA EXPERIÊNCIA DE DIÁLOGO ENTRE AS ÁREAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FÍSICA E MATEMÁTICA

10

A PRÁTICA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA NA UFRB: RELATO DE EXPERIÊNCIA

17

PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS, UMA ABORDAGEM EM SAÚDE COLETIVA

24

VI VERSUS NO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

30



BORDADEIRAS DA ILHA (SANTO AMARO/BA), UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE VIDA E DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

36

EDUCAÇÃO, PROJETOS DE VIDA E JUVENTUDE: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE DIÁLOGO ENTRE O ENSINO MÉDIO E A GRADUAÇÃO

43

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE OCUPANDO A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO DE AULAS PREPARATÓRIAS PARA O ENEM

49

OFICINAS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA PEQUENOS REPAROS DOMÉSTICOS ATRAVÉS DE PAINÉIS DIDÁTICOS DE BAIXO CUSTO

55

LABORATÓRIO DE GAMBIOLOGIA E CÓDIGO ABERTO (LABOGAM)

59

ARTIGOS

DECOLONIALIDADE E UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DE
EXTENSÃO CULTURA E NEGRITUDE

66

A QUESTÃO AGRÁRIA NO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO

81

PERFIL DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UFRB

95

O INTERESSE DE ALUNAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE CRUZ DAS
ALMAS POR CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

103

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM GESTANTES SOBRE SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

111

CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO
CONTRA HPV COMO PREVENÇÃO

123

POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO UM
DOS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

134

VIABILIDADE ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DO CULTIVO DE
ALFACE AMERICANA EM SISTEMA HIDROPÔNICO

142

NORMAS DE SUBMISSÃO

155

EDITORIAL

Vivemos um tempo de onde ferve a busca pela visibilidade de grupos, até então, invisíveis. E como um manancial infinito de pontos que vão cosendo uma rede, estes grupos se mostram e, em certo modo, se fortalecem à medida que emergem. E a Extensão, enquanto janela da Universidade para a troca de olhares e diálogos com aquela Comunidade que se frutifica, vai se constituindo enquanto tela e sendo colorida por esta rede diversa.

Esta décima quarta edição da Revista Extensão, em seus 16 trabalhos, apresenta várias vertentes desta diversidade da Comunidade com a qual dialogamos e, certamente, acaba servindo-nos como um convite a “reparar”... em todos os sentidos deste verbo: reparar enquanto observação que é também escuta atenta, já que a Comunidade fala ao tempo em que se mostra; contribuir para reparar a dívida causada pelo encobrimento e silenciamento desta diversidade que simplesmente não apareceu nas representações da Academia e da Ciência, por muito tempo elitizada e homogeneizadora; e, assim, a Universidade também se repara no sentido de melhorar, consertar, restaurar suas fissuras que a cada dia se tornam mais visíveis.

Estejam todos convidados a reparar a juventude, a diversidade sexual e de gênero, as mulheres, os povos do campo sem terra, a cultura, a negritude... A diversidade enfim, que, inevitavelmente, aparece quando se apura o olhar e quando a relação entre Universidade e Comunidade não-acadêmica é verdadeiramente extensionista e, portanto, dialógica.

Apreciem, então, como uma colorida obra de arte que não só imita, mas desvela a vida pulsante dentro e fora dos muros da Academia!

Tábata Figueiredo Dourado

Sérgio Luiz Bragatto Boss

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

CORPOS DINÂMICOS: UMA EXPERIÊNCIA DE DIÁLOGO ENTRE AS ÁREAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FÍSICA E MATEMÁTICA

DYNAMIC BODIES: A EXPERIENCE OF DIALOGUE WITH THE PHYSICAL EDUCATION, PHYSICAL AND MATHEMATICAL AREAS

Graziela Silva Ferreira

Mestre em Dança - UFBA. Docente – IFBA. grazeferreira@gmail.com

Edcarlos Santana

Mestrando Computação Aplicada - UEFS. Docente – IFBA. eng.fis@gmail.com

Tailson Jeferson Paim dos Santos

Mestre em Matemática Pura – UFBA. Docente – IFBA. tajefsony@gmail.com

Resumo

Corpos dinâmicos é resultado de uma atividade acadêmica desenvolvida por três docentes das áreas de Educação Física, Física e Matemática. O mesmo envolveu estudantes matriculados(as) no 1º ano dos Cursos Integrados de Petróleo e Gás Natural - PGN, Metalurgia, Eletromecânica e Mecânica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Simões Filho durante a II unidade do ano letivo de 2015. A atividade teve caráter interdisciplinar e objetivou a associação dos conteúdos vetores, gráficos e funções com vivências de práticas esportivas social e culturalmente construídas. Partindo do pressuposto de que todos os componentes curriculares, presentes no contexto escolar, podem dialogar, cada docente organizou os conteúdos, habilidades e competências que seriam desenvolvidos ao longo do processo de aprendizagem discente considerando as especificidades necessárias. Assim, a Educação Física trabalhou com o atletismo na escola: aspectos históricos, educacionais e políticos (identificou variações nas formas, ritmos e intensidades de corridas conforme a distância a ser percorrida, além das variações nas formas de lançamentos). A Matemática explorou gráficos, funções, Teorema de Pitágoras e tratamento da informação (tabulação de dados transformando em informação, medição de distâncias, construção de gráficos, bem como a sua análise). E a Física se ocupou dos vetores (adição e subtração), força, movimentos, cálculo de velocidades e resolução de equações de movimentos. Dessa forma, o esporte (atletismo) foi o conteúdo problematizado, ressignificado e vivenciado pelas turmas (sistematizado em prática de atividade lúdica na culminância da proposta) por possibilitar valiosas experiências corporais e leituras críticas da realidade. O resultado dessa experiência demonstrou o quão atrativa e significativa torna-se a produção do conhecimento quando os(as) discentes percebem que os saberes não são desvinculados um do outro. Trabalhos dessa natureza permitem que os sujeitos envolvidos no processo de ensino experienciem corporalmente suas produções acadêmicas para um aprendizado significativo.

Abstract

Dynamic bodies is the result of academic activity developed for three teachers of Physical Education, Physical and Mathematical areas. Students of the first year of Integrate Curses of Petrol and Natural Gas - PGN, Metallurgical, Electromechanical and Mechanic at Federal Institute of Education, Science and Technological of Bahia – Campus Simões Filho participated that project during the second unit of school year. The activity was interdisciplinary and associated the subjects vectors, graphs and functions with experiences of social and cultural sport practices. Based on assumption that all the curricular components, in the scholar context, can dialogue together, each teacher organized the contents, skills and competences that would be developed throughout the process of student learning considering the necessary specify. Thus, Physical Education focused the school athletics: historical, educational and political aspects (identified variations in the forms, rhythms and intensives of running according to the cross distance, as well as, variations in the types of throw) Mathematics explored graphs, functions, Pythagorean Theorem and information processing (data tabulation, measuring distances, constructing and analyses of graphs). And the Physic worked on vectors (add and subtraction), force, motion, velocity calculation and resolution of equations of motion. Thus, the sport (athletism) topic was problematized, ressignified and experienced by the classes (systematized in practice of playful activity at the culmination of the proposal) because allows important body experiences and critical readings of reality. This experience demonstrated how attractive and significant becomes the knowledge construction when the students understand that informations are not disconnected each other. Studies like this allow the people involved in the teach process have bodily experience in yours academic productions to a significate learning.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA constitui-se em escola de ensino público que objetiva formar indivíduos aptos a atuarem no mundo do trabalho, visando, assim, integrá-los à sociedade como sujeitos produtivos (BRASIL, 2008). Entendendo que a educação profissional, parte integrante da educação básica, deva estar voltada, fundamentalmente, para a formação de indivíduos críticos e autônomos, o presente texto tem por finalidade relatar sobre atividade acadêmica intitulada: *Corpos dinâmicos: uma experiência de diálogo entre as áreas de Educação Física, Física e Matemática*. A mesma teve como público-alvo estudantes matriculados(as) no 1º ano dos Cursos Integrados de Petróleo e Gás Natural - PGN, Metalurgia, Eletromecânica e Mecânica do IFBA – Campus Simões Filho, durante a II unidade do ano letivo de 2015.

Assim, partindo da premissa que no ato educativo os indivíduos precisam ter acesso às possibilidades de viverem diversas experiências para construção da consciência crítica, essa atividade interdisciplinar objetivou a associação dos conteúdos vetores, gráficos e funções com vivências de práticas esportivas social e culturalmente construídas e, ao mesmo tempo, ressignificadas pelas turmas (em momentos anteriores nas aulas de Educação Física) na produção do conhecimento.

A tentativa de transgredir ou transpor as fronteiras epistemológicas que ainda teimam em “definir” espaços e impedir o diálogo entre os diversos saberes foi um desafio grande para nossa equipe, visto que há uma tradição escolar que se vale da fragmentação e da compartimentalização dos mesmos. Assim, quando falamos em interdisciplinaridade estamos nos referindo à interação entre áreas. Nessa perspectiva, ensinar, segundo Silva e Pinto (2009) envolve sair dos limites disciplinares e lança-se às incertezas, pois é lá que reside o múltiplo e com ele o poder criador.

Endossando essa discussão, Boaventura Sousa

Santos (2006) na sua proposição de uma “Ecologia dos Saberes” defende a ideia de que cada saber existe apenas em meio a outros saberes, e nenhum é capaz de se bastar, sempre existe a necessidade de fazer referência a outros. Dessa maneira, busca fortalecer o pensamento de que o conhecimento científico deve fundamentar-se na conciliação de diversas áreas das ciências existentes da atualidade, enfatizando a interdisciplinaridade para alcançar uma dimensão mais aproximada do real.

A partir dessas questões, podemos pensar agora que a Educação Física, a Física e a Matemática podem configurar-se como um espaço imprescindível para promovermos uma Ecologia dos Saberes. Esta visão requer docentes que compreendam a necessidade de estar em constante relação com os saberes que constituem o amplo campo do conhecimento humano. Um(a) profissional com capacidade de compreender que:

[...] o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes; que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões; que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade (MORIN, 2008, p.88-89).

No diálogo aqui trazido entre Sousa Santos e Morin, há um alerta sobre o sistema educativo e suas práticas que privilegiam a separação em detrimento da ligação. Morin (2012) ainda pontua e critica, no contexto educacional, a forma disciplinar que o conhecimento está organizado:

A organização do conhecimento sob a forma de disciplinas seria útil se estas não estivessem fechadas em si mesmas, compartimentadas umas em relação às outras; assim, o conhecimento de um conjunto global, o homem, é um conhecimento parcelado. Se quisermos conhecer o espírito humano, podemos fazê-lo através das ciências humanas, como a psicologia, mas o outro aspecto do espírito humano, o cérebro, órgão biológico, será estudado pela biologia (MORIN, 2012, p. 2).

O pensamento complexo é, portanto, segundo

Morin (2011), essencialmente aquele que trata da incerteza e consegue conceber a organização. “Apto a unir, contratualizar, globalizar. Mas, ao mesmo tempo, a reconhecer o singular, o individual e o concreto” (MORIN, 2012, p. 21). Percebe-se, portanto, que neste atual período histórico, as quebras de paradigmas, a abolição de fronteiras, a multiplicidade de abordagens, métodos e técnicas se tornam recursos importantes para que a produção de conhecimento não seja fragmentada.

QUE CORPOS DINÂMICOS? OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Assim como a Educação Física, a Física e a Matemática, no contexto escolar, podem tematizar conhecimentos pautados nos aspectos da comunicação, da intersubjetividade, da gestualidade e da cultura, produzindo conhecimento a partir de temas que façam parte da vida dos(as) estudantes. Dentre estes, encontra-se o esporte como conteúdo a ser problematizado, vivenciado e ressignificado, pois possibilita valiosas experiências corporais e leituras críticas da realidade, além de facilitar a releitura do mesmo na sua totalidade.

Com base no que foi discutido sobre atletismo (esporte escolhido por nós para direcionar os trabalhos), fizemos a opção de duas modalidades, a saber: arremesso e corrida (por terem associação direta com os conteúdos vetores, gráficos e funções). Nossa equipe, portanto, discutiu de que forma essas práticas seriam trabalhadas nas aulas destinadas a elas. A ideia foi demonstrar para as turmas que a Educação Física, a Física e a Matemática poderiam estar juntas numa atividade lúdica experimental. A partir dessa sistematização, os caminhos para a culminância do trabalho foram traçados e, cuidadosamente seguidos. Nesse sentido, cada docente organizou, traduzido no quadro abaixo, os conteúdos, habilidades e competências, que seriam desenvolvidos ao longo do processo de aprendizagem discente.

Quadro elaborado a partir da síntese do planejamento de cada disciplina

	EDUCAÇÃO FÍSICA	FÍSICA	MATEMÁTICA
Conteúdos	Atletismo na escola: aspectos históricos, educacionais e plíticos .	Vetores (adição e subtração), força, movimentos (velocidade, deslocamento, tempo).	Gráficos, Funções, Teorema de Pitágoras e tratamento da informação.
Habilidades e competências	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar variações nas formas, ritmos e intensidades de corridas conforme a distância a ser percorrida, além das variações nas formas de lançamentos; - Criar e propor novas formas de praticar as provas de atletismo (corrida e lançamentos); - Perceber, compreender e valorizar de maneira não preconceituosa e discriminatória as características das diferentes pessoas; - Compreender o processo histórico-político do atletismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar os movimentos permite: identificá-los, classificá-los, fornecendo formas adequadas para descrever movimentos reais, de objetos - carros, animais, estrelas ou outros. - Permitir ainda associá-los às causas que lhes dão origem, às interações que os originam, a suas variações e transformações. - Prever trajetórias deslocamentos. - Calcular médias, velocidades - Interpretar, formar e resolver resolução de equações de movimentos. - Representar as grandezas físicas por meio de gráficos 	<ul style="list-style-type: none"> - A partir da vivência das atividades, tabular dados transformando em informação; - A partir da vivência das atividades, identificar na medição de distâncias a importância da utilização do conhecimento do teorema de Pitágoras.; - Trabalhar com a construção de gráficos, bem como a sua análise. - Experimentar, comparar e tirar conclusões sobre grandezas proporcionais

Assim, a Educação Física trabalhou com o atletismo na escola: aspectos históricos, educacionais e políticos (identificou variações nas formas, ritmos e intensidades de corridas conforme a distância a ser percorrida, além das variações nas formas de lançamentos). A Matemática explorou gráficos, funções, Teorema de Pitágoras e tratamento da informação (tabulação de dados transformando em informação, medição de distâncias, construção de gráficos, bem como a sua análise). E a Física se ocupou dos vetores (adição e subtração), força, movimentos, cálculo de velocidades e resolução de equações de movimentos.

O passo seguinte foi a elaboração da atividade propriamente dita. Assim, duas questões foram pensadas para serem resolvidas em equipes de quatro componentes após momento da vivência corporal das mesmas. O que conjuga com os apontamentos de Freire (2006) quando aponta para a importância de resgatarmos a questão do corpo em nossas práticas pedagógicas. Não mais como uma questão de disciplinas estanques, mas como um processo dinâmico que entrelaça os mais diferentes saberes.

Na atividade 1 (ARREMESSO) as equipes tiveram que efetuar quatro arremessos para quatro direções pré-determinadas. As mesmas tiveram que realizar a medição das distâncias, desenhar a representação vetorial e preencher tabelas para computação dos resultados. Nelas, tiveram que determinar: a massa do objeto (kg), direção, sentido, distância do lançamento, descrição da maneira do lançamento, cálculo da força resultante.

Na atividade 2 (CORRIDA DE REVEZAMENTO COM TROCA DE BASTÕES) os(as) estudantes iniciaram a atividade posicionados/as nos quatro vértices da quadra. Os(as) mesmos(as) percorreram as distâncias (de maneiras diferentes e elaboradas previamente) até concluir o percurso. Em seguida, tiveram como tarefa: fazer o cálculo da velocidade média a partir do tempo capturado (tempo total) e conhecimento da distância (a partir de medição e cálculo do espaço). Com essa atividade, os(as) estudantes tiveram que

elaborar um gráfico espaço x tempo, fazer uma análise da informação do mesmo e definir com isto: a distância percorrida, tempo total da equipe, descrição da forma de deslocamento e cálculo da velocidade média.

Como exposto acima, as atividades de vivência esportiva foram previamente reelaboradas pelas turmas em momento anterior nas aulas de Educação Física. Cada turma sugeriu quatro formas de deslocamento (para a atividade de corrida) e quatro formas de lançamento (para a atividade de arremesso). Destarte, pensando o potencial do esporte na escola constituiu-se um desafio considerá-lo como um espaço de educação para a inclusão, visto que os(as) alunos(as) tenderam, em muitos momentos, a querer reproduzir as práticas massificadas pelo campo midiático (o que não impediu as produções, pós problematização do tema).

Coube, então, para a equipe docente, fazer a seleção das proposições discentes mais interessantes para o momento da culminância da atividade. Em resumo, reservamos duas aulas para o desenvolvimento do trabalho em cada turma, visando a um melhor acompanhamento de todas as equipes sob a supervisão dos três docentes envolvidos no processo.

CONSTRUINDO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, FÍSICA E MATEMÁTICA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao apresentar o tema da atividade - Corpos dinâmicos: uma experiência de diálogo entre das áreas de Educação Física, Física e Matemática às turmas, algumas pessoas apresentaram resistência por não compreenderem que seria possível a sua viabilidade. Entretanto, tiveram a oportunidade de mudar de ideia no momento mesmo da vivência, como consta nas falas a seguir:

“Eu amei, me ajudou muito, me fez perceber que as matérias exatas poderiam se encaixar com uma matéria que eu nunca imaginaria que pudesse haver harmonia. Além do mais a interação com os professores ajudou mais ainda para a convivência na sala de aula” (Aluna do curso de PGN)

“Bom, primeiramente achei uma ótima iniciativa juntar as três disciplinas, que no início foi até uma surpresa a junção de duas matérias de exatas com a Educação Física. Mas, no geral eu achei interessante, e também foi legal trabalhar em equipe, e exercitar de maneira ótima, criativa e lúdica as três disciplinas em uma atividade.” (Aluna do curso de Mecânica)

Essas atitudes se justificam, pois, a experiência de toda vida estudantil é, normalmente, caracterizada pela fragmentação dos saberes presentes na escolarização brasileira. Por outro lado, a escola é um espaço de resignificação e produção de nova(s) cultura(s) e não somente reprodução da cultura.

“Na atividade interdisciplinar realizada pelas disciplinas Física, Ed. Física e Matemática notou-se o objetivo de relacionar os conceitos estudados em sala de aula na prática de determinadas atividades. Exercícios físicos ligados aos assuntos, plano cartesiano relacionando tempo e distância percorrida em um exercício físico em equipe, e vetores evidenciaram a interdependência entre as disciplinas. Além disso, os exercícios propuseram a reflexão sobre o posicionamento no espaço geográfico que os alunos se encontravam, evidenciando que, mesmo que imperceptível a Física está atrelada à Educação Física, seja isso por um simples lançamento de bola.” (Aluno do curso de Metalurgia)

Partindo do pressuposto de que cada pessoa traz uma bagagem repleta de sentidos e significados que não deve ser desconsiderada, o respeito à diversidade foi um fator relevante para a construção de saberes e dos processos identitários do corpo na construção de conhecimento e na promoção de uma educação como prática da liberdade como sugere Freire (2007). O autor entende que a educação precisa considerar o ser humano como sujeito de sua própria aprendizagem e não como objeto esvaziado de conhecimento. Sua vivência, sua realidade e sua forma de enxergar e ler o mundo precisam ser considerados no processo de aprendizagem (FREIRE, 2007). A valorização das construções dos(as) estudantes foi um registro importante no desenvolvimento da atividade que, de forma lúdica, pode transformar o ambiente de aprendizagem num espaço mais atraente.

“Bom, além de ter sido descontraída, nos ajudou muito já que ao invés de fazermos três atividades (uma para cada matéria) acabou sendo só uma o que foi menos cansativo. Fora que foi bom colocar aqueles assuntos de Física e Matemática em prática, pois no caderno parecia um bicho de 7 cabeças, mas na verdade é super fácil. Eu particularmente gostei muito dessa atividade, seria maravilhoso se tivéssemos outras como essa!” (Aluna do curso de PGN)

Considerando que nossa prática pedagógica se pauta, também, nas concepções de educação freiriana, a avaliação da atividade se deu em todo o processo de ensino-aprendizagem e entendeu que o corpo move-se, age, deseja, aponta, anuncia, protesta, se curva, se ergue, desenha e refaz o mundo. E não o faz através de um corpo individual, mas constrói socialmente (FREIRE, 2006).

“Bom, gostaria de falar que realmente foi um grande desafio, o que levou a conhecer várias modalidades criadas pelos professores. O que mais me chamou atenção nessa atividade, foi a forma de organização, onde formou equipe com quatro pessoas, onde todos precisaram de ajuda para cumprir a mesma. Posso dizer que foi uma experiência incrível e bem criativa com três matérias, formando um só conteúdo”. (Aluno do curso de Metalurgia)

Assim, tivemos a oportunidade de juntos, percebermos que aprender de forma lúdica é interessante. Desprender os corpos dos(as) nossos(as) alunos(as) das amarras das cadeiras os fizeram compreender a necessidade de novas propostas pedagógicas e a repercussão positiva das mesmas. Como sugere o Projeto Político Pedagógico do IFBA quando aponta que a formação histórico-crítica integrada à formação técnico-científica deve estar presente na missão desse instituto, superando o tecnicismo reducionista e a visão unilateral de atendimento às necessidades formativas do mercado (BRASIL, 2008).

“A atividade foi maravilhosa e de bom proveito para as três disciplinas, pois envolve conteúdos presentes nas mesmas, também foi bem agradável ter uma atividade fora da “sala de aula”, foi muito eficaz para o desenvolvimento estudantil, dando experiência e também ajudando na pra-

tica de exercícios físicos!!! Outro fator que vale ressaltar é que a atividade distraiu os alunos de maneira que levaram a não só como algo para pontuação e sim como algo de diversão diferente da rotina adotada pelo nosso sistema de ensino!!! Adorei obrigado aos professores que desenvolveram essa atividade, estão de parabéns!!!”(Aluno do curso de Eletromecânica)

Destacamos, com essa experiência, que as dificuldades existiram (como por exemplo, fazer os cálculos matemáticos), que dúvidas de como realizar as tarefas estiveram presentes em tempo integral. Porém, foram sanadas no trabalho em equipe, no esforço individual e na oportunidade dada aos discentes para refacção da atividade escrita (após divulgação do primeiro resultado: não satisfatório em termos de aprendizado). Afinal, discutir, traduzir em números, gráficos e textos o que foi vivenciado é uma tarefa, no mínimo, diferente, diante da realidade educacional que temos.

“Olha, eu gostei muito, essa atividade mostrou que a área de exatas não tem que ser necessariamente chato como é todos os dias, e que a Educação Física também envolve Matemática e Física com já diz o nome, além da ajuda que nos deu, pelo fato da atividade ser mais lúdica me senti motivada e acho que os meus colegas se sentiram assim, nos incentivou a dedicar a atividade e nos divertimos ao mesmo tempo.” (Aluna do curso de Eletromecânica)

“A atividade interdisciplinar colaborou com desempenho em equipe, mas também nas matérias, ajudou a entender melhor o assunto das matérias de exatas, e nos fez pensar de forma mais detalhada como o esporte é visto em nossa sociedade e como ele nos afeta. Gostei bastante”. (Aluna do curso de Mecânica)

Percebe-se, portanto, que superar a realidade fragmentária de corpo, herdada da Modernidade, ainda se coloca como um desafio fundamental em todo o processo educativo. Porque uma educação emancipadora, libertadora, des-

veladora da realidade de opressão e exclusão demanda outra compreensão de corpo, muito mais larga e inclusiva.

CONCLUSÃO

Este relato de experiência teve por objetivo expor como se desenvolveu a atividade intitulada *Corpos dinâmicos: uma experiência de diálogo* entre as áreas de Educação Física, Física e Matemática, que teve como público os/as alunos/as matriculados/as no 1º ano dos cursos de PGN, Mecânica Industrial e Eletromecânica do IFBA – Campus Simões Filho durante a II unidade do ano letivo de 2015.

A atividade aqui relatada foi relevante para os(as) alunos(as) e para a nossa prática enquanto docentes preocupados(as) com a formação de pessoas críticas e atentas à sua condição social. Segundo Freire (2007) uma das grandes fraquezas de nossa educação é a de enfatizar posições ingênuas nos sujeitos sociais e negar a eles posições mais indagadoras, mais inquietas, mais criadoras. Ele defende “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política (2007, p. 20). Nesse sentido, pensamos que é de responsabilidade dos(as) profissionais da educação, como um todo, a modificação e reestruturação dessa forma de educar e pensar conforme aponta Strazzacappa (2001) quando diz que toda educação é educação do corpo.

O resultado dessa experiência demonstrou o quão atrativo e significativo torna-se o ambiente de aprendizagem quando os(as) discentes percebem que os saberes não são desvinculados um do outro, além de fazerem parte do mundo vivencial dos(as) mesmos(as). Trabalhos dessa natureza permitem que os sujeitos envolvidos no processo de ensino experienciem corporalmente suas produções acadêmicas e as traduzam nos vários elementos textuais possíveis: palavras, números, diagrama, etc., num movimento que é, ao mesmo tempo, dinâmico e cíclico. Podemos dizer, portanto, que os mesmos garantem um aprendizado significativo e concreto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Projeto Político Pedagógico – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <www.portalifba.edu.br>. Acesso em: 01 agosto. 2016.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. Paulo. A educação na cidade. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto Político Pedagógico – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, 2008. Disponível em: <www.portalifba.edu.br>. Acesso em: 01 fev. 2013.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: Eloá Jacobina. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho, 11ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNESCO, 2011.

_____. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

NAJMANOVICH, Denise. O sujeito encarnado – questões para a pesquisa no/do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. PINTO, Francisco Neto Pereira. Interdisciplinaridade: as práticas possíveis. Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos – Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais. ISSN 1809-3264. ANO 5, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A gramática do tempo: para uma nova política. São Paulo: Cortez, 2006.

STRAZZACAPPA, Márcia. A educação e a fábrica de corpos: a dança na escola. Cadernos Cede. Vol. 21. n.53. Campinas, Abril/2001.

A PRÁTICA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA NA UFRB: RELATO DE EXPERIÊNCIA

THE PRACTICE OF PSYCHOLOGICAL CARE SERVICE IN THE PSYCHOLOGY SERVICES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB: EXPERIENCE REPORT

Edmar Henrique Dairell Davi

Doutor em Psicologia, Professor Adjunto I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia ednardavi@ufrb.edu.br

Ailla Cardoso da Silva Santos

Graduanda do Curso de Psicologia da UFRB. ailla_cardoso@hotmail.com

Resumo

O Plantão Psicológico oferece atenção psicológica à população que procura a Clínica Escola da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, servindo como espaço de acolhimento e informação, auxiliando as pessoas a terem uma maior autonomia emocional. O plantão psicológico, realizado por graduandos do curso de Psicologia, sob orientação de um professor/supervisor, se configura como uma oportunidade de diversificar a formação discente a partir da vivência de diferentes situações clínicas, condução de atendimento e possibilidade de intervenção. Os resultados alcançados com a prática do plantão envolvem a construção de um espaço de referência para quem procura por atendimento psicológico, o fortalecimento de parcerias com instituições de assistência psicossocial da cidade de Santo Antônio de Jesus e a redução da fila de espera por atendimento no Serviço de Psicologia. Acredita-se que o plantão traz contribuições significativas para formação discente, para a comunidade em geral, através da ampliação das possibilidades de escuta clínica e da consolidação do espaço do plantão como uma referência de atenção psicossocial.

Palavras-chave: Projeto de Extensão. Plantão Psicológico. Serviço de Psicologia.

Abstract

The Psychological Care Service provides psychological attention to the population that seeks the school clinic of UFRB, working as a space for support and information, helping people to develop greater emotional autonomy. Advised by a professor/supervisor, the psychological care services, done by graduating from the Psychology course is an opportunity for qualification and improving undergraduates' formation by experiencing different clinical situations, conducting sessions and enabling intervention if necessary. The results reached from such practice comprise the construction of a reference space for those who seek psychological care, strengthening partnerships with psychosocial care institutions from the city of Santo Antonio de Jesus - Bahia, reducing, as a result, the waiting list for patient care in Psychology Services. The Psychological Care Service is believed to significantly contribute to undergraduates' formation, and also to the community in general, widening the possibilities of clinical listening, consolidating the Psychological Service Care space as a reference for psychosocial care.

Keywords: Extension Project. Psychological Care Service. Psychological Services.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo relatar a experiência do projeto de extensão Prática do Plantão Psicológico no Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, realizado no período de outubro 2016 a março de 2018, e ainda refletir sobre o desenvolvimento dessa experiência indicando suas dificuldades e potencialidades. Para isto, trazemos uma discussão sobre o que é o Plantão Psicológico, seus conceitos e limites; caracterizamos a clientela que procura por este tipo de atendimento na UFRB e, por fim, apresentamos dados e resultados colhidos ao longo da execução deste projeto.

O atendimento psicológico baseado no modelo clínico tradicional, no qual o sujeito aparece de forma descontextualizada social e historicamente, não mais se adequa à sociedade de hoje (REBOUCAS; DUTRA, 2010). Também, a atuação do profissional de psicologia em diferentes e novos contextos demanda uma nova postura e um novo olhar sobre sua prática não mais circunscrita aos consultórios privados. Observa-se neste sentido, o surgimento de tendências emergentes que seriam práticas clínicas que articulam o sujeito com o mundo que o cerca (DUTRA, 2004). Assim, a atuação profissional não pode mais se restringir ao local e à clientela que atende; exigindo do psicólogo uma capacidade reflexiva continuamente exercitada em relação à própria prática.

Para Dutra (2004), o psicólogo clínico contemporâneo deverá estar comprometido com a escuta e o acolhimento do outro onde quer este esteja. O que significa compreender esse outro a partir da experiência e dos significados que ele atribui ao mundo, levando em consideração o contexto no qual está inserido, considerando-o como um ser-no-mundo e, portanto, constituído por este, ao mesmo tempo em que o constitui. Neste sentido, o Plantão Psicológico, como uma prática de atenção psicológica e que se adequa às demandas atuais, vem se constituindo em uma modalidade alternativa de atendimento às diversas demandas da população em diferentes contextos (SCHMIDT, 2004; MORATO, 2006; AMORIM, ANDRADE & BRANCO, 2015). O Plantão não veio substituir a psicoterapia, mas se caracteriza como atendimento clínico-psicológico de tipo emergencial aberto à comunidade, cuja função é proporcionar escuta e acolhimento à pessoa no momento de crise.

Morato (2006) nos adverte que tal proposta não tem como finalidade a resolução ou o aprofundamento da “problemática” da pessoa, mas proporcionar um momento de compreensão do seu sofrimento.

Doescher e Henriques (2012) caracterizam o Plantão como um tipo de intervenção que acolhe a pessoa no exato momento de sua urgência, ajudando-a a lidar melhor com seus recursos e limites. Desta forma, para as autoras, o objetivo do Plantão é prestar atendimento emergencial à demanda, acompanhando a pessoa em busca do sentido de existência por meio da compreensão de seu sofrimento, sem, contudo, garantir experiência de alívio imediato. Ainda de acordo com estas autoras, ao propiciar à pessoa uma visão mais clara e abrangente de si e suas perspectivas frente às suas questões, posicionando-a frente aos seus conflitos e o poder de fazer escolhas, o psicólogo está, desta forma, promovendo saúde e possibilitando um resgate da própria identidade.

Mahfoud (1999, p. 75) define o Plantão como: “certo tipo de serviço, exercido por profissionais que se mantêm à disposição de quaisquer pessoas que dele necessitem, em períodos de tempo previamente determinados e ininterruptos”. Diante disso, o Plantão passou a ser compreendido como um espaço no qual aquele que procura poderá dialogar, ser escutado, e, especialmente, escutar a si mesmo. Não é seu objetivo proporcionar uma resolução rápida de problemas e nem ser uma via de acesso à psicoterapia ou a outros serviços.

Atualmente os locais mais conhecidos de prática de Plantão Psicológico no contexto brasileiro são os serviços-escola de Psicologia, que aliam ensino, pesquisa e extensão à comunidade (SCORSOLINI-COMIN, 2015). No entanto, mesmo sendo uma prática de mais de 40 anos no Brasil, a produção científica ainda é escassa nessa modalidade de atendimento, revelando o importante papel do apoio psicológico em situações de urgência que são ofertados nas universidades, instituições e comunidades.

Quanto à sua rotina, normalmente, o Plantão ocorre em horários e dias determinados, previamente divulgados para a população. A pessoa que procura o atendimento não é submetida à entrevista prévia ou outro tipo de triagem para entrar em fila de espera. Ela é prontamente atendida havendo plantonista disponível naquele momento.

Diferentemente da psicoterapia, que prevê um acompanhamento por tempo mais longo, o usuário tem um número limitado de possibilidades de retorno, sendo este número variável de instituição para instituição e geralmente comunicado ao paciente no início do atendimento (LINARES, 2001). Este retorno não precisa obedecer a um prazo previamente estabelecido, pois a pessoa tem liberdade para escolher se e quando retornará, não sendo necessariamente atendida pelo mesmo plantonista.

Outra diferença em relação à psicoterapia se dá quanto ao tempo de uma sessão, como as de cinquenta minutos, podendo ser mais ou menos do que isso (CURY, 1999). Esta flexibilidade torna o Plantão uma modalidade de atendimento clínico atraente para psicólogos atuantes em instituições de saúde e educação, que não podiam ou deviam executar a psicoterapia em seu local de trabalho, mas precisavam atender àqueles que tinham demanda para uma escuta clínica (ROCHA, 2009).

Nem todo mundo que procura um serviço psicológico quer ou precisa de psicoterapia (MORATO, 2006). Neste sentido, o Plantão foi se constituindo como uma modalidade clínica flexível em suas características e com implicações positivas para quem o procura. Para Breschigliari e Jafelice (2015), o Plantão se configura como ação clínica de posicionamento em relação ao outro, sofredor ou não, e não como um conjunto de métodos e técnicas. Frente à grande procura e longas listas de espera por serviços psicológicos, o Plantão possibilita o contato verdadeiro e acolhedor no momento, no qual as pessoas se sintam realmente ouvidas e à vontade para verbalizar o que lhes afligem, e assim, ampliar o seu nível de consciência e de clareza sobre o que estão vivenciando.

O atendimento de Plantão acontece como um espaço que favorece tanto a experiência do cliente quanto a do plantonista e neste espaço o psicólogo deve se apresentar disposto, presente e disponível e não apenas como detentor de conhecimento técnico (REBOUÇAS, DUTRA, 2010). Esta postura configura o estar junto, o inclinar-se na direção do sofrimento, deixando-se afetar, e a partir daí compreender o outro. Assim, o psicólogo plantonista deve estar disposto ao não planejado, à possibilidade do encontro ser único e, tentar responder à demanda daquele que procura por este serviço naquele momento específico.

Para Rebouças e Dutra (2010) a prática do Plantão radicaliza a experiência de encontro com o desconhecido para o psicólogo. Em primeiro lugar porque o plantonista vai ao encontro do cliente com poucas informações sobre ele. E também radicaliza, conforme as autoras, pois no mesmo dia de plantão provavelmente cada plantonista atenda mais de uma pessoa, todas elas trazendo seu universo próprio, constituindo uma relação terapêutica singular.

Por acolher a diversidade de demandas que se apresentam, sem nenhuma previsibilidade, a cada período, o Plantão Psicológico requer sensibilidade e invenção nos modos de responder, que também se caracterizam pela pluralidade e singularidade. Do profissional de psicologia, o Plantão pede uma disponibilidade para se defrontar com o não-planejado e com a possibilidade de que o encontro com o cliente seja único (DOESCHER, HENRIQUES; 2012). Diante destes desafios cabe aos cursos de graduação estimular os discentes a buscarem um modo próprio de atender, a ganhar autonomia e atentar para o contexto da rede pública de serviços dentro das suas particularidades.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DO PROJETO DE EXTENSÃO

O Plantão Psicológico no Serviço de Psicologia da UFRB foi reativado em outubro de 2016. A proposta do Plantão já existiu em momento anterior, no período compreendido entre setembro de 2011 e maio de 2013. Esta primeira experiência foi caracterizada em alguns momentos como extensão e outros como ensino/estágio. Conforme Carneiro (2017), ao todo foram doze meses de atendimentos, interrompidos por intervalos de férias e greve, sendo encerrada esta primeira experiência pelo fato de a docente responsável pelo projeto ter se desvinculado da UFRB.

Ao ser retomado em 2016, o atendimento era realizado por somente um plantonista (o coordenador do projeto) e funcionava somente às sextas-feiras. Atualmente, com a presença de quatro graduandos do curso de Psicologia, o atendimento é oferecido às quartas e sextas-feiras, das 8 às 12 horas da manhã. A atividade do Plantão totaliza 8 horas de atendimento integral à comunidade. O trabalho é realizado por extensionistas/ estudantes de psicologia, acompanhados pelo supervisor. Durante as 8 horas de atendimento semanal.

Estes estudantes recebem treinamento quanto ao manuseio dos prontuários dos pacientes, ao fluxo de processos da clínica e em relação às questões éticas presentes no atendimento aos pacientes, conforme a Resolução do CFP nº 016/2000. O público alvo é a população que procura atenção psicológica no Serviço de Psicologia e, desta forma, o Plantão proporciona uma escuta e um acolhimento à pessoa no exato momento de crise ou na oportunidade de expressão de sua queixa.

O Plantão Psicológico está voltado para capacitar os discentes com uma proposta de clínica ampliada bem como reduzir a fila de espera do Serviço de Psicologia e suprir a carência de atendimento psicológico gratuito na cidade de Santo Antônio de Jesus. Inicialmente, os extensionistas são orientados, por meio de supervisões, sobre a condução e o manejo clínico no processo de Plantão a fim de que realizem o acolhimento necessário. Posteriormente, ao longo dos atendimentos, são realizadas discussões acerca das diferentes demandas e dos aspectos envolvendo diagnóstico dos transtornos mentais e queixas que são mais recorrentes nos momentos do Plantão.

Os atendimentos, geralmente, são feitos individualmente, com o objetivo de o discente construir e refletir sobre a sua maneira de agir diante da pessoa que procura ajuda. As documentações utilizadas são: Ficha de Formulário de Atendimento, que após o término do acolhimento os extensionistas preenchem com uma síntese do atendimento realizado; e Ficha de Evolução do Atendimento, que é utilizada quando o paciente retorna para uma segunda ou mais sessões. Quando necessário, é preenchido um formulário de encaminhamento ou ficha de referência para que o paciente procure ajuda especializada em outra instituição (Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, Defensoria Pública, Ambulatório de Saúde Mental, etc.). Infelizmente, a cidade de Santo Antônio de Jesus não conta com uma extensa rede de apoio para os encaminhamentos que possam surgir. Isso se torna um desafio para a prática do Plantão, como discutiremos adiante, uma vez que essa rede de serviços de saúde faz-se necessária para dar suporte na promoção e qualidade de vida aos indivíduos que precisam de algum tratamento específico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o seu período de funcionamento, de outubro de 2016 a março de 2018, no Plantão Psicológico foram realizados cerca de 220 atendimentos, com média de 4 atendimentos por dia ou turno de atendimento. Com relação às características sociodemográficas, podemos considerar que em sua maioria o público que mais procurou o Plantão foi do sexo feminino, equivalendo a 84% do total, com idade média de 28 anos, raça/etnia predominantemente negra e com baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto). É importante salientar que o Plantão não atende adolescentes e/ou crianças e que este público recebe atenção nos estágios curriculares desenvolvidos no curso de graduação em Psicologia da UFRB.

Em relação à localização de moradia, observamos que as pessoas que procuraram o serviço residem próximas à UFRB e ficaram sabendo do Plantão por indicação de alguém (discente da UFRB, ex-paciente do serviço, dentre outros). Apesar desta proximidade residência/Serviço de Psicologia, também existem pacientes que saem de outras cidades, por exemplo, Laje, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, para frequentar o Plantão devido às longas filas de espera por atendimento psicológico nestas localidades.

As queixas mais frequentes apresentadas pelas pessoas que procuram o Plantão são relativas a questões emocionais (conflitos familiares e conjugais, processo de luto, sentimentos de solidão, comportamento suicida, etc.). Há também a presença de demandas referentes aos sintomas dos transtornos psiquiátricos, como depressão (depressão grave, transtorno bipolar do humor, distímia, etc.), bem como doenças psicossomáticas e problemas de ansiedade (síndrome do pânico, transtorno de ansiedade generalizada, fobias, dentre outros). Há que destacar também as queixas baseadas nas doenças crônico-degenerativas, como diabetes, hipertensão e seus danos pelo não-tratamento adequado ao longo dos anos.

Dos cerca de 220 atendimentos realizados durante o período de funcionamento do Plantão Psicológico, cerca de 30% foram únicos, ou seja, o paciente veio apenas uma vez, e não retornou. A grande maioria retorna para um segundo atendimento e continua o acompanhamento até atingir o limite máximo de 5 sessões.

A partir do momento em que é identificada a necessidade de um tratamento específico, é realizado o devido encaminhamento, que pode ser feito desde o primeiro atendimento no Plantão. A maioria dos que precisam de um acompanhamento terapêutico continuado é encaminhada para o Serviço de Psicologia, ou outra instituição que possa acolher a demanda, e então a pessoa passa a aguardar o atendimento nos estágios curriculares ou em outros projetos de extensão existentes.

O que vem sendo observado é que os atendimentos do Plantão estão contribuindo para reduzir a fila de espera da clínica-escola, pois muitos pacientes estão conseguindo obter melhora e encontrando soluções para seus problemas não precisando mais retornar. Os pacientes conseguem obter suporte para lidar com suas questões, percebendo-as por ângulos não observados e reavaliando recursos e fontes de apoio antes não consideradas.

O desenvolvimento do Plantão Psicológico permite a sedimentação do atendimento junto à população, pois, gradativamente, vai se tornando uma referência para os momentos de crise. Também favorece o caráter transdisciplinar do Serviço de Psicologia, oferecendo, desta forma, uma melhor formação profissional aos discentes. Assim, se configura como uma possibilidade de capacitação e instrumentalização profissional, assim como um cenário rico de pesquisas e análises da prática clínica e, sobretudo, como uma atividade de promoção de saúde e qualidade de vida para todos que procuram atendimento psicológico.

Além disso, contribui para a construção de uma clínica comprometida com a emergência de novos sentidos e possibilidades de ajuda e para fomentar uma clínica contemporânea envolvida com a dimensão política e social, na qual o profissional precisa repensar sua prática de acordo com a realidade em que se insere (AMORIM, ANDRADE & BRANCO, 2015). Neste sentido, cabe aqui discutir os desafios enfrentados no desenvolvimento do Plantão Psicológico diante da realidade e do contexto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e da cidade de Santo Antônio de Jesus.

Do ponto de vista institucional, o atendimento de Plantão pede uma sistematicidade do serviço oferecido não só no local de oferecimento, mas na rede de assistência à população. No entanto, a cidade de Santo Antônio de Jesus ainda apresenta uma rede de saúde muito fragilizada, com grande desarticulação entre os serviços e os diferentes equipamentos de apoio psicossocial. Esta questão pode ser observada quando a equipe do Centro de Assistência Psicossocial - CAPS foi substituída em decorrência da mudança de gestão municipal e grande parte das atividades precisou ser suspensa até a contratação de novos profissionais. Dessa forma, o Plantão passou a receber inúmeros pacientes do CAPS que não encontravam atendimento em outros locais. Do mesmo modo, o encaminhamento de pacientes em situação grave muitas vezes não pode acontecer, pois não há oferta de atendimento psicológico gratuito ou de baixo custo na cidade que possa atender à grande procura. Isso faz com que os pacientes fiquem desacreditados quanto à possibilidade de assistência, uma vez que são colocados em listas de espera.

Para Mafhoud (1999) com poucos recursos de saúde mental disponíveis à população brasileira, somados à pouca informação a respeito da especificidade e diversidade de cada área profissional envolvida, a tendência tem sido a de que os serviços oferecidos se fixem em algumas prioridades definidas pelos casos mais graves como acontecem nos CAPS e Ambulatórios de Saúde Mental. Assim quem vive uma ansiedade ante alguma dificuldade circunstancial ou ante a necessidade de se localizar quanto às possibilidades de recursos de atenção psicológica, normalmente permanece à margem, sem um espaço adequado onde ser acolhido e ajudado a lidar melhor com seus recursos e limites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais da psicologia têm enfrentado muitas demandas ao se inserirem no setor da saúde, seja no espaço público ou privado. A expectativa em relação ao trabalho no campo da saúde mental vem, na maior parte das vezes, marcada pela concepção mecanicista e biomédica do processo saúde e doença. Assim, somos convocados a repensar o saber/fazer psicológico como um espaço que, antes de tudo, se caracteriza por acolher o sofrimento e a urgência de quem precisa e o plantão psicológico enquanto uma modalidade clínica que ressignifica o papel do psicólogo e as amarras dos consultórios.

Uma modalidade que coloca em cena a necessidade de acolher e rever os discursos, práticas e saberes em torno da prática clínica. O psicólogo precisa estar aberto para essa alteridade onde quer que o ser humano se encontre. Se a “resposta-padrão” do psicólogo é atendimento psicoterapêutico – como tem sido sua especialização no consultório e outras instituições – parece não haver como responder à demanda que lhe é feita naquele preciso momento e por aquela pessoa específica.

Pode se pensar que o Plantão se configura como um serviço à disposição de quem solicita a atenção psicológica, ultrapassando a noção de clínica enquanto dimensão física/espacial ou prática de consultório, expandindo e se legitimando em diversos contextos. Assim, podemos dizer que o Plantão se constitui como uma prática clínica da contemporaneidade, na medida em que promove uma abertura para o novo, para o inesperado e oferece um espaço de escuta a alguém que se encontra em sofrimento. Tal escuta pode viabilizar a construção e/ou reconstrução de sentidos mais próprios e singulares na busca do equilíbrio emocional. A proposta do plantão é justamente criar condições para que aquele que sofre possa encontrar seus caminhos de modo mais autêntico e com o apoio quando for necessário.

A procura por uma escuta terapêutica pode ser o primeiro passo em direção à mudança e à transformação pessoal e social. Questionar-se, problematizar e falar sobre o que o leva à clínica tem-se mostrado como ferramentas eficazes para esta direção, pois é através do discurso que o sujeito cria possibilidades de ressignificação, permitindo a inserção de novas formas de concepção dos sentidos, dos significados, das práticas e de si próprio.

A experiência do Plantão no Serviço de Psicologia da UFRB apresenta-se como uma intervenção clínica importante para aquele que foi atendido, bem como um campo privilegiado de aprendizagem para o estudante de psicologia. Ressalta-se também que a experiência do Plantão permite aos extensionistas tematizar as possibilidades de ampliação da formação profissional, discutir alternativas de atuação adequadas às demandas sociais e problematizar o Plantão como uma modalidade de atendimento clínico em diferentes contextos. A vivência do Plantão proporciona uma aprendizagem significativa para a futura atuação, por possibilitar uma ampliação do olhar clínico, ao permitir o contato com o inusitado, do atendimento único, o que se constitui um desafio constante que precisa ser enfrentado.

O plantonista percebe a necessidade de se dispor a acompanhar o cliente em sua narrativa, construindo um caminho que permitirá a construção de uma nova possibilidade de compreender o vivido na qual são coparticipes. Acredita-se, assim, que o Plantão traz benefícios para os discentes, para a universidade e, acima de tudo, para a comunidade em geral, através da ampliação das possibilidades de acolhimento e da consolidação deste serviço como uma referência em atenção psicológica na cidade de Santo Antônio de Jesus.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, F.; ANDRADE, A. & BRANCO, P. Plantão psicológico como estratégia de clínica ampliada na atenção básica em saúde. *Contextos Clínicos*, vol. 8, n. 2, 2015, p.141-152.
- BRESCHIGLIARI, J.; JAFELICE, G. Plantão Psicológico: ficções e reflexões. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 35, n. 1, 2015, p. 225-237.
- CARNEIRO, V. Plantão psicológico: uma modalidade clínica no Serviço de Psicologia da UFRB. In: AIRES, S. e KURATANI, S. (Orgs.). *O serviço de psicologia na universidade*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2017. 240 p.
- CURY, V. Plantão psicológico em clínica-escola. In: MAHFOUD, M. (Org.). *Plantão psicológico: novos horizontes*. São Paulo: Editora Companhia Ilimitada, 1999, p.115-133.
- DOESCHER, A.; HENRIQUES, W. Plantão psicológico: um encontro com o outro na urgência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, vol. 17, n. 4, 2012, p. 717-723.
- DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia*, Natal, vol. 9, n. 2, 2004, p. 381-387.
- LINARES, R. Plantão psicológico, novos horizontes. *Estudos de Psicologia*, Campinas, vol. 18, n. 1, 2001, p. 97-103.
- MAHFOUD, M. A vivência de um desafio: Plantão psicológico. In: MAHFOUD, M. (Org.). *Plantão psicológico: novos horizontes*. São Paulo: Editora Companhia Ilimitada, 1999.
- MORATO, H. T. P. Pedido, queixa e demanda no Plantão Psicológico: querer poder ou precisar? VI Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituição – Psicologia e Políticas Públicas. Vitória: UFES, 2006.
- REBOUCAS, M.; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. *Revista Abordagem Gestáltica*, Goiânia, vol. 16, n. 1, 2010, p. 19-28.
- ROCHA, M. Plantão psicológico: desafios e potencialidades. In: BRESCHIGLIARI, J. e ROCHA, M. (Orgs.). *Serviço de aconselhamento psicológico: 40 anos de história*. Instituto de Psicologia/USP. São Paulo: SAP, 2009, p.103-120.
- SCHMIDT, M. Plantão psicológico, universidade pública e política de saúde mental. *Estudos de Psicologia*, Campinas, vol. 21, n.3, 2004, p.173-192.
- SCORSOLINI-COMIN, F. Plantão psicológico e o cuidado na urgência: panorama de pesquisas e intervenções. *PSICO-USF*, Bragança Paulista, vol. 20, n. 1, 2015, p. 163-173

PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS, UMA ABORDAGEM EM SAÚDE COLETIVA

PROMOTION OF FOOD HEALTH AND SAFETY, A COLLECTIVE HEALTH APPROACH

Jamille da Conceição Souza

Discente de Nutrição pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. jamille.souza27@gmail.com

Resumo

O crescente aumento da oferta de produtos alimentícios tem elevado o nível de exigência dos consumidores. O presente estudo tem por objetivo sensibilizar funcionários de supermercados de um município do Recôncavo da Bahia para a importância das boas práticas de manipulação de alimentos. Foi realizada uma ação em Boas Práticas de Manipulação de alimentos para funcionários de supermercados, abordando as inadequações mais recorrentes entre 2015 e 2017 nos supermercados inspecionados no município. Dos quinze supermercados convidados cinco participaram da ação. De acordo com a avaliação dos participantes quanto a ação, 90% a classificaram como ótima. Nota-se que os supermercados do referido município, precisam vislumbrar mais e melhores estratégias de lucratividade e satisfação do cliente, tendo em vista que, a padronização de um serviço com qualidade e responsabilidade quanto a manipulação dos alimentos é comprovadamente resultado da adoção das BPM associado a presença de um profissional habilitado (nutricionista) a equipe do estabelecimento. Em síntese, considerando a quantidade de inadequações encontradas e discutidas, percebe-se a necessidade de momentos regulares de educação continuada como atividade de rotina dos funcionários, planejadas por profissionais habilitados para a sua execução e acompanhamento.

Palavras-chave: Boas práticas de manipulação. Supermercados. Vigilância Sanitária.

Abstract

The growing increase in the supply of food products has raised the level of consumer demand. The present study has the objective of training employees of supermarkets of a city of the Recôncavo of Bahia to the importance of good practices in food handling. Was held an action in the Good Practices of food Handling to employees of supermarkets, addressing the inadequacies of the most recurrent between 2015 and 2017 in the supermarkets inspected in the municipality. Of the fifteen supermarkets invited, five participated in the action. According to the evaluation of the participants as the action, with 90% rated as great. Was observed that the supermarkets of the said municipality, need to glimpse more and better strategies for profitability and customer satisfaction, in view of that, the standardization of a service with quality and responsibility as the manipulation of food is arguably a result of the adoption of the BPM associated with the presence of a trained professional (nutritionist) the team of the establishment. In summary, considering the amount of mismatches found and discussed, there is clearly a need for regular times of continuous education as an activity of routine of staff, planned by skilled professionals for their implementation and monitoring.

Keywords: Good handling practices. Supermarkets. The Health Surveillance.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade o crescente aumento da oferta de produtos alimentícios tem elevado cada vez mais o nível de exigência dos consumidores. Em decorrência da variedade de marcas, tipos e preços a qualidade deixou de ser um diferencial competitivo, tornando-se uma necessidade para a permanência no mercado. Ao referir-se a qualidade e segurança dos alimentos, no mínimo dois aspectos devem ser considerados, as características dos produtos e a ausência de perigos, atributos esses que atraem o consumidor à compra (COLETTI, 2012).

De acordo com Pedroso e Bernardino (2016), o controle de qualidade é de fundamental importância uma vez que, demanda as boas práticas nos processos de higiene e manipulação de alimentos, tornando-os seguros, já que esta contaminação pode ocorrer no próprio ambiente de produção, no uso de matéria-prima contaminada, no armazenamento inadequado ou no processo de manipulação. Tal situação contrasta com a comercialização segura de alimentos e pode ocorrer pela falta de conhecimento, negligência do manipulador de alimentos, inadequação do espaço de trabalho e locais de armazenamento ou, ainda por deficiências na limpeza de equipamentos e higiene pessoal.

O consumidor tem acesso ao alimento por vários meios, o principal deles é o supermercado. As normas sanitárias vigentes além de certificar a qualidade dos alimentos comercializados, auxilia na diminuição de perdas, contribuindo para maior lucratividade ao comércio. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é o órgão responsável pela proteção da saúde do cidadão, não atua isoladamente no controle, advertência e punição, mas também na orientação e educação para garantir a segurança de produtos e serviços submetidos à Vigilância Sanitária (VISA), voltados ao consumidor (PEDROSO e BERNARDINO, 2016).

Considerando o avanço tecnológico, toda a sua influência no processo de compra e venda, a diversidade dos produtos disponíveis, a crescente busca por produtos que advém de supermercados, a manipulação de alimentos que ocorrem em tais estabelecimentos e os possíveis riscos à saúde pública o presente estudo tem por objetivo geral contribuir para sensibilizar funcionários de supermercados de um município do Recôncavo da Bahia quanto a importância das Boas Práticas de Manipulação de alimentos (BPM)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar ação de Boas Práticas de Manipulação de alimentos à funcionários de supermercados;
- Contribuir para a qualidade dos alimentos comercializados;
- Contribuir para a segurança dos consumidores;
- Colaborar para melhorias dos serviços prestados por tais estabelecimentos;
- Retomar e fortalecer ações de educação continuada realizadas pela VISA.

METODOLOGIA

A técnica metodológica empregada foi a metodologia ativa, a qual caracteriza-se pelo envolvimento de todos no processo de construção e socialização do saber (PAIVA, 2016). O percurso metodológico se baseou em dados secundários de inspeções realizadas entre 2015 e 2017, em que se realizou um levantamento das inadequações mais frequentes com o intuito de orientar os temas a serem abordados e posteriormente a realização de uma oficina com duração de 3 horas, para o desenvolvimento de uma ação construtiva e participativa entre todos.

Acerca dos aspectos éticos foi elaborada e assinada uma declaração pela secretária de saúde do município no Recôncavo da Bahia autorizando a utilização dos dados das pastas para o estudo, assim como foi elaborado e assinado pelos participantes da oficina uma lista informando quanto a proposta da atividade.

A partir da vivência no estágio em Saúde Coletiva na Vigilância Sanitária (VISA) em um município do Recôncavo da Bahia, percebeu-se que as discussões em Boas Práticas de Manipulação de alimentos (BPM) são em sua maioria voltadas à funcionários de restaurantes devido ao contato direto com os alimentos (BARBOSA, 2014 e MEDEIROS, 2017), entretanto, os supermercados também possuem tal característica que pode representar um risco sanitário à saúde da população, assim se optou por realizar uma oficina de BPM de alimentos para funcionários de supermercados de um município.

Para divulgação da oficina e convite dos funcionários, foram contatados os responsáveis pelos supermercados analisados e posteriormente, entregues os convites impressos em cada estabelecimento.

Como dinâmica metodológica, os participantes fizeram uma breve apresentação de si (nome e setor onde trabalham no supermercado) e do que sabem a respeito da VISA para discussão em grupo, em seguida, foi proposto uma situação-problema em que, os participantes identificaram as inadequações de uma situação fictícia e discutiram entre si. Posteriormente, com auxílio de slides, as demais abordagens foram realizadas por meio de perguntas, imagens e jogos para identificação dos erros. Na tentativa de estimular a participação de todos, fez-se a caixa da dúvida, em que os participantes anotariam suas dúvidas e depositariam nesta caixa para que ao final da atividade estas fossem discutidas.

Como forma de avaliação da ação, adotou-se uma ficha avaliativa de satisfação contendo a escala facial: ótimo, bom e ruim para os participantes escolherem a que melhor representasse a sua avaliação e anotassem suas impressões quanto à ação, sendo essas fichas depositadas na caixa da dúvida. Como instrumento de divulgação do que foi abordado durante o encontro foi entregue aos participantes um folder informativo com orientações de BPM de alimentos próprias para supermercados, o qual foi elaborado anteriormente pelo Setor da VISA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos quinze supermercados convidados, cinco participaram totalizando dez funcionários no encontro. A partir da análise desses dados, pode-se sugerir que a adesão dos supermercados deste município à participação em momentos de educação continuada em BPM ainda não é expressiva, tendo em vista que 33,33%, menos da metade dos estabelecimentos convidados fizeram-se presentes.

Na tabela 1 são exibidas as inadequações mais frequentes em ordem decrescente encontradas a partir da análise das inspeções realizadas entre 2015 e 2017. Com tais dados percebe-se a necessidade e importância do nutricionista compor a equipe de um supermercado, o monitoramento das práticas laborais só é possível ser realizado por meio da educação continuada que deve ser realizada pelo responsável técnico do estabelecimento, não dependendo apenas das ações da VISA (BRASIL, 2009).

É necessário um trabalho conjunto, de forma que os colaboradores dos supermercados sintam-se corresponsáveis pelo bom andamento das práticas de manipulação de alimentos e, conseqüentemente, pela segurança alimentar dos consumidores.

Tabela 1. Inadequações mais frequentes nos supermercados de um município do Recôncavo da Bahia entre 2015 e 2017

Açougueiros sem uso da luva de aço; alimentos em contato com o chão e piso de câmara fria;

Falta de papel toalha, sabão líquido e/ou lixeira com pedal para funcionários;

Produtos de origens distintas armazenados juntos; produtos fracionados e manipulados sem etiqueta de identificação;

Aberturas sem telas milimétricas;

Higienização e organização precária; presença de papelão;

Freezer, refrigerador e câmaras desorganizadas e sujas;

Papelão nos pallets; produtos avariados juntos com produtos válidos;

Troca de filtro do bebedouro; objetos em desuso;

Lâmpadas sem proteção; reaproveitamento de embalagens para armazenamento dos alimentos;

Lixeiras quebradas e sem tampa; presença de ventilador nas áreas de alimentos;

Armazenamento de alimentos em caixas de papelão;

Comercialização de medicamentos;

Manipuladores em uso de adornos e pontos de infiltração.

Durante a ação, os participantes afirmaram que em empregos anteriores, já haviam participado de outros momentos sobre BPM e relataram suas impressões sobre o que conheciam a respeito das BPM e da VISA, que se basearam em: cuidar da saúde e segurança da população, fiscalizar, seguir as normas e legislações, entretanto, estas falas remetem para uma percepção limitada sobre a atuação integralizada da VISA, a partir das falas notou-se uma visão fragilizada e fragmentada quanto a educação continuada como também atribuição da VISA.

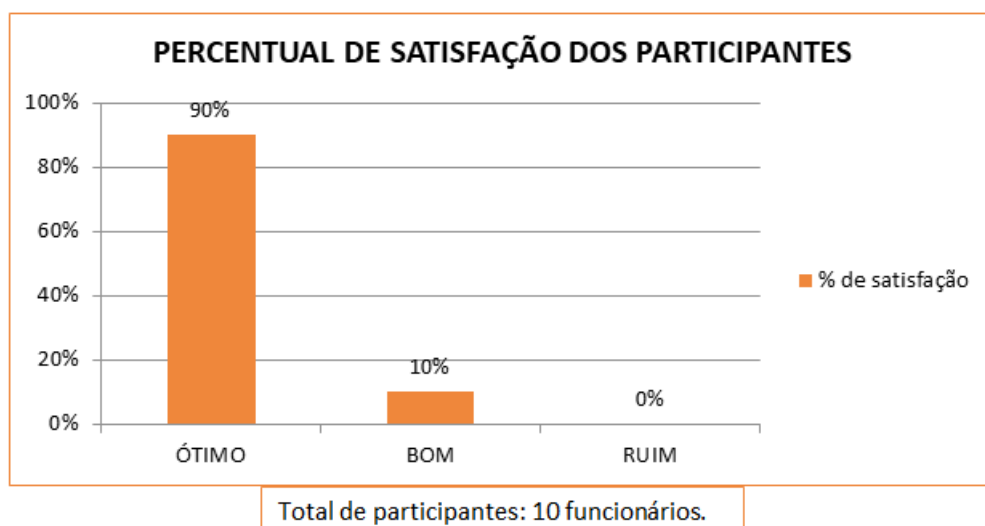
Assim, conforme relatado pelos próprios participantes fica evidente a necessidade de mais atividades como essa, para reforçar e/ou acrescentar saberes, atualizando-se quanto as BPM e dando evidência a função educativa da VISA.

Nas colocações dos participantes ficou nítido a necessidade de uma atuação mais frequente da VISA nos supermercados: “deveria intensificar a fiscalização dos mercados na cidade” (participante Mar) “era para vigilância ir mais nos supermercados constantemente” (participante Sol). Todavia, diante dos desafios enfrentados pela equipe VISA, redução quantitativa da equipe, transporte para diversos setores da secretaria de saúde e por consequência, acúmulo de trabalho (VILELA, 2012), fica difícil a realização de tais atividades de educação continuada como mais uma das ações a ser realizada regularmente pela equipe. Dessa forma, a proposta da ação é que esta seja uma atividade que irá integrar o cronograma dos próximos estagiários da VISA, com objetivo de estabelecer, retomar e fortalecer ações de educação continuada realizadas pela VISA.

A participação dos envolvidos foi ativa, dispensando o uso da caixa da dúvida para as perguntas que foram apresentadas diretamente, ficando a caixa reservada então para o depósito das fichas avaliativas da ação. Essa espontaneidade sugere o interesse dos participantes pela temática, o que deve ser estimulado pelo empregador já que ações voltadas a segurança dos alimentos, refletem na imagem da empresa e consequentemente na lucratividade (MACHADO, 2016).

De acordo com a avaliação dos participantes quanto a ação, dos 10 funcionários 9 (90%) a classificaram como ótima (gráfico 1), o que sugere para a continuidade de ações similares. Para a VISA municipal, esta experiência representa um projeto piloto, que terá seguimento nas próximas turmas de estagiários, devendo os temas serem propostos de acordo com as futuras inadequações mais frequentes supermercados inspecionados nos períodos de realização de cada ação e/ou reavaliar a frequência das inadequações abordadas na primeira ação, a fim de investigar se as mudanças foram permanentes ou temporárias

Gráfico 1. Satisfação dos participantes quanto à realização da ação



Segundo Rios, (2012) as discussões acerca de saúde coletiva e qualidade de alimentos, geram dúvidas e equívocos em torno de duas expressões: “segurança alimentar” e “segurança dos alimentos” entretanto, vale ressaltar que tais significados são diferentes e tem aplicabilidades distintas.

A partir dos percentuais de satisfação, é possível associar a VISA como uma prática em saúde coletiva, área da saúde que envolve o cuidado ao coletivo, que é integrada por conceitos e expressões distintas que por muitos ainda são vistas como sinônimos (OLIVEIRA e CRUZ, 2015).

A segurança alimentar refere-se a implantação de políticas públicas com o objetivo de garantir a todos cidadãos, em todas as épocas e lugar do mundo, o direito de acesso a alimentos em qualidade nutricional e quantidade apropriadas para uma vida ativa e saudável (RIOS, 2012).

Já a expressão segurança dos alimentos objetiva garantir a qualidade dos produtos comercializados (alimentos seguros), contribuindo para minimização dos níveis de contaminantes (biológicos, físicos e químicos) durante o consumo (TIBOLA e SANTI, 2008).

Dessa forma, quando fala-se da comercialização com garantia e qualidade de um alimento e produto, a expressão a ser utilizada é “segurança dos alimentos”. E na tentativa de atender essa demanda de segurança e satisfação do cliente, faz-se necessário o planejamento e aperfeiçoamento profissional de toda equipe, a integração do nutricionista a equipe de um supermercado reflete em um diferencial importantíssimo à empresa (BRASIL, 2004).

Tempos atrás, as preocupações dos consumidores em relação aos produtos comercializados eram, sobretudo, direcionadas aos resíduos químicos e pesticidas, atualmente, a principal preocupação é voltada as contaminações microbianas, tal condição, tem se mostrado cada vez mais como algo de interesse do consumidor e um dos grandes motivadores à busca por informações desse tipo são as redes sociais (RIOS, 2012).

Segundo Peretti e Araújo (2010), as empresas dos setores alimentícios que fazem das BPM parte integrada das suas rotinas de trabalho, tem retornos favoráveis, como melhoria da imagem da empresa e credibilidade diante dos consumidores e fornecedores, fixando-se e crescendo no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo algumas limitações foram perceptíveis, as quais basearam-se na baixa adesão por parte dos gestores e/ou proprietários dos estabelecimentos convidados e o curto período para realização da oficina, que baseou-se em um único encontro, tendo em vista que todo planejamento da atividade ocorreu em estágio curricular, no período de dois meses.

Nota-se que os supermercados do referido município, precisam vislumbrar mais e melhores estratégias de lucratividade e satisfação do cliente, tendo em vista que, a padronização de um serviço com qualidade e responsabilidade quanto a manipulação dos alimentos é comprovadamente resultado da adoção das BPM associado a presença de um profissional habilitado (nutricionista) a equipe do estabelecimento.

Em síntese, considerando a quantidade de inadequações encontradas e discutidas, percebe-se a necessidade de momentos regulares de educação continuada como atividade de rotina dos funcionários, planejadas por profissionais habilitados para a sua execução e acompanhamento.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. G. Alimentos seguros: percepção dos manipuladores. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. Departamento de Medicina Veterinária e Saúde Animal, São Paulo, 2014.
- BRASIL. Lei nº. 11. 346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº. 216, de 15 de setembro de 2004.
- BRASIL. Projeto de lei nº 5.599-A, de 2009. Obriga os estabelecimentos comerciais como supermercados, varejo de alimentos e similares, com mais de 10 (dez) funcionários, a contratar pelo menos um nutricionista para o controle geral dos alimentos e atendimento aos clientes.
- COLETTI, D., Gerenciamento da segurança dos alimentos e da qualidade na indústria de alimentos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de tecnologia e ciência de alimentos. Porto Alegre 2012.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTRATÉGIA EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 1ª, 2012, Goiânia. Principais dificuldades enfrentadas no setor de Vigilância Sanitária municipal Anais... Goiânia, Goiás, 2012.
- MACHADO, P. P., OLIVEIRA, N. R. F., MENDES, A, N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. Revista Saúde Sociedade, v.25, n.2, p.505-515, 2016. DOI 10.1590/S0104-12902016151741.
- MEDEIROS, M. G. G. A, CARVALHO, L. R, FRANCO, R. M. Percepção sobre a higiene dos manipuladores de alimentos e perfil microbiológico em restaurante universitário. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n.2, p.383-392, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017222.17282015.
- OLIVEIRA, C. M., CRUZ, M. M. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. Revista Saúde Debate, v. 39, n. 104, p. 255-267, 2015. DOI: 10.1590/0103-110420151040385.
- PEDROSO, K. R. P. Q., BERNARDINO, P. D. L. S., Aspectos higiênico-sanitários de estabelecimento comercial do tipo supermercado de grande porte. Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia, v. 1, n. 13, p. 68-82, 2016.
- PERETTI, A. P., ARAÚJO, W. M. C. Abrangência do requisito segurança em certificados de qualidade da cadeia produtiva de alimentos no Brasil. Gest. Prod. São Carlos, v.17, n.1, p.35-49, 2010.
- RIOS, T. C., Boas Práticas em supermercados e na Central de armazenamento e distribuição. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de tecnologia e ciência de alimentos. Porto Alegre 2012.
- TIBOLA, C. S., SANTI, A. Segurança alimentar X Segurança de alimentos. Revista Plantio Direto, Passo Fundo, v.17, n.106, p.39-40, 2008.

VI VERSUS NO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

VI VERSUS IN THE SÃO FRANCISCO RIVER VALLEY: AN EXPERIENCE OF REPORT

Mithaly de Jesus Teixeira

Bacharel em Saúde e Graduanda de Medicina da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
mithalyjteixeira@gmail.com

Jussara Araújo Rodrigues

Graduanda do Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. sarah.univasf2014.1@outlook.com

Emanuel Ribeiro da Silva Matos

Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB.
emanuel-matos@hotmail.com

Débora Senna Benatti

Graduanda do Curso de Medicina da Universidade de Pernambuco - UPE. debora.senna.benatti@hotmail.com

Ionara Magalhães de Souza

Mestra em Saúde Coletiva, Professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. ionaramagalhães@ufrb.edu.br

Resumo

O VER-SUS é um projeto do Ministério da Saúde que visa proporcionar a estudantes de graduação uma imersão no Sistema Único de Saúde (SUS) e assim estimular a formação de trabalhadores comprometidos eticamente com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e que se entendam como atores sociais, agentes políticos capazes de promover transformações. Esse artigo tem por objetivo relatar a experiência de graduandos da área da saúde no projeto “Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde do Brasil (VER-SUS Juazeiro-BA/Petrolina-PE)”. Essa experiência ocorreu em janeiro de 2018, a partir de uma imersão teórica, prática e vivencial no sistema de saúde local. As atividades realizadas incluíram discussões em grupo, oficinas, rodas de conversa e visitas a diversos equipamentos de saúde e a comunidades tradicionais. Essas atividades possibilitaram aos estudantes desenvolver uma série de reflexões sobre o SUS, seu processo de construção e as dificuldades para sua consolidação. Além de contribuir para a formação profissional, o VER-SUS também oportuniza o fortalecimento da integração ensino-serviço, a troca de saberes e a aproximação entre universidade e sociedade.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Educação permanente. Formação profissional.

Abstract

VER-SUS is a project of the Brazilian Ministry of Health that aims to provide undergraduate students an immersion in the Unified Health System (SUS) and thus to stimulate the formation of workers ethically committed to the principles and guidelines of the Unified Health System and that understood themselves as social actors, political agents capable of promoting transformations. This article aims to report the experience of undergraduate students in the project “Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde do Brasil (VER-SUS Juazeiro-BA/Petrolina-PE)”. This experience occurred in January 2018, based on a theoretical, practical and experiential immersion in the local health system. Activities included group discussions, workshops, and visits to various health facilities and traditional communities. These activities enabled the students to develop a series of reflections about the SUS, its construction process and the difficulties for its consolidation. In addition to contributing to vocational training, VER-SUS also allows the strengthening of teaching-service integration, the exchange of knowledge and the approximation between university and society.

Keywords: Unified Health System (SUS). Continuing education. Professional Training.

INTRODUÇÃO

OVER-SUS é um projeto voltado para a formação em saúde criado em 2004 por iniciativa do movimento estudantil com o apoio do Ministério da Saúde, em parceria com a Associação Brasileira de Rede Unida, Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), União Nacional dos Estudantes (UNE), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). Realizado em âmbito nacional, proporciona a estudantes de graduação conhecer os mais variados contextos e dispositivos que abrangem as ações e os serviços de saúde, promovendo espaços de aprendizado e valorização da experiência, da cultura e do saber popular dos mais diferentes povos.

O VER-SUS foi influenciado por experiências pioneiras, como os Interdisciplinares de Vivências (experiência de imersão em assentamentos de reforma agrária) e o Estágio Nacional de Extensão em Comunidade (ENEC) da Universidade Federal da Paraíba, o Estágio Nacional Interdisciplinar de Vivência no SUS (ENIV-SUS), os Estágios Locais de Vivência no Sistema Único de Saúde (ELV-SUS), o Projeto Escola de Verão, e a Vivência-Estágio na Realidade do SUS no Rio Grande do Sul (VER-SUS/RS). O Projeto Piloto do VER-SUS no Brasil foi desenvolvido no Rio Grande do Sul, em 10 municípios com 100 participantes que atuavam nos movimentos estudantis e logo se estendeu para outros estados brasileiros.

O VER-SUS sofreu influência do contexto social e político da época, marcado por, dentre outros acontecimentos, pela promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos da Saúde (DCNs), entre o final dos anos 1990 e início de 2000; pelas greves nas universidades públicas, em 2001; pelo início do governo Lula, em 2003; pela realização do Fórum Social Mundial, em 2003. (MARANHÃO; MATOS, 2018)

A partir desses movimentos, muitos espaços foram desenvolvidos com o intuito de contribuir para a formação multiprofissional e interdiscipli-

nar, para o fortalecimento da articulação inter-setorial, interinstitucional e da integração ensino-serviço, gestão do trabalho e controle social na área da saúde. Um marco histórico alcançado consistiu na publicação da Portaria 198/GM/MS, em 13 de fevereiro de 2004 que dispôs sobre a Política de Formação e Desenvolvimento para o SUS – Educação Permanente em Saúde. (FERLA et al., 2013)

No Vale do São Francisco, a primeira edição do VER-SUS foi realizada em 2013, no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, polo Petrolina. O evento foi composto por 42 pessoas, entre estudantes e integrantes do Movimento Sem Terra. O Vale do São Francisco contempla dois estados, Pernambuco e Bahia, o que faz com que a rede de atenção à saúde apresente algumas particularidades, características que possibilitam uma experiência mais rica para os participantes. (PINHO et al., 2016)

Os estágios de vivência são elaborados por estudantes para estudantes, com foco principal em acadêmicos da área da saúde, no entanto, graduandos de outros cursos podem participar dessa experiência, assim como os membros de movimentos sociais. O evento é realizado no período das férias e, tem como objetivo principal aproximar o universitário da realidade do SUS, dos mais diversos equipamentos de saúde, e por meio de metodologias ativas, possibilitar ao acadêmico desenvolver um pensamento crítico e político. (KRETSCHMER, 2015; RAMOS et al., 2016)

Nessa perspectiva, esse artigo tem como objetivo relatar a experiência de graduandos da área da saúde no projeto “Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde do Brasil (VER-SUS Juazeiro-BA/Petrolina-PE)”.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a participação de graduandos de cursos da área da saúde (Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Bacharelado em Enfermagem e Bacharelado

em Medicina) no projeto “Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde do Brasil (VER-SUS Juazeiro-BA/Petrolina-PE)”, em sua sexta edição, Enquanto dispositivo, esse projeto pretende estimular a formação de trabalhadores para o SUS, comprometidos ética-politicamente com o Sistema Único de Saúde que sejam capazes de promover transformações sociais.

O VER-SUS ocorreu a partir de uma imersão teórica, prática e vivencial no sistema de saúde de Juazeiro e Petrolina - no Vale do São Francisco e seus territórios de abrangência durante os dias 06 de janeiro e 13 de janeiro de 2018. Nessas imersões, o participante, chamado de vivente, deve estar disponível para participar das atividades do projeto durante todo o período. Nessa edição, o Projeto contou com a participação de 29 viventes (estudantes de graduação na área da saúde, de outros cursos e de movimentos sociais), além de facilitadores (pessoas que já experienciaram o VER-SUS) e comissão organizadora. Nos oito dias de vivência, os participantes ficaram hospedados juntos para que os momentos de diálogo e troca de experiências relacionados às vivências diárias fossem mais proveitosos. Para isso, foi disponibilizado para os participantes: hospedagem, alimentação, transporte e material didático.

Para essa vivência, a comissão idealizadora e organizadora, estrategicamente, escolheu serviços e equipamentos de saúde da região que dialogassem com a temática desta edição: dispositivos da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Por compreender que a região do semiárido tem especificidades territoriais, a vivência foi realizada também no Acampamento Abril Vermelho, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Por compreender que a promoção da saúde da população não acontece apenas em espaços formais institucionalizados, outros espaços também foram incluídos e valorizados como locais de vivência, a exemplo da Associação de Pescadores Ilha do Fogo e do Ilê Asé Ayrá Onyndancor.

Nos três primeiros dias da vivência, os viventes ficaram acomodados no Acampamento Abril Vermelho (MST) e, nos dias consecutivos, ficaram alojados em salas de aula da Universidade Federal do Vale do São Francisco no município de Juazeiro-BA. O transporte para os espaços da vivência nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE foi fornecido pela Universidade.

Ainda no acampamento, os viventes foram subdivididos em cinco Núcleos de Base (NB), cada núcleo contava com a presença de um facilitador. Ao final das atividades diárias, o grupo se reunia para debate, o que favoreceu uma maior aproximação entre os integrantes e fomentou a discussão sobre a necessidade de formação de profissionais mais éticos e comprometidos com a Saúde Coletiva.

Antes do início das atividades, os viventes foram orientados a produzir um portfólio com o relato das atividades desenvolvidas durante a experiência no projeto. Os viventes tinham liberdade e autonomia para a construção do portfólio, podendo se utilizar de múltiplas linguagens: música, poesia, fotos ou relatórios, diários. No final da vivência, dois diários deveriam ser gerados: um contendo as experiências pessoais e, outro, resumindo as discussões dos Núcleos de Base. Os diários deveriam ser postados na plataforma OTICS/ VER- SUS para fins de certificação e de domínio público.

Em todos os cenários foram fomentadas a participação e problematização sobre as múltiplas realidades do SUS. As atividades desenvolvidas a partir de rodas-de-conversa, oficinas didático-pedagógicas, visitas preconizavam o aprofundamento teórico de uma temática como referencial. As discussões foram baseadas nas políticas públicas enquanto efetivação jurídica do direito à saúde para grupos populacionais específicos. Desse modo, a produção do conhecimento esteve fundamentada na Política Nacional de Atenção Básica, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais,

travestis e transexuais (LGBT), Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das águas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades realizadas durante o período da vivência proporcionaram uma série de reflexões sobre o processo de construção, desafios e a sustentabilidade do SUS, assim como, políticas de saúde destinadas a grupos populacionais específicos, a importância da formação inteprofissional e interdisciplinar, os movimentos sociais e o controle social. As vivências realizadas em comunidades tradicionais e o diálogo com os movimentos sociais reforçaram a compreensão de que o SUS é um patrimônio, um direito conquistado pelo povo, no qual a participação popular é essencial para a sua consolidação. Além disso, a integração ensino-serviço permitiu uma troca de saberes entre a Universidade e a sociedade, fortalecendo os compromissos do SUS com a formação de recursos humanos para a saúde.

Nesse sentido, o projeto se fundamenta na promoção do diálogo e de relações horizontalizadas, oportunizando a imersão dos viventes em territórios marginalizados. Dessa forma, favorece a problematização a partir de leituras da realidade, visando mobilizar os viventes, estimular o compromisso e a transformação social. O tema escolhido para essa edição, "Promover Saúde a partir dos Povos na Luta pelo Fortalecimento do SUS", reforça a importância da valorização das comunidades na construção das políticas públicas de saúde, bem como, do respeito à participação popular durante as decisões políticas sobre os rumos do SUS.

Segundo Boff (2004, p. 9), "a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam" (BOFF, 2004, p. 9). Dessa forma, as vivências e o contato com diversas realidades sanitárias impõem-se como condições essenciais para a formação em saúde. Nesse sentido, o VER-SUS destaca-se como uma estratégia político-pedagógica significativa, que oportuniza aos graduandos conhecer a configuração e operacionalização da Rede de Atenção à Saúde.

A compreensão de saúde dos diferentes grupos populacionais foi um aspecto bastante enriquecedor durante a vivência. A aproximação com esses atores sociais possibilitou compreender a importância do princípio da integralidade

no acesso a bens e serviços. É de grande importância ressaltar que as discussões eram realizadas desprezadas de formalidade e monotonia e se preconizou a presença de representantes dos grupos populacionais discutidos e de membros dos movimentos sociais como protagonistas dos espaços de discussão.

No Acampamento Abril Vermelho do MST foram realizadas rodas de conversa com a participação dos moradores locais e de militantes de alguns movimentos sociais inseridos nessa realidade, como o Movimento dos Atingidos por Barragens e das Comunidades de Fundo de Pasto. As rodas versaram sobre movimentos sociais, modelos de produção capitalista e controle social. No Ilê Asé Ayrá Onyndancor, as rodas de conversa contaram com a participação de representantes da umbanda e do candomblé e a discussão esteve voltada para o racismo e as repercussões sobre a saúde da população negra. Na associação de pescadores da Ilha do Fogo, os viventes dialogaram com um líder local sobre a saúde da população do campo e da floresta e das águas.

Um aspecto bastante valorizado durante a vivência foi a interdisciplinaridade, expressa, por exemplo, na diversidade de áreas de formação dos viventes. Foram selecionados participantes dos cursos de Medicina, Farmácia, Medicina Veterinária, Psicologia, Enfermagem, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e Engenharia Sanitária da UNIVASF, e de outras instituições de ensino superior localizadas na Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

A interdisciplinaridade também se efetivou durante as visitas realizadas aos dispositivos de saúde, quando os estudantes puderam conhecer melhor a realidade de diversos níveis de atenção, manter interlocução com profissionais de diversas áreas e compreender como se consolida o processo de trabalho das equipes de saúde em diferentes contextos. Foi possível vivenciar e discutir algumas particularidades da realidade local, como a estruturação de uma rede de saúde interestadual, denominada Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco (Rede PEBA), primeira Região Interestadual de Saúde do país, envolvendo a macrorregião Norte da Bahia, com

sede em Juazeiro, e a macrorregião Sudoeste de Pernambuco, sede em Petrolina (rede PEBA), compreendendo, na sua conformação inicial, 55 municípios. (RODRIGUES, 2016)

CONCLUSÃO

O VER-SUS no Vale do Rio São Francisco possibilitou aos estudantes uma imersão na realidade de saúde local e o fortalecimento do vínculo entre a universidade e a sociedade, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos ética e politicamente com a Saúde Coletiva. Experiências como essa são especialmente importantes na atual conjuntura social, econômica e política brasileira, haja vista que a integração ensino-serviço-gestão-controle social é necessária não apenas para contribuir com formação de profissionais sensíveis e tecnicamente competentes para atender as necessidades de saúde de sujeitos e coletividades, como também para auxiliar no processo de fortalecimento e defesa de um SUS democrático e participativo.

A imersão favoreceu o processo de transformação da subjetividade de cada vivente, facilitador e de cada membro da comissão organizadora, pois ao passar por esses meios de subjetivação (movimentos sociais, diálogos interdisciplinares, convivência com graduandos de diferentes cursos), uma nova subjetividade foi constituída e tantas outras foram ressignificadas.

Ademais, é importante que esse projeto de vivência no SUS tenha sustentabilidade e maior financiamento do Estado, que seja proporcionado um maior número de edições do VER-SUS, e se descentralize, de modo a assegurar a participação de um maior número de acadêmicos de diferentes regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 2004
- BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Abril 2017. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9777>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- FERRAZ et al., 2013. VER-SUS Brasil: Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde. Porto Alegre: Rede Unida, 2013. Disponível em: <<http://www.otics.org/estacoes-de-observacao/versus/acervo/caderno-de-textos-do-ver-sus-brasil/caderno-de-textos-do-ver-sus-brasil-documento-eletronico>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- KRETSCHMER, Andressa Carine. Vivências e estágios no SUS: ênfase na atenção primária em saúde. Experiência, Santa Maria, UFSM, v. 1, n. 2, p. 87-97, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/download/19541/pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2018
- MARANHAO, Thaís; MATOS, Izabella Barison. Vivências no Sistema Único de Saúde (SUS) como marcadoras de acontecimentos no campo da Saúde Coletiva. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 22, n. 64, p. 55-66, mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000100055&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- PINHO, Arthur Antunes de Souza et al. Vivenciando o SUS no Vale do São Francisco: Importância do protagonismo estudantil e da militância na construção das políticas de saúde no Semiárido Nordeste. Múltiplos cenários do VER-SUS: vivências e estágios de norte a sul do Brasil / Alcindo Antônio Ferla. [et al.] organizadores. – Porto Alegre: Rede Unida, 2016. 214 p.: il. Disponível em: <<http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-cadernos-de-saude-coletiva/multiplos-cenarios-do-ver-sus-vivencias-e-estagios-de-norte-a-sul-do-brasil>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- RAMOS, Tierle Kosloski. Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde - Versus: Relato de Experiência. Revista enfermagem UFPE online, Recife, v. 10, n. 12, p. 4687-4691, dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/11539/1344>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- RODRIGUES, Raquel Miguel et al. Conexões com a produção do cuidado na Rede Interestadual de Saúde Pernambuco-Bahia - Rede PEBA: trilhas e trilhos de uma pesquisa compartilhada. Suplemento Revista Saúde em Redes v.2 n.1, 2016. Disponível em: <<http://conferencia2016.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso/2016/paper/view/5643>>. Acesso em: 20 abr. 2018
- VERSUS BRASIL. VIVÊNCIAS E ESTÁGIOS NA REALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Disponível em: <<http://www.otics.org.br/estacoes-de-observacao/versus/versus/apresentacao>>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- VILELA, Elaine Morelato and MENDES, Iranilde José Messias. Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico. Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. v. 11, n. 4, p. 525-531, 2003.

BORDADEIRAS DA ILHA (SANTO AMARO/BA), UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE VIDA E DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

BORDADEIRAS DA ILHA (SANTO AMARO/BA), A NARRATIVE ABOUT THE EXPERIENCE OF LIFE AND UNIVERSITY EXTENSION

Thaís Fernanda Salves de Brito

Docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB. thaisbrito@ufrb.edu.br

Resumo

Este relato narra a experiência de um projeto de educação patrimonial, realizado por meio da prática de bordados, com mulheres que são parte de uma comunidade estigmatizada - nos mais variados níveis - na cidade de Santo (Bahia). O texto busca reconstruir brevemente a história sobre como um projeto foi se inserindo na vida das mulheres, provocando-as à leitura do espaço e da natureza que o compõem, tentando minimizar as distâncias entre universidade e comunidade, e estimulando o exercício de um ofício.

Palavras-chave: Extensão universitária. Bordado. Patrimônio.

Abstract

This narrative is about the experience of a patrimonial education project, carried out through the practice of embroidery, with women who are part of a stigmatized community - in the most varied levels - in the city of Santo Amaro (Bahia). This paper, briefly, reconstructs the story about how a project could have been inserted in women's lives, provoking them to read the space and nature that compose it, trying to minimize the distances between university and community and stimulating the exercise of a profession.

Keywords: University extension. Embroidery. Heritage.

Foi há quase 4 anos que pisei pela primeira vez em Santo Amaro. Havia ido para o Concurso da UFRB. Até aquele momento, a cidade era parte de, no máximo, uma geografia sentimental e musical: músicos do cenário que compõe a MPB, espaço de possíveis origens da Capoeira e do Samba de Roda – patrimônio imaterial que fora aprovado pela UNESCO –, mas que ainda não me apresentava nada além de alguns artigos, imagens e vídeos que tinha visto pela vida e, principalmente, para estudar para o Concurso da UFRB.

O Recôncavo nunca esteve nos meus interesses de pesquisa. Talvez, em alguns projetos de turismo. De repente, meses depois, eu me vi em meio a um mundo completamente novo. Cheguei em plena Copa do Mundo. A cidade estava repleta de bandeirinhas nas cores da seleção brasileira de futebol. Era bonito. Vi o 7x1 em uma praça, tentando fazer novos amigos e disfarçar a vontade de chorar de raiva e de vergonha – do futebol e do Brasil, que já sinalizava momentos difíceis.

O caminhão trazendo a minha mudança foi uma epopéia e só chegou na madrugada da véspera do São João. Horas antes, eu vivi uma experiência inaugural na casa onde cresceu dois de meus ídolos musicais, onde, atualmente, vive alguém que se tornou um bom amigo:

São João passou em casa de Rodrigo (23 de junho de 2014)

Era como se eu estivesse entrando em uma igreja na hora de seu culto. Eu poderia olhar para as paredes, ver as obras, sentir algo de mágico, mas não poderia ficar parado como em um museu, observando cada detalhe e tratando aquele lugar como se fosse estranho a mim. Era só uma casa, mas era mais do que uma casa.

As paredes branquíssimas me indicavam que ali era um espaço de clareza, mais do que isso, de clarividência. O azul das portas e das janelas me punha em um tempo do “desde sempre”. Não sei se desde sempre este azul estava lá, mas parecia um pedaço do céu, do mar, dos olhos de alguém... trazia algo de infinito em si.

Na porta, a imagem do divino. Os atributos do Espírito Santo irradiam pelas fotos que testemunham a crônica de um país: a música, a festa, a política, as plantas, os filhos, os amores... estão todos lá, estão todos em mim.

As molduras me levaram a uma sala. Era como qualquer sala. Sofá, cadeira, outras fotos, TV ligada esperando o jogo do Brasil contra Camarões que iria começar em alguns instantes. Apresentações simpáticas, bolo e licor na mão. Era como se aquela casa sempre estivesse em mim. Elogios ao licor, talvez a receita do bolo fosse da matriarca, uma faca sem corte. Sim, como qualquer casa. A conversa sobre a política. E de repente vejo o quintal.

Naquele quintal estava a semente da minha memória afetiva e musical. Ali estavam palavras, histórias, brincadeiras, percepções de cor e de sentimentos, palavras... e como são múltiplas as palavras e ricos seus significados por aqui...

Hoje, percebo que este ensaio de um caderno de campo que eu havia resolvido começar – e que ficou só nesta primeira crônica trazia, em si, temas que serpenteiam meus dias até aqui: casas, agôs, músicas, festas, famílias, comidas, política, palavras – e seus muitos significados....

Neste exercício reflexivo, percebo que, talvez, eu conseguisse desvendar este “novo campo” se eu fosse apenas uma antropóloga realizando uma pesquisa etnográfica. Mas, a questão não era mais essa. Ali não era a minha pesquisa, era a minha vida. Portanto, não cabia mais espaço para o distanciamento (saudável) do nativo. Conforme passavam os dias e os meses, eu já nem sabia mais quem eu era, quanto mais quem era nativo. As questões regionais – e, talvez, étnicas – começaram a me impactar e a doer mais do que eu estava preparada. O céu azul ficou turvo. A clarividência da casa que me recebeu tão bem parecia ter ficado na casa e eu não conseguia ver nada.

Trabalhava muito. Mais do que tarefas, meu interesse era entender a universidade pública, e um Centro de Ensino que estava nascendo. Uma antropóloga – professora e pesquisadora – agora, também, burocrata, tentando entender o lugar da Antropologia em um curso novo que trata de linguagens, comunicação, cultura, produção e economia da cultura, tecnologias várias, enfim... interesses que eu sequer tinha algum domínio.

Alguns meses se passaram, já estava mais acostumada com a organização do trabalho, e, então, comecei a realizar uma pesquisa sobre a apropriação do espaço de Ruínas da antiga fábrica Tarzan, onde está prometida a construção que receberá um centro cultural junto ao campus do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias (Cecult) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É um espaço incrível – e muito vulnerável. As ruínas, de um lado, têm como margem o rio Subaé, do outro, os trilhos da empresa de transporte ferroviário. Fica, ainda, próximo à Ilha do Dendê, lugar que se tornou um espaço frequente de minha experiência em Santo Amaro.

“Ilha do Dendê” é uma área estigmatizada pela violência e pela carência nos mais variados níveis. É uma região de mangue que, outrora, fornecia pescados, caranguejos e mariscos para a cidade (ainda hoje fornece, mas é muito pouco). Era, também, uma área de cultivo de Dendê e de muitas frutas. No entanto, esta área se empobreceu desde o final das atividades da Siderúrgica Tarzan, e a situação de vulnerabilidade se agravou com a poluição do rio Subaé, somada à ocupação desordenada do espaço e ao sucessivo abandono de vários governos para aquela região da cidade.

Para além destes estigmas, trata-se de um bairro com fortes laços de vizinhança, com moradias plurifamiliares e matrifocais, de estreitas relações de solidariedade, de parceria e de importantes contribuições para este projeto, tais como: memórias, disciplina e muita observação. A presença feminina é muito importante na organização da vida coletiva daquele local, sejam as parcerias entre as mães da comunidade à presença nos núcleos religiosos com mulheres ativas nas pastorais, nas pequenas igrejas e nas religiões de matriz africana, passando pela inserção dos movimentos culturais, como o samba de roda e o maculelê, até o essencial trabalho educacional da capoeira, todos têm mulheres como protagonistas.

Em meio a estas descobertas, veio o golpe. Com ele, cortes múltiplos (do orçamento aos sonhos, porque é assim que um golpe eficaz funciona). No entanto, as pesquisas sobre as ruínas seguiram, tímidas, ancoradas no empenho e na criatividade de poucas alunas. Se, com o tempo, a possibilidade de ocupação daquele lugar foi se tornando cada vez mais distante, por outro lado, as portas daquela região da cidade foram se abrindo.

Meus interesses de pesquisa mais antigos se dedicam à investigação da produção artesanal tradicional feminina, especificamente, dos bordados. Acredito que os bordados têm sido uma forma interessante de trabalho, expressão estética, interpretação do mundo e de ação política das mulheres (BRITO: 2011). Outro dos meus interesses frequentes se refere à questão do patrimônio. Santo Amaro me provocava – cotidianamente – a pensar sobre o Patrimônio, seja ele material ou imaterial. Contudo, refletir ou tentar pesquisar os movimentos que se organizam em torno das questões patrimoniais me conduziam a uma sensação de estar diante de um campo minado.

Eu queria pensar patrimônio, mas não queria me colocar entre relações já conflituosas – a minha adaptação, em si, já estava complexa demais para eu arrumar uma nova encrenca. Além disso, sabia que investigar, tentar me aproximar e, talvez, provocar alguma inserção no local para onde, futuramente, pretendemos ocupar poderia ser um importante passo na aproximação entre cidade e universidade. Além disso, e não menos importante, intuía que as mulheres daquele bairro poderiam ser um caminho viável tanto para essa aproximação, quanto para promover ações em prol da educação patrimonial.

Um exemplo interessante de inserção do bordado na cidade pode ser revelado no Mosteiro Recolhimento dos Humildes, atualmente espaço dedicado às artes sacras, que depois de seis anos fechado para reforma e com acervo inacessível, logo será reaberto. Neste local, durante o século XIX e meados do século XX, funcionou um centro de educação feminina para abrigar órfãs, escravas, viúvas, ou até mesmo filhas de senhores de engenho para se dedicarem à oração, ao trabalhomanual e à educação (LOSE; MAZONI: 2016).

Como um centro de educação para as mulheres, os trabalhos manuais eram uma prioridade e precisavam ser executados com precisão, formando, simultaneamente, boas donas de casa e/ou trabalhadoras.

No imaginário da cidade, todavia, corre um lamento sobre o rigor em que eram submetidas as jovens, muitas vezes obrigadas a realizar as atividades de linhas e agulhas a contragosto. Por outro lado, os conjuntos de amostra de bordados revelam uma variedade enorme de técnicas e de motivos que, em primeiro lugar, testemunham uma prática disciplinada, depois, apuro estético e, não menos importante, um processo cuidadoso de transmissão de um saber. Hoje, ainda que estes registros estejam guardados em algumas gavetas e pouco se tem praticado este saber, as memórias sobre o fazer e as suas técnicas permanecem.

Mulheres como protagonistas em um bairro com múltiplas carências, uma cidade com uma história de experiência estética feminina por meio dos bordados, somados a uma pulsante vida cultural se revelaram como ingredientes perfeitos para um projeto de Educação Patrimonial – e também de intervenção social. Assim, foi por meio da Extensão que nossa história – e nossa pesquisa – começa a se construir naquele local. Nós propusemos unir oficinas de ensino de bordado e de educação patrimonial, tendo como projeto futuro uma associação em prol do bordado, que venha gerar trabalho e renda (o que já começa a ocorrer).

Deste modo, iniciamos um projeto “Bordando a Cidade”. Partimos da formação de equipe de investigação e de prática extensionista, composta por três alunas bolsistas do Programa de Permanência Qualificada da UFRB e que se dedicaram, no primeiro momento, a investigar as técnicas do bordado artesanal que outrora eram ensinadas para as meninas santamarenses. Depois, em parceria com a equipe da Cáritas da Igreja Nossa Senhora do Rosário, começamos a promover oficinas no Centro São Cristóvão na Ilha do Dendê. Essas oficinas incluíram aulas de técnicas de bordado e aulas de educação patrimonial, intercalando-as periodicamente. A partir deste “jogo” de técnicas do fazer e de percepção de patrimônio material e imaterial, começamos a criar repertórios para desenvolvimento de produtos que tratavam de aspectos patrimoniais e que revelassem a cultura da região, a partir do ponto de vista dos moradores do lugar.

Esta primeira fase do trabalho se iniciou em setembro de 2015, quando começamos a introduzir participantes da oficina na cultura do bordado a partir da Oficina Bola da Felicidade, ministrada por Teresa Barreto, em parceria com Programa de Extensão Universitária da Universidade de Campinas (Figura 1). Usando meias e plumas, montamos uma bola e com os primeiros pontos que as meninas lembravam, elas passaram a contar suas histórias de vida, a partir desta bola de meiaque iam bordando. Como um amuleto, essa pequena bola tem nos servido para lembrar quem elas eram e quais eram as memórias que deveriam ser acionadas.

Figura 1. Oficina Bola da Felicidade



Foi interessante notar que muitas bolas contavam sobre histórias da infância e sobre aquele lugar, obviamente por uma perspectiva afetiva que sequer imaginávamos. Apesar das ocupações não regulamentadas que mudaram a configuração arquitetônica e a percepção da natureza, as bolas traziam árvores, flores e rios que estavam na lembrança e nas narrativas daquelas mulheres. Poderíamos considerar que interpretações da natureza formam um tema recorrente nos bordados em geral, no entanto, as narrativas que acompanhavam aquelas peças tratavam de uma experiência única com o lugar e com a natureza daquele espaço.

Em função dessa primeira experiência, demos sequência a uma série de oficinas sobre os pontos básicos de bordado, além de técnicas de arremate, corte de tecido, combinação de cores e de estilos de bordado, ainda sem nenhum destino específico para as peças ou motivos pré-determinados. Depois de algumas semanas, decidimos bordar um pano de prato com uma árvore que representasse a vida de cada uma. Mais do que uma aplicação das novas técnicas aprendidas e o treino da combinação das cores, interessava-nos coletar novas histórias sobre o bairro, já que a natureza tinha sido uma referência constante no primeiro exercício.

Durante duas semanas nos dedicamos a este pano e, no encontro subsequente, decidimos que era chegado o tempo de termos um nome e uma logomarca, afinal já éramos um grupo e já tínhamos um objetivo comum: bordar as coisas da Ilha do Dendê. Conceber esta primeira árvore serviu como um caminho para pensar no que o grupo havia se tornado e quais eram as contribuições originais de cada uma das participantes. Foi, então, que a partir destes exercícios e, principalmente, considerando a geografia e as características do lugar que as bordadeiras mais se lembravam, destacando a presença dos dendezeiros, que esboçamos a logomarca, posteriormente executada pelo prof. Walter Mariano, docente do Cecult. Gosto muito de nossa logomarca: é um dendezeiro, mas o caule da árvore é no formato de uma agulha e a linha que passa por ela dá forma ao morro estilizado que víamos do lugar onde bordávamos lá no começo do projeto. A logomarca (Figura 2) é, portanto, o nosso cenário, mas é também a nossa proposta e a nossa memória

Figura 2: logmarca



Uma vez que tínhamos histórias compartilhadas, um nome e uma marca que nos representasse, entendemos que já era chegado o momento de contar sobre a cidade. Nesta ocasião, duas oficinas sobre patrimônio já haviam sido ministradas por Moari Castro, museólogo do Cecult. Coletivamente (e também em resposta às reflexões sobre a oficina de educação patrimonial e à chegada da festa que as bordadeiras da Ilha mais gostam), resolvemos bordar uma cena dos festejos de São João. Era o nosso primeiro produto para venda. A cena era simples: uma noite singela, com fogueira e bandeirolas (Figura 3). O tecido era jeans e os produtos foram jogos americanos. Cerca de 40 peças foram bordadas. Todas foram vendidas e, posteriormente, reeditadas.

Figura 3: Jogo Noite de São João



Essas experiências inaugurais nos levaram a uma outra configuração: as oficinas e as reflexões sobre o patrimônio eram fundamentais, mas poderíamos também gerar trabalho e renda. Entramos em uma nova fase do grupo. Atualmente, estamos tentando nos organizar para montar a Associação Bordadeiras da Ilha, já independente do Massapé - Programa de Educação Patrimonial, no qual o projeto está inserido. Temos nos reunido semanalmente com as bordadeiras que não se interessavam apenas nas oficinas oferecidas, mas estavam predispostas a um ofício.

O número de participantes reduziu um pouco, mas o comprometimento tem aumentado. Já participaram de três eventos, com coleções temáticas e, os meses de novembro e de dezembro de 2017 foram dedicados a algumas encomendas importantes, o que terá um certo impacto na renda dessas mulheres e de suas famílias, além de trazer à tona características importantes que elas não tinham total consciência que tinham em si: apuro estético, tino comercial, agilidade e disciplina, características essenciais para uma boa bordadeira.

Se, em princípio, este projeto tinha como meta atuar durante um ano, o desenvolvimento e os elos criados entre as participantes nos levaram a estender este projeto por mais período. Para a próxima fase novos desafios estão postos: (a) consolidar a Associação Bordadeiras da Ilha, (b) intensificar as oficinas de educação patrimonial e, a partir daí, (c) ampliar a gama de produtos que reflitam a vida e as experiências da comunidade, (d) participar de um circuito de comércio do do artesanato amplo para fazer circular os produtos, tornando o negócio sustentável e autogestionável. Ações que começam a acontecer no momento, mas enfrentam enormes dificuldades, uma vez que ainda não temos uma incubadora de empresas no Campus de Santo Amaro, nem habilidades técnicas necessárias para esta produção e para o acesso ao mercado.

Além disso, em 2017, o total de verbas repassado às universidades federais foi de R\$249 milhões a menos que nos anos anteriores, atingindo 44 das 64 universidades federais, paralizando, principalmente, os investimentos de estrutura; mas não somente. Estes cortes a que as universidades se foram coagidas levou, também, à redução nas bolsas de permanência, uma modalidade importante tanto para os alunos em situação de vulnerabilidade quanto para os projetos de pesquisa e de extensão que, como este, necessitam da presença de alunos por um período mais longo, tornando-se inviável a sequência do projeto com a parceria discente, afinal, para bordar é preciso tempo.

REFERÊNCIAS

BRITO, T. F. S. Bordados e bordadeiras: um estudo sobre a produção artesanal de bordados em Caicó (RN). 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

_____. De artesã à empresária: uma reflexão sobre os discursos de formação empresarial das artesãs de linhas e agulhas. In: ALVES, R. C. D. P e NASCIMENTO, C. O. C. Formação cultural. Sentidos epistemológicos e políticos. Cruz das Almas: EDUFRB e Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

LOSE, Alícia Duhá; MAZZONI, Vanilda Salignac. Manuscritos do antigo Recolhimento dos Humildes: documentos de uma história. Salvador: Memória e Arte, 2016.

EDUCAÇÃO, PROJETOS DE VIDA E JUVENTUDE: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE DIÁLOGO ENTRE O ENSINO MÉDIO E A GRADUAÇÃO

EDUCATION, LIFE AND YOUTH PROJECTS: THE UNIVERSITY EXTENSION AS A TOOL FOR DIALOGUE BETWEEN MIDDLE SCHOOL AND GRADUATION

Diogo Linhares Fernandes

Graduando de Licenciatura em Ciências Sociais da UFRB. dlinhares.fernandes@gmail.com

Edineia de Souza Oliveira

Graduanda de Serviço Social da UFRB. edineia.neia@live.com

Resumo

O presente trabalho tem como proposta discutir sobre a importância da Extensão Universitária como uma ferramenta essencial no processo do fortalecimento da relação entre o espaço universitário e a educação básica, em especial o Ensino Médio. Através da atuação do projeto Juventude (s), educação e projetos de vida: diálogos com / de / para jovens das escolas de ensino médio do Recôncavo da Bahia, que ofereceu um ciclo de oficinas no Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão localizado em Belém, distrito da Cidade da ¹Cachoeira – Bahia, busca-se então fazer uma reflexão crítica sobre a prática da Extensão atuando no espaço escolar com um trabalho voltado para a juventude e educação através de dinâmicas que construam uma relação responsável entre o Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e instituições escolares desta região.

Palavras chave: Universidade. Escola. Formação Social.

Abstract

The present work aims to discuss about the importance of University Extension as an essential tool in the process of strengthening the relationship between university space and basic education, especially High School. Through the work of the project Youth (s), education and life projects: dialogues with / from / to youngsters of the secondary schools of Recôncavo da Bahia, which offered a series of workshops at the Padre Alexandre de Gusmão State College located in Belém, district of Cachoeira - Bahia, we seek to make a critical reflection on the practice of the Extension acting in the school space with a work focused on youth and education through dynamics that build a responsible relationship between the Center for Arts, Humanities and Letters of the Federal University of the Recôncavo of Bahia and school institutions of this region.

Keywords: University. School. Social Formation.

¹Pesquisa Financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) - UFRB

INTRODUÇÃO

Ao analisar a relação que os estudantes vêm construindo com a escola, enquanto instituição social, podemos observar algumas limitações que essa juventude encontra ao encerrar o processo de formação na educação básica, entendendo que a instituição escolar não pode ser compreendida apenas como um espaço acadêmico, mas tem a capacidade de se tornar também um espaço de sociabilidade. Assim, durante a conclusão do ciclo do Ensino Médio, o planejamento sobre projetos de vida pode ser um instrumento importante na trajetória desses jovens estudantes.

Diante de tais compreensões, apresenta-se a necessidade de aproximar a relação entre universidade e a formação da educação básica. Aqui apresentamos um projeto que envolve o Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e o Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão, localizado no distrito rural de Belém em Cachoeira – Bahia. O colégio tem como característica atender em sua maioria jovens filhos e filhas de agricultores. Partindo das reflexões e estudos sobre juventude e educação, e em especial buscando ampliar o diálogo entre universidade e educação básica através da extensão universitária, está a proposta do Projeto de Extensão: Juventude (s), educação e projetos de vida: diálogos com / de / para jovens das escolas de ensino médio do Recôncavo da Bahia.

A proposta do presente trabalho está em reunir o estudo que foi construído ao longo dos ciclos de oficinas que foram desenvolvidas no Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão. O trabalho foi desenvolvido com jovens estudantes de escola pública do ensino médio, por entender a importância que este ambiente tem nas diversas vivências que fazem parte das realidades das juventudes do Município de Cachoeira, mas que também se reflete em muitas outras realidades do Brasil. Entendemos que a conclusão do ensino médio pode se tornar um momento desafiador diante de muitas expectativas construídas para o futuro e principalmente das dificuldades que são ofertadas para a maioria da juventude filhas e filhos de trabalhadores brasileiros.

A proposta de trabalhar com educação e juventude tem como referencial teórico a desconstrução ideológica de uma linha de pensamento hegemônica que insiste em caracterizar uma juventude com características sociais e raciais bem definidas como sendo problemática, inentemente violenta e sem projetos de vida futura. Segundo a autora Helena Abramo (1997) a juventude vem acompanhada de certo pânico moral, provocação de medos e de insegurança que desestabilizam a sociedade. E, talvez sejam tais características que tornaram a juventude brasileira historicamente alvo da acusação constante como um elemento altamente perigoso, digno de sofrer represálias, o que torna fundamental o trabalho de compreender tais situações dentro de instituições como a escola.

Em relação aos professores e a gestão da Escola Padre Alexandre de Gusmão, teve significativa participação na elaboração das atividades do projeto, incorporando as oficinas em seus dias letivos. Este trabalho em conjunto garantiu um bom aproveitamento do tempo compartilhado com os estudantes. A instituição mostrou-se aberta e colaborativa com a proposta de trabalho da equipe do Projeto de Extensão. Equipe que contou com a participação de estudantes oriundos dos cursos de Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), Serviço Social e Cinema, todos compreendendo a importância da provocação de diálogos sobre temas que abordavam especialmente educação e projetos de vida.

UMA EXTENSÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A Extensão universitária é uma importante ferramenta para ampliar o diálogo entre a universidade e a região na qual a instituição está inserida, assumindo compromissos e vivenciando as reais necessidades que se apresentam nas realidades fora do espaço universitário.

No campo da educação básica isso não é diferente. Através da atuação do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, os estudantes podem

ser levantados, apontados pelos próprios estudantes e por profissionais da educação. Elementos que apontam a relevância de um projeto que atue em escolas públicas com a inserção de futuros profissionais que podem trabalhar na área da educação.

E, foi justamente a partir da importância desta relação mais estreita entre universidade e educação básica, que se iniciou o projeto para contribuir na formação de jovens estudantes de graduação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), elaborando um ciclo de atuações no Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão sobre a temática “projetos de vida”.

Os jovens estudantes trazem em suas declarações e diálogos, abertos em rodas de conversa, seus diferentes projetos de vida, principalmente os que estavam no processo de conclusão do ensino médio.

O objetivo do Projeto de Extensão, durante as dinâmicas exercidas, estava no interesse de tornar os aparentemente tímidos sonhos juvenis em algo mais planejado com desafios a serem superados.

Considerando que o período do Ensino Médio é um momento que possibilita o despertar de desejos e sonhos, mas que exigem escolhas e decisões a serem tomadas, provocamos reflexões que esboçaram que esse despertar era construído a partir de relações pessoais e sociais.

O projeto também buscava trocas a serem realizadas entre estudantes universitários e do ensino médio. Assim, facilitou-se a provocação de debates, dinâmicas e oficinas para que os estudantes pudessem experimentar os seus próprios projetos de vida.

É pelo atual contexto social e político no qual esta escola está inserida que se torna ainda mais significativa a relação cada vez mais próxima da universidade com a comunidade escolar, rompendo muros simbólicos. Foi possível observar o quanto eles existem, e que ainda estão postos nas instituições de ensino superior envolvidas por um distanciamento histórico em relação às

às diferentes comunidades que pertencem à mesma região.

Para a formação dos discentes em processo de graduação, este exercício experimentado da teoria e prática foi capaz de promover um novo olhar sobre as realidades concretas que estão colocadas para as escolas. Foi também através da atuação do projeto que se possibilitou estimular na escola a reflexão sobre projetos de futuro e a atual condição do ser jovem. Foi algo que promoveu aos envolvidos o compartilhamento de ideias, vivências, visões de mundo, representando avanços na compreensão, a partir das sínteses estabelecidas, sobre as diversidades e pluralidades presentes nos jovens estudantes.

ESPAÇO ESCOLAR: JUVENTUDE, SONHOS E PROJETOS DE VIDA

Os ciclos de oficinas que foram realizados no ambiente escolar e compartilhados com os educandos com o objetivo de gerar pensamento crítico sobre suas realidades, foi um caminho de conhecimentos compartilhados, pois fortalece a realização do projeto e principalmente a própria escola enquanto um espaço de formação. Tal prática indica que o conhecimento teórico produzido na academia deve estar diretamente vinculado à realidade externa da universidade, por ser essencial a forma como vem sendo constantemente debatido e defendido que a formação universitária faça parte das escolas.

No processo de planejamento e elaboração das oficinas a partir de um olhar integrado com a sociologia e a pedagogia da juventude foi relevante pensarmos nos estudantes não como meros sujeitos e atores de um processo específico, mas como jovens humanos que cultivam todos os sentimentos que cercam as relações humanas como o amar, ou sofrer, a preocupação referente à vida, os sonhos, os desejos e as propostas que modificam a realidade (DAYRREL, 2015).

Assim, percebe-se o espaço escolar como um espaço rico em trocas de saberes, que têm as potencialidades necessárias de responder a questões interessantes sobre a condição social

de jovens estudantes. Mesmo com algumas resistências em construir os espaços com as dinâmicas do projeto, foi possível compreender com o decorrer das atividades, elementos enriquecedores que refletem as identidades e vivências que estão presentes no desenvolver social destes jovens estudantes.

Para o fortalecimento político sobre a importância dos estudos voltados para a educação, que tem suas estruturas sob constantes ameaças, observar a existência de diferentes identidades juvenis expande os conhecimentos de um campo do saber que é perpassado por uma formação profissional capaz de atuar no exercício pedagógico e de ensino e capaz de resultar em experiências que vão fazer parte dos projetos políticos de educação, podendo gerar rendimento intelectual para os diferentes estudantes da educação básica.

O projeto apresentado tem como foco estimular as capacidades que a formação profissional no campo das ciências humanas têm de contribuir ao trabalhar com a juventude e principalmente na sua formação como cidadãos e atores sociais. Com a inserção no espaço escolar, é possível observar a riqueza de diversidade que acontece neste lugar de sociabilidade juvenil.

É importante considerar o quanto a instituição escolar também pode assumir o papel de reprodutora de desigualdades. Mesmo que o acesso à escola se amplie cada vez mais, e as diferenças vão estar se reproduzindo dentro do atual modelo de sociedade que constrói a educação que a juventude tem acesso, logo podemos compreender o pensamento sobre como esta instituição está localizada socialmente. Elementos que nos faz observar a própria relação entre a instituição escolar e as estratificações sociais, não sendo ela menos inocente e nem neutra. Pelo contrário, tem como sua característica reproduzir as desigualdades sociais e produzir desigualdades entre as escolas (Dubet, 2003).

Este diálogo se desenvolve na compreensão da escola como algo determinado pela sociedade,

como está colocado para (Saviani, 2012) sobre o modelo de produção capitalista que investe na sua reprodução tendo as instituições de ensino o espaço de formação para atender as necessidades das estratificações sociais. O autor ressalta também como não é interessante, para as classes que possuem o poder econômico e político, o acontecimento de uma transformação no processo histórico educacional, por estarem focadas em manter o seu próprio domínio.

Ao contrapor o que está posto, e pensar de forma crítica sobre uma educação transformadora, é necessário o exercício de uma prática inserida dentro do espaço escolar, como tais oficinas citadas, com o objetivo de não distanciar as propostas teóricas de mudança real no contexto histórico educacional, do exercício de estar inserido e vivenciando as contradições e conflitos presentes na instituição escolar.

Seguindo tal raciocínio, o projeto Juventude (s), educação e projetos de vida: diálogos com / de / para jovens das escolas de ensino médio do Recôncavo da Bahia buscou estimular nos jovens estudantes o exercício de elaborar planos em seus projetos de vida, cultivando um olhar mais cuidadoso em suas decisões no momento de encerrar o ciclo da educação básica. Os sonhos que já vinham fazendo parte das suas experiências eram reorganizados, apresentados e colocados em diálogo, através dos temas de cada oficina na escola.

METODOLOGIA

A proposta de construir dinâmicas interativas que tinham como objetivo apresentar diferentes opções e caminhos que poderiam ser trabalhados na escola como alternativas ao se encerrar o Ensino Médio, tem como finalidade tentar contribuir para superar as restrições de informações ou estímulos que muitos estudantes podem enfrentar em sua formação.

Não fez parte das dinâmicas realizadas no Colégio Padre Alexandre de Gusmão decidir nem garantir o futuro destes jovens, mas ampliar o

conhecimento sobre as possibilidades que poderiam surgir ou não em suas vidas, e principalmente, provocar que os próprios estudantes construam seus projetos de vida a partir dos sonhos individuais.

Para iniciar o projeto na já referida instituição escolar foi realizada uma análise diagnóstica instrumentalizada através de um questionário que era composto de trinta e nove perguntas abertas e fechadas organizado com todas as turmas participantes da proposta. Tal instrumento foi utilizado com alunas e alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. O questionário tinha como função servir como uma base para o reconhecimento de perfis, ambiente familiar, inserção no mercado de trabalho, condição socioeconômica, trajetória escolar, projetos pessoais e planos futuros.

O questionário serviu como um instrumento importante para ampliar o olhar sobre a diversidade de estudantes que o colégio reúne, e para estudar quais temas poderiam ser abordados nas oficinas.

As oficinas foram planejadas, elaboradas e construídas por um grupo diversificado de docentes e discentes do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade da UFRB. Como um projeto de extensão universitária baseado nos estudos sobre juventudes, a ser implementado numa escola pública, ele foi concebido com o objetivo de compartilhar vivências universitárias que contribuíssem para o estímulo de novas possibilidades de projetos de vida com a ajuda e orientações de estudantes e profissionais que estariam envolvidos com a trajetória escolar de grupos de jovens específicos

Ferramentas interativas como vídeo e dinâmicas que envolviam desenhos e músicas foram utilizadas no processo de desenvolvimento metodológico. Etapas semanais com temas específicos a serem abordados foram desempenhadas através de expressões escritas, rodas de conversas e dinâmicas de grupo.

Para tanto, foram necessários encontros semanais do grupo de trabalho que envolvia profes-

sores-orientadores e estudantes dos diferentes cursos. Esses espaços de discussão eram essenciais para pensar leituras, autores e teorias que dialogassem sobre juventudes e prepararam os participantes para estimular e conduzir as oficinas com os jovens estudantes.

A partir desses encontros foram realizados seminários organizados por docentes da Licenciatura em Ciências Sociais e Comunicação Social com a proposta de construir percepções teóricas e práticas para a atuação na escola.

RESULTADOS

Pode ser observado, com base nos projetos de vida apresentados pelos jovens e nos estudos sobre a Sociologia da Juventude, que a estigmatização das juventudes através de visões estereotipadas promovidas pelos meios de comunicação constitui uma problemática social que precisa ser desconstruída. As características sociais e raciais que criminalizam os comportamentos e expressões artísticas e culturais de grupos de juventudes interferem em sua liberdade de transitar por diferentes espaços.

As oficinas criaram espaços dinâmicos entre os jovens estudantes e transitaram por diferentes temas a cada semana. Foi apresentado um tema principal que se intercalou com os demais outros temas para cada oficina, que se centralizava em torno da seguinte questão: "O que é ser jovem?". Esse tema desenvolvido de forma lúdica intencionava discutir e desconstruir algumas impressões sobre juventude e verificar se esse conceito estava atrelado a aspectos puramente naturalizados.

Os estudantes dos cursos de graduação que mediaram essa discussão buscaram abrir um espaço de compreensão que ampliasse o olhar acerca da juventude para além do critério de idade a fim de que os jovens refletissem sobre suas especificidades.

No entanto, o espaço de discussão não foi restrito ao ambiente próprio dos jovens, mas foi ampliado para atingir o corpo de professores para que também estes fossem estimulados a pensar sobre a

condição social juvenil e como ela se atrela à construção daquilo que chamamos de escola e de processo criativo. Dayrell (2005) nos lembra, por exemplo, que considerar o jovem como sujeito é preparar a escola para uma pedagogia da juventude, em que se consideram os processos educativos necessários para lidar com as transformações.

Todo material elaborado junto aos estudantes foi exposto para os educadores da instituição. Os professores tiveram assim a oportunidade de analisar e articular seu discurso e as reflexões que foram realizadas com a diversidade de respostas e questões trazidas pelos próprios alunos e alunas. Assim, as aparentemente distantes realidades professores-estudantes foram aproximadas a partir da análise crítica de ambos os ambientes e do compartilhamento mútuo entre essas duas realidades.

A última etapa do desenvolvimento do Projeto de Extensão envolveu a participação dos jovens estudantes no próprio espaço universitário. Eles foram convidados a participar de uma atividade interativa dentro da universidade sendo recebidos no Centro de Artes Humanidades e Letras - UFRB.

CONSIDERAÇÕES

O Projeto de Extensão desenvolvido pela UFRB Juventude(s), Educação e Projeto de Vida: Diálogos com/de/para jovens das escolas de ensino médio do Recôncavo da Bahia foi um experimento que não apenas demonstrou a relevância e importância das Ciências Humanas na educação, consegue ir além do âmbito acadêmico e caminhar para formação crítica do aluno e a compreensão desde sua realidade, mas ainda demonstrou a necessidade de Universidades formadoras de profissionais estarem inseridas nas escolas de educação básica através de ações continuadas.

O fortalecimento dos vínculos entre universidade e educação básica pode ser uma expressão que possa resultar também na continuidade de atuações, projetos de pesquisas e extensão que estejam voltados a construir uma relação sólida entre universidade e comunidade.

Tal experiência percorrida representa este início de pesquisas e aprofundamentos teóricos e práticos no campo dos conhecimentos sobre sociologia e pedagogia da juventude no âmbito da UFRB.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Maria Helena. Considerações sobre a tematização social da Juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 5, nº6: 25-36, 1997.

DAYRELL, Juarez. A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. Pedagogia da Juventude: A escola precisa reconhecer o jovem por trás do aluno e adaptar a ele seus processos educativos. Disponível em www.ondajovem.com.br/materiadet.asp?idtextp=89 Acessado em 17 de fev. 2017.

DUBET, F. Des jeunesses et des sociologies: le cas français. Sociologie et Sociétés, Montreal, v. 28, n. 1, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE OCUPANDO A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO DE AULAS PREPARATÓRIAS PARA O ENEM

SOCIAL MOVEMENTS AND EDUCATION: THE LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE OCCUPYING EDUCATION THROUGH THE PROJECT OF PREPARATORY LESSONS FOR ENEM

Aila Pereira Santos

Graduanda do curso de Agronomia da UFRB. ailaaps@yahoo.com.br

Atilon da Silva Matos Silva

Graduando do curso de Engenharia Civil da UNIFACS. atailonsilva@gmail.com

Danielle Marcia da Gama

Mestranda do curso de Ciências Sociais da UFRB. dani.dagama@hotmail.com

Diogo Linhares Fernandes

Graduando do curso de Ciências Sociais da UFRB. dlinhares.fernandes@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência tem como proposta trazer algumas considerações sobre o início de um projeto ainda em construção. Tratamos aqui sobre a elaboração de um cursinho popular com o objetivo de preparar os estudantes do Colégio Estadual Yeda Barradas Carneiro, na cidade de Conceição da Feira, Bahia, para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Tal projeto faz parte de uma rede de outras iniciativas semelhantes organizadas pelo movimento social Levante Popular da Juventude, neste caso com atuação no território do Recôncavo da Bahia, cujo objetivo faz parte de um projeto mais amplo em torno da formação, organização e transformação da realidade baseadas na concepção prática e teórica da educação popular.

Palavras-chave: Ensino. Extensão. Ensino Médio

Abstract

This experience report intends to bring some considerations about the beginning of a project still under construction. We are working on the elaboration of a popular course to prepare the students of the Yeda Barradas Carneiro State School in the city of Conceição da Feira, Bahia, for the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). This project is part of a network of other similar initiatives organized by the social movement Levante Popular da Juventude, in this case working in the territory of the Recôncavo da Bahia, whose objective is part of a broader project around the formation, organization and transformation of reality based on the practical and theoretical conception of popular education.

Keywords: Teaching. Extension. High school.

INTRODUÇÃO

A Extensão como um dos pilares da universidade é um dos momentos mais importantes na construção de uma inserção mais ampla no território onde a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está inserida, pois é fazendo extensão que os estudantes conseguem vivenciar a materialização do ensino e da pesquisa. É no contato real com indivíduos e grupos sociais, que têm o direito social de também construir conhecimentos em conjunto com o espaço universitário, que os estudantes em formação profissional compreendem que a teoria não pode ser produzida dissociada da prática. Não basta apenas refletirmos de forma abstrata sobre o mundo sem seguir na busca de sua transformação concreta.

Este relato de experiência tem como proposta abordar o início de um trabalho que vem sendo organizado pelo Levante Popular da Juventude com atuação de estudantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Trazemos aqui a experiência da construção de um cursinho popular que atuou no Colégio Estadual Yeda Barradas Carneiro na Cidade de Conceição da Feira, sendo realizado através de monitorias de preparação para o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, que é um dos caminhos para ingresso no ensino superior.

O Levante Popular da Juventude é um movimento social que tem como proposta atuar junto ao conjunto dos jovens que pertencem ao grupo de trabalhadores e trabalhadoras do país. Entendemos que a juventude organizada com um pensamento social e político estratégico são grandes motores de transformação da sociedade. E, para isso, exercemos nosso trabalho organizativo em diferentes espaços como o campo, a cidade, bairros, escolas e universidades.

Consideramos que é preciso incentivar politicamente a atuação da universidade cada vez mais na construção de laços concretos com o campo da educação básica. Por isso é relevante que tanto professores quanto estudantes ampliem

os espaços de ensino e pesquisa para além das salas de aulas e sigam ao encontro das escolas, de jovens estudantes, que podem através da instituição escolar provocar trocas de experiências que vão contribuir para o crescimento social e humano para todos os envolvidos.

As monitorias de preparação para as provas do ENEM cumpriram um papel mais amplo do que efetivamente ensinar conteúdos didáticos com os quais, com diferentes intensidades, os estudantes já tiveram alguma familiaridade no ensino médio. A proposta é conseguir incentivar que os estudantes construam o interesse de ingressar no ensino superior, e que consigam superar limitações e dúvidas sobre a realização deste processo de inscrições, provas, exames e resultados.

Entendemos também que a escola reúne uma diversidade de estudantes com processos escolares muito diferentes e que isso precisa ser tomado em consideração. A proposta inicial é a de ir construindo, mesmo que lentamente, um diálogo mais próximo entre universidade e comunidade através do incentivo à preparação ao ingresso no ensino superior.

Em especial, sobre o Ensino Médio, temos o fato de que a escola pública apresentou crescente número de matrículas a partir dos anos 90, atrelado a uma expansão da oferta de ensino, porém com o aumento da precariedade das escolas. Estes são alguns dos elementos que fazem parte dos estudos sociológicos sobre a educação, assim como o aumento cada vez mais de jovens ocupando o ensino supletivo (PAIXÃO et ZAGO, 2007).

Este cenário da educação é um espaço que cremos dever ocupar e no qual devemos defender outro projeto de escolas para o país, através de uma educação que sirva a atender as reais necessidades da população, com o interesse de liberar os indivíduos das explorações e desigualdades estruturais da sociedade.

UMA EDUCAÇÃO MAIS POPULAR

Apontamos a necessidade de caminhar ainda mais com um foco direcionado para compreender as diversidades, vistas como plurais, de um grupo de jovens que estão localizados em um espaço escolar em um determinado momento da vida, que representa o amadurecimento de decisões e escolhas. Por isso o interesse em atuar na extensão universitária com uma proposta voltada para jovens que estão sob um mesmo momento da vida, em condições diversas, e que estão diante do encerramento do ciclo do Ensino Médio.

A reflexão crítica referente ao desenvolvimento histórico da escola tem como enfoque reunir elementos que possam demonstrar a importância da provocação de uma mudança profunda no contexto da educação. Isso porque a trajetória educacional que está determinada para os diferentes sujeitos durante a sua escolarização condiciona para os jovens, propostas de formação que estejam vinculadas ao interesse da estrutura social, que é desigual, e se reflete nas relações educacionais durante as formações dos diferentes perfis sociais destes jovens.

O projeto do Cursinho Popular, inscrito como atividade extensão junto à UFRB, está interessado em incentivar que os jovens estudantes se permitam ocuparem espaços que são seus por direito. Porém, historicamente, aos quais tiveram seus acessos negados e por isso muitos atualmente não se sentem pertencentes a estes espaços, como os acadêmicos universitários.

Então, é necessário pensar a escola como um espaço de formação crítica e não apenas tecnicista, e que promova para estes jovens a possibilidade de oportunidades no seu despertar de consciência sobre o seu lugar dentro de um projeto político e econômico de sociedade, para além de uma formação focalizada em instrumentalizar os estudantes com conhecimentos básicos para atuarem restritamente no mercado de trabalho

precário.

Assim como afirmam Paixão e Zago, fazendo referência também a Florestan Fernandes:

[...] Trata - se de pensar a escola, quer como unidade analítica, quer como objeto empírico de investigação, em seus elementos não escolares. Ao se apoiar nos estudos sociológicos sobre a formação dos atores coletivos – a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais [...] (PAIXÃO et ZAGO, 2007, p. 13).

Essa proposta pretende apoiar na criação de bases para que estes estudantes construam em seu imaginário a possibilidade de seguirem a sua formação com oportunidades mais amplas a serem ocupadas, rompendo, assim, com negações básicas de direito como o acesso às informações de oportunidades que poderiam ser experimentadas, informações como as diversas opções de cursos de graduação que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia oferece em diferentes centros de ensino.

ENTRE UNIVERSIDADE E ENSINO MÉDIO

O desenvolvimento dessa atividade de extensão demonstra como as atividades de inserção na educação básica são importantes caminhos de formação mais ampla da juventude, nos quais conseguimos ampliar uma relação mais próxima entre estudantes da universidade e secundaristas.

Além disso, foram momentos de extrema relevância para que se projetassem orientações acadêmicas e profissionais que ajudariam a despertar o desejo, nos segundos, por um curso de nível superior que lhes fosse condizente com suas vontades, projetos e realidades de vida. É muito importante o empenho da universidade em estar diretamente em diálogo com o espaço escolar, através de experiências principalmente na Rede Pública de Ensino.

As monitorias foram organizadas na perspectiva da educação popular, e o projeto foi construído

em conjunto com estudantes da UFRB, da UNIFACS (Universidade Salvador), UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) e estudantes e professores do Colégio Estadual Yeda Barradas Carneiro.

As aulas tinham como foco principal desenvolver questões e exercícios que foram utilizados nos exames do ENEM em anos anteriores, seguindo também de apresentação teórica sobre os conteúdos de cada área de conhecimento que fazem parte do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

As inserções nas escolas podem construir fundamentações práticas e teóricas que aprofundem a reflexão sobre a relevância e importância de caminhar em defesa de uma educação pública capaz de formar jovens críticos.

Partimos de concepções teóricas como as de Saviani: “A pedagogia nova começa, pois, por efetuar a crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implantá-la [...]” (SAVIANI, 1999, p. 19).

E é possível perceber o quanto este espaço escolar é um espaço de encontro para a juventude, considerando que a escola reúne um grupo diverso de estudantes com trajetórias e suas especificidades. Neste espaço os estudantes vivenciam e experimentam o encontro dessas diferenças. Logo, podemos identificar esse momento como importante para incentivar uma transformação mais profunda no campo da educação, que acabe refletindo na sociedade.

Saviani traz a seguinte contribuição a partir da reflexão do processo educativo e seu aspecto democrático, considerando que democracia é uma conquista, não algo dado:

Entendo, pois, que o processo educativo é a passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada (SAVIANI, 1999, p. 87).

Considerando ainda as diferenças de oportunidades que estão postas na sociedade, é neste espaço da educação que é possível romper com ideologias hegemônicas que têm a função de organizar a sociedade de forma desigual, com o objetivo de preservar as diferenças sociais de classe, raça e gênero, mantendo os sujeitos em lugares pré-determinados.

Dayrell (2005) nos lembra que “levar em conta o jovem como sujeito é adequar a escola a uma pedagogia da juventude, em que se consideram os processos educativos necessários para lidar com um corpo de transformação”. Assim, a escola reúne diferentes sujeitos sociais, jovens estudantes que carregam em si suas trajetórias de vida, sonhos e projetos para o futuro, que merecem ser estimulados, orientados e incentivados. O Ensino Médio pode se apresentar como um período de amadurecimento, um período de preparo para projetos futuros ou em andamento. Como ingressar em estágios, cursos universitários, desenvolver um trabalho, ou demais alternativas que podem acontecer na vida de cada indivíduo, tanto pela forma como a sociedade se estrutura e organiza como também pelas especificidades de cada jovem estudante.

A EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO DO CURSINHO POPULAR

O Levante Popular da Juventude, movimento social com proposta de atuar na construção da organização popular de jovens, tem atuação e trabalhos sendo realizados em vários municípios da Bahia. E a região do Recôncavo é historicamente formada na luta popular de libertação da Bahia e posteriormente de independência nacional, tendo em sua formação várias referências negras e indígenas que representam a luta contra a exploração a que o Levante faz referência, denominando todo o seu projeto social como um projeto popular para o Brasil.

A atuação do Levante Popular da Juventude no Recôncavo tem sua formação inicial na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e amplia sua frente de trabalho para municípios como Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro e Conceição da Feira.

Através de uma construção coletiva de pensar um projeto popular para a educação, entendendo que este campo é também um dos espaços que serve de reprodução de desigualdades sociais, temos as escolas como um dos principais espaços para atuar em conjunto com a juventude. O objetivo de ocupar a educação é conseguir ampliar o diálogo sobre uma proposta de educação mais libertadora que vai contra o projeto de educação bancária. Para Paulo Freire, educação bancária é aquela na qual os alunos são considerados meros depositários dos saberes instruídos pelos professores (FREIRE, 1987). Compreendemos a necessidade da chamada pedagogia libertadora como proposta na busca da igualdade social, num processo em que a educação se constrói dialeticamente com a sociedade, processo este que deve ser crítico. Como afirma, ainda, Freire:

É que, se os homens são estes seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação. Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve-se orientar no sentido da humanização de ambos. (FREIRE, 1987).

Partindo destes princípios, as atuações do Levante na Cidade de Conceição da Feira também foram inicialmente concentradas no espaço escolar, no Colégio Estadual Yeda Barradas Carneiro, com atividades, seminários, rodas de conversas que faziam parte da proposta de ocupar a educação com atividades que levantassem dis-

cussões sobre a conjuntura política que estamos vivenciando nos últimos dois anos.

Através das atividades realizadas no colégio, surgiu a proposta de ampliar a atuação com o projeto de aulas preparatórias para o ENEM. Assim, iniciou-se a elaboração do cursinho popular, vinculado à rede de cursinhos populares organizada pelo Levante Popular da Juventude, que recebe o nome de Podemos +. A rede tem o enfoque de incentivar a juventude do campo, da cidade e dos bairros periféricos a ocuparem outros espaços, como a universidade, que foram historicamente negados à parcela do povo brasileiro que compõe a classe de trabalhadoras e trabalhadores.

As aulas do cursinho em Conceição da Feira foram desenvolvidas no período de Agosto de 2017 até Novembro de 2017, no turno vespertino, com exposições didáticas e resoluções de exercícios.

As dinâmicas de participação dos estudantes foram muito variadas, no início existia um número considerável de participação dos estudantes, tanto nos que demonstravam interesse e se inscreviam como nas primeiras aulas. Ao longo dos meses a frequência era muito variada entre uma aula e outra.

Consideramos em nossas avaliações, método utilizado pela coordenação do projeto para debater sobre as problemáticas apresentadas, que a participação dos estudantes nas aulas à tarde exigia uma disposição maior por já estarem frequentando as aulas regulares pela manhã. O perfil dos estudantes do Colégio é de jovens que moram distantes da escola, sendo que a grande maioria depende dos ônibus escolares. Logo, surgiram algumas dificuldades para uma participação mais efetiva dos estudantes e uma frequência maior em todas as aulas. Porém houve determinados estudantes que conseguiram acompanhar todo o processo das aulas até o encerramento do curso.

Entendemos como positiva a grande disponibilidade e abertura do Colégio em que atuamos, sendo que professores e direção da escola estiveram sempre dispostos a ajudar na construção do projeto do cursinho, nos incentivando e incentivando os estudantes a continuarem, a reali-

zarem o processo de inscrição no ENEM, nos vestibulares e a concorrem às bolsas nas universidades privadas.

O envolvimento dos monitores que se deslocaram de suas cidades, das universidades em que atuam e estudam, possibilitou uma maior interação entre as cidades, muito importante para a realização de todas as aulas. Foi um fator importante a disponibilidade dos voluntários, alguns estudantes, outros graduados, em se deslocar para realizar as exposições dos conteúdos e contribuir para a realização do projeto.

Assim, cremos que a participação dos estudantes do Colégio Yeda, a cooperação do corpo administrativo e docente da escola e a disponibilidade dos monitores representaram o compromisso com uma educação mais inclusiva e democrática, com vistas à valorização de projetos de vida que envolvem a juventude hoje no ensino médio. As monitorias preparatórias para o Enem simbolizaram uma abertura maior à universidade como alternativa dentro destes projetos de vida, e consolidaram-se como atividade extensionista em que a vivência conjunta entre estudantes universitários e comunidade – aqui representada pelos secundaristas – pôde despertar reflexões dentro e fora da academia.

REFERÊNCIAS

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAVIANI, Dermeval, 1994 - *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política* - 32. ed - Campinas, SP: Autores Associados, 1999 (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.5).

PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (orgs). – *Sociologia da Educação - Pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 (Coleção Ciências Sociais da Educação).

OFICINAS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA PEQUENOS REPAROS DOMÉSTICOS ATRAVÉS DE PAINÉIS DIDÁTICOS DE BAIXO CUSTO

WORKSHOP OF ELECTRICAL INSTALLATIONS FOR HOME REPAIRS THROUGH LOW COST EDUCATIONAL PANELS

Evert Elvis Batista de Almeida

Docente do curso técnico em Soldagem- IFAL-Campus Coruripe. evertelvis@gmail.com

Jaciane Vieira dos Santos

Discente do curso técnico em Soldagem- IFAL-Campus Coruripe. cianesantoos312@gmail.com

Katiane Estefane Barbosa Oliveira

Discente do curso técnico em Soldagem- IFAL-Campus Coruripe. katianeestefane@hotmail.com

José Cicero da Silva Santos

Discente do curso técnico em Soldagem- IFAL-Campus Coruripe. cicero-prss@hotmail.com

José Adilson Soares dos Santos

Discente do curso técnico em Soldagem- IFAL-Campus Coruripe. adillsomsoapiva@outlook.com

Resumo

Este trabalho relata uma ação de qualificação realizada no IFAL campus Coruripe dentro do programa institucional Minha Comunidade. A ação consiste em qualificar um público do entorno do campus provisório através de oficinas de instalações elétricas voltadas para pequenos reparos domésticos: painéis simulam um circuito residencial facilitando a compreensão dos conteúdos introduzidos na parte teórica das oficinas. O conhecimento teórico não é nada sem a prática, neste contexto, os painéis didáticos preenchem uma lacuna eminente no âmbito da aprendizagem. As ações voltadas para qualificação profissional prestam um serviço latente dentro da comunidade, pois tanto servem como ponto de partida para o desenvolvimento do trabalhador, bem como para autoestima visto que habilita o cidadão na execução de pequenos consertos residenciais.

Palavras-chave: Painéis didáticos. Instalações Elétricas. Oficinas educacionais.

Abstract

This paper reports a qualification action held at the IFAL campus Coruripe within the institutional program My Community. The action consists in qualifying an people from the campus surroundings through workshops of electrical installations directed to small repairs in the home, panels simulate a residential circuit facilitating the understanding of the contents introduced in the theoretical part of the workshops. The theoretical knowledge is nothing without practice, in this context the didactic panels fill an eminent gap in the scope of learning. Actions aimed at qualifying in a latent service within the community, as they serve as a starting point for professional development as well as for self-esteem since it enables the citizen to perform small residential repairs.

Keywords: Didactic panels. Electrical Installations. Educational offices.

INTRODUÇÃO

Aparelhos elétricos vem fazendo parte de nossas casas por mais de um século, trazendo benefícios e comodidades. Para atender as demandas de energia requeridas por estes equipamentos é necessário uma instalação elétrica segura e que suporte a potência requerida. O uso de modelos didáticos para pequenos reparos temos como objetivo facilitar a compreensão quanto ao funcionamento do um circuito residencial, bem como na área de instalações elétricas. A necessidade de moradia muita das vezes impõe ao proprietário realizar serviços de instalações elétricas ou pequenos reparos muitas das vezes sem a menor noção dos princípios básicos de eletricidade, colocando em risco sua própria segurança bem como a dos que tenham acesso à rede comum. Este projeto realizou oficinas de pequenos reparos na comunidade do entorno do campus do IFAL Coruripe com o intuito de prestar orientações e qualificação da comunidade em pequenos reparos em instalações elétricas, bem como para o uso seguro e racional da eletricidade em suas residências. O conhecimento difundido a respeito de eletricidade facilita em diversos fatores do dia a dia do cidadão, como, por exemplo, na aquisição de componentes para instalação elétrica residencial se expressando corretamente e selecionando os itens necessários previstos nas normas. Estas oficinas trabalham a autoestima do cidadão que muita das vezes não conseguem se capacitar em cursos de qualificação pelo pouco conhecimento ou mesmo por não ter o grau de instrução adequado. Tentamos tornar o conhecimento mais acessível para diferentes segmentos da população, vislumbrando atingir um público relativamente amplo.

OBJETIVOS

Podemos citar alguns objetivos alcançados pelo projeto:

- Tornar o conhecimento a respeito da eletricidade acessível ao cidadão comum;
- Difundir os conceitos de segurança no uso da

eletricidade;

- Capacitar o indivíduo na seleção de itens para instalação elétrica residencial;
- Qualificar o cidadão;
- Certificar os participantes do curso;
- Melhorar a autoestima dos participantes tornando capazes de executar pequenos reparos residenciais;
- Difundir maneiras de uso racional de energia elétrica.

METODOLOGIA

O projeto consistiu em uma abordagem sistêmica das instalações elétricas que combinam apresentação do conteúdo e a realização de atividades práticas. Utilizamos os alunos do curso técnico de soldagem que cursaram a disciplina de instalações elétricas como monitores e multiplicadores do conhecimento. A ação ocorreu duas vezes por semana totalizando duas horas por encontro durante 8 semanas, as aulas tiveram dois momentos. No primeiro momento as aulas foram expositivas para a comunidade em linguagem simples e compreensível, os principais tópicos referentes a eletricidade e instalações elétricas prediais, compreendendo as partes que compõe uma instalação elétrica, com os principais componentes e a sua respectiva aplicação e os métodos de instalação. No segundo momento as aulas práticas visando a montagens dos painéis simulando uma circuito elétrico residencial, multiplicando o conhecimento adquirido, além de trocar experiências, pois muitas das vezes tínhamos integrantes que trabalhavam como eletricista, porém sem nem ao menos terem frequentado um curso de qualificação na área.

Figura 1 - Aulas teóricas da oficina de pequenos reparos elétricos



Figura 2- Aulas das oficinas de instalações elétricas



RESULTADOS

A ação teve um público-alvo foi bastante diversificado com uma faixa etária que variava desde os 16 aos 60 anos, constituída de sua grande maioria de mulheres, denotando o maior interesse do público feminino em se qualificar. Como o curso tinha um viés para o uso racional e a segurança nas instalações, onde os monitores ensinavam a aplicação de dispositivos como sensores de presença e alarmes de segurança, despertou também o interesse do cidadão comum que deseja reduzir seu consumo de energia elétrica, bem como trazer segurança a habitação. Lançamos um questionário de satisfação e 80% do público-alvo respondeu como muito satisfeito com a ação e 20% como satisfeito, ao final da ação todos foram certificados como participantes das oficinas com carga horária de 30 horas.

Figura 3 – Certificação dos participantes



CONCLUSÃO

A difusão de conhecimento de forma eficaz, constituindo um elo sólido entre teoria e prática é um dos fatores-chave que possibilitam atingir o sucesso na formação de profissionais, além de ser um dispositivo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Nesse contexto, os recursos didáticos sugeridos neste projeto têm elevada importância e devem ser analisados pelo formador como indispensável para obter êxito na propagação do conhecimento. Os painéis Didáticos de Instalações Elétricas, visam atender as tarefas práticas de instalações prediais e residenciais, possibilitam que os alunos e os cidadãos da comunidade despertem sua capacidade e desenvolvam no desenvolvimento profissional, atentando para a necessidade da segurança, o uso racional de energia e organização na execução durante as montagens.

REFERÊNCIAS

MORAIS, Valdemar Carlos de. Eletricista instalador predial. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo: Editora Viena, 2013.

CAVALIN, Geraldo e CERVELIN, Severino. Instalações Elétricas Prediais. Érica. São Paulo, 1999.

MACINTYRE, Archibald Joseph, NISKIER, Júlio. Instalações elétricas. Livros Técnicos e Científicos. Editora LTC. São Paulo, 1996

LABORATÓRIO DE GAMBIOLOGIA E CÓDIGO ABERTO (LAB0GAM)

LABORATORY OF GAMBIOLOGY AND OPEN CODE

Guilherme R. Soares

Professor Mestre da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. guilhermesoares@ufrb.edu.br

Resumo

O Laboratório de Gambiologia e Código Aberto (Lab0gam) é uma metodologia poética e pedagógica para apropriação tecnológica na construção de novas interfaces para performances artísticas, jogos digitais e processos lúdicos de aprendizado. Tem foco em aspectos sonoros e de relações entre corpo, imagem, gestual musical e na soberania de compartilhamento de códigos e esquemas de eletrônica. O presente relato introduz algumas ideias e atividades que foram desenvolvidas neste projeto de extensão desde o segundo semestre de 2017 até o início de 2018.

Palavras-chave: Software Livre. Hardware Livre. Hacklabs. Humanidades Digitais.

Abstract

The laboratory of gambiology and open code (Lab0gam) is a poetic and pedagogical methodology for technological appropriation in the construction of new interfaces for artistic performances, digital games and ludic learning processes. It focuses on sound aspects and relationships between body, image, musical sign and the sovereignty of sharing electronic codes and schemes. The present report introduces some ideas and activities that were developed in this extension project from the second semester of 2017 until the beginning of 2018.

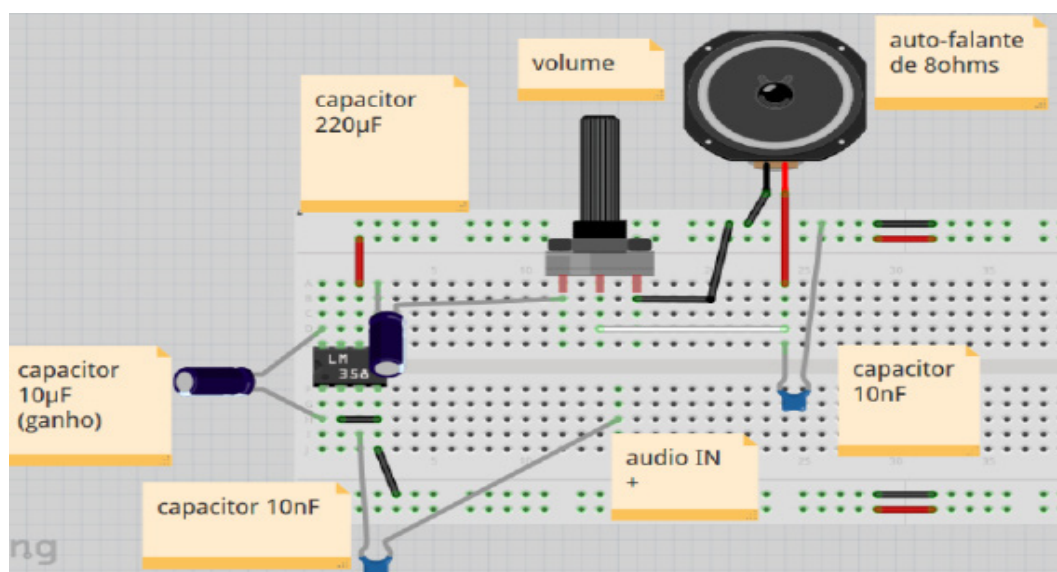
Keywords: Free software. Free Hardware. Hacklabs. Digital Humanities.

Durante o segundo semestre de 2016, o grupo que deu origem ao projeto de extensão Laboratório de Gambiologia e Código Aberto (Lab0Gam) organizou-se a partir de encontros presenciais semanais em busca de identificar estudantes que poderiam tornar-se possíveis monitores ou facilitadores no contato com a comunidade externa a partir de demandas imediatas. Alunos com maior interesse em lidar com códigos de programação, construção e reciclagem de dispositivos eletrônicos, considerando o contexto interdisciplinar do CECULT-UFRB. Estes encontros serviram para construir uma base de conhecimentos compartilhados sobre construção de sintetizadores musicais, projetos originais básicos de automação de iluminação e projeção, noções sobre sistemas operacionais livres e linguagens de programação usadas em contextos artísticos.

Enfrentamos desde o início algumas dificuldades esperadas: no primeiro ano havia a falta de um espaço físico de base para preparação de material e a dificuldade de montar o laboratório em um contexto de desmonte do governo eleito legitimamente iniciava-se. Com o trâmite de mudanças que ocorreram em nossa sede do CECULT-UFRB em 2017, ao menos conseguimos uma sala provisória para organização do material de consumo de eletrônica e uso corrente no laboratório e em cursos oferecidos. O “Laboratório de Experimentos Computacionais” além de atender demandas deste projeto de extensão consegue atender parte da demanda de alguns componentes de eletrônica e programação do Bacharelado Interdisciplinar de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (BICULT) do CECULT-UFRB. Até o momento ainda contamos com recursos cedidos pelos próprios professores envolvidos e o engajamento voluntário de estudantes interessados nos cursos, encontros de grupo de estudos ou em monitorias destes encontros.

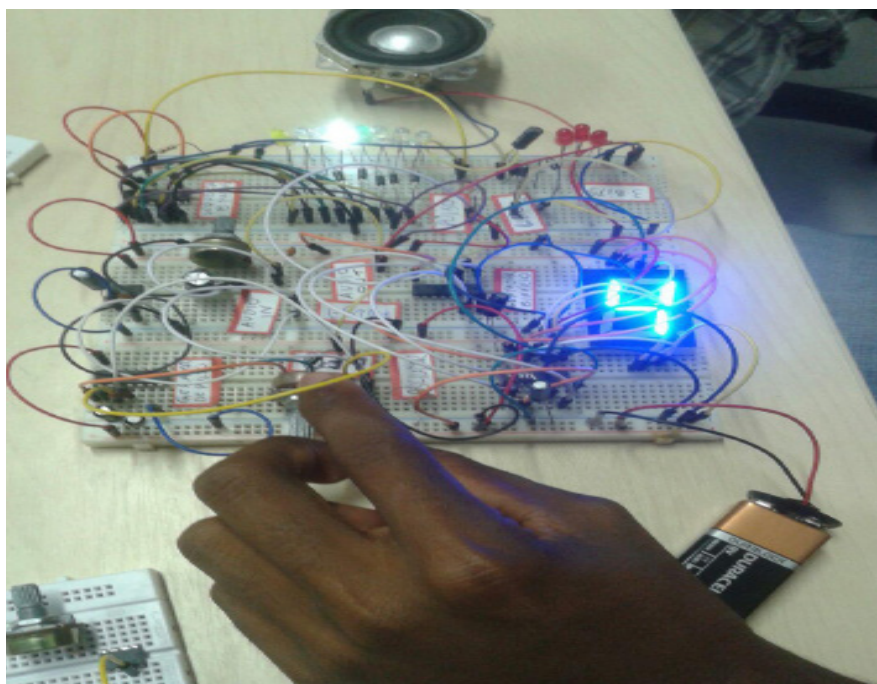
Os primeiros exercícios e material organizado aconteceram também complementando referências e contextos teóricos no seminário “Plásticas Sonoras”¹ oferecido dentro da grade curricular do BICULT no segundo semestre de 2016. Focamos em alguns procedimentos para construção de sintetizadores musicais e sequenciadores de amostras sonoras, fazendo um percurso que iniciava com a identificação de componentes eletrônicos básicos e a construção de dispositivos simples em placas de protótipo, baseadas em experimentos clássicos descritos por Nicollas Collins em seu livro “Handmade Electronic Music” (COLLINS, 2006) e que serviram também de base para entendimento prático de como seria possível construir computadores básicos a partir de microchips de operações lógicas simples, disponíveis comercialmente há mais de 30 anos.

Figura1- Esquemáticos de eletrônica para a construção de sintetizador sonoro



¹ Disponível em < <http://plasticassonoras.wordpress.com/> >. Acesso em 27 de abril de 2017.

Documentado o procedimento básico para a construção dos sequenciadores, ficam mais nítidas as alternativas de percurso que incluem programação, já que os dispositivos que seguem um aperfeiçoamento pela extensão de módulos dos sequenciadores e sintetizadores dispensam programação, mas rapidamente tornam-se complexas costuras modulares. Estes podem se orientar pela didática ou mesmo despertar o interesse pela plástica do excesso de fios e conexões reveladas a olho nu ou em esquemáticos, assim como um convite a procedimentos de programação que resolvam estes problemas físicos com códigos computacionais



Em seguida, trabalhamos com alternativas dos procedimentos utilizando microcontrolador Arduino¹ e a possibilidade de controlar parâmetros programados com a linguagem Puredata². Os estudantes interessados tiveram uma experiência prática básica usando as bibliotecas de programação do Arduino e utilizaram o protocolo Firmata para experimentos de controle de hardware customizado e softwares que construíram com essas linguagens. Esta metodologia serviu de base para cursos ofertados para a comunidade externa no início de 2018.



Figura 3: Oficina do software de videomapping ArrastVJ

¹ Disponível em < <http://arduino.cc> >. Acesso em 27 de abril de 2017.

² Disponível em < <http://puredata.info> >. Acesso em 27 de abril de 2017.

A primeira atividade iniciada para viabilização de um processo continuado de oficinas abertas é a Metareciclagem para Experimentos Computacionais: processo de triagem e reciclagem de computadores .

A medida iniciou-se com uma busca por computadores e periféricos que estão descartados ou subutilizados, dentro da própria estrutura da UFRB, a partir do setor de patrimônio. Buscamos lotes de equipamentos com problemas e a possibilidade de construir um processo de organização de peças sobressalentes retiradas dos equipamentos parcialmente danificados. Buscamos também dar novos usos, testar sistemas operacionais e softwares customizados para uso nas artes, música e design. O material também serve como base para estudo, pesquisa e ilustração de exposições teóricas sobre o funcionamento de hardware de diversas gerações, modelos e épocas disponíveis.

Com isso conseguimos envolver estudantes e docentes em um processo real de otimização de recursos computacionais, pesquisa sobre padrões industriais de hardware em uso, customização de hardware e software para projetos de artes, música e design, estabelecimento de uma rotina de triagem e manutenção de equipamentos de um laboratório de experimentos computacionais que leve em conta estes processos e que permita o deslocamento de oficinas dentro e fora do espaço do CECULT.

Nesta primeira fase selecionamos de um material de 8 laptops Core i5/i3 e destes já reciclamos 5 máquinas que estão em funcionamento e com dual boot Windows/Linux. Os computadores já estão sendo utilizados também nas aulas da matriz curricular do BICULT - Eletrônica e Interatividade, ministradas pelos profs. Guilherme Rafael Soares e prof. Alcindor Antônio Diniz de Oliveira que exigem maior possibilidade dos estudantes configurarem e abrirem as máquinas.

O equipamento também foi utilizado com ótimo desempenho em gravação de apresentação ao vivo do Mestre Sapopemba, atividade aderen-

te a este projeto e coordenada pelo prof. Victor Hugo Soares Valentim e utilizado pelo estudante Erivaldo Brito dos Santos para gravações durante o festival Santo Amaro Afro de 2017.

Em dezembro de 2017 este material possibilitou também um suporte de atendimento à “Oficina de Conteúdo Radiofônico” proposta pelo prof. Pedro Amorim Filho, com apoio técnico dos professores Guilherme Soares e Vicente Reis.

Figura 4: Oficina de Produção de Conteúdo Radiofônico.



No final de novembro de 2017 demos suporte técnico e operacional para o acontecimento da “Oficina de Softwares Audiovisuais Livres” ministrada pelo desenvolvedor do software ArrastVJ¹ - para VideoMapping e manipulação

¹ Disponível em < <http://arrastvj.org> >. Acesso em 27 de abril de 2017.

interativa de vídeo ao vivo, Prof. Bruno Rohde.

Em 2018 iniciamos um ciclo de oficinas abertas ao público externo e baseadas nas metodologias já testadas com estudantes frequentadores usuais de nossos processos. Nestes primeiros meses com trabalhamos com uma rotina de encontros de semanais para elaboração de pautas de abordagens a serem tratados nestes cursos oferecidos nesta nova fase.

Durante o ano de 2018, ainda pretendemos dar continuidade com oficinas de desenvolvimento de aplicativos musicais para celulares e introdução a programação de jogos digitais e microcontroladores com sistema embarcado (Raspberry Pi²). A dinâmica do grupo de estudos também seguirá buscando balizas para a definição de linhas pesquisa e ensino de graduação derivadas das atividades de extensão, procurando elaborar uma reflexão sobre a influência desta rotina das pautas atuais de curricularização da extensão. Pretendemos também sistematizar a triagem de computadores e periféricos a serem reciclados e pensar uma maneira de organizar sua continuidade. O uso dos microcontroladores Raspberry Pi como parte da otimização destes recursos e potencialização de projetos pedagógicos derivados também está em pauta.

**Introdução a eletrônica digital
para criação Sonora e Musical**

L4bg4m
Código Aberto & Gambiologia

Prof. Guilherme Soares
Local: Laboratório de Experimentos Computacionais

Quartas - Manhã
Dias 14/03 e 21/03
Das 9hs às 12hs

inscrições: pautaslabogam@gmail.com

CECULT UFRB
Centro de Ciências, Letras e Artes
Av. Itália km 8

Disponível em <<https://www.raspberrypi.org/>>. Acesso em 27 de abril de 2017. 2

REFERÊNCIAS

COLLINS, Nicolas. Handmade electronic music: the art of hardware hacking. Taylor & Francis, 2006.

BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson De Luca. Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação. Em *Aberto*, v. 28, n. 94, 2015.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. Instituto Paulo Freire, 2017.

RENNÓ, Raquel. Novos estudantes na velha sala de aula: o ensino da arte e tecnologia, entre institucionalização e mundos possíveis. Em *Aberto*, v. 28, n. 94, 2015.

PRETTO, Nelson De Luca. Redes colaborativas, ética hacker e educação. 2010.

ARTIGOS

DECOLONIALIDADE E UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA E NEGRITUDE

DECOLONIALITY AND UNIVERSITY: A STUDY ON THE PROJECT OF EXTENSION CULTURE AND NEGRITUDE

Lorena Penna Silva

Mestranda pela Universidade Federal da Bahia. lorenapennaufbr@gmail.com

Claudio Orlando Costa do Nascimento

Doutor pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. claudioorlando12@gmail.com

Rita de Cássia Dias Pereira Alves

Doutora pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. rcdias@ufrb.edu.br

Natanael Conceição Rocha

Mestrando da Universidade Federal da Bahia. natanaelcrocha@yahoo.com.br

Lucas Correia de Lima

Mestrando da Universidade Federal da Bahia. lucascorreia303@gmail.com

Resumo

O presente artigo faz uma abordagem sobre o Projeto de Extensão Cultura e Negritude, de iniciativa do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que visa contribuir com as discussões da Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". Recorre-se aos estudos sobre extensão universitária, políticas afirmativas, decolonialidade para subsidiar o trabalho. Ao analisar o projeto pode-se verificar práticas formativas decoloniais, multiculturais e, em diálogo, com a cidade de Santo Amaro-BA, território de inserção, em conjunto com a tradicional celebração do "Bembé do Mercado". O estudo se escreve no campo da Multirreferencialidade, complexidade e subjetividade, a partir da utilização da Etnopesquisa Crítica aplicada à Educação.

Palavras-chave: Educação. Políticas Afirmativas. Ecologia de Saberes.

Abstract

This article approaches the Culture and Negritude Extension Project, initiated by the Center for Culture, Languages and Applied Technologies of the Federal University of Recôncavo da Bahia, which aims to contribute to the discussions of Law 11.645 of March 10, 2008, which includes in the official curriculum of the education system the obligation of the subject "Afro-Brazilian and indigenous history and culture." It is used the studies on university extension, affirmative policies, decoloniality to subsidize the work. cultural practices and in dialogue with the city of Santo Amaro-BA, insertion territory, together with the traditional celebration of the "Bembé of the Market". The study is written in the field of Multi-referentiality, complexity and subjectivity, from the use of the Ethnopesquisa Critical applied to Education.

Keywords: Education. Affirmative Policies. Ecology of Knowledge.

INTRODUÇÃO

Extensão e decolonialidade na perspectiva do Projeto Cultura e Negritude busca dar continuidade às ações que instituem a identidade emancipadora, sócio-etnicamente referenciada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O Projeto Cultura e Negritude inicialmente articulado pelos dois grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes: Acesso, Permanência e Pós-Permanência na UFRB, e Conexões de Saberes: Recôncavo em Conexão¹, e logo após institucionalizado como parte de uma gama de ações de extensão do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT/UFRB) – Campus de Santo Amaro), contribuindo para a “promoção de um espaço acadêmico onde seja acolhido todo o fazer e saber cultural por parte das sociedades”. (BRASIL, 2009, p. 11).

Observa-se que os estudos nos campos da cultura, das tecnologias, das linguagens artísticas, da engenharia do espetáculo, da economia criativa. (BRASIL, 2009), postos em dialogias com os projetos de extensão, pouco contribuem para diminuir as barreiras entre o conhecimento científico e popular, na perspectiva de produzir ecologias de saberes contextualizados. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2007).

O Cultura e Negritude, para além de estreitar relações no território de atuação da UFRB – Recôncavo da Bahia -, constituído em sua maioria de negros, pobres e sem acesso ao ensino superior, tem demonstrado o reconhecimento da heterogeneidade do saber/fazer, na formação e na construção de identidade cultural afrocentrada, inclusiva, que por meio de políticas afirmativas garantam o acesso dos comumente excluídos nesta sociedade, construindo bases para a decolonialidade nos espaços formais e não formais

de conhecimento. (NASCIMENTO; ALVES, 2017).

É nesse contexto que se traz reflexões sobre a situação dos afro-brasileiros, relacionando-as com a universidade elitista no Brasil, que se manteve distanciada da maioria da população, dificultando o seu acesso e contribuindo para a manutenção do status quo de uma parte da sociedade. Em paralelo, demonstra-se o esforço impetrado por uma parcela da academia que luta pela equidade racial e social no País.

Para melhor compreensão, o artigo está dividido em duas partes. Na primeira sessão será tratado o tema “Entrecruzando sentidos: cultura, universidade e extensão”, subdividido em: a extensão universitária e sua importância para a universidade inclusiva, inspirado em autores como Munanga (1998), Schwarcz (2012), Santos (2008), Sodré (2017), Faria (2001), Oliveira (2012), Nascimento e Jesus (2016), Hall (2017), DUSSEL; LANDER, et al. (2005), que abordam a atual sociedade brasileira e os novos rumos da universidade, trazendo à baila conceitos e práticas relativos à ecologia de saberes.

Na segunda parte, apresenta-se uma introdução ao sentido de decolonialidade, dividido nas subseções: “a cidade de Santo Amaro (BA)”; “a propósito da contextualização do estudo” e “o Projeto de Extensão Cultura e Negritude: um estudo em curso”. Nessa etapa, traz-se à baila o entendimento sobre colonização e colonialidade e a sua estruturação na sociedade e na universidade, buscando formas de enfrentamento, resistência e movimentos contra-hegemônicos. O texto não se furta, nesse processo, de contextualizar a cidade de Santo Amaro como território invisibilizado, e de demonstrar o projeto de extensão Cultura e Negritude, que reúne ecologia de saberes, decolonialidade, formação antirracista e multicultural, como política de enfrentamento às injustiças racial, social e cognitiva.

ENTRECRUZANDO SENTIDOS: CULTURA,
UNIVERSIDADE E EXTENSÃO

¹ Ambos conduzidos pelas orientações dos professores doutores Rita de Cássia Dias Pereira Alves e Cláudio Orlando Nascimento, respectivamente.

Em pleno século XXI, ainda é incessante o discurso de aproximação da universidade com a sociedade, seja por meio de ações de um dos tripés da instituição de ensino superior, que é a extensão, alhures, reconhecidamente nova, ou nas suas tradicionais práticas de ensino e pesquisa, na tentativa de diminuir o distanciamento já consubstanciado no nosso subconsciente e presente nas nossas falas e ações, como se o saber popular fosse inferior ao conhecimento científico e as pessoas não se constituíssem, com sua bagagem cultural, relevantes para a Universidade.

O Brasil, tardiamente, atentou-se para a afirmação da cultura local do seu povo. Na época da República, período pós-abolição da escravatura, pensava-se o Brasil à moda do estrangeiro: as roupas, o modo de se portar, a arte e a arquitetura em imitação da Belle Époque.

Numa dissimulação das condições sociais que se tinha no Brasil, esquecendo-se então que a maioria da população era formada por negros de diversas etnias, recém-libertos, sem educação formal, porém fincados nas suas cabeças por meio da ancestralidade, todos os constructos culturais expressados por meio da linguagem, da arte, da arquitetura, da religiosidade, da culinária e de outras formas de viver desse povo.

Decerto, a cultura popular não importava para os abastados da época, que intencionalmente menosprezava a congruência de saberes obtida pela mistura de povos africanos de diversas etnias, transmudadas no Brasil pela desterritorialização. A cultura negra, em contato com a indígena e a dos brancos, constituiu numa rica profusão intercultural e cognitiva que se fosse reconhecida de maneira equânime, criaria espaços na educação que preservaria o modo de ser, fazer e pensar do seu povo, propiciando o desenvolvimento de um país menos desigual.

A proposta de universalidade para a cultura, no Séc. XVIII, corrobora com o projeto de invisibili-

zação de outras culturas e com a perpetuação de signos e significados pertencentes a somente uma categoria detentora de poder, provocando distinções profundas nas camadas sociais.

A cultura africana e afro-brasileira é largada ao desvanecimento, já que seus princípios e valores baseiam-se na família, na ancestralidade, na tradição e na ética entendida como “envergadura das realizações transtemporais de um grupo humano guiado pelo brilho de sua verdade própria e pelo apelo de sua dignidade, isto é, da regra ancestral instituída ao mesmo tempo que se fundou o grupo”. (SODRÉ, 2017, p. 89).

Os valores culturais no Brasil precisam fazer a gira girar 2, deslocando o olhar fixo que nos foi imposta de preservação e homogeneização de uma só cultura, pertencente a uma só etnia, perpetuadas nos espaços de poder e centralizando a formação acadêmica pautada sob uma única égide ou sob a superioridade de uma cultura sobre as outras. Dito de outra forma, trata-se de relações de poder na educação, não diferente às demais dimensões das relações sociais, ligadas ao que Quijano (2009) considera de colonialidade do poder, imbricados diretamente com a produção de um conhecimento dito formativo, em detrimento as produções culturais não europeias.

É nesse contexto que se remete a importância da formação para negritude, inscrevendo os negros nas histórias de escravização, mas, também, em outras histórias invisibilizadas propositadamente com o intuito de renegar a sua contribuição para o crescimento europeu, americano e das elites brasileiras. O primeiro passo é o reconhecimento “do fato de ser negra, a aceitação de seu destino, de sua história e de sua cultura” (MUNANGA, 1998, p. 24), para, em seguida, buscar igualdades de oportunidades, numa rede de

² Trata-se de um trecho de uma música dos Tingoãs, banda Baiana que se dedicou a música popular brasileira, nas décadas 1960-70, em especial, destaque as de culto afro-brasileiro.

solidariedade com os aliados sociais.

A cultura é comumente entendida como uma forma de organização da vida, mutável pelas condições espaciais, pela alteridade, pelos acontecimentos históricos, considerando os contextos em que está inserida (OLIVEIRA, 2006), é uma perspectiva para se repensar a cultura negra no Brasil invisibilizada, folclorizada ou cooptada diuturnamente.

Coadunando também com o entendimento de que a cultura “é uma herança coletiva de uma sociedade, transmitida de geração em geração, para cada membro da sociedade, através do processo educativo” (MUNANGA, 1988, p. 43), negar ao seu próprio povo o conhecimento dela é apagar sua alma, seu espírito. Ainda, é formar para conhecer a história do outro, suas perspectivas, suas afirmações e, concomitantemente, anular as outras raças, mantendo-as na inferioridade que refletem nas estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade.

Essa violência psicológica e social é tão cristalizada que há uma resignação, e até um sentimento de culpa, construído pelo e para o cidadão, das gritantes desigualdades sociais e inclusive da sua “má sorte” de ter nascido com os traços de negros, impeditivos dos padrões de estética, de moda, religião, intelectualidade, dentre outros, aceitável pela sociedade.

A educação tem papel fundante na mudança desses paradigmas, por meio do currículo, considerado relação de poder (SILVA, 1999) e da formação acadêmica que permita trabalhar com o multiculturalismo.

A Universidade só foi implantada no Brasil no século XX, dirigida para a elite e preocupada com a formação de seletos grupos, se abstendo da preocupação com a sociedade desigual que se tinha e da inserção da população no ensino superior. Fechou-se nos seus muros, nos seus currículos, não incluindo a realidade brasileira, incorrendo na alienação cultural ou na “história” dúbia, de visão embaçada.

[...] do ponto de vista epistemológico, a universidade brasileira fundou-se sobre uma concepção linear e fragmentadora do conhecimento, alienada da complexidade dos problemas da natureza, da sociedade, da história e da subjetividade humana (SANTOS, 2008, p.150).

A reforma universitária, ocorrida após a ditadura militar, trouxe algumas modificações no seu bojo, porém não suficientes para a democratização universitária como há muito preconizavam Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. A resistência em abrir a Universidade para o seu povo continuou persistente por um longo tempo, inclusive no discurso de que realmente o ensino superior deveria ser restrito a algumas camadas da sociedade, como se pode observar no trecho abaixo:

[...] nestas condições a universidade não pode ser uma instituição democrática e convive mal com a democracia, sobretudo porque nesta não há uma classe não democrática. [...] É pois, necessariamente uma instituição impopular que deve resistir à tentação de querer fazer tudo pela sociedade (BLOOM, 1988, p. 245- 249 apud SANTOS, 1997, p. 169)

Entretanto, o movimento negro e os grupos seletos das universidades públicas propuseram continuamente agenda com os três últimos governos federais, no intuito de expandir o acesso às universidades pelos grupos raciais e sociais vulnerabilizados e que continuam ocupando os piores postos de trabalho, de habitação, lazer, esporte, alimentação, cultura e que, ainda assim, precisam pagar, sem ter condições, o acesso ao estudo, na perspectiva de um crescimento profissional e pessoal.

Algumas universidades estaduais, em 2000, a exemplo da Universidade do Estado da Bahia, foram palatinas ao instituir 50% das suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, cuja concretude se deu em 2003. Na Bahia, a UFRB, em 2005, já nasce fruto das políticas afirmativas e da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que inclusive justifica a re-

paração racial e social nesse espaço de maioria negra e pobre.

Enquanto isso, as universidades, após incompreensões dentro da própria instituição quanto à implantação das cotas, aos poucos aderiram às políticas afirmativas, que foram regimentadas pela lei 12.711/2012. A inclusão de negros e pardos nas instituições de ensino superior não chegou a 12,8%, menos da metade da inserção dos brancos, cuja população total é inferior a 30%. Entretanto, a política de cotas diuturnamente são fragilizadas por movimentos antidemocráticos.

Além disso, a tentativa de universidade inclusiva do século XXI trouxe sem-número de estudantes de origem popular que, por vezes, se sentem excluídos ao adentrar na instituição e não encontrar identificação, pertencimento ao seu modo de viver, a sua etnia, causando, por vezes, estranhamento, abandono, repugnância e, por fim, o sinal que ali não é o seu lugar.

Esses alunos de classes populares, na maioria negra e parda, frutos da inserção de políticas inclusivas nas Universidades, precisam refletir seu processo cultural, no momento em que adentram no mundo científico, conscientes de que serão vanguardistas de um novo tempo. Essa nova geração vai ensinar seus camaradas que a universidade tem espaço para todos que tenham sede de saberes.

O discurso de inferioridade da raça que nos coloca em posições menores e de insegurança, limitando-nos psicologicamente, precisa ser desconstruído. A valorização do indivíduo e o aguçamento das suas capacidades exercitadas extinguem a reprodução de falas que demarcam velhos tempos.

A academia aspira às novas histórias, e que ela seja o espaço apropriado para a educação emancipadora e não fique enclausurada nos seus muros terrenos e de ideias, sem exercer sua função social e sua transformação cultural, sem jamais

servir de objeto de alienação para as culturas existentes no nosso país.

[...] Primeiro, toda universidade que se interessa por pobreza da população deveria saber vê-la e tratá-la em seu entorno mais próximo, a começar pela rejeição de alunos pobres que não conseguem ascender às entidades de maior nível e gratuitas. Segundo, passar algumas semanas com os pobres certamente não é boa estratégia para se combater a pobreza, mesmo que os visitantes sejam levados à lágrimas. (FARIA, 2001, p.141 - destaque nosso)

As universidades que têm projetos inovadores tentam diminuir essas diferenças, aproximando-se e valorizando o saber popular; não dissociando o estudante da sua cultura, (des)colonizando currículos, formando profissionais cidadãos, transformando-se em verdadeiros lócus de produção de novos saberes e aprendizagens. Entendemos ser o Cultura e Negritude uma ação decolonial.

É nesse compasso que se traz à baila os temas Cultura, Identidade e Extensão, na perspectiva da formação da negritude, do legado histórico-social da UFRB e do Território do Recôncavo, local predominantemente de culturas africanas e afro-brasileiras.

A extensão universitária e sua importância para a universidade inclusiva

Ao refletir sobre a crise da legitimidade da universidade (SANTOS, 2008), que desde a sua constituição teve seu acesso restrito, justificando a perpetuação de uma elite intelectual no Brasil que hierarquizou os saberes, considerando os comprovados cientificamente, somos remetidos a uma concepção de extensão comprometida com os novos dilemas universitários do século XXI.

A necessidade de repensar a universidade aliada às políticas públicas e aos movimentos sociais, que tentam diminuir as discrepâncias raciais e sociais gritantes com reflexos diretos nas condições do país, encontra amparo numa extensão universitária que se preocupa com a diversidade, o multiculturalismo, a exclusão social, o racis-

mo, com a valorização da cultura popular, como o meio mais próximo de conexão de saberes com a sociedade.

Aqui, o texto afilia-se com a ideia de Ecologia de Saberes³, proposto por Santos (2008), ao entender a extensão como promoção de diálogos entre conhecimento científico e popular, num movimento inverso, de fora para dentro dos muros institucionais, como uma política de justiça cognitiva e social.

A extensão universitária, que muitas vezes foi marginalizada dentro da academia, considerada somente de prestação de serviços, é, nesse processo, a porta de entrada para a interlocução com a sociedade, desde que seja entendida de forma diferenciada, diretamente ligada com a alteridade, a sensibilidade, o reconhecimento de outros saberes e o respeito ao território de trabalho.

A extensão tem um importante papel na Universidade e para a sociedade, quando permite a troca de conhecimentos com o fulcro de ressignificar as práticas universitárias, contribuindo para uma formação que possa diminuir as discriminações sociais e raciais, ao tempo em que reforça os laços identitários da sociedade, inclusive, contribuindo com a expansão do território na confluência de políticas públicas.

A extensão universitária aliada a projetos que tratam, em especial, de temas voltados ao reconhecimento da cultura afro-brasileira, da formação para negritude e de valorização de cidades com grande exponencial cultural e artístico, mas que foram solapadas ao longo do tempo por formas perversas de desvalorização de um legado constituído por negros, é sem dúvida complexa, inclusiva e transformadora.

A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade. (SANTOS, 2008, p.56). 3

Não se pretende, nesse discurso, modelar novos colonizadores, ao negar outras culturas, como fez a raça branca, estruturando-se de tal ponto que invisibilizou e/ou inferiorizou todas as outras existentes, e de forma degradante a negra.

A conexão de saberes popular e acadêmico abre fendas profundas nos muros institucionais universitários proporcionando uma formação acadêmica cultural, humanizada, ética, estética e totalmente transdisciplinar.

Há avanços nesse sentido, entretanto, nas universidades. Ainda assim, em sua maioria, descharacterizam a extensão, colocando-se como detentora de conhecimentos válidos que serão disseminados na sociedade ou que irão realizar intervenções a fim de capacitar o povo inculto nas suas práticas cotidianas e nas culturas existentes, cujos donos serão dados como inexistentes.

La idea del pueblo inculto, senaló el peruano Augusto Salazar Bondy, em 1972, al que está dirigida la difusión, hacia el que había EXTENDER la cultura previamente fabricada por los educadores, prevaleció en este enfoque que consagró a determinadas conciencias como jueces de los valores y los criterios estimativos. El paternalismo fue la conciencia inevitable de este modo de entender la difusión cultural, y el paternalismo implica rebajamiento de la capacidad de decision y creación de los hombres que forman la masa, y portanto, despersonalización (FARIA, 2001, p. 37 - destaque nosso).

Não se pode olvidar também que essa aproximação tem sido tentada, porém sem uma horizontalidade de saberes, com exceção de projetos inovadores concebidos por poucos na academia. Ademais, a universidade, por meio de políticas inclusivas e reparadoras, tem inserido alunos de camada populares que precisam dialogar o conhecimento científico com a práxis social e cultural, num processo formativo multirreferencial, de fortalecimento de identidade.

UMA INTRODUÇÃO AO SENTIDO DE DECOLONIALIDADE

Transformar a relação da universidade, instituição de formação elitizada, baseada no conhecimento ocidental, com a sociedade brasileira, com suas culturas, principalmente a negra, que está imbricada praticamente em tudo que se foi construído nesse solo, é abrir novos caminhos para uma educação antirracista, é abrir portas para as camadas populares se sentirem inseridas nesse espaço, é promover diminuição de desigualdades sociais e cognitivas.

Todavia, a reação contra a colonização, que produziu alcances sociais jamais imaginados, tem levado a uma contrarreação severa de uma classe que rejeita o enfraquecimento de sua dominação. Em harmonia com o fascismo social⁴ que se locupleta com políticas liberais e o estado jurídico. (acho que faltou terminar a ideia)

O fascismo social é uma reação também às políticas de diminuição e de enfrentamento do racismo e da pobreza, em que os espaços de poder estão sendo minados pelos excluídos sociais.

As linhas abissais aqui do Sul/Sul, parafraseando Boaventura, sofreram um pequeno deslocamento, porque este país não se sustenta com tantas desigualdades, o que põe em risco também as classes abastadas e a média que não poderão manter seus negócios e sua vida numa bolha.

Esse deslocamento das linhas provocou uma ascensão social em diversos segmentos e a educação transformada, decolonial⁵, é o caminho de conscientização das mudanças políticas, conju-

Um regime social de relações de poder extremamente desiguais, que concedem à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca. (SANTOS, 2007, p.10). 4

[...] podemos afirmar que o decolonial como rede de pesquisadores (lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina) que busca sistematizar conceitos e categorias interpretativas tem uma existência bastante recente. Todavia, isso responde de maneira muito parcial à nossa pergunta, uma vez que reduziria a decolonialidade a um projeto acadêmico. Para além disso, a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492". (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p.15). 5

gadas com a social e a cognitiva, a nosso ver. São esses deslocamentos que começaram a realizar mudanças na conjuntura desse país, e que agora são contestados e chamados para o retorno da invisibilidade.

O processo de colonização, conforme (DUSSEL; LANDER, et al., 2005) nasce em 1492, com o mito civilizatório, a partir do eurocentrismo, constituído desde o espaço grego-romano, dissociando-se da tríade euro-afro-asiático, assim como da sua contribuição tecnológica e de conhecimento desses povos. Culminou no estabelecimento do Ocidente civilizado e tudo que não era do ocidente selvagem e por essa razão a defesa da dominação. E assim assentaram-se as invasões realizadas na América Latina, cuja superioridade ficou mais ainda acentuada com acumulação de riquezas extraídas deste local.

A pesquisadora Hall (2017) chama atenção para as histórias ocidentais de dominação europeia e americana que suprimem o poder e a acumulação de capital, conseguidas pelo tráfico atlântico de escravizados e do trabalho forçado de africanos e seus descendentes nas Américas.

Vale lembrar que o próprio (DUSSEL; LANDER, et al., 2005) afirma que o processo não foi pacífico e nem desejado pelos supostos selvagens ("sem cultura, sem conhecimento, perto da animalidade"), como durante muito tempo nos faziam crer. Despontando nesse mesmo período as reações ao efeito da colonização, o que ele vem a chamar de colonialidade.

Para assegurar as relações de poder do sistema-mundo e garantir a acumulação do capital fazia parte do enredo inferiorizar raças, permanecendo assim a estrutura de poder montada. (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

Como destaca Sodré (2017), na produção "Pensar Nagô", é fundamental desvelar o mito da imposição da colonização e da exploração de homens escravizados, que vivem até hoje as lamúrias dessa história criadas para nos resignar e

nos manter nas mesmas condições subalternas, excluídos e alienados, apesar de resistirmos ancestralmente pelos que aqui aportaram e sempre resistiram às condições que lhe foram impostas.

Estudiosos imbuídos do sentimento de justiça social e cognitiva convidam para uma resposta a esse movimento: a descolonização. “Escutar aqueles povos, as culturas e os lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade”. (BERNADINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 7).

Santos; Almeida Filho (2007) chama a atenção para o pensamento pós-abissal e a ecologia de saberes como caminho à justiça cognitiva, entendendo que as linhas abissais na sociedade persistem e criam, consciente e inconscientemente, exclusões sociais e cognitivas.

A universidade tem papel fundamental quando permite currículos e práxis contra-hegemônicos e campus em territórios não reconhecidos. Portanto, uma formação crítica, emancipadora, contextualizada e que busca instituir etno-saberes, saberes/fazer dos sujeitos culturais e de seu povo.

Trata-se, portanto, de uma batalha quinhentista pela afirmação de outras culturas, povos e etnias que foram suprimidas, cooptadas, distorcidas ao longo da história. Mas esse processo não é fácil, é atacar os nossos referenciais, é desconstruir tudo que nos foi dito por uma única e “inquestionável” fonte, é mergulharmos no outro, é enviesar o olhar para lutar contra as injustiças sociais e cognitivas que estão fundadas nas esferas e estruturas sócio-políticas desse país.

A cidade de Santo Amaro (BA) e o projeto de Extensão Cultura e Negritude

Antes de adentrar na proposta de extensão universitária da UFRB voltada para a formação da negritude, é mister olhar novamente os estudos supracitados e reconhecer territórios que são invisibilizados, cujas histórias foram apagadas e

que hoje com a instalação de universidades, não se pode tratá-los como mero depositários de conhecimento e órgãos, sem vinculação com seu povo, com a conformação do espaço e as mudanças ocorridas.

Trazer à tona o espaço onde a universidade se instala, que foi palco de lutas, resistência, preservação de cultura e conhecimento é trabalhar a partir do Sul, rejeitando a perpetuação da colonização. É por isso que se trazem, nesse momento do texto, algumas passagens da constituição da cidade de Santo Amaro (BA), contextualizando com os enunciados do artigo.

A cidade de Santo Amaro (BA): a propósito da contextualização do estudo

Santo Amaro (BA) é uma cidade diferenciada no recôncavo por conta do seu povo, que desde sempre se mostrou destemido frente às questões políticas, sociais e econômicas da região. Os registros históricos demonstram a conformação do espaço, fruto de muitas injustiças, massacres, subjugação, escravização do povo que aqui estavam e dos que chegaram.

No “Testamento de Mem de Sá” encontra-se registro de invasão do espaço e construção do primeiro engenho em 1559, chamado de Sergipe do Conde que, em 1572, com a morte de Mem de Sá, passou a pertencer a sua filha, esposa do Conde de Linhares. Os escritos marcam a discriminação racial e social que deviam imperar no Brasil, ao destituir os filhos de portugueses com mulatos, negros e índios de qualquer tipo de herança.

Santo Amaro era um local apropriado para o escoamento de cana-de-açúcar nos portos pela proximidade da Capital do Brasil, a cidade do Salvador. Seregipe, como era chamada essa localidade, era habitada pelos índios Abatirás que pertenciam aos lamorés.

Os índios tinham suas idiosincrasias que não se adaptavam à organização estrutural de explora-

ção e dominação dos brancos. Muitos fugiram com seus familiares para outras cercanias e outros foram forçadamente obrigados a largarem suas crenças e sucumbirem à do branco. A religião servia como um braço direito da colonização, inclusive atuou como juíza decretando a morte dos que a ela não se submetiam para atender a exploração imposta pelo ocidente.

Os negros, diferentemente dos índios, foram forçados a sair do seio da sua família, das suas casas, reinados, comunidades e etnias e foram empurrados, como gados que se conta por cabeça e pela qualidade, em navios, embarcados para um país distante, “sem lenço e sem documento”, largados à sorte de outros homens que os subjugavam. Estima-se que no fim do século XVIII, seis mil negros foram importados para o recôncavo (AMORIM, 1967, p. 20).

Escravos de Guiné, como sempre, alcançaram preços mais altos do que os da terra julgados indolentes, mais fracos, muitos morreram. Os africanos chegavam até à importância de quarenta mil reis e nenhum era estimado em menos de treze, enquanto os da terra desciam a base estimativa de mil reis” (...) (CÂMARA DA CIDADE DE SALVADOR, História Geral, I, p. 379 apud AMORIM, p.20).

Pode-se verificar também que o Brasil foi comprovadamente o maior comprador de negros africanos para serem escravizados nas Américas, disseminando-os ao longo de todo o seu território nacional (SODRÉ, 2017), que é ratificado na obra de Manolo Florentino ao afirmar que “[...] o dobro de africanos escravizados foram trazidos para o Brasil do que para as colônias britânicas” (HALL, 2017, p.129).

Os negros não trouxeram somente a mão de obra braçal para o Brasil, mas a genialidade e a engenhosidade para o plantio e cultivo da cana-de-açúcar, construção de engenhos e as sem-número profissões como: ferreiros, escultores e gravadores, prateiros e ourives, projetistas e construtores de armazém e portos, casernas, casas, edifícios públicos, igrejas, canais e represas, vaqueiros, caçadores, pescadores, médicos ou cirurgiões, enfermeiras, entre outros (HALL, 2017).

Em 1878 já se tinha registro de cento e vinte e nove engenhos no recôncavo e seis engenhos centrais em Santo Amaro: Seregipe, Subaé, São Brás, Pitinga, Santo Amaro e Bom Jardim. O crescimento da exportação de cana-de-açúcar teve aumento exponencial na região, assim como o fumo e os alambiques de cachaça que se adaptaram as boas terras que aqui se tem, chamada de massapé⁶. Em contrapartida, as mazelas sociais e a exploração cresciam, transformando-se em capital, recursos financeiros.

Em suas memórias históricas, o pesquisador Vicente Viana diz que o desenvolvimento de Santo Amaro era tão grande, de um modo geral, que no começo do século XVIII, por volta de 1715, o Marquês de Ângeja, em visita ao Recôncavo, desejou elevar o povoado à vila. Em 1727 é elevada à vila, e, em 1837, pela Lei provincial 43 de 13/03/1837, Santo Amaro foi elevada a categoria de Cidade. (AMORIM, 1967, p.42)

Zilda Paim (2005), conhecida educadora e filha da cidade, entre os séculos XX e XXI, descreve no seu trabalho Isto é Santo Amaro, que Afrânio Peixoto chamou a cidade de capital do Recôncavo, pela sua grande influência na história econômica e política da Bahia, pela sua nobreza territorial, pela sociedade culta, pelos engenhos e sobrados. Parece que é verdade, já que dos 42 projetos de criação de Universidade no Brasil, apresentados durante o período de 1808 a 1889 (TEIXEIRA, 1968), um dos pedidos fora de um povo aguerrido que colaborou para a Independência do Brasil: o de Santo Amaro (BA). Pediu para o recôncavo a primeira universidade do Brasil (destaque nosso), o que se pode observar em trechos extraídos da ata da Sessão Extraordinária da Casa da Câmara da Villa de N. S. da Purificação de Santo Amaro, em 14 de junho de 1822, no qual se fez presente o povo, a igreja e os políticos, instruídos da causa constitucional,

⁶ “terra barrenta argilosa, geralmente preta, de excelente qualidade para a cultura de cana-de-açúcar” (AURÉLIO, 2017)

para responderem a um ofício dos deputados da junta do governo. A ata demonstra o interesse das pessoas envolvidas em descentralizar o poder da Coroa; tornar a junta do governo eleita e composta pelo povo; “pregoar a tolerância religiosa” (destaque nosso) e, enfim, o pedido de uma Universidade no País.

O que não se tem certeza é para quem se destinava essa Universidade. Quais os seus propósitos, diversidade e abrangência, pois em pleno século XXI estamos em luta contínua por esse intento.

Jorge Portugal, filho da terra, poeta e compositor, ex-secretário de Cultura do Estado da Bahia, ao receber a comenda Marquês de Abrantes, na Câmara de Vereadores do Município de Santo Amaro-BA, em 2015, faz um enaltecedor discurso dos talentos da terra:

[...] Contados os fatos, Sr. Presidente, provamos que a ousadia e a audácia está no DNA da nossa gente. E nós, os herdeiros desse legado, temos a obrigação de não o deixar morrer, de transmiti-lo às gerações seguintes. Essa herança muito explica outros vultos brilhantes, de outrora e da contemporaneidade, no campo da arte ou da ciência, que deixam outras cidades do Brasil literalmente boquiabertas ante a explosão de tantos talentos num só lugar. Explica Assis Valente, Teodoro Sampaio, as Tias que levaram o samba para o Rio de Janeiro, explica Emanuel Araújo, Dr. José Silveira, Padre Gaspar Sadoc, o sociólogo Guerreiro Ramos, explica Clóvis Amorim, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Frank Romão, Mano Décio da Viola, Roberto Mendes e essa turma nova e brilhante que continua nossa narrativa. Portanto, Sr. Presidente, precisamos sempre estar à altura do monumento cultural que é Santo Amaro: amar esta cidade, zelar por ela, respeitar nossos artistas e geniais criadores e, sempre que for necessário, “mandar os malditos embora”. Hoje, falo desta tribuna como o mais humilde dos seus filhos. Todavia, como sou portador do legado dos que escreveram a ata de vereação do 14 de junho de 1822, do legado libertário de Manuel Faustino dos Santos Lira, e do legado de João Obã, sinto-me crescer enormemente e até aceito ser chamado Secretário de Cultura, dessa cultura que é meu sangue, minha inspiração e minha vida. Por tudo isso... “Santo Amaro quero dar-te/no calor da louvação/todo encanto de minh’arte (...) (PORTUGAL, 2015, p.1-2 – destaque nosso)

É nesse contexto que Santo Amaro (BA), constituída de 89% de negros e pardos (IBGE, 2010), recebe no recôncavo uma Universidade Pública consubstanciada pelas políticas de reparação

social.

Primeiramente, no contexto de diáspora, escravidão, modificações culturais e permanência pós-escravização da “ceifação” de direitos mínimos para uma vida decente, sem tocar na destruição psicológica e afetiva do sujeito.

Segundamente, pela pujança intelectual, cultural e de recursos naturais que essa cidade tem, ao tempo que sofre com o abandono de políticas públicas expressos nos índices sociais, a exemplo: somente 2,68% da população frequentam o ensino superior para uma população de 57.800 habitantes, conforme dados do IBGE (2010).

O território do recôncavo produziu um legado cultural de enorme importância já durante o século XIX: nessa região ocorreram os primeiros registros do samba-de-roda, expressão musical, coreografia, poética e festivos de raízes culturais negro-africanas (BRASIL, 2009, p.6-7).

O Projeto de Extensão Cultura e Negritude: Um estudo em curso

Em Santo Amaro (BA) foi instalado o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), no ano de 2013, já idealizado desde a época do projeto inicial de implantação da UFRB (NASCIMENTO; ALVES, 2017), que nasce sob a égide das políticas afirmativas em seu currículo e formação, cujas bases epistemológicas foram sendo construídas por meio de vivências e diálogos junto às comunidades, e reafirmadas, logo no primeiro evento de Extensão Cultura e Negritude, realizado no Centro.

O Cultura e Negritude é um projeto de extensão que nasceu de uma parceria com os Programas de Educação Tutorial (UFRB, Recôncavo em Conexão e Acesso, permanência e pós-permanência) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). Tem como uma de suas premissas:

contribuir com a política de educação das relações étnico-raciais, pondo em destaque os referenciais culturais africanos e afrodescendentes, construídos a partir

de vivências e das experiências produzidas nos cenários locais/territoriais de vida e formação (NASCIMENTO; ALVES, 2017, p.12).

O Projeto se inspira no “Projeto Educação e Negritude” (Centro de Formação de Professores – 2007) e no “Fórum de Promoção da Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo”. Nas ações afirmativas, no âmbito institucional, político e dos movimentos sociais, sobretudo, os movimentos com ênfase nos referenciais étnico-raciais que atuam e persistem na luta pela justiça social, racial e educacional (NASCIMENTO; ALVES, 2017).

O “Cultura e Negritude” contribui com as discussões previstas pelas Leis 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e passa a incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (NASCIMENTO; ALVES, 2017) e a 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a anterior, e inclui também no currículo a temática indígena. Essas leis constituíram um divisor de águas na luta por um currículo descolonizado e antirracista, pautado na interculturalidade, no interconhecimento. As promulgações delas abriram na academia importantes discussões sobre outros conhecimentos refutados dos currículos e não eleitos como válidos para a formação escolar.

Pensar também que a implementação de uma lei garante sua efetividade é uma mera inocência, ainda mais quando se trata de temas que mexem em toda a estrutura de uma sociedade e que a oportunidade dada aos que estão no gueto, surge no medo das trocas das cadeiras para quem já está perpetuado em espaços de poder. Infelizmente, estamos em 2018 e essa pauta não foi consolidada, trabalhada na sua totalidade, continuamente exortadas dos currículos.

O “Projeto de Extensão Cultura e Negritude”, nesse momento, representa a adequação a ecologia de saberes, refutando tratar a sociedade como depositária de conhecimento; as discussões em torno das mudanças de currículo sobre o viés decolonial e a formação antirracista e de reconhecimento de identidade e cultura negra no CECULT/UFRB, nas escolas públicas, nos terreiros de candomblé, nas manifestações populares da cidade e dos distritos circunvizinhos.

A mudança na formação escolar, nos currículos, nas práticas acadêmicas e o exercício da alteridade são instrumentos vitais para alterações profundas e transformadoras dos indivíduos, que aguçando a ancestralidade, fala no sentido de memória, de legado, respeito ao que existia e como se vivia cada grupo social com sua ética⁷ (SODRÉ, 2017).

O Cultura e Negritude tem mobilizado o segmento acadêmico em conexão com os diversos segmentos sócio-culturais numa data importante para o Brasil. No dia 13 de maio, diversas atividades interculturais, em conjunto com o Bembé do Mercado, de valorização da comunidade local, de formação para jovens do ensino básico, como as ações no colégios públicos da cidade, de formação para o corpo docente, discente e técnico da instituição.

O Bembé do Mercado, em Santo Amaro, é considerado o maior candomblé de rua do mundo, e foi iniciado por João de Obá, babalorixá⁸, segundo a tradição oral, um ano após a abolição da escravidão. A persistência da ancestralidade atravessa também os sessenta terreiros de candomblé no seu

⁷ O que entendemos como ética não se resume a um conjunto codificado de regras de conduta (o ajustamento moral dos usos e costumes) em função de um bem, e sim toda a envergadura das realizações transtemporais de um grupo humano guiado pelo brilho de sua verdade própria e pelo apelo de sua dignidade, isto é, da regra ancestral instituída ao mesmo tempo que se fundou o grupo. SODRÉ, Muniz. Pensar Nagó. Petrópolis: Vozes, 2017.

⁸ Pessoa do sexo masculino, responsável pelo culto aos orixás em terreiros de candomblé, nação ketu.

território, conforme pesquisa da Tribuna da Bahia, em 2012. O que nos leva a pensar a contribuição das religiões de matriz africana na luta pela identidade, libertação e solidariedade dos negros, a partir de África. O pesquisador Oliveira (2006, p.171) chama atenção ao afirmar que “o candomblé foi o principal palco de resistência cultural, política e social dos negros brasileiros”.

O Projeto ocorre anualmente, está na quarta edição, e promoveu as rodas de saberes e formação, tecnologia socioeducativa que proporcionam uma reflexão coletiva e horizontalizada (NASCIMENTO; JESUS, 2010), fora do cerco institucional, com múltiplas linguagens e vertentes, que perpassam a dança, a fotografia, a mostra cinematográfica, religiosidade e debates acerca da contribuição dos africanos e afro-descendentes no campo da cultura, das artes e tecnologias.

Essa é uma amostra das ações e descobertas da pesquisa sobre a extensão Cultura e Negritude, que carece de um trabalho delongado para minuciar outras contribuições que dialogam com as ações de políticas afirmativas pautadas em um currículo descolonizado, com as próprias transformações que a universidade atravessa e por final numa visão abrangente de extensão, associada a ensino, pesquisa e formação.

Trazer essa experiência nesse artigo é propor reação, resistência, nesse momento em que a Universidade tem a sua autonomia atacada. É defender as políticas de acesso e inclusão social, de currículos e formação que respeitem a diversidade cultural e, para, além disso, que contribua com avanços sociais. É negação do mito civilizatório a que fomos levados a crer pela própria educação formal, cujos currículos obedecem à regra do poder institucionalizado. É a revelação da exploração desse povo e da falácia desenvolvimentista do processo de modernização hegemônica. DUSSEL;LANDER, et al. (2005). É também assumir um posicionamento em defesa da educação contra-hegemônica, inclusiva solidária e participativa.

COMENTÁRIOS FINAIS

No final do século XX e início do XXI, após reiteradas tentativas do movimentos negro e de intelectuais preocupados em diminuir discrepâncias em todas as áreas sociais, enfim se deu ouvidos às pautas que tratavam de políticas afirmativas no Brasil, promovendo o acesso da população, negra, parda, pobre desta país nas universidades.

Essas instituições também vislumbravam mudanças, após um processo de sucateamento e de crise, que colocava em cheque a própria missão da instituição.

Até então, a universidade mantivera-se alheia aos problemas sociais e culturais da nossa sociedade, permanecendo no que se convencionou chamar de pedestal do cientificismo.

A extensão universitária, que deveria constituir-se o caminho de diálogo com a população, quebrando os paradigmas conservadores da instituição, foi desvirtuada, objeto de colonização.

Com os estudantes de camadas populares adentrando nas instituições públicas de ensino superior, exigiu-se também um novo pensar sobre a formação, o currículo e a extensão que rompem com formas homogêneas e hegemônicas de conhecimento e, principalmente, que contribuíssem com a luta antirracista e de aceitação a multiplicidade cultural e de saber existentes.

Romper com 500 anos de colonialismo impregnado nas nossas instituições é primordial, mas não uma tarefa fácil, na luta de espaços cristalizados de poder.

Como dissera anteriormente faz-se necessário compreender esse cenário para estudar os desafios e possibilidades do Projeto de Extensão Cultura e Negritude, de iniciativa da UFRB/CECULT, que rompe com três vertentes de imediato: a extensão universitária que não dialoga com a sociedade; a mudança nos currículos colonizados e na formação monocultural e no combate ao racismo e todas as formas de discriminação social.

A tarefa de manter e ter projetos multirreferencias como este nas universidades, que abraçam uma diversidade de conhecimentos e culturas, e, simultaneamente, trabalham na perspectiva da equidade social e racial é árdua, extremamente complexa e se constitui como modelo de resistência e persistência perante o movimento contrário às políticas de avanços sociais que se instalou no país, descortinando a multiculturalidade.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Clóvis. Santo Amaro Nação da Cana. Brasília: UNB, 1967. (Conferência pronunciada na Universidade de Brasília durante o V Festival de Folclore).
- BERNADINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva Negra: Revista Sociedade e Estado, Brasil, v.31, n. 1, Jan/abr.2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Registro de atividades de extensão. Cruz das Almas, BA, 2017.
- _____. Ministério da Educação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014. Cruz das Almas, BA, 2009.
- FARIA, Dóris Santos de (org). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, 2001.
- HALL, Gwendolyn Midlo. Escravidão e etnias africanas nas américas: restaurando os elos. Petropólis: Vozes, 2017.
- DUSSEL. Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, Edgard (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, AR: 2005. (Colección Sur Sur, CLACSO).
- MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira. Cultura e Negritude: linguagens do contemporâneo. (Org.). Cruz das Almas: EDUFRB, 2017. (Coleção UNIAFRO).
- NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais. Curitiba: Progressiva, 2010.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. 3. ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006. v. 500. 188p .
- _____, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: educação e cultura afro-brasileira: Revista Sul-americana de Filosofia e Educação (RESAFE). n. 18, p. 28-47, [S.l.]: maio-out. 2012.
- PAIM, Zilda. Isto é Santo Amaro. 3. ed. Salvador: Academia de Letras, 2005.
- PINHO, José Wanderley de Araújo Pinho. Testamento de Mem de Sá. In: Congresso de História Nacional, 3., 1941, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- PORTUGUAL, Jorge. Discurso proferido na Câmara de Vereadores de Santo Amaro (BA). Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. p. 1-2, Salvador: 2015. Disponível em: < <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=10152>>. Acesso em: 03 nov.2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2009, p. 73-118.

RAMOS, Jorginho. 14 de junho de 1822: Santo Amaro inicia rebelião das vilas do recôncavo. [S.]: blogspot, 2011. Disponível em: <<http://vapordecachoeira.blogspot.com.br/2011/06/14-de-junho-de-1822-santo-amaro-inicia.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v.50, n.111, p.21-82. Brasília: jul-set. 1968.

SANTOS Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO Naomar. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. [S.]: Novos Estudos, 2007, p.71-94.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997, 348p.

_____, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI-para um reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1. Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O Currículo como Fetiche: a poética e a política do texto escolar. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

SODRÉ, Muniz. Pensar Nagó. Petrópolis: Vozes, 2017.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO

THE AGRARIAN QUESTION IN THE RECÔNCAVO OF BAHIA: A PROBLEMATIZATION

Philippe Jean Louis Sablayrolles

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). philippe_sablayrolles@hotmail.com

Jânderson Santana Dos Santos

Bacharel do Curso de Agronomia da UFRB. janderson_santana@hotmail.com

Resumo

O artigo analisa as configurações locais da questão agrária no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, utilizando o instrumental teórico do enfoque de sistemas agrários. Utiliza o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado para uma primeira delimitação geográfica das agriculturas, e as estatísticas do IBGE para analisar a repartição da terra ao longo das últimas décadas. Um estudo de caso a campo permite confrontar as observações estatísticas com a realidade agrária local. O TI do Recôncavo apresenta uma dinâmica acelerada de concentração fundiária, com a transformação da maioria dos agricultores em minifundiários, tradução de uma crise agrária da agricultura familiar. A consequente crise rural se aprofunda com a progressiva reversão do quadro macroeconômico favorável, vigente nos anos 2000. A enfrentamento desta crise passa por políticas complexas visando um acesso facilitado à terra para os jovens rurais, a elaboração de alternativas de agricultura intensiva adequadas às diferentes agriculturas do Território, e a construção de novas formas de comercialização, associando estratégias de beneficiamento, de constituição de organizações formalizadas, e de acesso à mercados alternativos.

Palavras-chave: Política agrária. Agricultura familiar. Terra. Nordeste do Brasil.

Abstract

The article analyzes the local configurations of the agrarian question in the Identity Territory of the Bahia Recôncavo, using the theoretical tools of the agrarian systems approach. It uses the Ecological Economic Zoning of the State for a first geographic delimitation of the agricultures, and the statistics of the IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) to analyze the distribution of land during the last decades. A case-by-field study allows us to compare statistical observations with the local agrarian reality. The Recôncavo IT presents an accelerated dynamics of land concentration, with the transformation of most of the farmers into minifundiaries, result of an agrarian crisis of family farming. The consequent rural crisis is deepened by the progressive reversal of the favorable macroeconomic context in force in the years 2000. Confronting this crisis involves complex policies aimed at facilitating access to land for rural young people, the development of intensive agricultural alternatives adapted for different agricultural zones in the Territory, and the construction of new forms of commercialization, associating strategies of processing, constitution of formalized organizations, and access to alternative markets.

Keywords: Agrarian Policy. Family Farmers. Land. Northeast of Brazil.

INTRODUÇÃO

No período recente, a questão agrária ganha uma maior abrangência analítica, quando considera o modelo de desenvolvimento rural e as territorialidades e identidades envolvidos, as questões relacionadas à soberania alimentar, qualidade de produtos, formas de produção e distribuição, interessando a sociedade como um todo (Servolo de Medeiros, 2015). Um debate constituído em torno da justiça social e da luta contra a violência no campo evolui para colocar em foco o modelo socialmente desejado para o rural. O forte desenvolvimento econômico nacional que caracteriza os anos 2000 pode explicar uma procura menor por terra por parte de requerentes que conseguem acessar empregos com maior facilidade. No entanto, os anos 2000 também são o palco do ampliado crescimento do agronegócio, incluído o “agronegócio familiar”, avaliado a um terço do total no período 1995-2005 (Guilhoto, al., 2007). De fato, a questão agrária permanece, inclusive no sentido restrito da desigual repartição da terra, dos mecanismos relacionados de violência rural e concentração econômica (Paulon Girardi, 2008). São necessários novos estudos rigorosos, analisando os mecanismos agrários de reprodução da desigualdade no campo, visando fundamentar estratégias de ação pública favorecendo modelos mais inclusivos de desenvolvimento rural, respeitosos das identidades e territorialidades, e consolidando os aspectos sociais, econômicos e ambientais da sustentabilidade.

O viajante que atravessa os pequenos municípios rurais do Recôncavo da Bahia distribuídos ao longo da BR 101, ao sul de Feira de Santana, encontra uma sucessão de paisagens agrícolas dessemelhantes: amplos espaços de pastos e parcas parcelas de floresta alternam com grandes concentrações de pequenos agricultores familiares praticando uma agricultura e uma arboricultura intensivas. Quem começa um trabalho de animação para o desenvolvimento rural

na região, verifica a pobreza e o envelhecimento global da população rural. O tema da falta de oportunidades para os jovens rurais e seu êxodo é dominante nas discussões entre os atores do desenvolvimento do Território de Identidade (TI) do Recôncavo. Os indícios de crise agrária que estas discussões e percepções manifestam nos levaram a delinear uma pesquisa preliminar para verificar esta situação de crise, sua intensidade e suas prováveis raízes. Somente este entendimento pode fundamentar propostas de políticas eficazes de desenvolvimento rural. A região Nordeste sendo reconhecidamente o palco de amplas tensões fundiárias e a diferenciação visível do acesso a terra na região nos levaram iniciar a pesquisa pela caracterização das dinâmicas fundiárias. Num segundo momento, procuramos caracterizar esta agricultura, para entender os efeitos da dinâmica do acesso a terra sobre a situação rural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Podemos definir a questão agrária como o conjunto dos efeitos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos, gerados pela desigual repartição da terra, do acesso aos recursos naturais e aos meios de produção agrícolas. Caracterizada como processo, a sua análise envolve o entendimento das raízes históricas, bem como dos mecanismos agrários atuais de manutenção e ampliação das desigualdades. Como bem expressa Santana Couto:

Compreende-se a questão agrária como problemas do campo oriundos da estrutura social que subjuga uma classe social para benefício de outra, através do uso econômico da terra, bem como dos demais recursos da natureza, e assim impõe a permanência das desigualdades sociais (Santana Couto, 2014).

O controle e o uso da terra e dos meios de produção agrícolas, as regras e normas sociais vigentes, incluídas as políticas públicas vigentes, só podem ser analisados em situações concretas,

onde são definidas as formas de agriculturas e relações de produção. Mazoyer e Roudart (2010, p. 72) estudam as evoluções agrárias mediante o conceito de sistema agrário, definido como a combinação do ecossistema cultivado, e do sistema social produtivo, composto dos agricultores e dos seus sistemas de produção. O sistema agrário tem uma dinâmica local própria, e depende de fatores considerados externos, como a legislação e as políticas públicas, a evolução dos preços e das condições de financiamento e comercialização. No entanto, o enfoque de sistemas agrários atribui à lógica dos agricultores as razões finais governando as evoluções agrárias, sendo que eles integram o conjunto dos fatores relevantes, locais e considerados externos, ecológicos, técnicos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

Nesta perspectiva, a configuração da questão agrária num determinado local depende do tipo de agricultura instalada, do sistema agrário, dos tipos de sistemas de produção agrícola, de sua produtividade, das relações de produção, e conseqüentemente, dos mecanismos de acumulação vigentes (Dufumier, 2010). Um estabelecimento agrícola dispendo de dois hectares de terra irrigada com facilidade de acesso a mercados permite gerar rendas agrícolas, e possui condições de desenvolvimento bem superiores a estabelecimentos de 500 ha em regiões ribeirinhas afastadas da Amazônia, ou no semiárido nordestino.

A caracterização da capacidade de acumulação dos sistemas de produção agrícola presentes numa determinada região e seus condicionantes, são elementos importantes da análise da configuração local da questão agrária. Por definição, esta capacidade de acumulação existe quando a renda proporcionada pela atividade agrícola supera as necessidades normais de reprodução social da família do agricultor. Podemos assim definir a condição de minifundiário, quando o agricultor não consegue atingir este

nível de reprodução simples através da sua atividade agrícola (Dufumier, 2010). Quando a renda agrícola gerada pelo sistema de produção supera o nível de reprodução simples, podemos considerar que o estabelecimento tem um potencial de acumulação econômica¹. Numa determinada região, dadas às características da sua agricultura, a quantidade de terra disponível é um elemento chave para a geração de renda agrícola. Existe, portanto, em cada região um tamanho de terra disponível abaixo do qual não há possibilidade para o agricultor gerar uma renda agrícola equivalente ao nível de reprodução simples, o colocando na condição de minifundiário. Desprovidos de capacidade de acumulação, os minifundiários quando dominam a população rural tendem a reproduzir um cenário de pobreza e desemprego rural, que prejudica as possibilidades de desenvolvimento rural.

METODOLOGIA

Para caracterizar as diferenças entre agriculturas do TI do Recôncavo, escolhemos o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) realizado pelo Estado da Bahia e publicado em 2013 (Bahia, 2013). As diferenciações geográficas identificadas pelo ZEE têm escala compatível com as necessidades de zoneamento agrícola do TI do Recôncavo, e são coerentes com as observações da literatura sobre história agrária local. O ZEE não permite identificar os tipos de sistemas de produção implementados, limitando-se na descrição global da orientação agrícola das zonas. Consideramos este zoneamento um bom indicador a priori da geografia dos sistemas agrários presentes no TI do Recôncavo.

Para caracterizar a repartição da terra no TI do Recôncavo, utilizamos os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, nos anos 1970, 1995 e

¹ Não significa que este potencial de acumulação econômica é atualizado pelo agricultor. A renda que supera o nível de reprodução simples pode ter inúmeros outros destinos (consumo, poupança, outras atividades econômicas, rurais e urbanas, etc).

2006, tabulados pelo Grupo de Pesquisa Geografar da UFBA (Grupo de Pesquisa Geografar, 2016). Escolhemos apresentar os dados em três classes de área, definindo dois limites significativos para o TI do Recôncavo: o limite de área abaixo do qual se concentram os minifundiários e o limite acima do qual a agricultura patronal domina, sendo que entre estes os dois limites concentra-se a agricultura familiar com potencial de acumulação econômica. Organizamos os dados para os 19 municípios pertencendo ao TI do Recôncavo, agrupados por zona do ZEE.

Para o limite da classe de minifundiários, podemos utilizar a noção de Fração Mínima de Parcelamento (FMP), calculada pelo INCRA para cada município. É definido como o módulo de exploração hortigranjeira do município considerado, ou seja, o tamanho mínimo de terra que garanta a reprodução simples de uma família implementando um sistema de produção de hortigranjeiros. Como este tipo de sistema de produção é um dos mais intensivos no uso da terra, ou seja, proporciona as mais elevadas rendas por unidade de área utilizada, podemos dizer que a FMP indica a quantia mínima de terra necessária à reprodução simples na região considerada². A FMP dos municípios do TI do Recôncavo é de 2 ha (INCRA, 2016). Abaixo de dois hectares de terra utilizada, no TI do Recôncavo, a probabilidade

de encontrar sistemas de produção³ garantindo a reprodução simples da família é diminuta. As categorias de agricultores dispoem de menos de dois hectares de terra no Recôncavo concentram a categoria de minifundiário.

Outro limite de área de forte significação é a área máxima caracterizando a condição de agricultor familiar. Também sabemos que a agricultura familiar implementa sistemas de produção com diferentes intensidades no uso da terra. Consideramos que para os objetivos do presente estudo, limitados ao entendimento das dinâmicas agrárias locais para as grandes categorias de agricultores, o limite definido pela legislação (quatro módulos fiscais, ou seja, 120 ha no TI do Recôncavo) indica de forma satisfatória a área máxima que caracteriza a agricultura familiar. Este limite de 120 ha não existe nos Censos Agropecuários do IBGE, logo utilizaremos o valor mais próximo, ou seja, 100 ha, como indicador. Para analisar a dinâmica da agricultura familiar não minifundiária, em potencial condição de acumulação produtiva, no TI do Recôncavo, observamos o comportamento estatístico da classe de propriedades entre 2 e 100 ha.

Segundo essas hipóteses, os estabelecimentos dispoem de mais de 100 ha no TI do Recôncavo concentram a agricultura patronal, onde a mão de obra contratada supere a mão de obra familiar, e a agricultura capitalista, onde a lógica agrícola é regida pelo critério de maximização da taxa de lucro e independe em grande parte das questões de reprodução social.

Para confrontar a informação estatística com as realidades agrárias, realizamos um estudo exploratório de campo, numa região característica do

² O INCRA também define o módulo fiscal (30 ha no TI do Recôncavo) como limite de área para definir a condição de minifundiário. Mas como o módulo fiscal é calculado a partir da combinação dos sistemas de produção com expressão local, com intensidades diferentes no uso da terra, não define verdadeiramente a condição de minifundiário, que não consegue obter sua reprodução social na agricultura, mesmo implementando localmente o sistema de produção mais intensivo no uso da terra.

³ Temos consciência que este limite é indicativo, e deve ser verificado a partir de estudos a campo. Não é suficiente dizer que a produção de hortigranjeiros pode garantir a reprodução simples numa determinada região, ainda é necessário verificar se há efetivas condições de desenvolvimento local deste tipo de produção (capitalização dos estabelecimentos, organização dos mercados e da comercialização, etc).

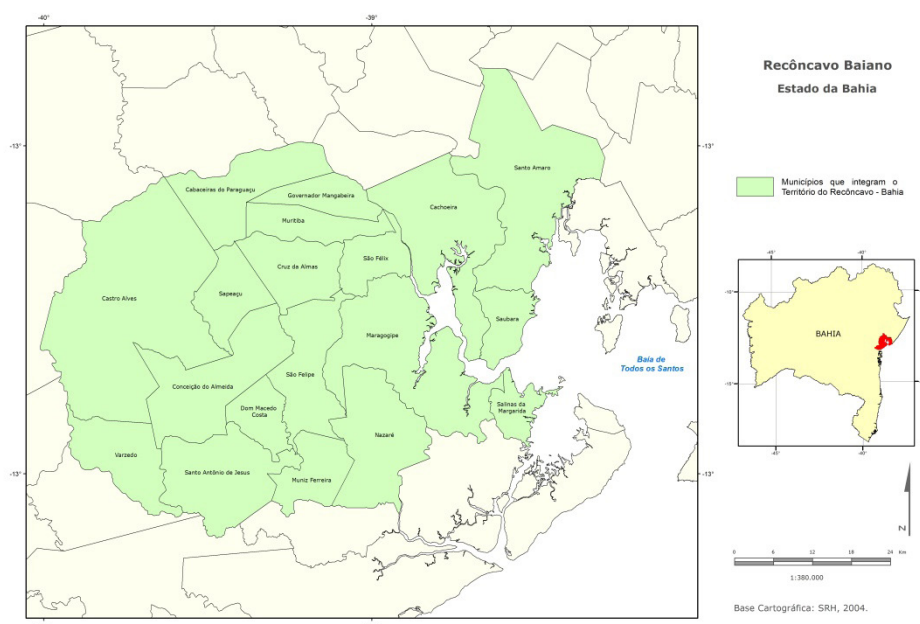
contexto munifundiário no TI do Recôncavo, a comunidade do Carpina, no município de Governador Mangabeira- BA. Adotamos amostras intencionais para investigar de forma exploratória a história agrária e a tipologia atual dos pequenos agricultores presentes na comunidade. O estudo histórico foi realizado em 2015 através de uma reunião inicial com ampla participação da comunidade, e entrevistas com quatro pessoas chaves, conhecedoras da história local. A caracterização da tipologia de agricultores foi realizada mediante visitas de campo com a participação da juventude da comunidade, e 24 entrevistas de agricultores com questionários semiestruturados. Os agricultores foram selecionados em função das suas atividades produtivas. Foram levantados dados descritivos dos sistemas de produção (parcelas em produção, atividades, mão de obra), e econômicos (renda agrícola monetária e não monetária, incluindo a produção para o autoconsumo, e as rendas extra-agrícolas). Após esta etapa os dados foram analisados e retornamos à comunidade para validar os mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A DIFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA DA AGRICULTURA NO TI DO RECÔNCAVO DA BAHIA

A região denominada Recôncavo da Bahia designou extensões geográficas diferentes ao longo da história, e na bibliografia. A região do Recôncavo Baiano segundo Milton Santos (1960, apud Bittencourt Andrade, 2013, p. 244) engloba a região no entorno de Salvador até Feira de Santana e Irará, ao Norte, e até Jaguaripe, ao Sul. A abrangência do TI do Recôncavo adotada pelo Governo do Estado corresponde aproximadamente à microrregião de Santo Antônio de Jesus utilizada pelo IBGE. Em 2015, os municípios de São Francisco do Conde e Santo Antônio do Passé se juntaram ao Território da Região Metropolitana de Salvador, e o município de Salinas de Margarida foi acrescentado ao TI do Recôncavo, completando os 19 municípios da lista atual: municípios de Dom Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas de Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Saubara, Varzedo, Cachoeira, Conceição do Almeida, São Félix, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu, Castro Alves, Cabaceiras do Paraguaçu. (ver figura seguinte).

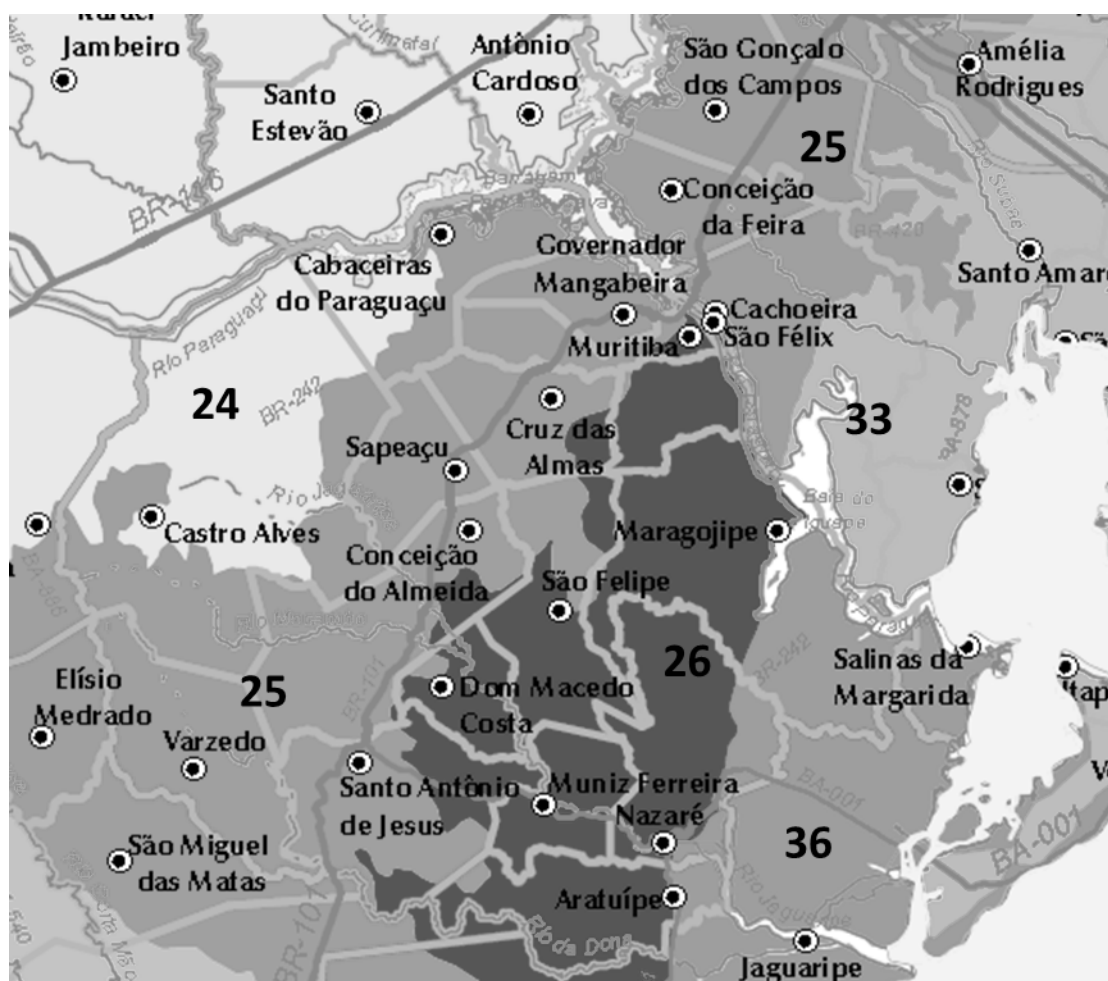
Figura 1: Mapa dos municípios do TI do Recôncavo (2018)



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Este espaço geográfico envolve aproximadamente a região histórica do Recôncavo Sul, cuja ocupação econômica é administrada desde o início do século XVIII a partir das povoações elevadas à vila de Jaguaripe em 1697, São Francisco do Conde e Cachoeira (1698), Maragogipe (1724), Santo Amaro (1725). A ocupação do Recôncavo Sul segue a lógica do desenvolvimento de uma agricultura de exportação, e apresenta rapidamente uma diferenciação na localização da produção agrícola (Bittencourt Andrade, 2013). A região de concentração de engenhos de açúcar do Recôncavo Norte, até Santo Amaro e o sul de Cachoeira, mantém relações econômicas com as regiões produtoras de tabaco, com estabelecimentos menores (tabuleiros ao norte e oeste de Cachoeira) e outras especializadas na produção de farinha de mandioca para o mercado local, mais próximas do litoral (Nazaré, Jaguaripe). O conjunto desta agricultura é escravista, inclusive parte dos pequenos estabelecimentos familiares produtores de farinha (Barickman, 2003). Ao longo do século XVIII a rede urbana do Recôncavo ganha importância como ponto de trânsito e controle da produção das minas da Chapada Diamantina. Mesmo sofrendo alterações na sua estrutura agrária, notadamente no momento da Abolição, a especialização geográfica da agricultura do Recôncavo continua focada nas produções de açúcar, fumo e mandioca ao longo do século XIX (Barickman, 2003) e XX (Oliveira Leão, 1987).

Figura 2: Mapa das Zonas do ZEE no TI Recôncavo (2013)



Fonte: Bahia, 2013

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) realizado no Estado da Bahia em 2013 identifica 36 zonas no Estado, sendo que 5 são encontradas no TI do Recôncavo (ver figura anterior).

As zonas apresentam características diferentes nas formas dominantes de agricultura, que devem ser consideradas para o zoneamento das problemáticas agrárias. A tabela seguinte relaciona os 19 municípios do TI do Recôncavo às zonas do ZEE as quais pertencem, com suas características agrícolas e agroecológicas.

Quadro 1: Zoneamento do TI do Recôncavo a partir do ZEE do Estado da Bahia (2013)

Municípios do TI do Recôncavo		Descrição das Zonas ZEE dominantes no município		
Nome	Zonas ZEE	Código	Nome	Características agrícolas e agroecológicas
Castro Alves	24-25	24	Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu	Predomínio do uso do solo por pastagens. Abacaxi; Feijão; Mandioca e Melancia Zona com Alta cobertura vegetal remanescente (33,0%) - 96% da zona com vulnerabilidade hídrica Muito Alta.
Cabaceiras do Paraguaçu	24-25			
Santo Antônio de Jesus	25	25	Tabuleiros Interioranos do Recôncavo	Usos diversos do solo, com destaque para pastagens, policultura e citros. Banana; Cacau; Cana-de-açúcar; Fumo; Laranja e Mandioca Vegetação remanescente 9,3 %
Varzedo	25			
Conceição do Almeida	25			
Cruz das Almas	25			
Governador Mangabeira	25			
Muritiba	25			
Sapeaçu	25			
Cachoeira	25-33			
Santo Amaro	33	33	Recôncavo Baiano	Predomínio do uso do solo por pastagens, cana-de-açúcar e silvicultura. Coco-da-baía; Laranja; Mandioca e Madeira para papel e celulose (eucalipto) Cobertura vegetal remanescente 33,1%
Saubara	33			
Dom Macedo Costa	26	26	Planalto Pré-Litorâneo Baixo Sul	Predomínio do uso do solo por pastagens. Coco, cacau e citros - Banana; Borracha; Cacau; Dendê e Mandioca Cobertura vegetal remanescente 27,3% Muito Alta proporção (47,35%) da zona em Unidades de Conservação 100% da zona com Muito Alta vulnerabilidade à erosão.
Muniz Ferreira	26			
Nazaré	26			
São Felipe	26			
São Félix	26			
Maragogipe	26-36			
Salinas de Margarida	36	36	Planície Fluviomarina	Cultivo de coco, policultura - Banana; Borracha; Cacau; Coco-da-baía; Dendê e Mamão Cobertura vegetal remanescente (51,1%); Alta proporção (37,2%) da área em Unidades de Conservação; 83% da zona com vulnerabilidade à erosão Muito Alta.

Fonte: <http://www.zee.ba.gov.br/zee/>, acesso 12/10/2016. Elaboração dos autores.

O ZEE do TI do Recôncavo pode ser representado com faixas paralelas ao litoral. Ao longo do litoral, na parte sul, a planície (zona 36, municípios de Salinas de Margarida e parte de Maragogipe) mantem uma cobertura vegetal significativa (51,1 %) e uma arboricultura diversificada (cacau, coco, dendê, etc) em áreas suscetíveis à erosão. Ao longo do litoral, na parte norte, a zona chamada de Recôncavo (zona 33, Santo Amaro e Saubara, parte do município de Cachoeira), faz parte da região histórica de concentração dos engenhos de açúcar; a cana cedeu espaço para as pastagens e os plantios de eucalipto, deixando alguns espaços para uma agricultura familiar diversificada. A faixa seguinte é a dos Planaltos pré-litorâneos (zona 26, municípios de Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe, São Félix, e parte de Maragogipe); é a região histórica de produção de farinha de mandioca, caracterizando-se pela alta vulnerabilidade à erosão, mantendo uma arboricultura diversificada. Segue a faixa dos Tabuleiros interioranos, acompanhando o traçado da BR 101 (zona 25, municípios de Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu e parte de Castro Alves, Cachoeira e Cabaceiras do Paraguaçu); é a região histórica de cultivo do tabaco, atualmente com reduzida proporção da vegetação original (9,3 %), com atividades agrícolas distribuídas entre pecuária e policultura diversificada, com foco na produção de mandioca, laranja e tabaco. A última faixa agroecológica sofre a influência do clima semiárido (zona 24, parte dos municípios de Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu), com alta vulnerabilidade hídrica e domínio das pastagens.

O zoneamento do TI do Recôncavo a partir do ZEE do Estado da Bahia nos permite discutir com mais propriedade a questão agrária no Território.

O CONTEXTO AGRÁRIO DO TI DO RECÔNCAVO

Sistematizamos os dados do IBGE referentes à repartição do número de estabelecimentos e do tamanho total da área, para as três classes de área escolhidas (menos de 2 ha, de 2 a 100 ha, acima de 100 ha), para os municípios do TI do Recôncavo, agrupados por zona do ZEE (ver Quadro 2).

Em primeiro lugar devemos relativizar o alcance desses dados. O total da área dos estabelecimentos agrícolas no TI Recôncavo varia entre os limites de 409.462 ha em 1970 a 294.077 ha em 1995, ou seja, de 64 a 89 % da extensão geográfica do Território¹, variação que parece elevada. Verificamos inconsistências nos dados do Censo Agropecuário de 2006 em Sapeaçu (a área dos estabelecimentos é sete vezes superior à área do município), e em Salinas de Margarida (área dos estabelecimentos de 2 a 100 ha e acima de 100 ha). Decidimos então não contabilizar os dados destes dois municípios no cálculo das somas e percentagens para o ano de 2006. Consequentemente, não consideramos na análise os valores absolutos, limitando-nos a observar as variações das percentagens entre os anos considerados, para as três classes de área. A tabela seguinte apresenta os totais por Zona do ZEE.

¹ Três municípios foram fundados em 1989 (Saubara, Cabaceiras do Paraguaçu e Varzedo), desmembrados de outros municípios do TI do Recôncavo. Portanto a extensão geográfica total do Território permaneceu inalterada.

Quadro 2: Repartição fundiária no TI do Recôncavo 1970, 1995, 2006

		1970															
		Total				Menos de 2 ha				De 2 a 100 ha				Mais de 100 ha			
Municípios *	Área Km ²	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha				
Zona 24	938	4.985	146.908	1.575	32%	1.904	1%	3.169	64%	47.874	33%	241	5%	97.130	66%		
Zona 25	1.639	12.419	131.059	4.676	38%	5.276	4%	7.560	61%	74.077	57%	183	1%	51.706	39%		
Zona 33	656	954	34.171	343	36%	458	1%	555	58%	8.039	24%	56	6%	25.674	75%		
Zona 26	1.227	8.166	95.749	2.750	34%	3.401	4%	5.315	65%	49.795	52%	101	1%	42.553	44%		
Zona 36	150	220	1.575	165	75%	127	8%	49	22%	469	30%	6	3%	979	62%		
Recôncavo	4.610	26.744	409.462	9.509	36%	11.166	3%	16.648	62%	180.254	44%	587	2%	218.042	53%		

		1995															
		Total				Menos de 2 ha				De 2 a 100 ha				Mais de 100 ha			
Municípios *	Área Km ²	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha				
Zona 24	938	4.753	78.578	2.636	55%	2.237	3%	1.965	41%	19.086	24%	152	3%	57.255	73%		
Zona 25	1.639	12.463	112.084	6.382	51%	6.250	6%	5.919	47%	55.088	49%	162	1%	50.746	45%		
Zona 33	656	778	22.300	358	46%	361	2%	373	48%	4.419	20%	47	6%	17.520	79%		
Zona 26	1.227	7.358	80.730	2.934	40%	2.750	3%	4.308	59%	41.676	52%	116	2%	36.227	45%		
Zona 36	150	42	385	28	67%	27	7%	13	31%	205	53%	1	2%	153	40%		
Recôncavo	4.610	25.394	294.077	12.338	49%	11.625	4%	12.578	50%	120.474	41%	478	2%	161.901	55%		

		2006															
		Total				Menos de 2 ha				De 2 a 100 ha				Mais de 100 ha			
Municípios *	Área Km ²	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha	Estab.	Área ha				
Zona 24	938	4.527	73.666	2.946	65%	2.188	3%	1.452	32%	15.950	22%	129	3%	55.528	75%		
Zona 25	1.639	12.904	94.143	8.493	66%	6.337	7%	4.263	33%	39.169	42%	148	1%	48.637	52%		
Zona 33	656	971	29.715	454	47%	371	1%	470	48%	5.175	17%	47	5%	24.169	81%		
Zona 26	1.227	9.917	83.402	5.411	55%	4.194	5%	4.380	44%	41.793	50%	126	1%	37.415	45%		
Zona 36	150	59	1.562	39	66%	17	1%	16	27%	s.d.	s.d.	4	7%	s.d.	s.d.		
Recôncavo	4.610	28.378	282.488	17.343	61%	13.107	5%	10.581	37%	102.087	36%	454	2%	165.749	59%		
		Sem Sapeaçu								Sem Salinas				Sem Salinas			

Fonte: IBGE, Grupo de Pesquisa Geografar (2016)

* Zona 24 dominante em: Castro Alves, Cabaceiras do Paraguaçu. Zona 25 dominante em: Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu, Cachoeira. Zona 33 dominante em: Santo Amaro, Saubara. Zona 26 dominante em: Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe, São Félix, Maragogipe. Zona 36 dominante em: Salinas de Margarida.

Em termos gerais, esses dados mostram uma forte tendência à concentração fundiária no TI do Recôncavo, porém com características particulares. A proporção dos estabelecimentos minifundiários (classe de área abaixo de dois ha) aumenta rapidamente de 36 % em 1970 para 49 % em 1995 e 61 % em 2006. Paralelamente, a proporção dos estabelecimentos familiares, a priori com capacidade de acumulação econômica (classe de área de 2 a 100 ha) declina fortemente, de 62 % em 1970, para 50 % em 1995 e 37 % em 2006, sem que haja variações dessa amplitude para a classe de área acima de 100 ha.

Supomos que o processo de instalação dos jovens na classe de 2 a 100 ha funciona principalmente mediante a divisão das áreas do estabelecimento dos pais: para os agricultores nesta classe não há uma dinâmica suficiente de acumulação para instalar seus filhos em propriedades de tamanho equivalente às suas. Esta classe de área é submetida a um processo gradativo de divisão das terras, até que se amplia a massa dos agricultores minifundiários (classe abaixo de 2 ha). Não parece haver uma tendência semelhante entre a classe dos mais de 100 ha e a classe de 2 a 100 ha. O processo de concentração fundiária em curso no TI do Recôncavo, vigorando desde dezenas de anos, reflete uma profunda crise agrária, a priori uma crise agrária da agricultura familiar.

Esta dinâmica é bem diferenciada conforme as zonas do ZEE. Ela tem sua amplitude máxima na zona de influência semiárida (zona 24 do ZEE), e na zona histórica de produção de fumo (zona 25 do ZEE, Tabuleiros interioranos), onde a percentagem de estabelecimentos abaixo de 2 ha passa de 38 % em 1970 para 66 % em 2006, e a percentagem da classe de 2 a 100 ha passa no mesmo período de 61 % para 33 %, com acréscimo significativo da área detida pela classe dos mais de 100 ha (39 % a 52 %).

A dinâmica é menos acentuada na zona histórica de produção de farinha (zona 26 do ZEE, Planaltos pré-litorâneos), onde a percentagem de estabelecimentos abaixo de 2 ha passa de 34 % em 1970 para 55 % em 2006, e a percentagem da classe de 2 a 100 ha passa no mesmo período de 65 % para 44 %, sem que haja variação significativa da área detida pelos mais de 100 ha. A zona histórica da cana (zona 33 do ZEE, Santo Amaro e Saubara) mostra uma dinâmica menos acentuada, similar a da zona 26, mas com a manutenção de forte proporção de área detida pelos mais de 100 ha (75 – 80 % do total). Mesmo se as tendências são similares em todo o Território, as suas características concretas dependem de fato das agriculturas locais.

A COMUNIDADE DO CARPINA, GOVERNADOR MANGABEIRA-BA

Para entender como estes resultados estatísticos se traduzem em situações agrárias concretas, escolhemos uma comunidade de pequenos agricultores representativos dos minifundiários da zona 25 (zona do fumo), para conduzir um estudo de caso exploratório: a comunidade do Carpina, no município de Governador Mangabeira. Procuramos sistematizar de um lado as evoluções agrárias dos últimos 50 anos, e do outro caracterizar as diferenças entre os tipos de agricultores atualmente presentes na comunidade.

Histórico da agricultura

Para descrever a dinâmica histórica da agricultura, utilizamos três categorias principais de indicadores: as evoluções técnicas e do agroecossistema; a evolução dos tipos de agricultores e das suas relações de produção; a evolução do contexto socioeconômico e demográfico local (Dufumier, 2010). O histórico da agricultura mostra evoluções significativas a cada 10 anos aproximadamente, como resumido na tabela seguinte.

A ocupação da área da comunidade pela agricultura familiar no final dos anos 1950 é efetuada através de compra de parcelas de terras de uma fazenda. Os sistemas de produção fumo-mandioca permitem um crescimento populacional até os anos 1970-80, onde três fatos indicam a saturação do espaço agrícola em relação à população: a migração para os mercados de trabalho urbanos, a diminuição das terras arrendadas na comunidade e a predominância da exploração direta, o aparecimento da condição de minifundiários decorrente das partilhas de terra. O desmatamento das florestas remanescentes incide sobre o abastecimento de madeira para construção e uso doméstico (lenha), dificultando o abastecimento familiar.

Os anos seguintes apresentam uma piora das condições de comercialização dos principais produtos agrícolas (fumo nos anos 1980, mandioca nos anos 1990-2000), compensada para os agricultores mais capitalizados pela introdução do cultivo da laranja. A menor lucratividade do fumo provoca uma redução do uso de fertilizantes, que acaba afetando os rendimentos vegetais no sistema de produção como um todo. Como em toda a região, se observa então a desativação das casas de farinha. Nos anos 2000, com um cenário macroeconômico favorável, o êxodo da juventude rural se acelera, verifica-se um envelhecimento da população rural, que se mantém no campo graças às atividades extra-agrícolas e subsídios da política social (previdência, bolsa família). A relativa piora das condições de comercialização da laranja torna a agricultura progressivamente menos importante na reprodução social das famílias rurais.

Quadro 3: Fases históricas da agricultura da comunidade do Carpina, município de Governador Mangabeira-BA.

Principais fases históricas	Atividades agrícolas principais e modelos técnicos Agroecossistema	Tipos de agricultores Relações de produção	Demografia Contexto socioeconômico local e políticas públicas
Década de 1950-60: Ocupação por agricultores familiares	Fumo, mandioca e agricultura de Subsistência. Bons rendimentos Utilização de Fertilizantes químicos Parcelas florestais presentes	Agricultores familiares Venda da mão de obra em propriedades vizinhas. Arrendamento de terra dentro do Carpina. A renda principal é proveniente da agricultura. Casa de Farinha (consumo, venda).	Compra da Fazenda Carapina por 5 famílias (1957) Agricultores da região compram propriedades de 1,5 até 7 ha
Década de 1970: Migração	Fumo, mandioca e agricultura de Subsistência. Bons rendimentos Utilização de Fertilizantes químicos Parcelas florestais desmatadas pelo crescimento populacional	Agricultores familiares Venda da mão de obra em propriedades vizinhas. Arrendamento de terra dentro do Carpina. A renda principal é proveniente da agricultura. Casa de Farinha (consumo, venda)	População crescente Migração definitiva para os grandes centros urbanos a procura de oportunidades de emprego
Década de 1980: Crise do fumo	Difusão pela ATER pública da produção de Laranja em propriedades maiores.	Agricultores familiares Categoria Minifundiários aparece através da partilha das terras entre os filhos Arrendamento de terra diminui (mais terras são compradas) Casa de Farinha (consumo, venda)	População estável Migração definitiva para os grandes centros urbanos a procura de oportunidades de emprego Decadência das empresas de Fumo (impacto no preço e nos grandes produtores)
Década de 1990: Laranja na agricultura familiar e crise da Mandioca	Difusão da produção de Laranja em propriedades da agricultura familiar Quase desaparecimento das parcelas florestais	Agricultores familiares e Minifundiários Começa a venda da raiz de mandioca, sem o beneficiamento, mesmo se as Casas de Farinha continuam funcionando	População estável, Migração estabilizada, Preço baixo da mandioca
De 2000 a 2015: Crise de fertilidade, Crescimento econômico regional e programas sociais	Fumo em pequenas áreas, Mandioca, Laranja, novas plantações de Limão, e Agricultura de Subsistência. Solo com baixa produtividade Utilização de Fertilizantes Mecanização parcial	Agricultores familiares e Minifundiários Começa a venda da raiz de mandioca, sem o beneficiamento. As Casas de Farinha param de funcionar. A Associação compra um trator. A agricultura gera somente parte da renda familiar.	População crescente Êxodo dos jovens. Renda principal proveniente de aposentadorias, programas do governo e empregos urbanos (crescimento econômico regional). Preços baixos da Laranja

Fonte: trabalho de campo

A história agrária da comunidade do Carpina mostra coerência com as tendências estatísticas identificadas, e as relaciona com outros elementos, como a lucratividade dos principais produtos agrícolas nas condições vigentes de comercialização, o nível de fertilidade dos solos e os rendimentos, e o cenário econômico global, incluindo as políticas públicas.

Tipologia atual dos agricultores

Os pequenos agricultores entrevistados na comunidade foram agrupados em três tipos diferentes, em função da área disponível por família, das atividades agrícolas principais implementadas no sistema de produção, da renda agrícola proporcionada (monetária e não monetária) e da renda familiar. A tabela seguinte resume as características dos tipos.

Quadro 4: Tipologia atual dos agricultores da comunidade do Carpina, município de Governador Mangabeira-BA

Tipologia	Área e trabalho	Atividades agrícolas	Renda agrícola e familiar
Tipo 1 Agricultura e subsistência (Minifúndio)	1 - 1,5 ha por família	Mandioca consorciada com agricultura de subsistência (feijão, milho, batata, hortaliças, amendoim) Pequenas criações	Renda agrícola Venda raízes de mandioca. Porco, galinha. 1000-2000 R\$ por família, ano Rendas extra agrícolas Aposentadorias, Bolsa família
Tipo 2 Tipo 1 mais fumo (Minifúndio)	1 - 1,5 ha por família	Mandioca consorciada com agricultura de subsistência (feijão, milho, batata, hortaliças, amendoim) Pequenas criações Roça de fumo (0,2 - 0,4 ha)	Renda agrícola Venda do fumo, raízes de mandioca. Porco, galinha. 2000-4000 R\$ por família, ano Rendas extra agrícolas Bolsa família
Tipo 3 Tipo 2 mais laranja (Minifúndio)	1,5 - 3 ha por família	Mandioca consorciada com agricultura de subsistência (feijão, milho, batata, hortaliças, amendoim) Pequenas criações Roça de fumo (0,4 ha) Laranja (0,4-0,8 ha)	Renda agrícola Venda do fumo, laranja, raízes de mandioca. Porco, galinha. 3000-7000 R\$ por família, ano Rendas extra agrícolas Bolsa família, aposentadoria Empregos extra - agrícola

Fonte: trabalho de campo

Todos os entrevistados dispõem de menos de 3 ha de terra, a maioria se enquadrando na classe de área abaixo de 2 ha.

Se considerarmos que a renda que permite a reprodução simples de uma família corresponde a dois salários mínimos¹, ou seja, aproximadamente 23.000 R\$ correntes anuais, nenhum dos agricultores entrevistados se aproxima deste patamar, todos eles situando-se na condição de minifundiários, de forma coerente com a qualificação que escolhemos acima para a classe de área abaixo de 2 ha.

O bloqueio de desenvolvimento constituído pela falta de terra nesta categoria de agricultores é evidenciado pela relação direta entre o tamanho da área detida pela família e a renda agrícola informada. Uma área maior permite a implementação de parcelas maiores de fumo e a introdução da laranja, e o crescimento da renda monetária, a falta de área proíbe o crescimento da renda agrícola, mantendo as características dos sistemas de produção atuais. Se considerarmos que a maior renda observada entre os entrevistados (7.000 R\$) corresponde a uma área de 3 ha, uma área três vezes superior (9 ha) é necessária a priori para chegar-se ao nível de reprodução simples, nas condições atuais de capitalização dos agricultores e de comercialização e organização dos mercados.

Neste contexto, algumas melhoras podem ser propostas para os agricultores minifundiários da comunidade do Carpina, como a intensificação da produção de mandioca com variedades melhoradas e gestão adequada da fertilidade do solo, ou intensificação da produção de hortifrutigranjeiros a partir dos quintais, testando novas condições de comercialização. No entanto qualquer intensificação agrícola, quando se traduz em uso maior da mão de obra familiar, é limitada pelo destino atual desta mão de obra para atividades extra-agrícolas, necessárias para a reprodução social familiar.

Desta forma qualquer proposta de desenvolvimento agrícola significativo passa por acesso a áreas maiores de terra. As modalidades deste acesso podem ser a facilitação do acesso a terra para os jovens, principais vítimas da crise agrária em curso, através de crédito fundiário, ou uma política efetiva de reforma agrária.

Atualmente (2016) o valor do salário mínimo é de 880 R\$ mensais. A média do trabalho familiar nos estabelecimentos entrevistados é de 2 unidades. Estimamos o nível de reprodução simples à um salário mínimo em valor corrente por trabalhador efetivo. 1

CONCLUSÕES: QUAL DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PARA O TI DO RECÔNCAVO?

Os resultados apresentados mostram uma realidade preocupante da evolução agrária do TI do Recôncavo: a crise afetando a agricultura familiar. Há fortes indícios que, desde algumas décadas, a perda de lucratividade de atividades agrícolas importantes, como a produção de farinha de mandioca, da laranja, do fumo (na zona 25), inviabiliza a manutenção econômica de parcelas significativas e crescentes da agricultura familiar do Território. O estudo de caso da comunidade do Carpina indica que o tamanho de área necessária para a reprodução simples é superior ao FMP (2 ha). Pesquisas devem ser direcionadas para entender em cada zona agrícola os tipos de sistemas de produção, e a disponibilidade de terra necessária à reprodução social, assim como as alternativas agrícolas e de organização da comercialização.

Os agricultores mais pobres tendem a implementar estratégias de pluriatividade, migração, êxodo rural (migração definitiva). O movimento comum de êxodo rural, quando as famílias, sobretudo os jovens, procuram empregar sua mão de obra em oportunidades mais remuneradoras do que a agricultura, é ampliado nas condições de restrição de acesso aos meios de produção que elas enfrentam (terra, capital).

Quando a economia fornece verdadeiras alternativas de emprego (como a situação favorável do Brasil o permitiu nos anos 2000), assistimos ao esvaziamento do campo, e observa-se geralmente uma concentração fundiária ao benefício dos estabelecimentos mais capitalizados. O problema agrava-se quando a economia não é mais capaz de oferecer os empregos alternativos, em volume correspondente às necessidades das famílias agrícolas. Verifica-se nesta situação (como está ocorrendo após 2012 no Brasil), a permanência obrigatória das famílias no campo, com níveis de renda menores. Patamares de renda mais críticos podem ser alcançados, como o nível de reprodução simples. Quando a escolha é conseguir ou não a reprodução social da família em níveis aceitos localmente, os agricultores preferem descapitalizar seu estabelecimento, de várias formas. Após o esgotamento dos recursos financeiros, a não reprodução dos instrumentos de trabalho e das benfeitorias, a tendência torna-se a não reprodução do agroecossistema e a degradação ambiental: os níveis de fertilidade do solo não estão mantidos, os restos de floresta são derrubados, trazendo novos elementos de crise agrícola (queda dos rendimentos físicos, falta de madeira, lenha, etc) e de empobrecimento rural.

Já representando a maioria da população agrícola, a situação dos minifundiários envolve uma dificuldade específica de desenvolvimento. Quando surgir uma oportunidade financeira (doação, subsídio, crédito), ela tende a ser utilizada para o consumo da família, e não para o investimento produtivo, inviabilizado de qualquer forma pela falta de terra. Existem geralmente poucas alternativas produtivas capazes de mudar as condições de remuneração da mão de obra, a menos de considerar investimentos elevados (irrigação, mecanização, etc) capazes de aumentar substancialmente a produtividade do trabalho, envolvendo mudanças estruturais do sistema de produção e um esforço significativo em termos de capacitação. O conjunto dos riscos (agronômicos, econômicos), sempre envolvidos na experimentação, é dificilmente enfrentado no contexto dos minifundiários.

O minifundismo, no contexto atual do TI do Recôncavo, além do seu significado em termos de crise social, é um verdadeiro freio a qualquer possibilidade de desenvolvimento agrícola. A sua superação exige um conjunto de políticas públicas envolvendo maior acesso a terra e aos meios de produção, a implementação de alternativas complexas de aumento da produtividade, diferenciadas em função das zonas ecológico-econômicas, a construção de novas oportunidades lucrativas de comercialização, e políticas territorializadas de emprego rural.

REFERÊNCIAS

ADRIANO BITTENCOURT ANDRADE. O outro lado da Baía: a gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: Edufba, 2013.

Bahia, Proposta preliminar de Zoneamento Ecológico Econômico. Salvador: Consórcio Geohidro, Sondotécnica, Secretaria do Planejamento, Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, 2013. 1 mapa colorido. Escala 1:1.300.000. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/zee/>, acesso em: 13 nov. 2016.

BERT JUDE BARICKMAN. Um contraponto baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

EDUARDO PAULON GIRARDI. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Doutorado em Geografia—Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.

Grupo de Pesquisa Geografar, Estrutura Fundiária. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

INCRA, Tabela com módulo fiscal dos municípios. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

JOAQUIM GUILHOTO et al. PIB Da Agricultura Familiar: Brasil - Estados. Brasília: NEAD, 2007. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=1803225>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: CÁTIA GRISA; SÉRGIO SCHNEIDER (Eds.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Estudos Rurais, PGDR. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 339–359.

MARC DUFUMIER. Projetos de desenvolvimento agrícola. Manual para especialistas. Tradução Vitor de Athayde Couto. 2. ed. Salvador: Edufba, 2010.

MARCEL MAZOYER; LAURENCE ROUDART. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Tradução Cláudia F. Falluh; Balduino Ferreira. [s.l.] Editora UNESP, NEAD, 2010.

MILTON SANTOS. A rede urbana do Recôncavo Baiano. Salvador: Imprensa oficial da Bahia e Universidade Federal da Bahia, 1960.

SOLANGE MARIA SANTANA COUTO. Expressões da questão agrária no Portal do Sertão, Bahia. 2014.124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2014. Disponível em [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20648/1/ Expressões da questão agrária no Portal do Sertão.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20648/1/Expressões%20da%20questão%20agrária%20no%20Portal%20do%20Sertão.pdf). Acesso em: 15/10/2016.

SÔNIA DE OLIVEIRA LEÃO. Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia. Tradução Sônia de Oliveira Leão; Roberto Aichinger. Recife: SUDENE, 1987.

PERFIL DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UFRB

PROFILE OF OUTSOURCED EMPLOYEES IN THE HEALTH SCIENCES CENTER OF UFRB

Antônio Marcos Nascimento Santos Junior

Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFRB. antonyomarcosnasci@gmail.com

Aron de Oliveira Fontes

Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFRB. aronfontes1993@hotmail.com

Caio Fellipe Dias Muniz

Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFRB. caio_saj08@hotmail.com

Nathália Gomes Carvalhaes

Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFRB. nathaliagc@live.com.br

Ferlando Lima Santos

Docente da UFRB. ferlando@ufrb.edu.br

Resumo

O fenômeno da terceirização apresenta múltiplas facetas e abordagens que tornam o tema complexo e abrangente. Dentro da Universidade, isso não é diferente, sendo necessária atenção e enfoque à questão. Este estudo teve como objetivo traçar o perfil dos trabalhadores terceirizados do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em relação à sua vida pessoal e seu conhecimento sobre saúde. Trata-se de um estudo de campo, descritivo, com abordagem quantitativa, realizada com 38 trabalhadores terceirizados no período de 4 a 6 de dezembro de 2017. A maioria dos trabalhadores se mostraram satisfeitos com seu trabalho, bem como sinalizaram que seu conhecimento sobre saúde e sua qualidade de vida melhoraram após começar a trabalhar no CCS. A análise dos dados possibilitou a identificação dos benefícios adquiridos pelos profissionais em se trabalhar no Centro de Ciências da Saúde da UFRB, bem como sua satisfação e notória melhora da qualidade de vida.

Palavras-chave: Terceirização. Saúde. Satisfação. Qualidade de vida.

Abstract

The phenomenon of outsourcing presents multiple facets and approaches that make the theme complex and comprehensive. Within the University is no different, with attention and focus being the issue. This study aimed to outline the profile of the outsourced workers of the Health Sciences Center (CCS) of the Federal University of Recôncavo da Bahia, in relation to their personal life and knowledge about health. This is a descriptive, quantitative field study conducted with 38 outsourcers from December 4 to 6, 2017. Most jobs are satisfied with their work, as well as signaling their knowledge about health and their quality of life improved after starting a non-CCS job. An analysis of the data allowed the identification of food purchased by professionals in a health market, as well as their satisfaction and a marked improvement in the quality of life.

Keywords: Outsourced. Health. Satisfaction. Quality of life.

INTRODUÇÃO

A Universidade, como parte integrante da sociedade, tem o dever de ser culturalmente engajada, disposta a fazer o que tiver ao seu alcance para a melhoria de condições sociais que integram uma gama de situações e problemáticas ainda hoje vivenciadas no contexto brasileiro. É devido a fragilidade da sociedade civil que a Universidade deve ser comprometida com a solução de problemas sociais, como a superação da pobreza crônica, com a geração de alternativas econômicas, com o fim do analfabetismo. Pois, cumprir a Universidade parte da tarefa do estado e da sociedade civil não é uma questão de opção ideológica ou de voluntarismo: é uma imposição de sua própria caminhada histórica (MELO; ALMEIDA FILHO; RIBEIRO, 2009).

Essas Instituições devem ser inovadoras, e essa inovação emerge como o motor desse processo de transformação, levando a pesquisa à sociedade, utilizando-se da tecnologia e atuando como fonte de resolução de problemas e abertura de novas possibilidades (AUDY, 2017).

A terceirização, segundo Mandarini et al. (2015), consiste na subcontratação de empresas que oferecem o serviço de trabalhadores para executar e desenvolver atividades secundárias ou periféricas do processo produtivo. O processo de terceirização pode adquirir diferentes formas, como operações pontuais, contratos de longo prazo e alianças estratégicas envolvendo contratos que garantem exclusividade entre as partes, dentre outras

De acordo com Druck (2016), os estudos realizados nos últimos 25 anos sobre a terceirização no Brasil foram unânimes em revelar a degradação do trabalho em todas as suas dimensões: no desrespeito aos direitos trabalhistas, nas más condições de trabalho, nos baixos salários, na piora das condições de saúde, nos maiores índices de acidentes e na

vulnerabilidade política dos trabalhadores que, dispersos e fragmentados, têm dificuldades para se organizar coletivamente.

A terceirização é um fenômeno muito objetivo, por meio do qual o capitalismo se livra dos “excessos” dos gastos direcionados à força de trabalho, portanto, é uma das medidas estratégicas de reestruturação do capital. Ela indica claramente o alargamento da subproletarização da classe trabalhadora e, no oposto, a concentração de renda nas mãos do capital, cada vez mais internacionalizado e financeirizado. Entender a saúde do trabalhador dentro desse contexto exige conhecer os índices de afastamento devido às várias morbidades, acidentes e mortes provocadas pelo ou no trabalho (LOURENÇO, 2015).

O campo acadêmico entra nessa conjuntura na medida que o uso de modelos explicativos e de intervenção no campo da promoção da saúde do trabalhador possibilita que os determinantes dos problemas possam ser compreendidos mais facilmente e, assim, contribuir para a promoção de conhecimento, reflexão e decisão no ato de agir e cuidar, possibilitando maiores chances para a promoção da saúde e prevenção de doenças (VITOR; LOPES; XIMENES, 2005 Apud MARZIALE; JESUS, 2007).

O Centro de Ciências da Saúde, da UFRB, apresenta trabalhadores terceirizados que executam suas funções e convivem diariamente com docentes, discentes e técnicos, mas por vezes acabam passando despercebidos e sendo invisibilizados. Apesar de não possuírem a devida atenção, esses trabalhadores merecem visibilidade, assistências e reconhecimento. Sendo assim, este estudo tem o objetivo de traçar o perfil desses profissionais, bem como observar o quanto o fato de estarem inseridos dentro do CCS contribui ou não para ampliação de seus conhecimentos sobre saúde, e consequente melhoria de sua qualidade de vida.

MÉTODOS

Esta pesquisa de campo, descritiva, com abordagem quantitativa, foi realizada junto aos trabalhadores terceirizados do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRB na cidade de Santo Antônio de Jesus –BA. A pesquisa foi realizada por todos os discentes da disciplina de Metodologia Científica (Antônio Marcos, Aron Fontes, Caio Fellipe e Nathalia Carvalhaes), a qual o orientador foi o professor Ferlando Lima Santos. Na pesquisa foram entrevistados 38 trabalhadores de um grupo que contém 53 profissionais terceirizados (em relação aos 15 trabalhadores não entrevistados, alguns não quiseram participar da pesquisa e outros não foram encontrados durante o período das entrevistas). Os dados foram coletados no período entre o dia 4 e 6 de dezembro de 2017, por meio da aplicação de um questionário adaptado ao modelo de Pratti et al (2010), na sua pesquisa, intitulada “Validação para o português falado no Brasil do instrumento Escolar da Qualidade de vida da Dermatologia Infantil”.

O critério utilizado para inclusão na pesquisa foi: trabalhadores terceirizados do CCS que quisessem participar da pesquisa, dessa forma os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Após a coleta houve a análise e tabulação dos dados para melhor analisá-los, para isso utilizou-se o programa Excel 2007.

Dessa forma, buscou-se não só conhecer o perfil dos entrevistados, mas também avaliar o conhecimento desse público acerca do campo da saúde. Além disso, verificou-se o grau de satisfação desses profissionais ao trabalharem em um Centro de Saúde de uma Universidade que propaga saberes sobre saúde. Ademais, objetivou-se saber se os projetos de ensino, pesquisa e extensão que acontecem no CCS contemplam os trabalhadores terceirizados de forma que eles sintam-se beneficiados, e assim, reflita na sua qualidade de vida e saúde.

Tabela 1 Sumarização das perguntas feitas aos trabalhadores terceirizados

1. Idade
2. Sexo
3. Tempo de serviço
4. Função
5. Escolaridade
6. Patologias
7. Tabagismo
8. Alcoolismo
9. Conhecimento sobre saúde
10. Ampliação do conhecimento sobre saúde
11. Satisfação no trabalho
12. Melhoramento da qualidade de vida
13. Reconhecimento do trabalho
14. Informações sobre feiras de saúde, aulas <u>abertas</u>
15. Participação nos eventos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

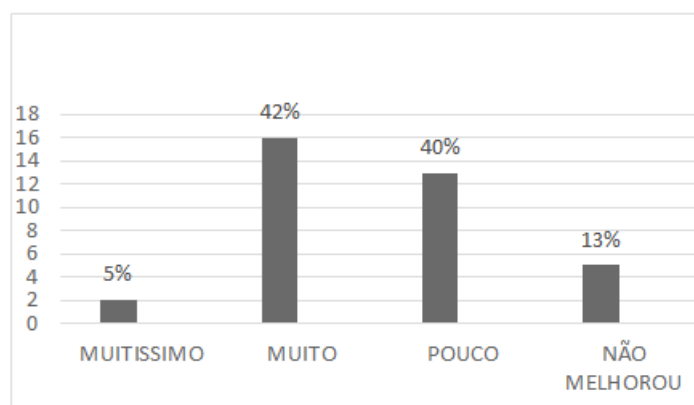
Com os dados coletados podemos traçar um perfil acerca dos funcionários terceirizados do CCS. A Universidade conta com 53 trabalhadores terceirizados porém no momento da coleta, 38 quiseram participar e/ou foram encontrados. Desses 38 entrevistados, apenas 15 eram do sexo feminino e 23 do sexo masculino, representando, assim 39% e 61%, respectivamente. A média de idade foi de 39 anos, variando entre 22 e 61 anos de idade, e a média de tempo de serviço foi 4 anos.

Em relação a escolaridade, 21% (8) da amostra tinham ensino fundamental incompleto; 8% (3) tinham ensino fundamental completo; 10,5% (4) ensino médio incompleto; 45% (17) ensino médio completo; 5% (2) ensino superior completo e 10,5% (4) ensino superior incompleto.

Problemas de saúde gerais como diabetes, hipertensão, doenças renais, colesterol alto, problemas de coluna e/ou outros não foram relatados por esses. Além disso nenhum dos 38 funcionários relatou ter hábitos tabagistas em apenas 15, ou seja, 39%, sinalizaram beber socialmente. Logo, podemos concluir que a saúde em geral dos funcionários se encontra em bom estado, e isto pode ser reflexo de seu ambiente de serviço, prazeroso, tranquilo e estável. Chillida e Cocco (2004), em um estudo com 50 trabalhadores terceirizados que atuavam no serviço de limpeza de um hospital universitário, encontraram um elevado índice de enfermidades, o oposto à nossa pesquisa. Dentre os entrevistados, 36% afirmaram apresentar problemas de saúde já diagnosticados pelo médico, a exemplo de doenças respiratórias, doenças cardiovasculares, tendinite, problemas de coluna, depressão, anemia, dentre outros.

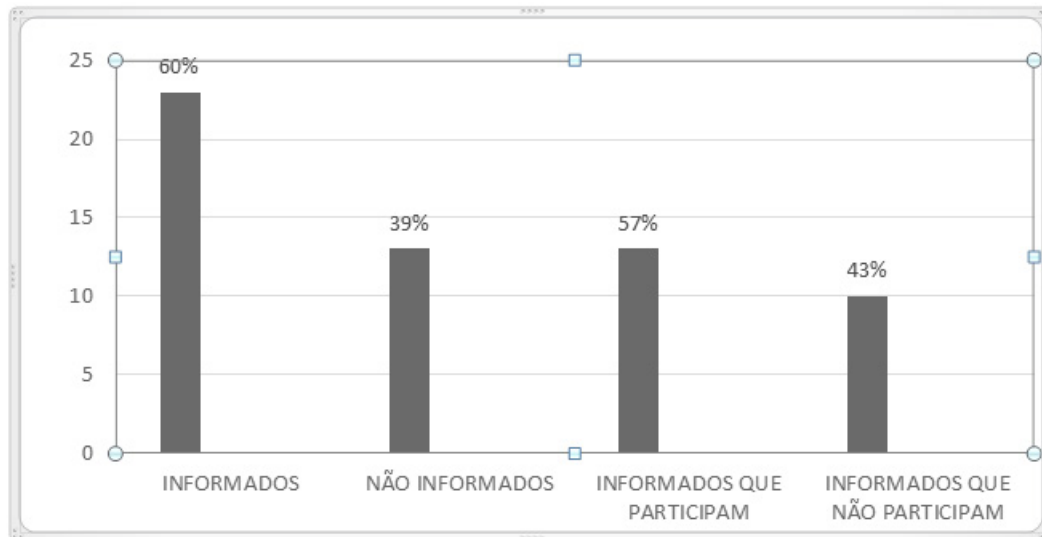
Em relação ao CCS da UFRB, dos 38 questionados a respeito da melhora do seu conhecimento sobre saúde após começar a trabalhar no CCS apenas 2 (5%) informaram que este conhecimento aumentou muitíssimo; 16 (42%) relataram que aumentou muito; 15 (40%) relataram que aumentou pouco e 5 (13%) relataram que seu conhecimento sobre saúde não foi alterado em seu tempo de trabalho no Centro, conforme explicitado no gráfico 1.

Gráfico 1 Respostas obtidas acerca do questionamento sobre melhora do conhecimento sobre saúde



Ao serem questionados sobre serem ou não informados sobre eventos destinados a comunidade que ocorrem no CCS (Feiras de Saúde, aulas abertas, oficinas, entre outros) que sejam abertos ao público, 23 (60%) relataram serem informados, e desses, apenas 13 (57%) frequentam as feiras após serem convidados. Os outros 10 (43%) relatam não terem desejo de frequentar ou não são liberados de suas funções para comparecerem ao evento. Estes dados estão sintetizados no gráfico 3. Por fim, 5 (39%) trabalhadores terceirizados relatam não serem informados dos eventos que ocorrem no CCS e, assim, não comparecem.

Gráfico 2 Terceirizados são informados sobre eventos abertos ao público? E quando informados participam?



As respostas encontradas levam a concluir que o CCS contribui de alguma forma no acréscimo e na melhoria dos conhecimentos sobre saúde dos trabalhadores terceirizados. O grande índice de respostas que evidenciavam o aumento, em alguma escala, desses saberes corroboram com a missão social e extencionista da Universidade, de contribuir para uma melhoria da dinâmica e da vida daqueles que dela fazem parte, e que são atingidos por suas ações. As expectativas da maioria desses trabalhadores, (79%), foi alcançada e realizada, um ponto bastante positivo, um possível fator de prazer e bem-estar ao desenvolver suas atividades.

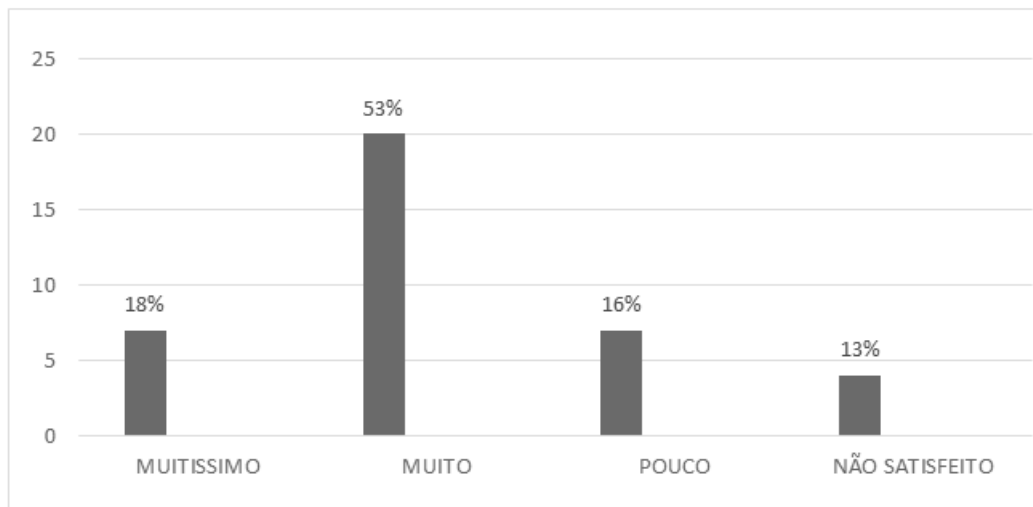
Porém, os meios pelos quais essa aquisição de saberes ocorre não ficaram claros. Uma importante questão trazida nas respostas aos questionários foi a impossibilidade de participação nos eventos promovidos pelo CCS em virtude da falta de tempo e disponibilidade, não havendo substitutos para suas funções profissionais, e conseqüente falta de participação (que, por sinal, é muito almejada). Provavelmente, essa aquisição de conhecimentos dá-se nas conversas com docentes e discentes, bem como no acesso à materiais impressos, orais ou virtuais. Esta é a principal problemática advinda desta pesquisa, uma vez que meios de se reverter esta situação são necessários e cabíveis.

Essa falta de tempo transfere-se também para a vida pessoal e cotidiana dos trabalhadores, conforme mostra também o estudo de Chillida e Cocco (2004). Durante o transcorrer das entrevistas, surgiram diversas questões sobre a ausência de tempo desses profissionais para planejar o futuro, realizar atividades de lazer, refletir sobre seu próprio cotidiano, devido à dupla jornada de trabalho (casa e trabalho), além do cuidado com os filhos.

Dos 38 funcionários, 30 (79%) acreditavam que ao trabalhar numa Universidade e em um Centro de Ciências da Saúde seu conhecimento melhoraria.

A respeito da satisfação dos terceirizados (gráfico 2), 7 (18%) funcionários relataram estarem muitíssimos satisfeitos com seu trabalho no CCS; 20 (53%) indicaram estar muito satisfeitos; 6 (16%) relatam estarem poucos satisfeitos e apenas 5 (13%) relataram não estarem satisfeitos.

Gráfico 3- Satisfação dos terceirizados com seu trabalho



A insatisfação é penosa tanto para o trabalhador quanto para a organização. As organizações se constroem ou se destroem pelo desempenho das pessoas que nelas trabalham. Não se concebem organizações estrategicamente vencedoras sem trabalhadores estrategicamente vencedores, e nem organizações motivadas sem pessoas motivadas; em consequência, não há qualidade sem qualidade de vida no trabalho (QVT) (VIANNA, 1994; CARVALHO, 1994).

Muitas organizações tornaram-se ambientes propícios ao sofrimento do trabalhador, à sua apatia e ao seu descrédito, e, nelas, o trabalho que se presume ser produtivo torna-se entediante (BÚRIGO, 1997).

Logo, 29 % dos trabalhadores terceirizados do CCS que se enquadram nesse conceito (insatisfeitos ou pouco satisfeitos) podem estar sofrendo com seu emprego entediante e não produtivo.

Peterson & Dunnagan (1998), avaliando o impacto de um programa de promoção à saúde desenvolvido com funcionários de uma universidade do norte dos Estados Unidos, verificaram que o grau de instrução apresentou relação positiva com a satisfação no trabalho, visto que quem possui um maior grau de instrução possui também um maior grau de decisão em relação ao trabalho realizado. Neste mesmo estudo, os autores constataram associação estatisticamente significativa entre satisfação no trabalho e estimulação intelectual proveniente do trabalho, boa gerência e disponibilidade de recursos para o desenvolvimento do trabalho, boa posição profissional (nível hierárquico) e bons relacionamentos com o público atendido.

Os dados coletados mostram a mudança dessa visão de Peterson e Dunnagan. Dos 16% dos terceirizados com ensino superior incompleto ou completo, apenas metade desses ou seja 8% mostravam-se muito satisfeitos com o trabalho no CCS.

Dentre os com ensino médio completo, que representam 45%, 10,5% estão muitíssimos satisfeitos, 26% muito satisfeitos e 8% não estão satisfeitos.

Já entre os graus de escolaridade mais baixos, de ensino fundamental incompleto a ensino médio incompleto, que representam 39% do quadro de funcionários, 8% estão muitíssimos satisfeitos, 18% muito satisfeitos e 13% pouco ou não satisfeitos.

Logo, o grau de satisfação com o trabalho realizado aumenta a medida que o grau de escolaridade diminui, contrariando assim a pesquisa realizada por Peterson e Dunnagan em 1997.

Indagados acerca do fato de que trabalhar no CCS melhora sua qualidade de vida, 5 (13%) responderam muitíssimo; 18 (47%) muito; 11 (29%) pouco e 4 (11%) responderam que não melhora em nada sua qualidade de vida trabalhar em um Centro de Saúde.

A melhoria na qualidade de vida foi referida, em alguma escala, por 89% dos entrevistados, evidenciando os benefícios notórios para esses trabalhadores existentes no desempenho de suas funções dentro da Universidade. O longo período trabalhando (a média de tempo de serviço de 4 anos) pode corroborar na explicação desta situação. A estabilidade, financeira e emocional, bem como a tranquilidade, amizade e parceria formada com os colegas de trabalho, discentes e docentes, e um ambiente familiar confiável são fatores que exemplificam e sintetizam fatores cruciais e importantes nesta melhoria da qualidade de vida destes profissionais.

Em relação ao seu sentimento de reconhecimento pelo seu trabalho, apenas 1 funcionário (3%) respondeu se sentir muitíssimo reconhecido. Dentre os demais, 18 (47%) relataram serem muito reconhecidos, 10 (26%) dizem ser pouco reconhecidos e apenas 9 (24%) informam que não se sentem reconhecidos no CCS.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 da UFRB (PDI), importante ferramenta e instrumento de gestão e planejamento das atividades da Instituição, que abarca tudo que está relacionado às práticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como as regulamentações, planos e estratégias, deixa uma lacuna em virtude de não englobar os funcionários terceirizados. Em sendo fundamental para o planejamento estratégico institucional, abordando os problemas atuais da IES, os objetivos e metas, bem como a viabilidade das operações planejadas para atingir os objetivos, esse Plano deveria levar em consideração estes profissionais, que em muito contribuem para a manutenção e o bom funcionamento da Instituição.

CONCLUSÃO

Fica evidente que o perfil do trabalhador terceirizado do CCS acerca do seu conhecimento sobre saúde é um pouco diferente do resultado esperado na hipótese, em virtude da nossa concepção, enquanto pesquisadores, de que o trabalhador do CCS não adquiria o conhecimento propagado pelo Centro, sendo excluído do ambiente acadêmico.

Os trabalhadores que alegaram ter obtido um certo nível de conhecimento substancial (respondendo muitíssimo) acerca da saúde não estão em maioria, que nos leva a concluir que apesar do trabalhador terceirizado não ser ignorado pelo CCS, este não busca beneficiar esses profissionais diretamente, podendo essa aquisição de saberes ser resultado de sua convivência social com docentes e discentes no CCS. Eles se mostraram satisfeitos em sua grande maioria, bem como evidenciaram melhora em sua qualidade de vida (o que podemos atribuir principalmente pela estabilidade que eles obtiveram ao trabalhar no CCS, que é confirmada pelo seu longo período de emprego).

Uma questão levantada pelos terceirizados foi a falta de tempo para participar de eventos abertos ao público promovidos pelo CCS, pois apesar de serem informados, muitos não possuem tempo para comparecer. Este é o principal entrave a ser enfrentando no que tange à abordagem desta pesquisa. É fundamental que novas pesquisas com trabalhadores terceirizados sejam desenvolvidas, visando dar visibilidade às suas condições de trabalho, vida e saúde, tendo em vista a sua presença e importância dentro do âmbito acadêmico.

REFERÊNCIAS

- AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. *Estud. av.* vol.31 no.90 São Paulo May/Aug. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200075. Acesso em 25 nov. 2017
- BÚRIGO, Carla. Qualidade de vida no trabalho. *REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS*, V. 15, N. 22, FLORIANÓPOLIS-SC ED. UFSC, 2Q SEM./1997
- CARVALHO, Maria do Socorro Macedo Vieira de, e TONET, Helena Corrêa. Qualidade na administração pública. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro : FGV, v.28, p.137-152, abr./jun. 1994.
- Chillida MSP, Cocco MIM. Saúde do trabalhador & terceirização: perfil de trabalhadores de serviço de limpeza hospitalar. *Ver Latino-am Enfermagem* 2004 março-abril; 12(2):271-6.
- DRUCK, Graça. A TERCEIRIZAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA: FORMAS DIVERSAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 15-43, Nov. 2016 . Disponível Em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462016000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Nov. 2017.
- LOURENCO, Edvânia Ângela de Souza. Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, p. 447-475, Set. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300447&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Nov. 2017.
- MANDARINI, Marina Bernardo; ALVES, Amanda Martins; STICCA Marina Gregghi. (2015). Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: Uma revisão sistemática da literatura. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v16n2/v16n2a04.pdf> Acesso em 19 Nov. 2017
- MARZIALE, Maria; JESUS, Lilian. Modelos explicativos e de intervenção na promoção da saúde do trabalhador. Ribeirão Preto, 2007. Encontra-se em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n4/a19v21n4>. Acesso em 25 Nov 2017
- MELO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. *Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB*, v. 4, nº 3, p. 292-302, set./dez. 2009.
- PETERSON, M.; & DUNNAGAN, T. Analysis of a worksite health promotion program's impact on job satisfaction. *Journal Occupational Environ. Medicine*. v. 40, n. 11, p. 973-979, 1998.
- PRATI, C; COMPARIN, C; BOZA, J. Catucci; CESTARI T. Ferreira. Validação para o português falado no Brasil do instrumento Escore da Qualidade de Vida na Dermatologia Infantil (CDLQI). *Med Cutan Iber Lat Am*, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.medigraphic.org.mx>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- VIANNA, Marco Aurélio. Que crise é está? Rio de Janeiro : Qualitymark, 1994.

O INTERESSE DE ALUNAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS POR CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

THE ATTENTION OF GIRLS FROM CRUZ DAS ALMAS CITY PUBLIC SCHOOLS ON TECHNOLOGIC AND EXACT SCIENCE

Ana Hellen Carvalho dos Santos

Graduanda do Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB. anahellencarvalho@gmail.com

Crislane Sampaio Queiroz

Graduanda do Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB. crislane_queiroz@hotmail.com

Letícia da Silva dos Santos

Graduanda do Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB. leticia_santos_15@hotmail.com

Rogelma Maria da Silva Ferreira

Docente Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). rogelma.maria@ufrb.edu.br

Resumo

Neste trabalho, apresentamos a experiência de realização do projeto de extensão intitulado: Meninas e Jovens do Recôncavo da Bahia na Ciência e Tecnologia, vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), campus de Cruz das Almas, que teve por objetivo investigar e incentivar o interesse de estudantes, especialmente do sexo feminino, de escolas públicas da cidade de Cruz das Almas, por ciências exatas. A finalidade deste projeto consiste em despertar e incentivar o interesse de meninas para carreiras nas áreas de ciências exatas e tecnológicas. Deste modo, esperamos atrair meninas para as carreiras de ciências exatas e estimular alunas dos cursos do centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB, a persistirem nos seus cursos, visto que os índices de evasão de estudantes em cursos desta área são expressivos, e ainda, tornando-as agentes no desenvolvimento científico e tecnológico da região do Recôncavo da Bahia. Este objetivo foi executado através da difusão da ciência em escolas públicas da cidade de Cruz das Almas. Além de estimular o interesse de jovens estudantes por ciências, o projeto visa sensibilizar a comunidade acadêmica e as comunidades mais carentes sobre o papel da mulher na sociedade, contribuindo para a eliminação de estereótipos de gênero.

Palavras-chave: Meninas na ciência. Ciência e tecnologia. Mulher na sociedade.

Abstract

In this paper we present the realization of the extension project experience entitled: Girls from the Recôncavo da Bahia in science and technology, linked to the Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas campus, that had as objective to investigate and encourage students' attention, specially the females ones, from Cruz das Almas public schools, on exact science. The objective of this project consists in arouse and encourage the girls attention to technology and exact science field careers. Thereby we hope to entice girls to the exact science careers and stimulate female students from the UFRB technology and exact science center courses to persist in their courses, once the evasion rates in this field of study are high, and still, making them become agents on the scientific and technologic development of the Recôncavo da Bahia region. This goal was executed through the science diffusion in public schools in Cruz das Almas city. In addition to encourage the attention of young students on science, the project aims sensitize the academic community and the disadvantaged communities about the women role in the society, contributing the dissolution of gender stereotypes.

Keywords: Girls in science. Science and technology. Woman in society.

INTRODUÇÃO

A universalização da educação e o avanço da ciência e da tecnologia, nos últimos vinte anos, foram extraordinários. Contudo, apesar da participação de mulheres no âmbito científico ter crescido, as conquistas da ciência têm sido sempre creditadas ao gênio masculino. De fato, a inclusão das mulheres nas profissões científicas tem se dado em ritmo mais lento do que em outras áreas e há uma tendência das ciências exatas - matemática, física, engenharias - atraírem relativamente poucas mulheres. Por outro lado, inegavelmente, as mulheres estão presentes na produção do conhecimento no Brasil e, em certas áreas, por exemplo, nas ciências humanas e sociais, a presença feminina é inequívoca e sua atuação expressiva. Nas áreas ligadas à saúde cresceu muito a participação de mulheres e existem importantes nomes femininos realizando pesquisas de relevância mundial (Melo; H. P. e Rodrigues; L.M.C.S, 2013).

Nos últimos anos, surgiu um novo objeto de conhecimento, sendo este, os estudos de gênero, um campo interdisciplinar que tem como temáticas centrais a igualdade entre homens e mulheres. Dentro do estudo de gênero, inclui-se o subcampo estudos da mulher, o qual abraça a mulher na ciência, um assunto que possui uma perspectiva voltada para as mulheres e seus vínculos com a ciência, visto que, no passado ou no presente, esta atividade sempre esteve associada ao mundo masculino. A exclusão das mulheres da ciência tem sido alvo de denso e contínuo estudo, tendo em vista o aumento de interesse por este tema. No google acadêmico, podemos facilmente encontrar muitas teses e artigos em periódicos, dos quais a maior parte analisa a produtividade, especialmente em áreas e campos tradicionalmente ocupados e associados aos homens. Mas, para Elizabete Silva, Doutoranda do Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Mulher – NEIM/UFBA, “balizaram

a construção do conhecimento científico, abstraindo, declaradamente, toda possibilidade de considerar as mulheres como sujeitos de conhecimento e do conhecimento”.

Os resultados de pesquisas sobre mulheres pioneiras nas ciências revelaram a influência familiar na participação de mulheres no desenvolvimento da ciência, visto que, das 19 mulheres escolhidas neste estudo, 7 eram filhas de pais cientistas e/ou professores, com frequência em 6 áreas semelhantes; uma era filha de um pai apaixonado por ciência e que lhe deu um enorme suporte material para desenvolver seus estudos; outra nasceu numa família pouco convencional, de pais não casados, o que pode ter sido um incentivo para a busca de um caminho próprio, independente, fora dos modelos femininos da época. Também ocorreram as influências culturais, visto que, várias são nascidas ou filhas de europeus – à época, anos 30 - 40, a opção das mulheres pela realização profissional já era mais aceita nas sociedades europeias do que no Brasil; além disso, estas sociedades sempre valorizaram muito o estudo como instrumento de crescimento pessoal e progresso social. (Melo; H. P. e Rodrigues; L.M.C.S, 2013).

Portanto, aspectos sociais são fatores determinantes na representação desproporcional de mulheres na ciência e tecnologia. Alguns destes aspectos são comuns à maioria dos países e parecem estar relacionados às dificuldades encontradas pela mulher em qualquer profissão bem como às dificuldades peculiares da carreira científica, tais como, a dificuldade em conciliar as demandas da própria profissão e aquelas da profissão do parceiro; a sobrecarga devido ao acúmulo das tradicionais funções do lar e da carreira acadêmica; o reduzido número de mulheres em cargos de decisão; o escasso reconhecimento dentro da própria comunidade científica. Infelizmente, estes problemas continuam sendo mundiais

(Soares; T. A, 2001).

Neste sentido, o projeto de Extensão “Meninas e Jovens do Recôncavo da Bahia na Ciência e Tecnologia” desenvolvido na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia com o apoio do programa PIBEX, visou estimular estudantes do ensino médio, especialmente, estudantes do sexo feminino, a conhecer e, caso desejarem, seguir as carreiras de Ciências Exatas e tecnológicas.

Portanto, com a realização deste projeto e divulgação do mesmo, esperamos contribuir para o combate a evasão nos primeiros anos do curso de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB e estimular a pesquisa científica e tecnológica.

O PROJETO MENINAS E JOVENS DO RECÔNCAVO DA BAHIA NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A ciência sempre foi considerada como algo voltado somente para os homens e foi a partir do século XX, que surgiram mudanças nesse cenário, lembrando que as universidades foram criadas por volta do século XIII e não era permitido o ingresso das mulheres. Contudo, atualmente, a representatividade de mulheres em cursos de ciências exatas continua baixa, ocasionado muitas vezes pelas barreiras históricas, falta de incentivos e constantes desânimos resultantes de sentirem-se menosprezadas em meio a tantas cobranças e desafios.

Em meio a essa sociedade marcada pelas rígidas estruturas sociais, construiu-se, através da historiografia brasileira, até a década de 70 do século XX, uma imagem feminina marcada pela submissão ao pátrio poder, imagem que ainda nos dias de hoje permanece viva em nossas referências históricas. Em vista disto, tendemos a acreditar que às mulheres cabiam o cuidado com a casa e os afazeres domésticos, ficando ao encargo dos homens o sustento da família e a supervisão dos negócios (SAMARA, 1997).

Atualmente, apesar dos esforços realizados pelas mulheres que conseguem ingressar na área de exatas, o índice de reprovações em disciplinas durante o curso escolhido, representa um sério problema. Estudos realizados por MAFFIA (2002), sucinta que este problema é provocado por diversas barreiras que as estudantes do sexo feminino encontram nesta área, tais como, barreiras ideológicas, como por exemplo, “as mulheres tem a alma dominada pelo útero”, “os hormônios as dominam”, ou ainda, “são excessivamente emocionais, que o lado esquerdo é mais desenvolvido, por isso a mulher tem facilidade em falar, mas que em contrapartida o lado direito, que é o que recebe a capacidade matemática, não é tão desenvolvido e quer por isso não pode ser boa para as ciências exatas”. Além de ter que conviver com todos estes argumentos, as mulheres enfrentam certos tipos de discriminações, muitas ocorridas nos trabalhos na área de exatas, onde as mulheres são deixadas nos lugares “invisíveis”, executando atividades na maioria das vezes rotineiras.

Normalmente o que dizem é que as mulheres são prolixas, e são confiáveis para o trabalho porque são muito detalhistas, então é melhor sentá-las longe de onde se elaboram as hipóteses, inclusive fisicamente distantes. Colocá-las para fazer um trabalho de maneira isolada, que tenha a ver com algo mecânico, rotineiro, repetitivo e ao que não se reconhece valor teórico, e que não se reconhece, o que é muito pior, o apoio que se dá à produção de valor teórico. (DIANA, 2002, p.34)

Todavia, mesmo com o crescimento das mulheres na ciência a diferença ainda é forte na atualidade, com o direcionamento de meninos e meninas para as carreiras “adequadas”, especialmente na adolescência, quando a identidade sexual aparece ainda de forma frágil.

Portanto, fez-se necessário desenvolver uma conscientização que contribuísse com o avanço das mulheres sobre as barreiras históricas,

provocadas, na maioria das vezes, pela discriminação. Neste contexto, surgiu o projeto de extensão Meninas e Jovens do Recôncavo da Bahia na Ciência e Tecnologia, visando inspirar, engajar, avançar e impactar o interesse de meninas e jovens pela ciência e sua disposição para seguir carreiras no campo das ciências exatas.

METODOLOGIA

Durante a realização do projeto Meninas e Jovens do Recôncavo da Bahia na Ciência e Tecnologia, foram desenvolvidas atividades em parceria com duas escolas da cidade de Cruz das Almas, sendo estas, o Colégio José Batista Fonseca e o Colégio Estadual Landulfo Alves. Entre as atividades desenvolvidas, tivemos a aplicação de algumas questões que fazem parte do questionário ROSE (The Relevance of Science Education), sendo este um questionário aplicado a alunos da faixa de 15 anos de diversos países, com o intuito de auxiliar na confirmação de hipóteses, no entendimento de padrões e traçar tendências no ensino de ciências [6]. Algumas questões do questionário ROSE foram aplicadas nas escolas mencionadas no ano de 2016 para um total de 85 alunos de séries e turmas diferentes, sendo estas, as turmas 9º ano A e 9º ano B do Colégio José Batista Fonseca, 2º ano A e 3º ano C do Colégio Estadual Landulfo Alves, permitindo um panorama do cenário do ensino de ciências em diversos contextos. O questionário teve como objetivo analisar o grau de interesse destes alunos de escolas públicas, especialmente, de alunas, de seguir carreira na área de ciências exatas, e o conhecimento por parte destas alunas em torno das oportunidades ou dificuldades que encontrarão.

Ainda durante o desenvolvimento deste projeto de extensão, foi realizada uma palestra pela professora doutora Mariana Pinheiro Gomes da Silva, professora adjunta da área de Matemática da UFRB, no colégio Estadual Landulfo Alves. A

fala da professora Mariana iniciou-se com um mergulho na história dos avanços das mulheres na ciência, especificamente, na matemática, e ainda, toda a luta travada pelas mulheres, em busca do tão sonhado conhecimento, visto que até meados do século XVIII, as mulheres eram privadas do acesso ao conhecimento. Entretanto, apesar dos empecilhos, muitas mulheres não desistiram e exerceram um papel importante na história da humanidade. A professora Mariana citou a notável escocesa Mary Fairfax Somerville. No século XIX, de forma autodidata, Somerville aprendeu Cálculo Diferencial e Integral utilizando o *Traité de Mécanique Celeste*, do matemático francês, Pierre Simon Laplace. Como culminância desses estudos, em 1830, ela publicou o livro *The Mechanisms of the Heavens*, no qual incluiu fundamentos matemáticos e uma série de diagramas, tornando mais acessível a teoria de Laplace, e ainda, em 1832, Somerville escreveu a *Preliminary Dissertation on the Mechanisms of the Heavens*. Por essas contribuições, a Royal Society de Londres homenageou Somerville com uma escultura do busto da cientista, contudo, ela não foi convidada para inauguração por ser proibida a entrada de mulher (Tolentino; Neto, L. C. B, 2008).

Na segunda parte de sua fala, a palestrante apresentou a sua área de pesquisa, sistemas dinâmicos, em tais sistemas, a evolução de um sistema é dada por uma lei matemática que pode ser uma função ou uma equação diferencial. O objetivo deste estudo é a construção de uma teoria matemática que permita compreender e prever a evolução destes processos. A palestrante citou o famoso Efeito Borboleta, estudado por Edward Lorenz, 1963, o qual diz que o bater das asas de uma borboleta no Brasil pode causar, tempos depois, um tornado do outro lado do mundo. Através de uma linguagem simples, a palestrante explicou aos alunos as belezas da sua área de pesquisa, e ainda, os problemas que enfrentou durante a sua vida acadêmica, como por exemplo, a constatação de que no curso de Matemática, ela era uma das poucas mulheres que existiam, percebendo assim, um ambiente predominantemente masculino.

Os estudantes foram atenciosos e receptivos em todo o trabalho realizado, sobretudo no evento da palestra, assistiram a apresentação da professora Mariana com muita atenção e se surpreendiam com os casos apresentados de mulheres que tiveram que travar lutas intensas para conseguirem estudar ciências exatas, como o caso de Sophie Germain (1776-1831), a qual tornou-se autodidata em grego e latim, contudo seus pai tentaram persuadir Sophie a não seguir a carreira de matemática, retirando a luz de seu quarto e confiscando o aquecedor, mas nada fez Sophie mudar de opinião. Sophie, persistentemente, continuava estudando à luz de velas, escondida embaixo dos cobertores. Deste modo, as perguntas dos estudantes, foram basicamente sobre os problemas que as professoras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, presentes no recinto, enfrentaram em sua vida pessoal e acadêmica.



Figura 1: palestra no Colégio Landulfo Alves na cidade de Cruz das Almas -

RESULTADOS

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ROSE

O ROSE é um projeto de pesquisa que tem por objetivo reunir e analisar informações vindas dos alunos (as) sobre diversos tópicos que influenciam sua motivação para aprender ciência. O questionário apresenta perguntas sobre ciência, educação, profissão e futuro, as respostas são analisadas com o objetivo de obtenção de fatores que influenciam nas decisões profissionais das meninas em relação as dos meninos (TOLENTINO, 2008).



Figura 2: Aplicação do Questionário - colégio José Batista Fonseca 8º ano A.



Figura 3: Aplicação do Questionário - colégio José Batista Fonseca 8º ano B



Figura 3: Aplicação do Questionário - colégio José Batista Fonseca 2º ano A.



Figura 5: Aplicação do Questionário – Colégio Landulfo Alves 3º ano C.

Esta atividade foi realizada no início da fase de execução do projeto “Meninas e Jovens do Recôncavo da Bahia na Ciência e Tecnologia”, com o objetivo de coletar informações estratégicas sobre o interesse de meninos e meninas por ciência. Na maioria das práticas de ensino, a apreensão dos interesses dos alunos é feita de maneira subjetiva e pouco sistemática por parte do professor. Ao longo da ação do projeto optamos por avaliar de maneira mais detalhada a atitude e a visão dos alunos e alunas, frente aos vários tópicos que costumam ser abordados pela ciência escolar em sala de aula.

Em um primeiro momento, os resultados apontaram que o interesse médio dos adolescentes pela ciência é particularmente baixo. O número de meninas que escolhem estudar ciências, em especial, nas áreas de exatas e tecnológicas, é bem menor que o dos meninos. O questionário ROSE apontou que as meninas com o desejo de serem cientistas, foram pouco mais de 30%, enquanto que os meninos, mais de 60%. Dentre os temas da disciplina de Física, os tópicos de Astrofísica são os que mais despertam interesse dos alunos (saber por qual motivo o céu é azul, por exemplo). Portanto, verificamos que a Astronomia pode ser uma via estratégica para despertar o interesse científico de meninas de classes populares em idade escolar.

Os estudantes também responderam questões sobre violência contra a mulher. Os resultados coletados foram preocupantes, dentre os 85 alunos que responderam ao questionário ROSE, 72 alunos relataram já ter presenciado e/ou sofrido violência, dentre os quais, 61% são meninas. Além destes números, algumas frases como: “Já presenciei várias vezes, não dá para contar!”, “Muitas vezes, principalmente com minha família.”, “Muitas vezes, principalmente na infância.” ou “Mais de 100 vezes.” foram verificadas em questionários respondidos por meninas.

CONCLUSÕES

Através deste estudo e com a realização do projeto Meninas e Jovens do Recôncavo da Bahia na Ciência e Tecnologia, esperamos estimular a participação de estudantes do sexo feminino na carreira

científica e assim, promover o incentivo de investimentos em setores como ciência e tecnologia. Além disso, com a divulgação deste trabalho, almejamos contribuir para o combate a evasão nos primeiros anos do curso de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB e por fim, estimular a pesquisa científica e tecnológica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as escolas públicas da cidade de Cruz das Almas – Bahia, parceiras do projeto Meninas e Jovens do Recôncavo da Bahia na Ciência e Tecnologia. Agradecemos também ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) da UFRB e a professora Dra. Mariana Pinheiro do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB.

REFERÊNCIAS

- MELO; Hildete Pereira de. RODRIGUES; Ligia M.C.S. Pioneiras na ciência do Brasil CNPq, p.2, 2013.
- MAFFIA, Diana. Feminismo, Ciência e Tecnologia; crítica feminista à ciência. Salvador: Redor, coleção bahianas, v.8, p. 25-38 2002.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Feminismo, Ciência e Tecnologia. Salvador: Redor, coleção bahianas, v.8, 2002.
- BRADLEY, Harriet. Men's work, women's work. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1997^a.
- LOUREIRO, Gabriela. A luta diária das mulheres cientistas: 2015. Disponível em <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/09/luta-diaria-das-mulheres-cientistas.html>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.
- SYBYLLA, Lady. Mulheres na ciência: por que tão poucas? 2015 Disponível em <<http://lugardemulher.com.br/mulheres-na-ciencia-por-que-tao-poucas/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.
- TOLENTINO NETO, L. C. B. Os interesses e posturas de jovens alunos frente às ciências: Resultados do projeto ROSE aplicado no Brasil. Tese de Doutorado. FEUSP, 2008.
- DA SILVA, Mariana Pinheiro Gomes. Estabilidade Estocástica para transformações não uniformemente expansora. Tese de Doutorado. UFRJ, 2012.
- Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” Sobre Mulher e Relações de Gênero. UFPA- Universidade Federal do Pará-IFCH-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Mulheres na História da Matemática: ousadia e conhecimento. Disponível em <http://www.jornaliaras.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=59%3Amulheres-na-historia-da-matematica>. Acesso em: 17 de março de 2017.
- Projeto “Meninas na ciências”. UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Física da UFRGS, 2013. <<https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/>>.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM GESTANTES SOBRE SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

HEALTH EDUCATION WITH PREGNANT ON SINGLE HEALTH SYSTEM

Railane Souza Cerqueira

Graduanda do curso de Enfermagem da UFRB. raylanne_fsa@hotmail.com

Claudia Feio da Maia Lima

Professora Doutora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. cflima@ufrb.edu.br

Patrícia Figueiredo Marques

Professora Doutora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. pfmenf@ufrb.edu.br

Resumo

Objetivo: promover iniciativas de mobilização e discussões políticas entre gestantes, a partir de uma metodologia crítica participativa sobre o Sistema Único de Saúde, suas diretrizes, seu funcionamento e a organização dos serviços. **Metodologia:** Baseia-se em um estudo de prática intervencionista, de caráter exploratório e descritivo, do tipo antes e depois, pautado na metodologia crítica e participativa. Utilizou-se a estratégia de roda de conversa com as gestantes, sobre as diretrizes, funcionamento e a organização dos serviços públicos de saúde. O estudo foi realizado em duas Unidades de Saúde da Família no município de Santo Antônio de Jesus-Ba, com 80 gestantes. **Resultados:** Descrevem a caracterização sociodemográfica breve e reprodutiva das gestantes, além do número de acertos antes e depois da intervenção educativa, quanto às perguntas de pré e pós-teste, totalizando em um percentual maior de acertos no pós teste. Os achados evidenciaram a importância e necessidade de ações desta natureza desenvolvidas nas USF, para a deflagração do conhecimento, a conscientização do seu papel, enquanto sujeitos sociais e do exercício de autonomia tão pautado no sistema de saúde vigente. **Conclusão:** A atividade desenvolvida permitiu refletir sobre uma temática relevante, da qual as gestantes pouco sabem, mesmo estando inseridas como usuárias das USF.

Palavras-chave: Saúde da Mulher. Estratégia de Saúde da Família. Educação em Saúde.

Abstract

Objective: to promote initiatives of mobilization and political discussions among pregnant women, based on a critical participatory methodology on the Unified Health System, its guidelines, its operation and the organization of services. **Methodology:** It is based on a study of interventionist practice, of an exploratory and descriptive character, of the before and after type, based on the critical and participative methodology. The strategy was used to talk to pregnant women about the guidelines, operation and organization of public health services. The study was carried out in two Family Health Units in the city of Santo Antônio de Jesus-Ba, with 80 pregnant women. **Results:** They describe the brief and reproductive sociodemographic characterization of pregnant women, as well as the number of correct answers before and after the educational intervention, regarding the pre and post test questions, totaling a higher percentage of correct answers in the post test. The findings evidenced the importance and necessity of actions of this nature developed in the FHU, for the deflagration of knowledge, the awareness of its role, as social subjects and the exercise of autonomy so based on the current health system. **Conclusion:** The activity developed allowed us to reflect on a relevant topic, of which pregnant women know little, even though they are inserted as USF users.

Keywords: Women's Health. Family Health Strategy. Health Education.

INTRODUÇÃO

A educação em saúde é o processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população, definida por um conjunto de práticas no setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no cuidado e no debate com os profissionais e os gestores afim de alcançar uma atenção à saúde de acordo com suas necessidades (FALKENBERG et al., 2014).

A Declaração de Ottawa reitera a educação em saúde, como a necessidade centrada nas carências globais e ao mesmo tempo individuais. Como consequência dessa declaração inicia-se o movimento de promoção à saúde e esclarece que a educação é um fator fundamental nesse processo (FLISCH et al., 2014).

Desse modo, a educação em saúde desenvolve como fonte de promoção à saúde e prevenção de doenças e agravos. Desta maneira, o cuidado vai além do mecanismo curativo, com intervenção social, ambiental e educacional, envolvendo a participação de toda população, independente do seu estado de saúde (DIAS; LOPES, 2013).

A Atenção Primária de Saúde (APS) apropria-se da proposta da educação em saúde e por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) promove modelos educativos de prevenção e promoção à saúde, envolvendo elementos culturais, técnicos e operacionais, na busca da equidade e integralidade em comunidades (BRASIL, 2011).

A ESF, como espaço de atenção com maior concentração de ações voltadas às usuárias e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) incorporam a perspectiva de gênero, a integralidade e a promoção à saúde como princípios norteadores. Também, buscam consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção pré-natal, no planejamento reprodutivo, na atenção ginecológica e nos casos de violência doméstica e sexual (FEIO;

OLIVEIRA, 2015).

Assim, como uma estratégia de incentivo à participação popular, a(o) enfermeira(o) e as/os demais membros da equipe devem promover uma nova relação com a(o)s usuária(o)s quanto ao processo de atenção. Nessa proposta tanto os profissionais, quanto as/os usuárias/os podem atuar como produtores e construtores na prática para estabelecer um trabalho coletivo em uma nova concepção do serviço, além de desenvolver o seu projeto político-legal coerente com os princípios e diretrizes do SUS (IBIAPINA et al., 2015).

Neste contexto é importante garantir o direito à informação e acesso aos serviços, que surgem como demandas ao longo da vida. As mulheres como principais usuárias dos serviços de saúde precisam acessar continuamente as informações não apenas sobre como promoverem sua saúde e prevenir agravos, mas também sobre o funcionamento do SUS. Mediante esse acesso é possível reduzir os riscos que as tornam mais vulneráveis e implicam na sua saúde, com um olhar atento à saúde sexual e saúde reprodutiva, como aos fenômenos relacionados ao seu papel na sociedade (MOREIRA, 2016).

Um exemplo transformador de atenção acontece nos serviços de saúde em Portugal, organizados no sentido de garantir uma assistência integral e humanizada, com o objetivo de qualificar promoção à saúde da mulher e a prestação de informação ou educação à saúde feminina (FERTONANI et al., 2015). No Brasil, compreende-se o cuidado como a concretização de prática e atenção que garantam o acesso das mulheres e ações resolutivas construídas, segundo as especificidades do ciclo vital e do contexto em que as necessidades são geradas (COELHO et al., 2012).

Destaca-se a integralidade no princípio do SUS como um conceito amplo de saúde, no qual necessidades biopsicossociais, culturais

e subjetivas são reconhecidas e integradas à prática clínica, comunitária e com abordagem voltada ao indivíduo, família e seu contexto (LAVRAS, 2011). Compreende-se, na perspectiva da saúde feminina, um cuidado efetivo, por meio de vínculos constituídos e escuta qualificada, com incentivo à coparticipação ética e qualidade do processo de saúde (CORDEIRO et al., 2012).

Com base em experiências anteriores com o projeto de extensão “Educação em saúde de gestantes e acompanhantes para o processo gravídico-puerperal: cuidado e autonomia do sujeito”, financiado pelo PIBEX-UFRB (2012-2013) e o projeto de pesquisa “Análise da assistência pré-natal em município baiano: situação de Santo Antônio de Jesus-Ba”, financiado pelo PIBIC-UFRB E PIBIC-FAPESB (2014-2015), foi possível perceber as demandas de saúde e experiências de gestantes, na busca por cuidados em duas Unidades de Saúde da Família (USF) no Município supracitado, como também as condições de atendimento dos serviços a elas, o que evidenciou a necessidade de realizar ações educativas com essas gestantes, como mecanismos de acesso à informação e participação popular sobre temas básicos sobre o SUS.

Diante das evidências surgiram questionamentos: As gestantes vinculadas às duas USF no Município de Santo Antônio de Jesus-Ba conhecem os princípios e as diretrizes do SUS? Como são discutidos os princípios e as diretrizes do SUS junto às gestantes vinculadas às duas USF no Município de Santo Antônio de Jesus-Ba? Quais as efetivas contribuições dos princípios e das diretrizes do SUS para as gestantes vinculadas às duas USF no Município de Santo Antônio de Jesus-Ba?

Assim, a motivação para o desenvolvimento deste estudo pautou-se nas demandas em saúde de gestantes vinculadas às duas USF no Município de Santo Antônio de Jesus-Ba, acerca da deficiência de conhecimento relativo

aos princípios e diretrizes do SUS, e a restrita participação popular.

A justificativa do estudo dá-se pela veemente necessidade de promover educação em saúde focada nos princípios e nas diretrizes do SUS a gestantes que frequentam duas das USF no Município de Santo Antônio de Jesus-Ba, como meio de contribuir para o entendimento da política que norteia o SUS quanto à prestação dos serviços de saúde, a participação popular capaz de desenvolver a autonomia delas e a exigência na qualidade de serviços de saúde na AB.

O objetivo principal do estudo, portanto, foi promover a educação em saúde a gestantes vinculadas às duas das USF do Município de Santo Antônio de Jesus-Ba, acerca dos princípios e das diretrizes do SUS, para contribuir no processo de autonomia e atendimento de demandas de saúde na AB, por meio das seguintes ações: Identificação do conhecimento prévio que gestantes vinculadas às duas USF no Município de Santo Antônio de Jesus-Ba têm acerca dos princípios e das diretrizes do SUS; Realização de educação em saúde às essas gestantes, por meio de roda de conversa participativa; Reconhecimento da efetiva contribuição que o processo de educação em saúde realizado para as gestantes, no exercício de autonomia das participantes.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de prática intervencionista, de caráter exploratório e descritivo, do tipo antes e depois, baseado em uma metodologia crítica participativa, financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX)

da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e um dos projetos ligados às “Demandas de saúde e experiências de mulheres grávidas na busca pelo cuidado em Unidade de Saúde da

Família”.

O estudo ocorreu em duas USF - Fernando de Queiroz I e II, e Antônio José de Souza Filho (Urbis III) - localizadas na região urbana do Município de Santo Antônio de Jesus-Ba. Os critérios para a seleção das USF pautaram-se na vivência da equipe mínima completa e nos serviços regulares de atendimento a gestantes nos diferentes estágios (planejamento familiar, pré-natal e atenção ginecológica).

De início, realizou-se uma aproximação com as equipes de saúde das referidas USF, para o agendamento da apresentação do projeto. Nesse mesmo momento, identificou-se com as equipes de saúde um espaço para o desenvolvimento das atividades - aplicação dos questionários de avaliação do conhecimento e processo educativo. Por fim, em datas pré-agendadas, fez-se as atividades previstas com as gestantes, selecionadas todas por livre demanda.

A coleta deu-se entre os meses de outubro/2015 a janeiro/2016, por meio de rodas de conversas com as gestantes, acerca dos princípios e das diretrizes do SUS, com foco para a discussão voltada à saúde da mulher, pelo reconhecimento do potencial mobilizador de trabalho que estratégias discursivas diversas são capazes de articular (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014).

Salienta-se que as rodas de conversa aconteceram em final de gestão do Município de Santo Antônio de Jesus-Ba, que na ocasião restringiu o horário de atendimento à população geral, incluindo a programação da nossa atividade nas USF citadas anteriormente junto às gestantes, fazendo-se necessária a permanência diária nas unidades de saúde, para que as gestantes fossem convidadas a participar do estudo, o que demandou o desenvolvimento de 20 encontros para captação, aplicação dos questionários e promoção da educação à saúde, buscando incluir o máximo de gestantes possível. Ressalta-se que mesmo com essa estratégia

não foi possível acessar a todas, pela dinâmica de funcionamento do serviço no momento de reestruturação política na AB.

As rodas de conversas se enquadram na prática intervencionista de transformação na atenção à saúde pela enfermagem, incluindo as mulheres, porquanto aprende e reproduz, apropriando-se da proposta de educação em saúde com estímulo das noções de participação e responsabilidade compartilhada (FONSECA; AMARAL, 2012).

As rodas de conversas ocorreram em cinco etapas: 1) Leitura, esclarecimentos e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 2) Aplicação do formulário de perfil socioeconômico e reprodutivo, para a caracterização das gestantes participantes ; 3) Realização de pré-teste com três perguntas relacionadas aos princípios e diretrizes do SUS (surgimento, princípios, diretrizes e organização da USF), do tipo verdadeiro ou falso, para compreender o que as mulheres entendem, previamente, sobre a temática supracitada; 4) Roda de conversa dialogada com as gestantes sobre a temática e utilizando-se de materiais educativos (cartazes, prospectos, imagens); 5) Realização do pós-teste, com a repetição das mesmas perguntas do pré-teste, para saber o que foi apreendido acerca das informações apresentadas e discutidas durante a roda de conversa.

A análise temática de Minayo (2014) foi à escolha para a compreensão dos resultados. De início, fez-se a contagem dos TCLE assinados, para definição final do número de gestantes participantes do estudo. Em seguida, elaborou-se o perfil sociodemográfico e reprodutivo delas, por meio das informações respondidas no questionário.

O atendimento aos aspectos éticos do estudo seguiram as recomendações da Resolução CNS No 466, de 12 de dezembro de 2012, que considera o disposto na Resolução no 196/96,

do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do MS (BRASIL, 2012).

O estudo seguiu todos os trâmites exigidos pela Plataforma Brasil e teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFRB sob o parecer nº 1.226.120, CAAE: 44934215.8.0000.0056.

Reitera-se que após aprovação, a Secretária Municipal de Saúde de Santo Antônio de Jesus-Ba recebeu cópia do parecer substanciado, para liberação do desenvolvimento da atividade com as mulheres grávidas das USF.

As gestantes envolvidas na coleta dos dados foram esclarecidas quanto aos objetivos, a metodologia e as demais etapas do estudo. Todas, sem exceção, leram e assinaram espontaneamente o TCLE, no qual ficou evidenciada a participação voluntária, a liberdade de decidir participar e permanecer no estudo, sem qualquer problema em decisão contrária, antes ou depois da coleta, o anonimato e a não previsão de ganho financeiro ou material.

Quanto aos riscos e benefícios do estudo, por se tratar de uma atividade junto às gestantes, na qual poderia haver certa dificuldade emocional e algum possível desconforto em falar sobre algum tema durante a roda de conversa, a pesquisadora esteve atenta para a condução, mas não houve demandas dessa natureza. O benefício foi de contribuir para a ampliação do olhar das gestantes acerca dos princípios e das diretrizes do SUS, com foco na atenção à saúde da mulher, para o exercício da autonomia e participação social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados do estudo nas USF apresentadas reuniu 80 gestantes, participantes de todas as etapas previstas para a promoção da educação em saúde. Apresenta-se, a seguir, a caracterização das participantes, quanto a dados sociodemográficos e reprodutivos na tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica e reprodutiva das gestantes. Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2016.

Características sociodemográficas e reprodutivas	Total (n=80)	Total (%)
USF cadastrada		
Fernando de Queiroz I e II	53	66%
Antônio José de Souza Filho	27	34%
Idade por anos (a)		
18 a 25a	44	55%
26 a 33a	08	10%
34 a 41a	13	16%
42 a 49a	15	19%
Estado Civil		
Solteiro(a)	26	33%
Casado(a)	29	36%
Separado(a)	06	08%
Viúvo(a)	09	11%
Vive com companheiro	10	13%
Cor autodeclarada		
Negra	31	39%
Parda	35	44%
Índia	00	00%
Amarela	02	03%
Branca	12	15%
Nível de Escolaridade		
1 grau completo	15	19%
1 grau incompleto	19	24%
2 grau completo	37	46%
2 grau incompleto	13	16%
3 grau completo	07	09%
3 grau incompleto	04	05%
Renda Familiar - Salário Mínimo (SM)		
< 1 SM	13	16%
1 SM	40	50%
2 SM	14	18%
3 SM	11	14%
> 3 SM	02	03%
Características sociodemográficas e reprodutivas		
Idade da menarca/ano (a)		
10a	03	04%
11a	17	21%
12a	21	26%
14a	18	23%
13a	12	15%
15a	08	10%
16a	01	01%
Idade da Coitarca/ano (a)		
12 a 14a	14	18%
15 a 18a	51	64%
19 a 22a	12	15%
25 a 29a	03	04%
Métodos Contraceptivos utilizados		
Preservativo Masculino	42	53%
Preservativo Feminino	04	05%
Anticoncepcional Oral	22	28%
Anticoncepcional Injetável	12	15%
O uso do Método Contraceptivo		
Sim	27	34%
Não	29	36%
Às vezes	24	30%

Nos dados sociodemográficos colhidos para caracterização, as gestantes do estudo apresentam características similares, no que tange a cor declarada e renda, ou seja, são números que reiteram a gravidez de mulheres da periferia e com baixa condição financeira. Perretto et al. (2011) afirmam em seu estudo que a gravidez de mulheres jovens pode estar relacionada a situações de vulnerabilidade social, como menor nível socioeconômico e a falta de informação e acesso aos serviços de saúde, sendo mulheres pardas e negras são determinadas por marcadores sociais, que devem ser levados em consideração tanto pelas políticas públicas como na atenção à saúde desenvolvida no cotidiano dos processos de trabalho nos serviço de saúde (MACHADO et al., 2015).

A faixa etária variou entre 18 e 25 anos, o que pode evidenciar certo avanço quanto à prematuridade da gestação na adolescência. Essa condição pode estar associada ao grau de instrução. Cavalcante (2011) refere que, além do incremento à saúde como política preventiva, a educação formal também é fator protetor, por apontar a diminuição da fecundidade e refletir diretamente na saúde sexual e reprodutiva.

Quanto ao estado civil das gestantes, 29 casadas (36%) e 26 solteiras (33%), grau de escolaridade, a maioria com ensino fundamental I e II completo (2o grau completo); uso e tipo de método contraceptivo, sem grande diferença entre uso e não uso, mas com predomínio do não uso por parte de 29 gestantes (36%), e quando usam a preferência 42 gestantes citaram o preservativo masculino (53%).

Muitas mulheres em união estável ou casadas designam confiança no parceiro, não utilizam o preservativo ou fazem de forma descontinuada (TAQUETE, 2009). Este comportamento sexual feminino pode estar ligado a questões de gênero e poder, pela condição de submissão, assim como por questões morais, preconceitos e tabus, relacionados à sexualidade feminina, as quais são expressões da submissão e falta de autonomia feminina (GUPTA; OGDEN; WARNER, 2011).

Segundo Vieira (2013), o programa de planejamento familiar tem a finalidade de promover a qualificação e democratização por meio de orientação, cadastramento e oferta de métodos contraceptivos para as pessoas em idade reprodutiva e fornecer conhecimentos necessários à escolha do método contraceptivo mais adequado, devendo considerar a problemática de gênero pela qual as mulheres, em diferentes condições, podem vivenciar.

Almeida et al. (2016) ressalta sobre direitos sexuais e reprodutivos que necessitam ser entendidos pela capacidade de reprodução, decisão e a frequência com que isso ocorrerá, sendo direito da(o) s usuária(o)s fazer valer políticas públicas que assuma e implementem a responsabilização com a promoção à saúde. Desse modo, o planejamento e o período gestacional vinculam essas mulheres na ESF, por meio de um conjunto de procedimentos clínicos e ações educativas, capazes de gerar confiança, adesão e abertura para a aprendizagem (CARDOSO et al., 2017).

Quanto à idade da menarca e coitarca, as informações não estabelecem diretamente um determinante para explicar os resultados, mas contribuem para o entendimento de que essas gestantes são triadas pela AB no pré-natal quanto à saúde reprodutiva.

Outra evidência identificada para este grupo de gestantes foi à redução do número de gestações e índice elevado de mulheres nulípara, o que pode estar associado ao grau de instrução das gestantes e o nível de conhecimento que elas têm acerca da temática de gestação na adolescência ou na idade jovem. No estudo de Moccellini et al. (2010), mulheres que participaram de ações educativas para a prevenção de gravidez, cuja metodologia considerou as particularidades sociodemográficas e comportamentais, incluiu o parceiro e/ou familiar na discussão do planejamento e discutiu formas de negociação para

elaboração de planos futuros, apresentaram queda do número de gestações (gráfico 1) evidenciada pelos dados, o que pode ser corroborado com os dados apresentados no gráfico 2.

Gráfico 1 - Caracterização reprodutiva das gestantes, relacionada ao número de gestações e filhos. Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2016.

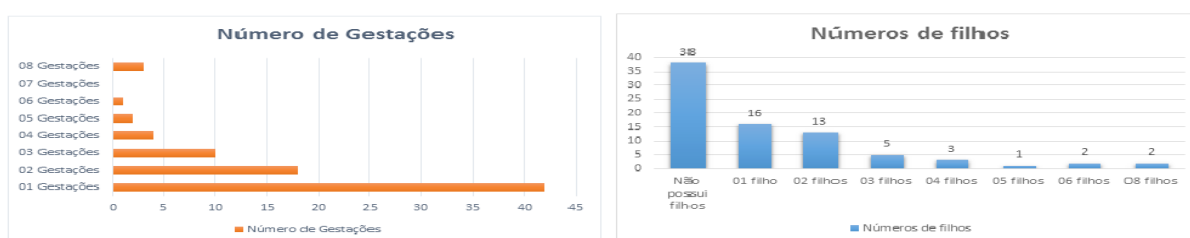
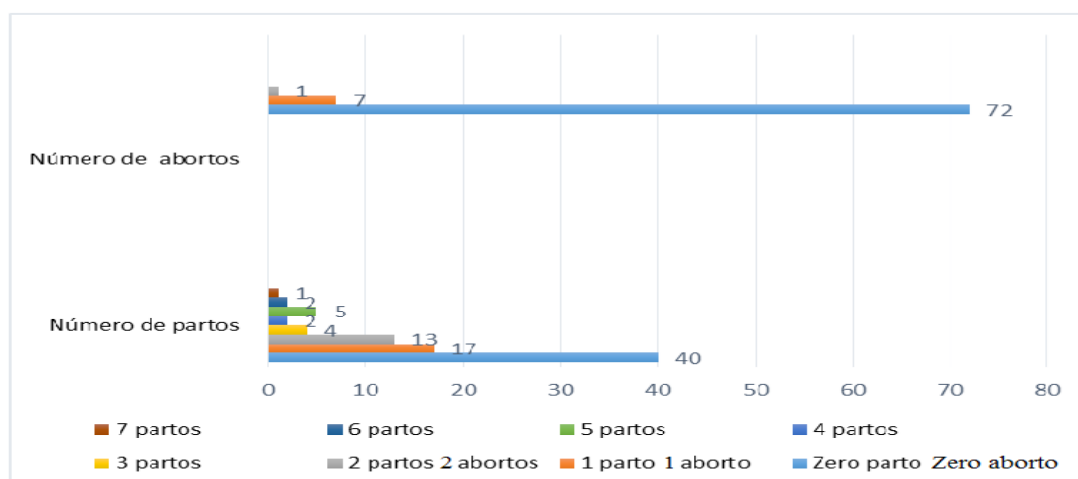
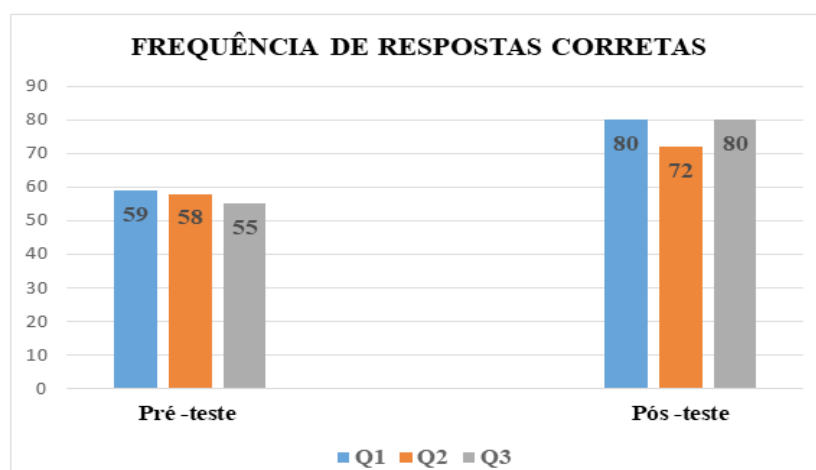


Gráfico 2 - Caracterização reprodutiva das gestantes, relacionada ao número de partos e abortos. Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2016



A atividade inicial com as gestantes foi à aplicação do pré-teste, com um total de acertos, de acordo com cada questão (Q1, Q2 e Q3). Após a rodada de conversa, realizou-se a aplicação do pós-teste, com as mesmas perguntas do pré-teste e um resultado diferente de acertos para cada questão, conforme apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Comparação da frequência de respostas corretas das gestantes, relacionado ao SUS, no pré-teste e pós-teste. Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2016.



A análise do estudo mostra que ainda é necessário avançar para disseminar o conceito e a importância da educação em saúde no âmbito da AB, espaço primordial de prevenção e promoção da saúde. Percebe-se, por meio das perguntas realizadas na etapa de pré-teste, a prevalência entre as gestantes das USF do desconhecimento ou do conhecimento restrito acerca dos princípios e das diretrizes do SUS, somado à percepção do acesso à informação, muitas vezes, ineficaz, com efeitos na baixa condição de reivindicação e controle social das participantes e autonomia.

OSUS, destaca Paim (2015), é uma rede de atenção à saúde, sendo uma estratégia implementada na AB, com propostas assistenciais para ações de promoção à saúde, cujos princípios e as diretrizes envolvem universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização, hierarquização e participação popular.

Kalichman e Ayres (2016) corroboram com o autor supracitado ao referirem que, por meio do SUS é possível orientar atividades de promoção, prevenção e assistência à população, incluindo o grupo das mulheres gestantes vinculado a AB; propor atendimento integral à saúde delas nos diferentes ciclos e necessidades de saúde, e não apenas das demandas pontuais reprodutivas ou maternas; como de estimular a participação ativa para a efetivação/avaliação do PAISM, utilizando-se da estratégia de educação em saúde. Neste estudo foi evidenciada a contribuição para o exercício de autonomia das gestantes, pela troca de informações e conhecimentos.

Ao longo da atividade educativa, muitas falas surgiram na roda de conversa, com destaque para a falta de materiais, medicamentos e infraestrutura dos setores das USF e, veementemente, o mau atendimento/acolhimento por parte dos profissionais. Diante desse relato, foi discutida acerca da importância e necessidade da participação das gestantes nas ações desenvolvidas nas USF, como em espaços externos (conferências municipais, audiências e

assembleias públicas), na busca da construção coletiva de melhoria dos serviços e do exercício de autonomia.

A prática educativa discutiu os princípios e as diretrizes do SUS, o funcionamento e a organização das USF, no intuito de instrumentaliza-las, esclarecer dúvidas e dar espaço para o relato de experiências pessoais e coletivas na prevenção e promoção à saúde na AB. Os resultados do pós-teste evidenciaram a ampliação do conhecimento por parte delas, o que contribui para o exercício de autonomia.

As mulheres são as principais usuárias do SUS e contribuem diretamente para a implementação da política e melhoria das condições de saúde. Questões sociodemográficas, relações sociais de gênero e outras variáveis (situação de pobreza, orientação sexual) reverberam as desigualdades vividas por mulheres (BRASIL, 2013).

Neste contexto, com a metodologia desenvolvida junto às gestantes das USF foi possível reiterar o desconhecimento de detalhes técnicos e estruturais do sistema da atenção à saúde ao qual estão submetidas, gerando um cuidado pontual, a descontinuidade da assistência e, em sequência, baixa noção de cidadania (SILVA, 2015; REIS et al., 2013).

A partir da compreensão do gráfico 3, os resultados do pós testes evidenciaram que as gestantes percebiam a necessidade e ansiavam em receber informações, na perspectiva de melhoria do atendimento, das abordagens de saúde e da possibilidade de serem agentes multiplicadores na comunidade.

A importância do acesso à informação em saúde se baseia nos princípios da integralidade, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que, historicamente, houve e ainda há dificuldades de acesso de informação aos serviços de saúde das mulheres (CORRÊA et al., 2014). Para Camillo et al. (2016) o processo de exercício da autonomia se dá por meio da composição desses conceitos de práticas de

educação em saúde voltadas à formação crítica, que não aceita apenas o status de condição passiva diante da própria saúde, mas que estimulem o sujeito para o conhecimento e a valorização do seu próprio cuidado.

A educação em saúde tem como objetivo o repasse de informações, para a(o)s usuária(o)s dos serviços, pois, como um ato político-pedagógico, requer o desenvolvimento de uma reflexão acerca do contexto, como sujeito histórico e social que leve à autonomia e tomada de decisões, proporcionando articulação entre os níveis da gestão, com significado, tanto para a formulação de políticas de saúde de forma compartilhada, como para o acontecimento de ações participativas das gestantes (NUNES et al., 2014).

Nessa perspectiva, as estratégias de educação em saúde são direcionadas às atividades intersetoriais, ao acesso a informações em saúde e ao exercício de autonomia, no qual deve direcionar oportunidades, contribuindo com as gestantes no desenvolvimento de uma cultura política associada ao SUS (SILVA, 2017).

CONCLUSÃO

O estudo tratou de realizar uma educação em saúde a gestantes vinculadas em duas USF no Município de Santo Antônio de Jesus-Ba, por meio da identificação inicial e posterior do conhecimento acerca dos princípios e das diretrizes do SUS.

Identificou-se com o estudo, que as gestantes compreenderam melhor o funcionamento do serviço ao qual estão ligadas, contribuindo para o reconhecimento da educação em saúde com estratégia de instrumentalizar os sujeitos, aqui as gestantes, ampliar os vínculos entre usuária(o) e serviço, de estimular a participação e o exercício

da autonomia dos sujeitos sociais.

O objetivo traçado foi alcançado, pela evidência da triagem de 80 gestantes em relação a informações breves do SUS, com aplicação do pré-teste, roda de conversa participativa da educação em saúde e nova abordagem, o pós-teste.

As atividades desenvolvidas com as gestantes nas USF permitiram reflexões e reformulações a respeito da temática. Seu resultado possibilitou um maior conhecimento das dificuldades e potencialidades, tanto da prática quanto das pesquisas com enfoque na autonomia da mulher grávida nos serviços de saúde e sobre as políticas de saúde.

Destaca-se como limitação do estudo o decreto da prefeitura municipal, no qual houve uma redução no horário de funcionamento das USF e da carga horária dos profissionais, com mudanças na dinâmica dos atendimentos (diário e por demanda espontânea das gestantes), implicando no tempo da coleta de dados do estudo.

As contribuições para a enfermagem incluem a confirmação de que a educação em saúde tem o poder de mobilizar os sujeitos. Desse modo a inserção dos estudante em projetos de extensão como um instrumento que possibilita uma aproximação com a realidade social da população, estabelecendo vínculos com a comunidade. No estudo, como estudante de enfermagem, vi o quanto é possível contribuirmos para o exercício coletivo da promoção efetiva e permanente da saúde, com ações simples, continuadas e de caráter amplo, cujos eixos estão interligados com a política, a gestão e o cuidado integral. As gestantes não saíram do mesmo jeito que entraram e eu experimentei a sensação de cuidar delas na dimensão mais importante da AB: A prevenção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA M. P. et al. Atenção em saúde no planejamento reprodutivo: atitudes e práticas de enfermeiros. *Rev Enferm UFSM*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 270-280, 2016, Jun. 2016.
- ARAÚJO, E. P. S. et al. Educação popular no processo de integração ensino - serviço e comunidade: reflexões com base em experiências na extensão. *Rev. APS*, v. 18, n. 4, p. 447- 455, Out./Dez. 2015
- BARBOSA, A. S. et al. Reflexões sobre a saúde e a educação a partir de suas relações com o estado e a sociedade no Brasil. *Revista Espaço para a Saúde, Londrina*, v. 15, n. 02, p. 05-20, jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Área Técnica Saúde da Mulher. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011, 82 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.: il. 1. Plano Nacional - Brasil. 2. Discriminação contra a Mulher - Brasil. 3. Igualdade para as Mulheres - Brasil. 4. Políticas Públicas. I. Título. II. Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012. Aprova [...] diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF; 12 dez. 2012. p. 2.
- CAMILLO, B. S. et al. Health education actions in primary attention to pregnant and puerperal women: integrative review. *Journal of Nursing UFPE on line*, [S.l.], v. 10, n. 6, p. 4894-4901, nov. 2016. ISSN 1981-8963.
- CARVALHO, S. M.; PAES, G. O. Integrality of nursing care provided to women who have experienced an unsafe abortion. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 130-135, Mar. 2014.
- CARDOSO, M. R. S de. et al. A atuação do enfermeiro na assistência pré-natal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Universidade Tiradentes, Aracaju- SE*, v.1, n.1 Mai. 9-12, 2017, f. 4.
- CAVALCANTE, M. F. A. A percepção de mães adolescentes sobre a maternidade: inter-relações entre gênero e sexualidade. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Piauí-UFPI, Terezina, 2011.
- COELHO, E. D. A. C. et al. Demandas de mulheres por cuidado à saúde: subsídios para construção da integralidade. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 26, n. 3, p. 574-584, Set./Dez. 2012.
- CORDEIRO, R. C. et al. Oficinas com mulheres na estratégia saúde da família: promovendo a integralidade do cuidado. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, v. 10, n. 1, p. 290-296, 2012.
- COSTA, E. M. Turismo na terceira idade: estudo sobre a qualidade no atendimento dos hotéis da via costeira Natal, RN. 2014, 65 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- CORRÊA A. C. P. et al. . Contra referência de mulheres que vivenciaram gestação de risco a unidades de saúde da família em Cuiabá. *Cienc Cuid Saude*, Paraná, v. 13, n. 1, p. 104-110, Jan./Mar. 2014.
- DIAS, G. A. R.; LOPES, M. M. B. Educação e Saúde no cotidiano de enfermeiras da atenção primária. *Rev. Enferm UFSM*, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 449 - 460, Dez. 2013. ISSN 2179-7692.
- DUARTE, S. J. H.; ALMEIDA, E. P. de. O papel do enfermeiro do programa saúde da família no atendimento pré- natal. *R. Enferm. Cent. O. Min, Minas Gerais*, v. 4, n. 1, p. 1029-1035, Jan./Abr. 2014.
- FALKENBERG, M. B. et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 847-852, Mar. 2014.

FEIO, A.; OLIVEIRA, C. C. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. *Saúde Soc. São Paulo*, v.24, n.2, p.703-715, June 2015.

FERRAZ, D. D. et al. Atenção pré-natal segundo indicadores de processo do Sispre natal através do programa de humanização do pré-natal e Nascimento. *Rev. Enfermagem Revista, Minas Gerais*, v. 16, n. 2, p. 84-97, Mai./Ago. 2013.

FERTONANI, H. P. et al. The health care model: concepts and challenges for primary health care in Brazil. *Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro*, v. 20, n. 6, p. 1869-1878, June 2015.

FLISCH, T. M. P. et al. Como os profissionais da atenção primária percebem e desenvolvem a Educação Popular em Saúde? *Interface (Botucatu)*, v. 18, supl. 2, p. 1255-1268, 2014.

FONSECA, R. M. G. S. da; AMARAL, M. A. Reinterpretação da potencialidade das Oficinas de Trabalho Crítico-emancipatórias. *Rev. bras. enferm., Brasília*, v. 65, n. 5, p. 780-787, Oct. 2012.

GUPTA, G. R.; OGDEN, J., WARNER, A. Moving forward on women's gender-related HIV vulnerability: The good news, the bad news and what to do about it. *Glob Public Health*, v. 6, supl 3, p. 370-382, 2011.

HEIDEMANN, I. T. S. B. et al. Promoção da saúde e qualidade de vida: concepções da carta de Ottawa em produção científica. *Cienc Cuid Saúde, Paraná*, v. 11, n. 03, p. 613-619, Jul./Set. 2012.

IBIAPINA, A. R. L. et al. Educação popular na atenção básica: um enfoque na integralidade. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde, Brasília*, v. 6, n. 1, p. 785-792, Mar. 2015.

KALICHMAN A.O, AYRES J.R.C.M. Integralidade e tecnologias de atenção à saúde: uma narrativa sobre contribuições conceituais à construção do princípio da integralidade no SUS. *Cad. saúde pública, Rio de Janeiro*, v. 32, n. 8, e00183415, 2016.

KALINOWSKI, C. E. et al. Metodologias participativas no ensino da administração em Enfermagem. *Interface (Botucatu), Botucatu*, v. 17, n. 47, p. 959-967, Dec. 2013.

LAVRAS, C. Atenção primária à saúde e a organização de redes regionais de atenção à saúde no Brasil. *Saúde soc., São Paulo*, v. 20, n. 4, p. 867-874, Dec. 2011.

MOREIRA, L.A. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re) democratização brasileiro. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba V. 5 - Nº 01 - Ano 2016*

MACHADO M R Z .et al . O acesso e a acessibilidade das mulheres negras na atenção básica: reflexões acerca da equidade na atenção à saúde das gestantes com sífilis. *Anais Repositório PUCRS 2016, Rio Grande do Sul, Brasil*.

MELO, M. C. P. D. et al. Integralidade e gênero como base teórica para o cuidado à saúde de adolescentes grávidas. *Rev Min Enferm., Minas Gerais*, v. 17, n. 3, p. 731-735, Jul./Set. 2013.

MOCCELLIN, A. S. et al. Efetividade das ações voltadas à diminuição da gravidez não-planejada na adolescência: revisão da literatura. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant., Recife*, v. 10, n. 4, p. 407-416, Dec. 2010.

NUNES, J. M.; OLIVEIRA, E. N.; VIEIRA, N. F. C. Grupo de mulheres na comunidade: (re)construindo saberes em saúde. *Cad. saúde colet., Rio de Janeiro*, v. 21, n. 3, p. 253-259, Sept. 2013.

NUNES, J. M. et al. Prática educativa com mulheres da comunidade: prevenção da gravidez na adolescência. *Texto contexto - enferm., Florianópolis*, v. 23, n. 3, p. 791-798, Sept. 2014.

OLIVEIRA, S. R. G. E.; WENDHAUSEN, Á. L. P. (Re)significando a educação em saúde: dificuldades e

possibilidades da Estratégia Saúde da Família. *Trab. educ. saúde*, v.12, n.1, p. 129-147, Apr. 2014.

PAIM, J. S. et al. O que é o SUS. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2015, 93 p.

PAIVA, C. C. N. D. et al. Educação em Saúde segundo os preceitos do Movimento Feminista: estratégias inovadoras para promoção da saúde sexual e reprodutiva. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 685-691, Dec. 2015.

PERETTO, M. et al. Gravidez na adolescência em oito municípios do RS: perfil de ocorrência e rede de serviços. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 13, n. 4, p. 721-729, dez. 2011. ISSN 1518-1944.

PRADO, C. C. L. A adoção do limite custo-efetividade na incorporação de tecnologias no SUS – o que se pode esperar. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, v. 6, Supl. 4, p. 3127-3149, Out. 2015.

REIS, R. S. et al. Acesso e utilização dos serviços na Estratégia Saúde da Família na perspectiva dos gestores, profissionais e usuários. *Ciênc. saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3321-3331, Nov. 2013.

RIBEIRO C D, SOARES M C F. Extensão universitária: instrumento de estímulo à valorização da promoção da saúde entre estudantes de fisioterapia. *Cad edu saúde e fis.* 2015; v 2 n 4.

ROCHA, S.; VIEIRA, A.; LYRA, J. Silenciosa conveniência: mulheres e Aids. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* Brasília, v.11, p.119-141, Aug. 2013.

SILVA, A. O. S. Programa Academia da Saúde: contribuições para aproximações entre Promoção da Saúde e Educação. 2017, 163 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2017.

SILVA, E. F da. Metodologia feminista e direitos reprodutivos no Centro de Saúde Santa Rosa, Niterói (RJ). *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 893-903, Sept. 2015.

SOUSA, F. R. de. Educação Popular em Saúde e participação de prostitutas: contribuições para a gestão participativa do SUS. *Interface comunicação saúde educação*, Botucatu, v. 18, supl. 2, p: 1568, 2014. 10Mar. 2018.

SOUZA, M. L. M. de. Rodas de conversas em saúde: uma estratégia de metodologia participativa no acompanhamento pré-natal de gestantes usuárias de um serviço de saúde. 2014, 28 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Especialização (Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Linhas de Cuidado em Saúde Materna, Neonatal e do Lactante.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, Apr. 2014.

TAQUETE, S. R. Feminização da Aids e adolescência. *Adolesc Saúde*, V. 6, N. 1, P. 33-40, 2009.

VIEIRA, T. S. Planejamento Familiar para Adolescentes: Potencialidades e Limitações. *C&D-Revista Eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista*, v.6, n.1, p.25-41, Jan./Jun. 2013.

CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO CONTRA HPV COMO PREVENÇÃO

KNOWLEDGE OF ADOLESCENTS ON THE IMPORTANCE OF VACCINATION AGAINST HPV AS A PREVENTION

Aline Rodrigues Nascimento

Graduada em Biomedicina pela Faculdade Maria Milza - FAMAM. alineliurodrigues@hotmail.com

Simone da Hora Lima

Graduada em Biomedicina pela Faculdade Maria Milza - FAMAM. simonedahoralima@hotmail.com

Vânia Jesus dos Santos de Oliveira

Doutora pela UFRB. Docente da Faculdade Maria Milza (FAMAM). vania79br@yahoo.com.br

Noelma Brito de Miranda

Doutora pela UFPB. Docente da Faculdade Maria Milza (FAMAM). britonoelma@yahoo.com.br

Resumo

O Papilomavírus Humano (HPV) é o vírus capaz de infectar a pele ou mucosas do ser humano, são conhecidos mais de 100 subtipos de HPV. No Brasil há duas vacinas disponíveis contra o HPV, a Cervarix e a Gardasil. O objetivo é verificar o conhecimento de crianças e adolescentes com idade de 9 a 13 anos sobre a importância da vacinação como prevenção contra o vírus HPV. Esta pesquisa foi submetida ao CEP em outubro de 2016 e aceito no mesmo ano. Realizou-se palestras com 100 crianças e adolescentes de ambos os sexos e de idade entre 09 e 13 anos de escolas públicas e com seus pais, mas apenas 23 crianças receberam anuência dos mesmos para participar da pesquisa. Os resultados demonstram que há predominância de meninas. Maioria das crianças e adolescentes informaram não ter tomado a vacina contra HPV. As crianças e adolescentes sabiam que a principal forma e transmissão e os entrevistados afirmaram quem já iniciou a vida sexual não deve tomar vacina. A religião predominante foi a católica. O levantamento realizado demonstrou o quanto é necessário e importante a utilização de estratégias para levar informações acerca do vírus HPV e as doenças que ele pode causar.

Palavras-chave: HPV. Saúde. Verrugas. Prevenção. Vacina.

Abstract

Human Papillomavirus (HPV) is the virus capable of infecting the skin or mucous membranes of humans, more than 100 HPV subtypes are known. In Brazil, two vaccines are available against HPV, Cervarix and Gardasil. The objective is to verify the knowledge of children and adolescents aged 9 to 13 years about the importance of vaccination as prevention against HPV virus. This research was submitted to CEP in October 2016 and accepted the same year. There were lectures with 100 children and adolescents of both sexes and aged between 9 and 13 years of public schools and with their parents, but only 23 children were given consent to participate in the research. The results show that there is predominance of girls. Most children and adolescents reported not having taken the HPV vaccine. The children and adolescents knew that the main form and transmission and the interviewees affirmed those who have already started the sex life should not take vaccine. The predominant religion was Catholicism. The survey showed how important and important it is to use strategies to get information about the HPV virus and the diseases it can cause.

Keywords: HPV. Health. Warts. Prevention. Vaccine

INTRODUÇÃO

O Papiloma Vírus Humano (HPV), pertencente à família dos Papovaviridae, é o vírus capaz de infectar a pele ou as mucosas do ser humano (ALVARENGA et al., 2016). O HPV é sexualmente transmissível, proporciona potencialidade carcinogênica para a cérvix uterina, o que transfigura a infecção de mulheres pelo HPV um problema de saúde pública (CESTARI, 2012).

De acordo com Santos et al., (2015) o contágio de HPV ocorre pelo contato íntimo com alguém infectado ou através de queratinócitos descamados por pequenos traumas na pele são necessários para transmissão do HPV (surtem como verrugas em áreas de trauma).

São conhecidos mais de 100 subtipos de HPV, que podem ser divididos de acordo com seu potencial de oncogenicidade ou seu tropismo (SANTOS; SOUSA, 2013). As lesões crescem no local do contato sexual ou em regiões que sofreram pequenos traumas e está associado principalmente aos tipos 6, 11, 16 e 18, entre outros (BARRETO et al., 2014).

O Câncer Colo Uterino (CCU) lesa cerca de 500.000 e mata 270.000 mulheres anualmente no mundo (CESTARI, 2012). O CCU é ocasionado por alterações anormais de forma progressiva e gradativa que inicia-se a partir de uma lesão epitelial crescente que evolui para um câncer invasivo em um prazo de 10 a 20 anos, caso não seja oferecido tratamento (FREITAS FILHO, 2011).

Segundo Conceição e Morais (2016), o CCU é o terceiro tumor mais frequente na população feminina, além de ser a quarta causa de morte entre as mulheres no Brasil. Segundo estimativas do Instituto Nacional de Câncer (INCA), 16.340 novos casos ocorreram no ano de 2016 no país.

Silva et al. (2016), afirma que a introdução da imunização contra o HPV no Sistema Único de Saúde (SUS) representa um grande avanço na prevenção do alto índice de morbimortalidade

causado pelo CCU no Brasil, diminuindo custo de diagnóstico, tratamento e principalmente, evitando mortes.

No Brasil há duas vacinas disponíveis, a bivalente Cervarix que protege contra os tipos 6,11 e a quadrivalente a Gardasil que protege contra os tipos 6,11,16 e 18 mas nos Estados Unidos desde de 2014 já existe a vacina nonavalente Gardasil 9 que fornece uma ampla na prevenção das infecções cervicais, vulvar, vaginal e câncer anal causadas por HPV tipos 16, 18, 31, 33, 45, 52 e 58, e para a prevenção de verrugas genitais provocadas pelos tipos de HPV 6 ou 11, resultando em um potencial de 90% de prevenção (LOTÉRIO, 2017).

A vacinação é considerada uma das políticas de saúde pública mais efetiva e de menor custo benefício utilizada no controle e na prevenção de doenças (LESSA; SCHRAMM, 2015). Ela é uma das técnicas biomédicas mais polêmicas e controversas, o que torna indispensável uma abordagem ética, sobretudo quando é exercida de forma compulsória, podendo promover graves reações individuais (SANTOS, 2015).

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento como está sendo o conhecimento dessas crianças e adolescentes na faixa etária de 9 a 13 anos e de seus responsáveis sobre a vacinação contra o HPV?

Como objetivo geral de analisar o conhecimento de crianças e adolescentes de 9 a 13 anos e de seus pais a respeito da vacinação contra HPV nas escolas públicas do município de Governador Mangabeira-BA.

Portanto, o interesse de abordar este assunto ocorre pela necessidade de levantar informações sobre a aceitação da vacina profilática contra o vírus HPV por crianças e adolescentes que possuem faixa etária para vacinação; Perceber o grau de informação de pais/ responsáveis, crianças e adolescentes sobre o vírus HPV e a importância da vacinação como medida

profilática contra os cânceres de colo e de pênis e sensibilizar os mesmos quanto a adesão as campanhas de vacinação.

Logo os resultados desta análise ajudarão a averiguar a realidade dessas crianças e adolescentes, para saber se de fato elas têm um bom diálogo com os pais consequentemente uma boa orientação sexual e suscitar novas formas de instruir para isso.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de Governador Mangabeira-BA, cidade do interior da Bahia com 21.435 habitantes. Trata-se uma pesquisa do tipo exploratório-descritivo de natureza quantitativa, realizado em escolas da zona urbana e na zona rural do município de Governador Mangabeira – BA.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade Maria Milza (CEP-FAMAM) e aprovado com o número do CAAE: 61020516.5.0000.5025 e número de parecer: 1.778.139 em outubro de 2016.

O estudo foi idealizado para ser realizado com crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino com idade entre 9 a 13 e seus pais/responsáveis de duas escolas da rede pública de Governador Mangabeira – BA.

A proposta inicialmente era para 100 crianças, 50 em cada escola, porém apenas desse total (n=23) estavam aptas a participar da pesquisa pois este estudo utilizou como critério de inclusão, crianças e adolescente na faixa etária entre 09 e 13 anos exatamente na faixa etária alvo dos programas de vacinação contra HPV na rede pública de saúde, que estejam matriculadas regularmente na escola e que os pais ou responsáveis deram anuência para sua participação na pesquisa; e como critério de exclusão o oposto a isto.

Sendo utilizada a amostra de 19 crianças e adolescentes na escola da zona urbana (Centro Educacional Professora Angelita Gesteira –CEAG) e uma amostra de 04 crianças e adolescentes na escola da zona rural (Centro Educacional Professor Aginaldo Viana Pereira –CEPAV).

Os dados foram coletados por meio de aplicação de questionário elaborado, com perguntas objetivas, de múltipla escolha, referentes ao nível de conhecimento sobre o HPV e com dados pessoais do adolescente, não constando seu nome. A aplicação dos questionários foi realizada no período que antecede o início das aulas letiva. Os questionários foram entregues aos pais e eles devolveram o questionários devidamente respondidos foram entregues juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos pais ou responsáveis com as informações relativas à pesquisa, e o Termo de Assentimento (TA) que foi assinado pela criança ou adolescente participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mais da metade das crianças e adolescentes participantes da pesquisa eram do sexo feminino. Sendo que a maior parte dos participantes (61%) tinham 12 anos (tabela 1).

Tabela 1. Frequência relativa da faixa etária das crianças entrevistadas

Idade	Nº	Frequência relativa (%)
11	5	22
12	14	61
13	4	17
Total	23	100

Fonte: autoria própria.

O Papilomavírus humano (HPV) está relacionado não apenas com o câncer de colo de útero (CCU) em mulheres, como também nos homens ele é o causador do câncer de pênis (SANTOS; MAIORAL; HAAS, 2011).

A faixa etária escolhida pelo Ministério da Saúde para que meninas e meninos fossem vacinados contra o vírus HPV foi entre 09 e 13 anos. Após pesquisas realizadas no Brasil acredita-se que nesta idade a criança e adolescente ainda não iniciaram sua vida sexual, por isso para que a vacina seja eficaz é necessário que a criança ou adolescente não tenha ainda entrado em contato com o vírus (BARBA, 2016).

O Brasil é um dos líderes mundiais em incidência de HPV, sendo as mulheres entre 15 e 25 anos a população mais acometida (GASPAR et al., 2015), porem de acordo com o Cristaldo (2017) a inclusão dos meninos contribui para a diminuição do câncer de colo do útero e vulva das mulheres.

Tabela 2- Escolaridade e renda familiar dos pais ou responsáveis das crianças e adolescentes (n=23) entrevistadas de escolas públicas de Governador Mangabeira –BA, 2017

Escolaridade	Nº	Frequência relativa (%)
1ª a 4ª ensino fundamental	5	21,7
5ª a 8ª ensino fundamental	7	30,4
Ensino médio completo	9	39,1
Ensino médio incompleto	1	4,3
Ensino superior completo	1	4,3
Renda familiar	Nº	Frequência relativa (%)
1 salário mínimo	12	52
1 a 2 salários mínimos	3	13
2 a 5 salários mínimos	2	9
Nenhuma renda	6	26

Fonte: autoria própria

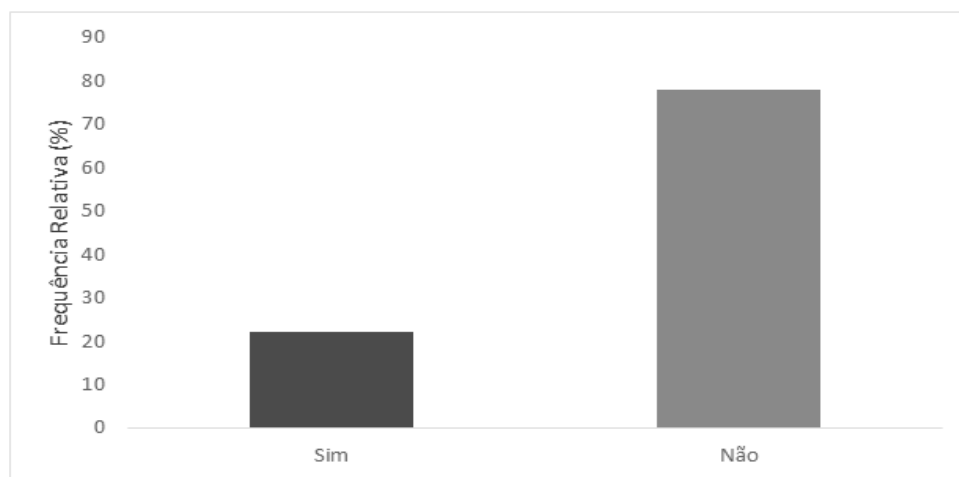
A escolaridade reflete no entendimento e aceitação de muitos fatores envolvendo a saúde da criança, como por exemplo, a vacinação, pois muitos pais para não perderem alguns benefícios fornecidos pelo governo necessitam ter o cartão de vacinação de seus filhos atualizados. A escolaridade dos pais ou responsáveis das crianças vai influenciar significativamente a imunização das crianças e adolescentes, positiva ou negativamente. Visto isso um responsável com um menor nível de escolaridade não entenderia que a vacinação serve para proteger seu filho (a) de uma doença no futuro, e não apenas para garantir sua permanência nos projetos do governo.

Além da renda, a escolaridade dos pais e a saúde dos mesmos são citadas na literatura como fatores positivos para a saúde dos filhos (SANTOS; TEJADA e EWERLING, 2012). Segundo Valente, Rychcki e Bauermann (2010) a baixa escolaridade dos pais pode ser considerada um fator socioeconômico tendo em vista que a maior escolaridade repercute numa maior chance de emprego, conseqüentemente, de renda e de saúde. A favor desse argumento há inúmeras evidências mostrando que um dos principais determinantes da saúde infantil é a escolaridade dos pais (SANTOS; JACINTO e TEJADA, 2012).

Santos, Tejada e Ewerling (2012) afirmam que entre os diversos fatores que afetam a saúde das crianças, a renda domiciliar é tido como uma medida bastante importante. Além da relação existente entre escolaridade e renda, pais com maior nível de escolaridade tendem a entender melhor o que é saudável e o que seus filhos precisam, levando-os a apresentar níveis melhores de saúde.

A maioria (78%) das crianças e adolescentes participantes informaram não terem tomado a vacina contra HPV (gráfico 1).

Gráfico 1. Percentual de crianças e adolescentes que afirmaram ter tomado a vacina



Fonte: Autoria própria

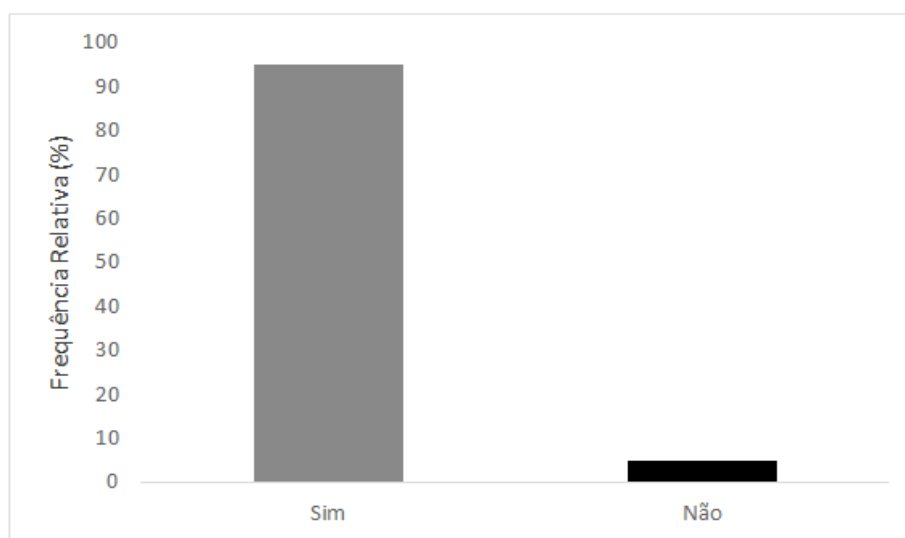
Há uma resistência de muitos pais contra a vacina visto que muitos acreditam que ao levarem seus filhos para tomar a vacina estarão incentivando que os mesmos iniciem a vida sexual. Devido a este fato o Brasil apresenta grandes variações na adesão da vacina contra HPV.

Corroborando com este fato Ciscati (2017) afirma que os estados da Região Nordeste são os que menos vacinam.

Visto isto os baixos números podem ser explicados por diversos fatores, que inclui a falta de preparação dos profissionais de saúde e das escolas que participam da campanha, a insuficiência de informação adequada sobre a eficácia e segurança da vacina para os pais e adolescentes e a associação do HPV ao início da vida sexual. Outra causa que contribuiu para a visão negativa da vacina foram os efeitos adversos sofridos (VIDALI, 2015).

Quase por unanimidade (95%) das crianças e adolescentes já tinham ouvido falar sobre HPV (gráfico 2).

Gráfico 2. Conhecimento prévio sobre HPV.



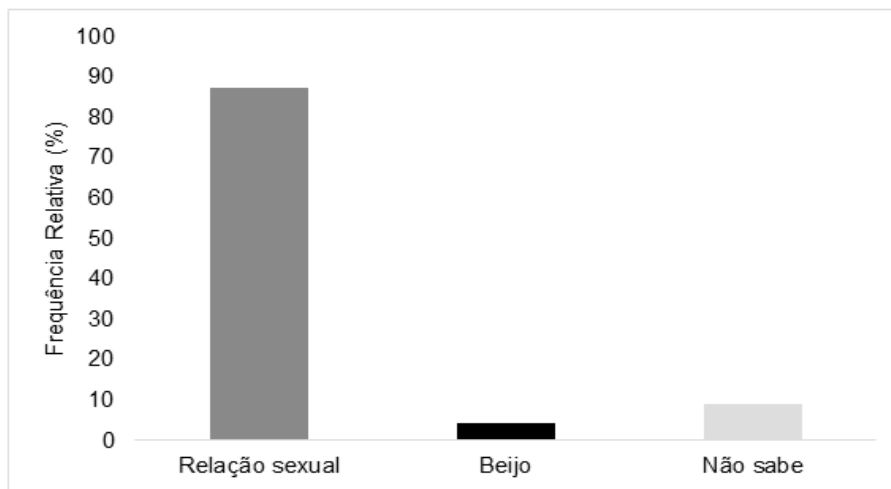
Fonte: Autoria própria

Apesar de uma boa parte delas já terem ouvido falar sobre HPV infelizmente ainda existe uma parte delas que alegaram não ter recebido informações sobre o HPV então certamente está carência de informações sobre HPV é decorrente ao preconceito quando se fala em sexualidade e coisas ligadas a ela. A desinformação delas mostra a omissão do papel familiar na construção da sexualidade saudável.

Este tema ainda é pouco abordado por isso é possível de acordo com Panobianco et al., (2013) a falta de diálogo em família é uma situação que acaba influenciando as atitudes dos adolescentes que, muitas vezes, buscam nos amigos e em outras fontes informações baseadas em crenças e falta de conhecimento, que confundem e não ajudam no processo de prevenção e educação desses adolescentes em relação ao HPV e a outras DST.

Apesar da maioria deles afirmaram saber que a principal fonte de transmissão do HPV é através da relação sexual (87%) (gráfico 3).

Gráfico 3. Conhecimento prévio sobre a forma de transmissão do HPV.



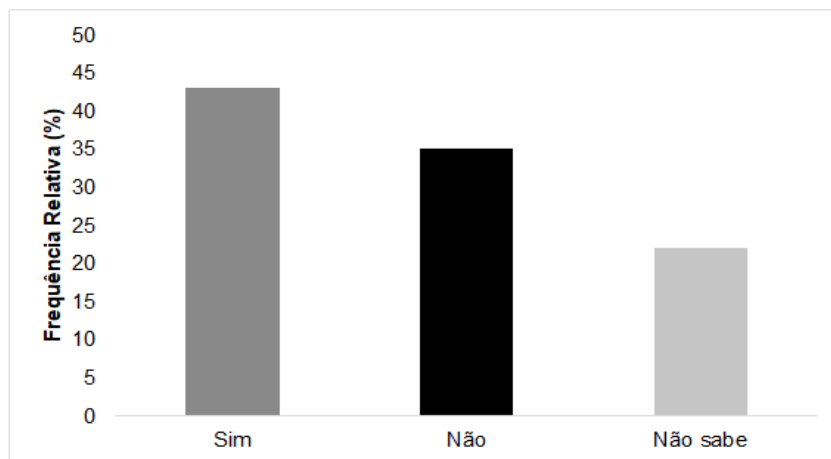
Fonte: Autoria própria

Nota-se que existe uma carência muito grande quando se fala de DST's e fatores relacionados a ela, por isso, é imprescindível que informações básicas a respeito do vírus HPV sejam repassadas de forma clara e objetivas para que sejam entendidas e praticadas.

Visto isto ainda existem crianças e adolescentes que são carentes de informações básicas e determinantes para a infecção dos vírus HPV, segundo Figueiredo et al., (2013) a transmissão do HPV é frequentemente sexual, mas há outras vias de transmissão. Visto isto nota-se que junto com a grandeza do problema da infecção por HPV, está o desconhecimento sobre o próprio vírus, os sinais e sintomas da infecção, sua relação com o câncer cervical e as formas de transmissão (PANOBIANCO et al., 2013).

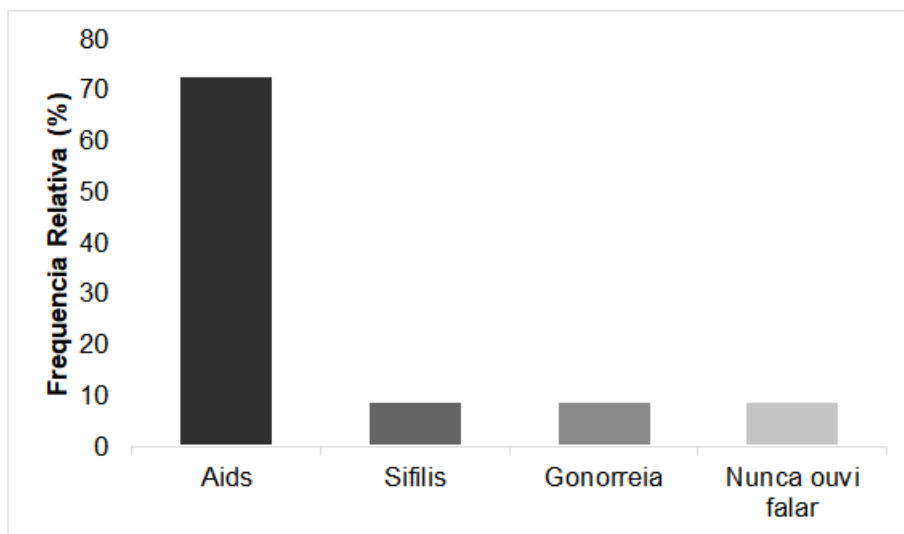
A grande parte dos entrevistados (43%) alegaram que quem já iniciou a vida sexual não pode tomar a vacina contra HPV (gráfico 4).

Gráfico 4. Conhecimento sobre a vacinação antes do início sexual.



Fonte: Autoria própria

Gráfico 5. Identificação da DST's conhecidas pelas crianças e adolescentes entrevistadas.



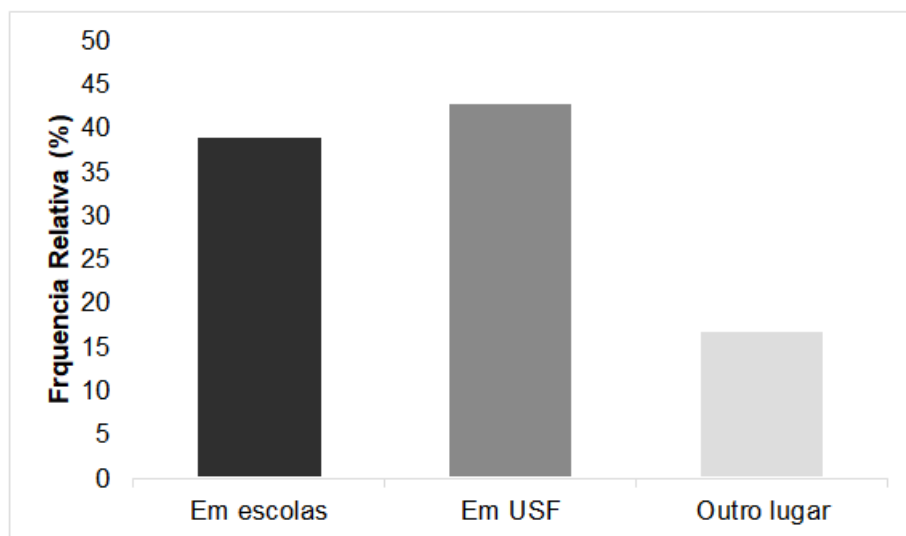
Fonte: Aatoria própria

Sexualidade é um tema que nas escolas que é pouco abordado, visto que precocemente as crianças e adolescentes estão dando início a sua vida sexual sem nenhuma informação. Diferentemente de todas estas doenças citadas acima existe contra o HPV vacinas profiláticas que protegem contra o CCU, o câncer de pênis e as verrugas genitais causadas pelos vírus.

Desta maneira Lopes e Alves (2013) trazem que o tema Educação Sexual em escolas públicas ainda é pouco abordado, levando os alunos a pouco ou nenhum conhecimento sobre as DST's.

O local em que a maioria das crianças (43%) foi na Unidade de Saúde Familiar (gráfico 6).

Gráfico 6. Local em que as crianças e adolescentes já participaram de campanhas educativas.



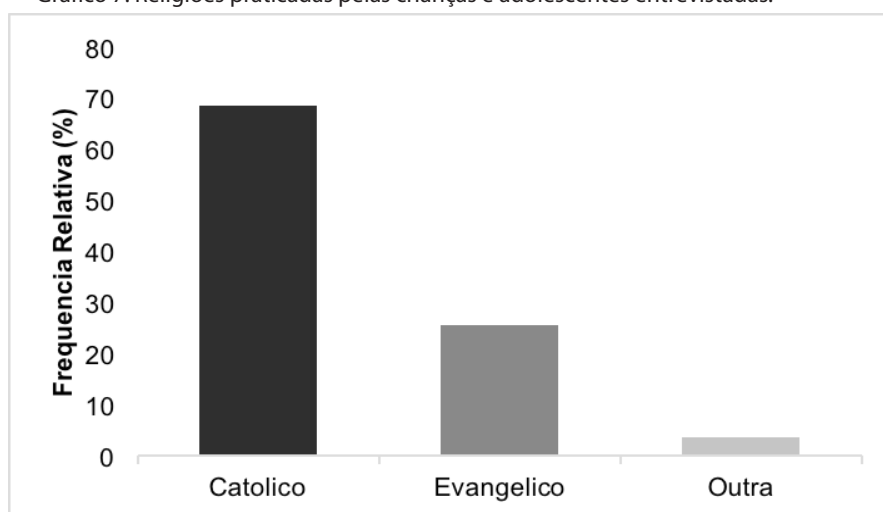
Fonte: Aatoria própria

Em virtude disso existe uma necessidade da implementação e continuidade de trabalhos educativos. Tentando levar para todos os meios de comunicações possíveis de forma clara, objetiva e simples, pois ainda é preciso buscar meios de acabar com qualquer barreira que impeça a total adesão das campanhas e entendimento sobre a doença visto que ainda existem pessoas carentes de informação.

De acordo com Silva et al., (2016) as campanhas devem possuir uma maior abrangência, através de palestras realizadas no ambiente escolar e postos de saúde, e não somente com a distribuição de panfletos, pois o público necessita de oportunidades para expor e elucidar suas dúvidas.

A maioria dos entrevistados participam da religião católica (69%) (gráfico 7).

Gráfico 7. Religiões praticadas pelas crianças e adolescentes entrevistadas.



Fonte: Autoria própria

O grupo religioso em que os entrevistados fazem parte pode influenciar diretamente na decisão da vacinação, pois o sentimento por parte dos pais é que a vacina vai levar às crianças e adolescentes a promiscuidade sexual apesar de que nas campanhas de vacinação contra o HPV é enfatizado que essa imunização agora a protegerá no futuro quando for iniciar a vida sexual. Uma ação educativa tem papel modificador de conduta, logo podendo ser uma importante ferramenta para o sucesso das campanhas de vacinação contra o HPV em nossa sociedade.

A vacina não conseguiu se encaixar, seja por motivos religiosos, de segurança ou de garantias de eficácia, na vida das adolescentes e de suas famílias (QUEVEDO et al., 2016). Somado a isto Manuel (2015) afirma que a religião diminui a aceitabilidade da vacinação contra o vírus HPV, mas os religiosos se posicionaram contra a vacina por julgarem que faria apologia à iniciação precoce das meninas na vida sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista aos argumentos apresentados é certa a necessidade de fazer campanhas para conscientizar a todos sobre o HPV e a importância da vacina contra ela. A vacinação profilática contra o HPV é uma conquista muito importante na prevenção do câncer do colo do útero, por isso informar e conscientizar as crianças e adolescentes sobre o HPV e os riscos associados, assim como sobre as

formas de prevenção, possivelmente contribuirá para reduzir a contaminação por esse vírus evitando o desenvolvimento do câncer de colo de útero e do câncer de pênis. Devido ao elevado número de mortes de mulheres e homens por causa da infecção por HPV e a não aceitação da vacina está ocorrendo um progressivo interesse dos profissionais de saúde e do meio científico em instruir a população, através de campanhas e palestras de esclarecimento e conscientização, pois isto é fator essencial para a adequada promoção da saúde.

O levantamento realizado demonstrou o quanto é necessário e importante a utilização de estratégias (através de projetos, palestras, campanhas) para levar informações acerca do vírus HPV e as doenças que ele pode causar, visto que existem em lacunas do conhecimento que necessitam ser esclarecidas para que a vacinação seja aceita por muitos pais ou responsáveis de crianças e adolescentes.

O biomédico pode atuar informando, exercendo seu papel de avaliar através das pesquisas que podem fornecer dados para um melhor diagnóstico, a saúde sexual e reprodutiva, através de orientações acerca da prevenção das DST dando o suporte que a saúde pública necessita de forma acolhedora com diálogo de fácil entendimento. Buscando enfatizar sobre a importância do uso da vacina e sua eficácia visando à redução do número de morbimortalidade por câncer de colo de útero e câncer de pênis.

REFERENCIAS

ALVARENGA, S.P. et al. Vacina contra o HPV: avaliando as contradições da indicação e posologia atual. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 395-402, ago./dez. 2016.

BARBOSA, V.F.C.; PINTO, V.F.C.; PAIVA, S.G.; Infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) em mulheres com vírus da imunodeficiência humana (HIV): revisão não sistemática. Disponível em: < <http://propi.iftto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/2224/1818>> Acesso em: 18.out.2017.

CESTARI, M. E. W. et al. Necessidades de Cuidados de mulheres infectadas pelo papilomavírus humano: uma abordagem compreensiva*. Revista da Escola de Enfermagem USP, São Paulo, v. 46, n.5, p.1082-1087, out. 2012.

CISCATI, F. O que deu errado com a vacina contra HPV? Disponível em: <<http://epoca.globo.com/saude/check-up/noticia/2017/08/o-que-deu-errado-com-vacina-contr-hpv.html>> Acesso em: 16.set.2017.

CRISTALDO, H. Ministério da Saúde anuncia vacinação contra HPV para meninos de 11 a 15 anos. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/ministerio-da-saude-anuncia-vacinacao-contr-hpv-para-meninos-de-11-15-anos>> Acesso em: 12.ago.2017.

FREITAS FILHO, L.A. O exame papanicolau e o diagnóstico das lesões invasoras do colo de útero. Monografia (Pós-graduação em Citologia Clínica), Recife: Universidade Paulista, 2011.

GASPAR, J. et al., Fatores sociodemográficos e clínicos de mulheres com papilomavírus humano e sua associação com o vírus da imunodeficiência humana. Rev. Latino-Am. Enfermagem jan.-fev 2015;23(1):74-81

LOPES, M. M. C.; ALVES, F. Conhecimento dos adolescentes de uma escola pública de belo horizonte sobre doenças sexualmente transmissíveis. Disponível em: <file:///C:/Users/aline/Downloads/409-1223-1-PB%20(2).pdf> Acesso em: 30.mai.2017.

MANUEL, M.R.R. Adesão das jovens alunas da Universidade da Beira Interior à Vacina profilática contra o HPV. 2015. p. 1-42. Tese de mestrado. Universidade da Beira Interior. Covilhã-PT, abril de 2015.

MEDEIROS, T. Segurança da vacina contra HPV. 2014. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/mulher-2/a-seguranca-da-vacina-contr-hpv/> Acesso dia 30.mai.2016.

OSIS, M. J. D.; DUARTE, G.A.; SOUSA, M. H de. Conhecimento e atitude de usuários do SUS sobre o HPV e as vacinas disponíveis no Brasil. Rev Saúde Pública 2014;48(1):123-133.

PANOBIANCO, M. S et al., O conhecimento sobre o HPV entre adolescentes estudantes de graduação em enfermagem. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 22(1): p. 201-207, Jan-Mar 2013

QUEVEDO, J. P. de et al. A política de vacinação contra o HPV no Brasil: a comunicação pública oficial e midiática face à emergência de controvérsias. R. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 12, n. 24, p. 1-26, jan./abr. 2016.

ROITMAN, B. HPV: uma nova vacina na rede pública. 2015. Disponível em: <http://www.sprs.com.br/sprs2013/bancoimg/150915221127bcped_v4_n1_a2.pdf> Acesso em: 10. Set. 2017.

SOUZA, D.R.; CATÃO, R.M.R.; A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE PAPILOMAVÍRUS HUMANO: CONSIDERAÇÕES GERAIS. Revista Biologia e Farmácia (BIOFARM). – Volume 08– Número 02 – 2012

SANTOS, I. M.; MAIORAL, M.F.; HAAS, P. Infecção por HPV em homens: Importância na transmissão, tratamento e prevenção do vírus. Estud Biol. 2010/2011 jan/dez;32/33(76-81):111-18

VIDALI, J. Adesão à vacina contra o HPV é baixa. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/saude/adesao-a-vacina-contr-o-hpv-e-baixa-entenda-o-porque/>> acesso em: 19. Out.2017

ZANINI, N.V. et al., Motivos para recusa da vacina contra o Papilomavírus Humano entre adolescentes de 11 a 14 anos no município de Maringá-PR. Rev.Bras. Med. Fam. Comunidade. Rio de Janeiro, 2017

POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO UM DOS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

POSSIBILITIES OF CONTRIBUTIONS OF THE UNIVERSITY EXTENSION AS ONE OF THE PILLARS OF SUPPORT OF THE BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY

Helene Paraskevi Anastasiou

Docente do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
Mestre em Artes Visuais (UDESC). helene.paraskevi@gmail.com

Paulo José dos Santos de Matos

Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
paulojosedematos@hotmail.com.

Raylane Mendes de Souza

Discente do curso Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, como parte do primeiro ciclo de formação em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). raylanems@gmail.com.

Resumo

Introdução: A Extensão Universitária pode ser entendida como o ato de realizar uma troca de conhecimentos e de aprendizagens entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a Comunidade. **Objetivos:** Ressaltar a importância da Extensão Universitária, bem como descrever e discutir como a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão podem dialogar e enriquecerem-se mutuamente. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura e possui cunho descritivo. Os artigos utilizados como aporte teórico foram consultados em diversos bancos de dados acadêmicos da internet e deles foram coletados os principais conceitos que contribuíram com o desenvolvimento do presente trabalho. **Resultados e Discussão:** Foi possível notar que a discussão sobre a importância da Extensão Universitária se estende a partir de diversas perspectivas. Pôde-se perceber que a função da Extensão vai além da sustentação da formação universitária, junto ao ensino e a pesquisa. Ela perpassa pela transformação social, visto que pode permitir que o conhecimento seja aplicado no contexto social local. **Conclusão:** A Extensão possibilita que os graduandos tenham uma formação mais humanizada, pois possibilita que a Universidade crie vínculos com a comunidade, permitindo que os discentes se tornem agentes críticos e transformadores da realidade social, na qual estão inseridos.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Ensino. Pesquisa. Educação. Transformação social.

Abstract

Background: The University Extension can be understood as the act of exchanging knowledge and learning between the Institution of Higher Education (IHE) and the Community. **Aim:** To emphasize the importance of University Extension, as well as to describe and discuss how the Triad Teaching, Research and Extension can dialogue and enrich each other. **Methods:** This is a review of the literature and is descriptive. The articles used as a theoretical contribution were consulted in several academic databases of the internet and from them were collected the main concepts that contributed to the development of the present work. **Results and Discussion:** It was possible to note that the discussion about the importance of University Extension extends from several perspectives. It could be noticed that the function of Extension goes beyond the support of university education, together with teaching and research. It goes through social transformation, since it can allow knowledge to be applied in the local social context. **Conclusion:** The Extension allows graduates to have a more humanized formation, since it allows the University to create bonds with the community, allowing the students to become critical agents and transformers of the social reality in which they are inserted.

Keywords: University Extension; Teaching; Search; Education; Social transformation.

INTRODUÇÃO

A palavra “Extensão” pode suscitar uma gama de interpretações, com base no contexto em que é utilizada. A priori, em um contexto mais geral, pode-se entender que a extensão acaba servindo para alcançar algo ou alguém, estabelecendo, assim, novas conexões. Trazendo esta linha de pensamento para o contexto acadêmico, a palavra “Extensão” pode ser entendida como o ato de realizar uma troca de conhecimentos e de aprendizagens entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a Comunidade. Com base no que foi dito, a Extensão Universitária pode ser definida como: “[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (SOARES, 2009).

A Extensão possui como ponto de partida a necessidade que o indivíduo tem de aprender a ler, interpretar e ressignificar sua vida, a sua comunidade, a realidade em que está inserido e a própria humanidade. Assim, a Extensão tem como pressuposto a relação dialética entre o sujeito e a história, não sendo a Extensão apenas uma ferramenta a mais de transmissão ou transferência de técnicas ou conhecimentos, mas, além disso, de transformação e de construção social mútua (SOUZA NETO; ATTIKI, 2005).

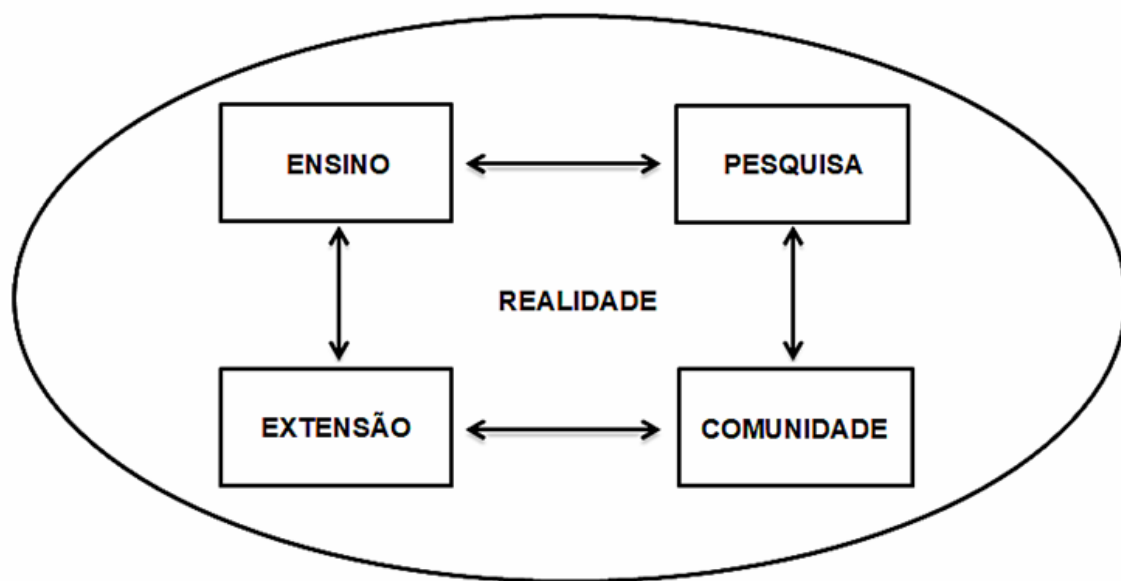
As Universidades públicas brasileiras possuem como tripés fundamentais para seu bom funcionamento o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 diz que as Universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Desta forma, nota-se que essas funções básicas merecem ser tratadas com igualdade por parte das instituições de ensino superior, caso contrário, estarão violando um preceito legal. A indissociabilidade é considerada como um princípio orientador da qualidade da produção universitária, pois afirma o quão necessária é a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético (MOITA; ANDRADE, 2009).

Moita e Andrade (2009) trazem que a Extensão e o Ensino não são secundários à Pesquisa, mas sim continuções dela. Para que a produção científica do conhecimento possa ser efetiva e possa intervir na modificação da realidade estudada, pode ser que seja necessário enriquecer-se, durante esse processo, alimentando-se, continuamente, dos aspectos que tangem as questões sociais envolvidas naquele contexto.

A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às suas funções socioeducacionais e à razão existencial das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história (CÉSAR, 2013, p. 07).

Em consonância com o exposto, os objetivos deste artigo são ressaltar a importância da Extensão Universitária, bem como descrever e discutir como a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão podem dialogar e enriquecerem-se mutuamente.

Figura 01- Esquema da comunicação entre Extensão, Ensino, Pesquisa e Comunidade em torno da realidade, de forma mútua e recíproca



Fonte: Os autores

MÉTODOS

Este artigo trata-se de uma revisão de literatura e possui cunho descritivo. Os artigos utilizados como aporte teórico foram consultados em diversos bancos de dados acadêmicos da internet e deles foram coletados os principais conceitos que contribuíram com o desenvolvimento do presente trabalho.

Os trabalhos que utilizam da revisão de literatura como metodologia são definidos por Noronha e Ferreira (2000, p. 191) como:

[...] estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas idéias (sic.), métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Utilizou-se para melhor compreensão do artigo, em alguns momentos pontuais, esquemas das informações relatadas. Esse esquema foi pensado para fornecer ao leitor uma representação gráfica visual do texto contido no material escrito.

Freitas (2009) diz que a terceira questão no desenvolvimento de cada indivíduo “relaciona-se com a análise das relações entre o uso de instrumentos e o desenvolvimento da linguagem, que possibilita a atribuição de significados e a construção de sentidos para o que se vivencia e se faz.” (FREITAS, 2009, p.56).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a bibliografia analisada foi possível notar que a discussão sobre a importância da Extensão Universitária se estende a partir de diversas perspectivas. A função da Extensão vai além da sustentação da formação universitária, junto ao ensino e a pesquisa. Ela perpassa pela transformação social, visto que pode permitir que o conhecimento seja aplicado no contexto social local, como ressalta Rodrigues (et al, 2013, p.142): “A Extensão Universitária possui papel importante no que se diz respeito às contribuições que pode trazer frente à sociedade [...]”.

Nesse viés, a Extensão se estabelece como uma das ferramentas da Universidade para dialogar com a sociedade, entendendo que o conhecimento não deve se ater ao âmbito acadêmico, mas ser externado. De acordo com Fernandes (et al, 2012), o trabalho acadêmico em comunidades deve existir, para que a construção cultural acadêmica seja edificada a partir da integração entre a sociedade e a universidade.

Assim, as atividades de Extensão mostram-se como excelentes ferramentas para o estabelecimento de uma possível relação dialógica com a comunidade e podem trazer transformações reais para a sociedade, através de atividades educativas, informativas e, também, de ações sociais, a depender do contexto e da modalidade da atividade proposta como Extensão. Dessa forma, pode ser gerado um ciclo bastante positivo onde a Universidade, a partir da Extensão, interage com a comunidade e dissemina o conhecimento, o que gera uma transformação social que favorece as ações da Universidade e beneficia a Sociedade como um todo.

Essa relação comunidade-universidade através da extensão pode ser de extrema importância, visto que uma das estratégias que as universidades utilizam para a formação de um profissional cidadão é baseada na efetiva relação mútua e recíproca do acadêmico com a comunidade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os percalços que um dia terá que encarar (BRASIL, 1999 apud FERNANDES et al, 2012).

Figura 2 – Ciclo de aproveitamento das ações extensionistas na sociedade



Fonte: Os autores

Dessa forma, a Extensão se apresenta como um instrumento fundamental para a formação universitária, sendo considerada um dos pilares da Universidade. A tríade ensino – pesquisa – extensão, é indissociável, como afirma Sleutjes (1999, p. 101):

Estas três atividades na verdade fazem parte da dialética que caracteriza uma universidade viva e é por isso que a discussão em torno desta indissociabilidade não se esgota e faz com que muitos educadores trabalhem arduamente na sustentação deste tripé ou na sustentação da idéia (sic.) deste tripé.

Assim, fica evidente que uma formação de qualidade se sustenta na interação desse tripé, visto que a essência do fazer universitário reside nessa interação, e se em algum momento essa tríade for dissociada, a universidade ficará fragilizada. (SLEUTJES, 1999).

RELATO DE CASO

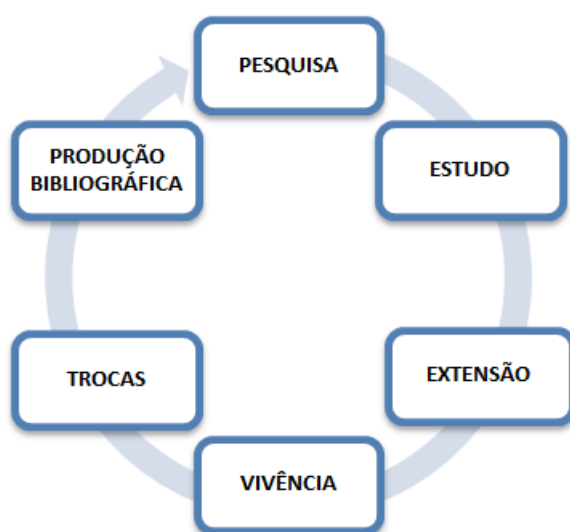
Assim, é relevante destacar como o ensino, a pesquisa e a extensão podem reforçar e auxiliar uns aos outros. Um exemplo que os autores deste artigo estão vivenciando é a troca que vem sendo planejada entre os projetos de extensão intitulado “Oficinas de Arteterapia-arte, estudo e percepção” e de pesquisa, intitulado “O Estudo Do Método De Análise Temática Dialógica Na Arteterapia: Possibilidades Na Leitura De Imagens”.

Ao pensarmos o projeto de pesquisa Inicialmente a proposta é focar na revisão bibliográfica, buscando base para os conceitos da arteterapia, da mediação necessária a esse processo, da inteligência emocional e da leitura de imagens, que pode apoiar o entendimento da prática arteterapêutica, suas funções e possibilidades. Essa produção de material bibliográfico será enriquecedor para o grupo da extensão que

poderá se encontrar em momentos pontuais para trocar experiências tanto teóricas quanto vivências.

Em um segundo momento da pesquisa, em que se propõe a utilização qualitativa e para leitura de imagens que serão escolhidas durante o processo de pesquisa bibliográfica. Essas serão analisadas, buscando, assim, ponderar sobre as técnicas de leitura de imagens, utilizando o método de análise temática dialógica. Nesse segundo momento da pesquisa, estaremos produzindo ferramentas que auxiliarão os participantes da extensão em aprimorar seus métodos nas práticas realizadas. Todo esse conhecimento se soma para beneficiar os estudantes, os participantes da pesquisa, os participantes da extensão e a comunidade como um todo, assim como uma classe de profissionais que se utiliza da arteterapia em seu cotidiano, pois, ao realizar essas trocas e trabalhar com os conceitos acadêmicos sem perder o foco na prática as produções acadêmicas poderão fazer contribuições relevantes na área.

Figura 03 – Relação Pesquisa-Extensão



Fonte: Os autores

Para avançar nessa discussão, necessitamos tomar decisões com relação à escolha de chaves conceituais que permitam olhar para o fenômeno e ir além da sua descrição. E é isso que tentaremos fazer nessa pesquisa. Propor um caminho teórico que nos ajude na compreensão e descrição do fenômeno, tanto no aspecto relacionado às reflexões quanto às proposições que pretendemos fazer durante a realização do mesmo e ao seu final.

Como e porque um indivíduo se constitui, a forma como a sociedade o transforma, como tudo isso leva a emergência de representações e estados de espírito que levam às mudanças em determinadas pessoas são situações que provocam essas mudanças. Quando se propõe uma perspectiva de formação que implica no questionamento sobre as formas mais tradicionais de produzir o e fazer a sua transposição para os processos e métodos que buscam uma nova forma de análise, que perpassa pela fala, que pode ter como objeto de estudo a própria produção em arte e sua relação com o indivíduo que a produz, a sociedade e o momento histórico que o objeto é produzido.

Perceber como esse processo emerge como ele ocorre, se é possível intervir para que ele assuma uma ou outra direção, questionar quais vetores direcionam o campo de forças, enquanto campo de lutas e quais vozes serão escutadas e privilegiadas, são questões que devem se expressar na percepção do participante e a do grupo pesquisador e da extensão para que processos que sejam legitimados.

Nesta abordagem, o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real, nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal pelo contrário, é um sujeito ativo que em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem (REGO, 1995, p.98).

Se aliarmos os objetivos gerais desses dois projetos, sendo o da pesquisa o primeiro e o da extensão o segundo, podemos ver como um pode conversar com o outro, buscando assim, na teoria e na prática complemento, procurando que os conhecimentos resultantes possam gerar material de estudo que auxilie também no ensino e no aprimoramento profissional:

- Analisar a produção bibliográfica na área da arteterapia e seus processos buscando realizar uma síntese que contribua para a construção de conhecimento no campo estudado.
- Vivenciar, analisar, descrever e identificar elementos que compõem processos de produção e do pensar artístico, com o foco em produção artística, que possam ser aliados ao processo de superação ou percepção da subjetividade dos indivíduos participantes.

Buscaremos também neste projeto identificar e analisar as concepções de arteterapia que norteiam a formação e as ações desse profissional, pesquisar conceitos e temas fundamentais para a construção teórica da prática arteterapêutica, propor uma possibilidade de leitura de obras de arte que seja dialógica, pensando no produtor/artista de forma a levar em conta o crescimento conjunto mediador/produto mediado e busque cumprir os objetivos propostos para cada investigação estudar o método da arteterapia a partir da leitura de imagens.

Considerando que vamos trabalhar com um grupo que possui objetivos comuns, propõe-se a utilização da pesquisa qualitativa, abordando a utilização da pesquisa-ação, quando em atividade conjunta e a metodologia temática dialógica para análise dos produtos dos encontros.

[...] o método de análise temática dialógica possibilitou aos pesquisadores a identificação de que as concepções de gênero do/as professor/as participantes da pesquisa em questão eram variadas e correlacionam-se com as concepções difundidas socialmente, e que os elementos constitutivos religião, família, formação e profissão apareceram amalgamados nas dinâmicas de significação nas concepções de gênero dos entrevistados (SILVA; BORGES, 2017, p. 263).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível perceber que a Extensão se insere tanto no contexto de formação universitária, possibilitando que os graduandos tenham uma formação mais humanizada, como no contexto social, pois possibilita que a universidade crie vínculos com a comunidade, permitindo que os discentes se tornem agentes transformadores, que aplicam a pesquisa e o ensino, para modificar a realidade social e sua própria realidade ao realizarem estudos participarem de ações que contribuam com sua autonomia e formação profissional. A extensão universitária, enquanto parte do tripé da construção de conhecimento universitário, se abre a inúmeras possibilidades, permitindo que discentes e docentes desenvolvam projetos e atividades com as mais diversas finalidades, sempre no intuito de intervir socialmente e crescer pessoalmente, o que possibilita a universidade de servir, entre outras funções, como espaço de acolhimento das demandas sociais.

A extensão tem como objetivos trazer a comunidade para a Universidade, mas também levar a Academia

para além dos muros da Instituição e com isso, em um movimento dialético e simbiótico criar conhecimento e fazer parte da realidade da comunidade. A Universidade Pública tem como função o ensino gratuito e de qualidade para formação de profissionais qualificados, mas a pesquisa e extensão são de fundamental importância para esse processo.

REFERÊNCIAS

CÉSAR, Sérgio Bimbato. A Indissociabilidade Ensino, Pesquisa, Extensão e a gestão do conhecimento: Estudo em Universidade Brasileira. Dissertação de Mestrado. FUMEC: Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/sigc/article/viewFile/1918/1226>>. Acesso em 26 Abr. 2018.

FERNANDES, Marcelo Costa et al . Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 169-194, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 Abr. 2018.

FREITAS, N. K. Percepções, Imagens, Palavras: Os significados, a formação e o desenvolvimento humano. Psicol. Argum., Curitiba, v. 27, n. 56, p. 45-54, jan./mar. 2009.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação; v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/275/27511688006.pdf>> Acesso em 24 Abr. 2018.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org's.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Disponível em: <http://files.biblio-2008.webnode.com.br/200000040-76a3b771d5/fontes_de_informacao_para_pesquisadores_e_profissionais_parte_001.pdf>. Acesso em 24 Abr. 2018.

REGO, T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. Cadernos de Graduação - Ciências humanas e sociais, Aracaju, v. 1, n.16, p.141-148, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>>. Acesso em : 25 Abr. 2018

SIEUTJES, Maria Helena Silva Costa. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 99-111, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7639/6177>>. Acesso em 25 Abr. 2018

SILVA, Cátia Cândido da; BORGES, Fabrícia Teixeira. Análise Temática Dialógica como método de análise de dados verbais em pesquisas qualitativas. Linhas Críticas, Brasília, 2017; v. 23, n. 51, p. 245-267. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28451/20063>>. Acesso em 05 Abr. 2018.

SOARES, Laura Tavares. Ministério da Saúde. (Re)definições das relações da Extensão com a Sociedade: a questão da Prestação de Serviços. VII Seminário Nacional REUNI, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/laura_tavares.pdf>. Acesso em 23 Abr. 2018.

SOUZA NETO, João Clemente; ATTIKI, Maria Luiza G. Extensão Universitária: Construção de Solidariedade. São Paulo: Expressão & Arte, 2005, p. 11.

VIABILIDADE ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DO CULTIVO DE ALFACE AMERICANA EM SISTEMA HIDROPÔNICO

ECONOMIC VIABILITY IN FAMILY FARMING: STUDY OF THE CRISPHEAD LETTUCE CULTIVATION IN A HYDROPONIC SYSTEM

Edelaine dos Santos Alves

Tecnóloga em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB edelaine.s.alves@gmail.com

Tamara Rangel de Lacerda

Engenheira Agrônoma, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. tamara.rl@hotmail.com

Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo

Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas. abaazevedo@gmail.com

Resumo

O Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) é uma importante ferramenta de planejamento e gestão da produção, contudo ainda pouco acessada pelos agricultores familiares. Considerando que a Agricultura Familiar é uma importante categoria econômica e social, a qual fornece maior parte do alimento consumido no país, este trabalho buscou demonstrar uma adaptação da metodologia do EVE para seu contexto, trazendo algumas observações e reflexões sobre o estudo e sua aplicação. Nesse sentido, o presente artigo objetivou apresentar o EVE da alface americana cultivada em sistema hidropônico por um agricultor familiar da comunidade Sapucaia, localizada em Cruz das Almas-BA. Esse estudo é um dos resultados obtidos do projeto de extensão “Fazendo Contas na Feira da Agricultura Familiar da Sapucaia” que foi realizado com um coletivo agricultores entre agosto e dezembro de 2016. A metodologia trabalhada foi baseada no método Capina e as oficinas sobre EVE foram realizadas com diferentes tipos de produtos dos feirantes. O EVE da alface americana demonstrou resultado positivo na receita do agricultor e proporcionou aos envolvidos novas perspectivas de produção, além de comprovar que é possível ao agricultor realizar o EVE de maneira simples e adaptada.

Palavras-chave: EVE. Desenvolvimento rural. Hortaliças. Hidroponia.

Abstract

The Economic Viability Study (EVE) is an important planning and management tool, however still little accessed by family farmers. Considering that Family Farming is an important economic and social category, that it supplies most of the food consumed in the country, this work sought to demonstrate an adaptation of the EVE methodology to its context, bringing observations and reflections on the study and its application. In this sense, the present article aimed to present the EVE of crisphead lettuce grown in a hydroponic system by a family farmer in the rural community Sapucaia, located in Cruz das Almas-BA. This study is one of the results obtained from the extension Project “Fazendo Contas na Feira da Agricultura Familiar da Sapucaia”, that was carried out with a collective farmers between August and December 2016. The methodology worked under the CAPINA method and the EVE workshops were carried out with different types of products from the farmers. The crisphead lettuce EVE showed a positive result in the farmer's revenue and provided the farmers with new production perspectives, in addition, the study showed that it is possible for the farmer to perform the EVE in a simple and adapted way.

Keywords: EVE. Rural development. Vegetables. Hydroponics.

INTRODUÇÃO

O Estudo de Viabilidade Econômica – EVE é uma ferramenta de planejamento e apropriação da produção, da gestão e da comercialização, sendo importante para que o produtor possa ter um resultado satisfatório no final do processo de venda. A realização do EVE foi um grande desafio para empreendimentos populares, o qual vem sendo vencido a partir do desenvolvimento de metodologias participativas que englobam aspectos tanto econômicos quanto sociais do grupo de empreendedores, a exemplo do método desenvolvido pelo grupo CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) e pelo professor Gabriel Kraychete (ALBINO, 2005; BAHIA, 2011).

De acordo com Kraychete (2009), em um empreendimento popular, como uma associação ou empresa de economia solidária, o EVE tem por substrato a reprodução de uma relação social de produção, onde os meios de produção são coletivos, a força de trabalho não é condição de mercadoria e o resultado do trabalho é apropriado pelos trabalhadores(as) associados(os) de acordo com acordos definidos, dessa forma, diferente de uma empresa capitalista, a organização da produção deve ter mecanismos democráticos de controle e de gestão.

Assim como nos empreendimentos associativos, em que a força de trabalho não se constitui uma mercadoria, a agricultura familiar também precisa de um outro olhar para se pensar a sua gestão, sendo substancialmente diferente de pensar a viabilidade de uma empresa capitalista. Os agricultores familiares são considerados trabalhadores detentores do próprio meio de produção, pois possuem os materiais e os equipamentos que lhes dão condições de manuseio e execução da sua atividade produtiva (KRAYCHETE, 2009; BAHIA, 2011).

Deponti (2007) explica que o tema agricultura familiar tem sido central nas discussões teóricas e constitui diversos entendimentos quanto ao seu futuro na sociedade contemporânea. A autora demonstra em seu trabalho que existem teóricos que profetizam seu desaparecimento e há aqueles que acreditam que a agricultura familiar é uma categoria que apresenta capacidade de se manter e se reproduzir ao longo de gerações.

A agricultura familiar exerce inúmeras atividades produtivas no campo, as quais podem variar a depender da região e do contexto socioeconômico e cultural das famílias. Neste sentido, para entender como funciona o EVE é necessário conhecer definições e conceitos que são utilizados na construção do estudo. Inicia-se a partir de uma discussão em relação ao que será ou já é produzido pelo(a) agricultor(a), levando em consideração desde o espaço de produção, a localização, investimentos, equipamentos, matéria-prima até a quantidade produzida, quantidade vendida, entre outros (BAHIA, 2011).

O EVE deve ser realizado, portanto, para cada unidade de produção levando em consideração suas especificidades, como por exemplo para a horticultura, que é uma das principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, pois, de acordo com o SEBRAE (2011), não exige grandes áreas, demanda de pouca mão-de-obra e pode ser facilmente escoada por diferentes canais de mercado. Essa atividade se soma a diversas outras que se definem pela resistência a um modelo econômico excludente, promotor a uma só vez de concentração de renda para uma minoria e de pobreza para a maioria. Segundo Capina (1998) “Nos últimos anos, têm-se multiplicado as iniciativas de organizações populares empenhadas na criação de atividades econômicas como uma das formas de luta pela vida.” (CAPINA, 1998, p.4).

Dentre as diversas técnicas de produção desenvolvidas pela agricultura familiar está o sistema hidropônico, que é uma forma de cultivo não tradicional que usa a água como alternativa a não utilização do solo para produzir hortaliças.

O cultivo sem solo é uma técnica alternativa de cultivo protegido, na qual os nutrientes são fornecidos via água de irrigação. Ele permite o plantio em locais onde a correção da fertilidade, a desinfestação ou a

desinfecção do solo são problemáticas (Embrapa, 2000, p.2).

Diferente dos empreendimentos solidários ou associativos, não são encontradas na literatura experiências diversas de EVE na agricultura familiar. Apesar de partilharem de uma metodologia participativa voltada para uma gestão democrática da produção, os produtos da agricultura apresentam especificidades que precisam ser consideradas no momento de realização do EVE, como fatores climáticos e sazonalidade da produção.

A partir desse desafio, o Projeto de Extensão “Fazendo Contas na Feira da Agricultura Familiar da Sapucaia”, realizado através da PROEXT/UFRB, desenvolveu metodologias e atividades práticas de EVE com diferentes produtos oriundos da Agricultura Familiar juntamente ao grupo de agricultores(as) participantes da feira local da comunidade Sapucaia, localizada às margens do Campus da UFRB, município de Cruz das Almas/BA.

Desta forma, o objetivo desse artigo foi de apresentar o EVE da alface americana em sistema hidropônico, produzido por um agricultor familiar da Sapucaia, a fim de demonstrar a importância da realização do EVE adaptado à realidade da Agricultura Familiar, contribuindo assim para seu fortalecimento.

O EVE NA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar no Brasil é uma categoria que apresenta importância social, produtiva, econômica e ambiental, e por isso em atual discussão nos âmbitos político e acadêmico. Seu conceito é relativamente recente e se deve a três principais fatores: a retomada do movimento sindical após a ditadura militar, as pesquisas no campo das ciências sociais no início 1990 e a implantação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo Estado nesta mesma década (SCHNEIDER E CASSOL, 2013).

Neste sentido, é essencial conhecer não apenas seu conceito, mas também seu papel na sociedade brasileira para entender quem são esses sujeitos e de que forma um EVE adaptado às suas realidades contribui para esta categoria.

De acordo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que não possua mais do que quatro módulos fiscais, que utilize predominantemente mão de obra da própria família, que tenha renda originada em maior parte das atividades do próprio estabelecimento ou empreendimento e que o dirija com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo França et al. (2009), em 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos familiares, o que representa 84,4% do total de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares (24,3% da área total). Esses estabelecimentos apresentavam área média de 18,37ha, contra 309,18ha dos não-familiares. O Nordeste continha metade do total desses estabelecimentos (2.187.295) e 35,3% da área total, representando 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total na região, sendo a Bahia o maior estado do Brasil com agricultura familiar, com 665.831 estabelecimentos (15,2% do total) (FRANÇA et al., 2009).

A diversidade e as múltiplas funções da agricultura familiar em diferentes dinâmicas socioeconômicas são características herdadas da prática camponesa, que foram inibidas pelo modelo produtivista, como explica Altafin (2007). A autora ainda demonstra que essas características contribuem, ainda hoje, com a garantia de uma segurança alimentar, observada por duas dimensões: a capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado e a capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos.

Contudo, atualmente muito mais é exigido dos produtores e de seus produtos:

O cenário atual exige, de técnicos e produtores, cada vez mais informações para a tomada de decisão. Já não é suficiente a informação sobre como produzir [...] É preciso reciclar nossos conhecimentos, agregando informações importantes e que contribuam para melhorar a rentabilidade das atividades agrícolas (SEBRAE, 2011, p.22).

Segundo IBGE (2007) a agricultura familiar exerce inúmeras atividades produtivas no campo, as quais podem variar a depender da região e do contexto socioeconômico e cultural das famílias. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, das áreas ocupadas pela agricultura familiar a menor delas é com as lavouras que corresponde a 22% da área cultivada, mesmo assim o setor é responsável pelo fornecimento da maior parte dos alimentos no mercado interno. Ainda segundo o Censo 2006 os agricultores familiares possuem um vasto leque de alimentos produzidos como a mandioca, o feijão, o milho, os produtos de origem extrativista, fruticultura e da horticultura.

Apesar de ser responsável pelo fornecimento de cerca de 70% dos alimentos básicos consumidos pela população brasileira, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas, a agricultura familiar ainda é representada por metade dos brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza. Isso por que, dentre outros fatores, o financiamento que lhe é destinado é desproporcional se comparado à agricultura patronal (INCRA/FAO, 2000).

Neste sentido, apesar dos grandes potenciais produtivos apresentados por esta categoria, há também uma série de limitações para seu desenvolvimento, sendo, portanto, de grande importância desenvolver estudos e trabalhos voltados para adaptação de técnicas para esse setor, de maneira que possa contribuir para seu fortalecimento socioeconômico. Desenvolver e aplicar uma metodologia de EVE à agricultura familiar pode ser uma das formas de contribuir para seu fortalecimento, visto que possibilita que os agricultores possam planejar e assegurar sua produção sem arriscar o pouco que tem, como por exemplo através do acesso à limitadas políticas públicas e alguns projetos.

Segundo Zeeland (2014, p. 20): "A realização de um estudo de viabilidade econômica e associativa de forma coletiva tem, como objetivo, o conhecimento do projeto por todas as pessoas que integram o grupo". No caso da agricultura familiar o grupo se trata da família do agricultor que trabalham juntos no plantio, cultivo, colheita e manutenção da área cultivada.

É importante que o agricultor(a) ou o cooperado(a)/associado(a) de empreendimentos populares entenda todo o processo que envolve a produção do seu produto final, porque é através desse conhecimento que ele poderá verificar se esse produto gera um rendimento e se possibilita o retorno do capital investido. Somente depois de analisar esses resultados será possível fazer uma avaliação da atividade econômica, o que facilita a tomada de decisões estratégicas relacionadas ao início ou continuidade daquela atividade.

No caso dos produtos agrícolas, o estudo econômico deve ser feito para cada produto que é produzido ou que se pretenda produzir, pois cada um apresenta suas especificidades, como por exemplo, o período sazonal de produção. No final do processo é necessário criar uma expectativa de retorno do investimento da plantação, ou seja, considerando um plantio que tenha um determinado tempo de trabalho para dar o fruto, é preciso saber qual será o tempo de retorno do valor investido, considerando o tempo que será gasto para colher o fruto, perdas e o preço de venda da quantidade produzida.

O EVE NA PRÁTICA: ALFACE AMERICANA EM SISTEMA HIDROPÔNICO

Dentre a diversidade produtiva da agricultura familiar, sem dúvidas a hortaliça é um dos cultivos que mais trazem retornos e garantem subsistência aos agricultores(as), sendo a alface uma das principais folhosas presentes na mesa dos brasileiros.

A alface é uma das hortaliças mais populares plantadas e consumidas no Brasil e no mundo, mesmo com as diferenças climáticas e hábitos alimentares. Foi batizada com o nome científico *Lactuca sativa* L. (SEBRAE, 2011, p.6).

De acordo com a cartilha alface do SEBRAE (2011), os tipos de alface mais consumido no mundo são o crespa, americano, lisa, mimosa e romana existindo ainda o tipo roxa e a vermelha. Um dos atrativos para o cultivo da hortaliça é que ela pode ser cultivada de diferentes formas, observando sempre as condições

necessárias para um bom cultivo como o solo, o clima, a água, a infraestrutura. A cartilha destaca ainda que um dos tipos de alface que vem aumentando o seu consumo entre os brasileiros é a alface americana que tem características como a cor verde escuro, folhas maiores o que possibilita uma crocância ao ser degustado, além de ter uma durabilidade maior (SEBRAE, 2011).

Porém, com as mudanças climáticas cada vez mais intensa, os agricultores vem buscando novas formas de cultivos para driblar as dificuldades que aparecem no dia a dia, como demonstra Embrapa (2000):

Para enfrentar situações climáticas adversas e possibilitar a produção em locais ou épocas em que ocorrem grandes variações de temperatura, alta luminosidade, chuvas intensas, ventos fortes e granizo, a solução é o cultivo protegido de hortaliças em casa de vegetação ou em outra estrutura de proteção. Este sistema permite o uso racional de água e de nutrientes, a programação da produção, a precocidade da primeira colheita, um maior período de produção e, com isso, maior produtividade por planta e por unidade de área. (EMBRAPA, 2000, p.2)

Uma dessas alternativas é o uso do sistema hidropônico que de acordo com Silva et al. (2007), é uma forma cultivar as plantas sem utilizar o solo, o qual é substituído por água e substâncias nutritivas nela diluídas que mantém o desenvolvimento do cultivo. Existem dois tipos de cultivos mais utilizados na hidroponia, o cultivo em bandejas flutuantes e o cultivo em substrato sólido que funciona através do sistema de caixas e do sistema de garrafa pet ou cano de água. Além do sistema utilizado, é necessário proteger a área de cultivo do excesso de sol, vento, dos insetos e tudo que possa prejudicar o desenvolvimento do produto (SILVA et al., 2007).

Como vimos, o EVE é uma ferramenta de planejamento e apropriação da produção, da gestão e da comercialização extremamente necessária para que os agricultores familiares produzam e comercializem de maneira sustentável. Todo meio de produção deve ser pensando e estruturado de forma que possa proporcionar aos seus membros uma melhor condição de vida de forma digna e sustentável, sem deixar de ser economicamente viável.

Portanto, investir no cultivo da alface americana em sistema hidropônico exige estudo e planejamento, visto que apresenta alguns custos de produção elevados no investimento produtivo. Veremos a seguir o exemplo do EVE de Sr. Josué, agricultor familiar da comunidade Sapucaia, que foi realizado após as oficinas de capacitação sobre EVE na Agricultura Familiar com o coletivo da Feira de Agricultura Familiar da Sapucaia, através do Projeto de Extensão intitulado "Fazendo Contas na Feira da Sapucaia" entre agosto e dezembro de 2016.

O sistema hidropônico de Sr. Josué foi desenvolvido de maneira simplificada no quintal produtivo da sua residência, o que começou como uma experiência foi ganhando forma e hoje ele cultiva uma diversidade de hortaliças e tem acesso ao mercado através da feira e também de maneira direta em alguns estabelecimentos, como bares e restaurantes, de Cruz das Almas-BA.

Contudo, Sr. Josué nunca havia calculado os custos de sua produção e ao participar do projeto despertou interesse em entender quais retornos têm obtido a partir do que foi investido em seu sistema, além de verificar se é possível ampliá-lo a partir de um planejamento. Como se tratam de vegetais de ciclo curto e produzidos em condições controladas na estufa que montou em seu quintal, inicialmente foi necessário perceber a importância de realizar o EVE para cada hortaliça que produz, visto que cada semente possui um preço, a quantidade de solução nutritiva é diferente para cada espécie vegetal e o tempo de produção também é diferenciado. Dessa forma, a hortaliça escolhida para fazer o primeiro EVE foi a alface americana, uma das principais comercializadas por ele.

PASSO A PASSO DO EVE

A tabela 1, que segue abaixo, demonstra o investimento feito pelo Sr. Josué na montagem da estrutura para o cultivo da alface americana.

Tabela 1- Investimento para uma Bancada hidropônica de 13 metros.

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Madeira	10,50 x 1,25	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Tubo	15 uni	R\$ 35,55	R\$ 533,33
Tubo de 20	18 m	R\$ 1,11	R\$ 20,00
Motor	01 uni	R\$ 25,00	R\$ 25,00
Fio	30 m	R\$ 1,00	R\$ 30,00
Tanque 500 L	01 uni	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Cap	06 uni	R\$ 2,40	R\$ 14,40
Cap de 20	01 uni	R\$ 0,80	R\$ 0,80
Calha (tubo de 100)	1,25 m	R\$ 12,32	R\$ 15,42
Tubo de 40	2,25 m	R\$ 2,48	R\$ 5,62
Joelho de 40	03 uni	R\$ 0,50	R\$ 1,50
TOTAL			R\$ 996,07

Fonte: Próprio autor.

A construção da bancada é fundamental para a produção de Sr. Josué. Por ser um cultivo que utiliza o sistema hidropônico de substrato sólido manipulado nesse caso através dos tubos de pvc (cano d'água), é necessário ter toda a estrutura para que os nutrientes cheguem a raiz da muda plantada. Da mesma forma é preciso investir na cobertura ou montagem da estufa para proteger o cultivo do vento, da chuva e do excesso de sol, como explicam Silva et al. (2007):

Para proteger as plantas da excessiva intensidade luminosa e /ou da chuva intensa é preciso colocar as estruturas dos sistemas hidropônicos entre na estufa construída com madeira serrada ou redonda escolhendo o material mais resistente, mas barato (SILVA et al., 2007, p.11).

A estrutura da estufa pode ser montada com material resistente e bem espaçado, de forma que as bancadas não fiquem muito próximas umas das outras. A tabela 1.1 a seguir demonstra o material utilizado para montagem de uma cobertura (estufa) para uma bancada de 13 metros.

Tabela 1.1- Investimento para Coberta (estufa).

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Tela	16,67 m	R\$ 10,20	R\$ 169,90
Plástico	05 m	R\$ 42,00	R\$ 210,00
Ferro	02 varas	R\$ 50,00	R\$ 100,00
Aros	02 uni	R\$ 25,50	R\$ 51,00
Cimento	01 saco	R\$ 25,00	R\$ 25,00
Brita	01 m usou 03 baldes	R\$ 5,60	R\$ 16,80
Areia	01 m usou 03 baldes	R\$ 5,60	R\$ 16,80
Tela sombreamento	11,67 m	R\$ 10,20	R\$ 118,90
Parafuso	12 uni	R\$ 0,90	R\$ 10,80
<u>Taime</u>	01 uni	R\$ 11,66	R\$ 11,66
TOTAL			R\$ 730,86

Fonte: Próprio autor.

O valor do investimento da bancada e da cobertura e de qualquer outro valor gerado na montagem da estufa, deve ser somado e reservado para o cálculo do retorno do investimento que será visto mais a frente.

O valor investido para montagem da estrutura para a plantação hidropônica de alface americano é R\$ 1.726,93 – um mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e três centavos, lembrando que o valor da mão de obra foi desconsiderado nesse processo por falta de informação relacionada ao tempo de duração e quantidade de dias gastos no processo. Mas, a mão de obra gasta no processo faz parte do cálculo do valor do investimento.

Após listar o investimento é feito o cálculo da depreciação e da manutenção dos equipamentos ou peças que tenham uma durabilidade de vida razoável e que seja fundamental para a manutenção do processo, como por exemplo, o motor, o plástico e a tela. Esse valor será incluído nos custos fixos, que é os custos que aparecerá todo mês independente de ter produção ou não.

Além dos custos fixos temos também os custos variáveis, que corresponde a todo custo envolvido na produção, mas que só será gerado se houver o que produzir. Que segundo Capina (1998) o custo fixo corresponde a todos os custos necessários para manter a produção. E o custo variável são todos os custos necessários para produção do produto final. A tabela 2, 2.1 e a 2.2 demonstram os gastos variáveis para o plantio, cultivo e colheita.

Tabela 2 – Custo variável do Plantio de Alface Americano.

PLANTIO				
Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Substrato	6 litros	R\$ 3,33	R\$ 20,00	R\$ 240,00
<u>Nim</u>	3,34 litros	R\$ 43,00	R\$ 144,00	R\$ 1728,00
Espuma fenólica	480 células	R\$ 0,06	R\$ 28,80	R\$ 345,60
Cálcio	02 litros	R\$ 15,00	R\$ 30,00	R\$ 360,00
Ferro	140 gramas	R\$ 0,07	R\$ 11,10	R\$ 133,20
Nitrato de cálcio	1420 gramas	R\$ 0,0003	R\$ 0,45	R\$ 5,40
<u>Dripisol</u>	02 quilos	R\$ 9,00	R\$ 18,00	R\$ 216,00
Sementes	480 unidades	R\$ 0,01	R\$ 2,72	R\$ 32,64
Plantio / 02 vezes	1h x 02 pessoas	R\$ 4,53	R\$ 18,12	R\$ 217,44
TOTAL			R\$ 273,19	R\$ 3.278,28

Fonte: Próprio autor.

Tabela 2.1. – Custo variável do Cultivo de Alface Americano.

CULTIVO				
Itens	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Água	500 litros	0,12	R\$ 60,00	R\$ 720,00
Energia taxa	Taxa mês	05,00	R\$ 05,00	R\$ 60,00
Observação / 15 dias	1h/d x 01 pessoa	4,53	R\$ 67,95	R\$ 815,40
Produção / 40 dias	2h/d x 01 pessoa	4,53	R\$ 362,40	R\$ 4.348,80
TOTAL			R\$ 495,35	R\$ 5.944,20

Fonte: Próprio autor.

Tabela 2.2. – Custo variável da Colheita de Alface Americano.

COLHEITA				
Itens	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Embalagem	240	0,0013	R\$ 0,30	R\$ 3,60
Colheita / 02 vezes	8h/d x 01 pessoas	4,53	R\$ 72,48	R\$ 869,76
TOTAL			R\$ 72,78	R\$ 873,36

Fonte: Próprio autor.

O custo variável estudado é dividido em três partes: plantio, cultivo e colheita. Isso ocorre por serem processos diferentes, o que requer de tempo e conteúdos variáveis como pode ser observado nas tabelas acima. Elas trazem dados relacionados à quantidade da produção, tempo de trabalho, e todos os produtos necessários para confecção do produto final. Após somar as três etapas do custo variável, é hora de concluir essa etapa e analisar os valores obtidos e verificar o resultado demonstrado.

RESULTADOS OBTIDOS

Com os dados obtidos é possível fazer a análise do preço de venda do produto final e a partir desse resultado fazer o levantamento do tempo de retorno do investimento feito pelo seu Josué para iniciar a produção e gerar uma perspectiva positiva ou negativa do seu negócio.

As tabelas 3 e 3.1 contém a receita obtida com o tipo de venda feita pelo produtor. A produção referenciada é de 480 pés, sendo vendido de duas formas. Metade da produção é vendida o pé (240 pés) e a outra metade o quilo (240 pés = 60 quilos), além dos pés serem colhidos duas vezes no mês.

Tabela 3 – Preço de venda e quantidade de produção

RECEITA POR PLANTA	
Preço de venda	R\$ 2,00
Quantidade colhida	240 plantas/mês
Receita	R\$ 480,00

Fonte: Próprio autor.

Tabela 3.1 – Preço de venda e quantidade de produção por quilo.

RECEITA POR QUILOS	
Preço de venda	R\$ 7,00
Quantidade colhida	60 kg / mês
Receita	R\$ 420,00

Fonte: Próprio autor.

O resultado obtido com a venda dos produtos (quilo e planta) é uma receita mensal de R\$ 900,00 reais e anual de R\$ 10.800,00 reais. Já, a despesa feita com o plantio, cultivo e colheita, gerou um custo mensal reais de R\$ 841,32 e anual de R\$ 10.095,84 reais.

Desse modo, a tabela 4 e 4.1 mostra o resultado da despesa retirada do valor da receita feita mensal e anualmente, gerando uma sobra que será usada para cobrir o custo fixo da produção, se houver.

Tabela 4. Receita Mensal.

RECEITA MENSAL			
COLHEITA	RECEITA	DESPESA	SOBRAS
1º mês (colheita)	R\$ 900,00	R\$ 841,32	R\$ 58,68

Fonte: Próprio autor.

Tabela - 4.1. Receita anual.

RECEITA ANUAL			
COLHEITA	RECEITA	DESPESA	SOBRAS
1º ano (colheita)	R\$ 10.800,00	R\$ 10.095,84	R\$ 704,16

Fonte: Próprio autor.

Dando seguimento aos dados coletados, a tabela 1 e 1.1 contém o valor do investimento feito pelo agricultor, sendo esse valor um total de R\$ 1.726,93. A expectativa do retorno do investimento é baseada na receita obtida com as vendas.

Analisando o quadro da receita é possível estimar um retorno desse investimento dentro num prazo de 04 anos. O valor gasto foi de R\$ 1.726,93 reais que dividido por 48 dias (04 anos), o produtor deverá retirar das sobras da receita R\$ 36,00 reais que por ano será um total de R\$ 432,00 reais. Como pode ser observado na tabela 5 e a 5.1.

Tabela 5. Retorno do investimento por mês.

RETORNO INVESTIMENTO MENSAL	
Sobra da Receita	R\$ 58,68
Valor Investimento	R\$ 36,00
Sobras	R\$ 22,68

Fonte: Próprio autor.

Tabela 5.1. Retorno do investimento por mês.

RETORNO INVESTIMENTO ANUAL	
Sobra da Receita	R\$ 704,16
Valor Investimento	R\$ 432,00
Sobras	R\$ 272,16

Fonte: Próprio autor.

Levando em consideração os dados obtidos e lembrando que as informações para montagem das tabelas para o estudo foram fornecidas pelo próprio produtor, é possível considerar positivo a produção da alface americana no sistema hidropônico de Sr. Josué. Além disso, observa-se que em quatro anos ele recupera o valor do investimento, desde que haja rendimento correspondente ou maior que o obtido com a venda dos 480 plantas cultivadas, pois assim ele conseguirá cobrir todos os seus custos incluindo a retirada para o retorno do valor investido para montar a estrutura.

Contudo, esse resultado obtido só cobre os gastos da produção incluindo o pagamento da mão de obra do plantio, cultivo e colheita, mas não está gerando nenhum lucro pra ele, isso considerando somente o referente a uma bancada da estufa. Entretanto, é possível melhorar o quadro diagnosticado com algumas alterações relevantes desde que não prejudique a qualidade e o funcionamento do processo produtivo da alface.

A sugestão é que haja uma melhor divisão do tempo da mão de obra utilizada, procurando otimizar o processo de forma mais rápida e sem perder a eficiência, proporcionando a diminuição do tempo que é gasto em alguns momentos da produção. É considerável analisar o possível aumento do preço de venda e pesquisar por produtos de qualidade com um melhor preço. Sr Josué também planeja introduzir em seu sistema a criação de peixes nos tanques que abastecem os canos, dessa forma irá reduzir os gastos com a compra de nutrientes aplicados pois os dejetos dos peixes nutrem os vegetais.

Além da análise, foi possível obter outros resultados com o processo de construção do EVE. Com a metodologia participativa adotada o produtor pode participar da construção do estudo e assumir posicionamento sobre o mesmo. Freire (1983) dizia que a comunicação com pessoas interessadas por algum conteúdo que os leve a pensar, faz com que não haja pessoas que não se expresse na comunicação.

Desse modo, o estudo de viabilidade econômica é formulado com a participação do sujeito principal o produtor, o agente que compreende todo o processo e etapas da sua produção. Que domina os valores e as perspectivas que deseja obter com aquele projeto, sempre em ação casada com o seu dia a dia e os demais membros da sua família.

No caminhar do processo, ao construir e montar o estudo revisando e resolvendo os cálculos em conjunto com o produtor e sua esposa, era visível a empolgação que eles estavam tendo com a pesquisa, uma curiosidade para saber realmente se o método funcionaria e se a produção teria um retorno financeiro viável, gerando reflexões e debates de como seria possível aumentar ou diminuir o custo da sua plantação e da sua receita.

No final do estudo foi gratificante ver a satisfação do agricultor em ter conseguido concluir o EVE do seu produto e saber a qual a receita obtida e formas de melhorar seu investimento, é satisfatório tanto para eles, com para a equipe executora do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar que cada experiência e cada grupo apresenta uma realidade diferente e o ideal a ser feito é adaptar a metodologia à esta realidade, o que vai influenciar, por exemplo, na duração do estudo, nos tipos de materiais disponíveis para serem utilizados, no local e horário de encontro, entre outros fatores. Durante o desenvolvimento do estudo, muitas vezes a metodologia também necessita ser readaptada, pois os sujeitos envolvidos apresentam diferentes níveis de compreensão, e tratando-se de uma construção coletiva ela deve estar acessível e aberta à discussão de todos participantes.

O EVE da alface americana em sistema hidropônico de Sr. Josué é um exemplo, dentre os demais da experiência do Projeto "Fazendo Contas na Feira da Agricultura Familiar da Sapucaia", de que é possível que o agricultor familiar possa desenvolver o estudo e planejar sua produção de maneira simples e adaptada, contribuindo assim para o fortalecimento das suas bases produtivas e crescimento da comercialização.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, P. M. B. Viabilidade Econômica desafios dos empreendimentos de economia popular e solidária (NESOL/USP, Ed.). Educação políticas e Economia Solidária. IV Encontro de Economia Solidária. São Paulo: NESOL/USP, 2005.
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE. 2011. 7-35 p.
- BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 25/07/2006.
- CAPINA. Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I. Rio de Janeiro: 1998. 32 p.
- DEPONTI, Cidonea Machado. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate-Trabalho apresentado no XLV Congresso da SOBER – Londrina, PR, 2007.
- EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Circular Técnica. ISSN 1415-303, Novembro 2000.
- FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil – Brasília: MDA, 2009.
- INCRA / FAO. Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto / FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.
- IBGE. Censo agropecuário de 2006 / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, p.1-267, 2007.
- KRAYCHETE, Gabriel. Sustentabilidade e Viabilidade dos Empreendimentos Associativos, (ITCP/Ucsal, maio, 2009)
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. Serie Agricultura Familiar. Coleção Passo a Passo Alfacedor. Distrito Federal: Plano Mídia Comunicações, 2011. p. 28. Disponível em <http://uc.sebrae.com.br/files/institutionalpublication/pdf/cartilha_alfacedor_passo_a_passo.pdf> Acesso em: <26 de janeiro 2017>
- SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa FIDA POBREZA Y DESIGUALDAD, 2013.
- SILVA, Domingos Ferreira da; MICHELON, Nicola; ORSINI, Francesco; TROMBONI, Flavia; GIANQUINTO, Giorgio Prosdociami. Manual prático de horticultura hidropônica para cultivar hortaliças em área urbana e periurbana - Laboratório de Cooperação para o Desenvolvimento – Sistemas de Cultivo e Post-Colheita, Universidade de Padua, Itália Funaci – Fundação Padre Antonio Dante Civiero, Teresina (Pi), Brasil: 2007.
- ZEELAND, Angelique J. W. M. van. Viabilidade econômica e gestão coletiva: este projeto é viável? in: E19 Economia solidária: diaconia e desenvolvimento transformador: por mudanças significativas e duradouras. / Organizadora Angelique J. W. M. van Zeeland. – São Leopoldo: Oikos, 2014.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1- Compromisso da Revista Extensão

A Revista Extensão, com periodicidade semestral, tem como compromisso consolidar a indissociabilidade do conhecimento, por meio de ações extensionistas publicadas em artigos científicos, resenhas, relatos de experiências entrevistas, validando o conhecimento tradicional associado ao científico.

2- Áreas Temáticas da Revista

I. Comunicação: comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; e rádio universitária;

II. Cultura e Artes: desenvolvimento cultural; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; cultura, ciência e tecnologia; cultura, região, territórios e fronteiras; cultura, política e comunicação; cultura, religião e religiosidade; cultura, identidades e diversidade cultural; cultura, memória e patrimônio cultural; educação, cultura e arte; políticas culturais; artes visuais; cinema e identidades culturais; cultura, arte e meio ambiente.

III. Direitos Humanos e Justiça: assistência jurídica; direitos de grupos sociais; organizações populares; e questões agrárias;

IV. Educação: educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação e juventude; educação para a melhor idade; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; ensino superior; incentivo à leitura; educação e diversidades; educação

e relações etnicorraciais; educação do campo;

V. Meio Ambiente: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; educação ambiental; gestão de recursos naturais e sistemas integrados para bacias regionais;

VI. Saúde: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias, pandemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas;

VII. Tecnologia e Produção: transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; direitos de propriedade e patentes;

VIII. Trabalho: reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

IX. Gênero e Sexualidade: políticas de gênero; gênero e educação; práticas esportivas construindo o gênero; o corpo e a sexualidade; identidades de gênero e orientação sexual; desejos; diversidade sexual; direitos sexuais e reprodutivos; combate à discriminação sexual



PPGEDUCAMPO
Programa de Pós-Graduação
em Educação do Campo / UFRB
Mestrado Profissional em Educação do Campo

Revista
extensão

PROEXT
Pró-Reitoria de Extensão/UFRB

UF B
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia